



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – IFCHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH

**O ACRE NA "TRAMA" DA AMAZÔNIA: NARRATIVAS, DISCURSOS E
REPRESENTAÇÕES (1940–1960)**

EMILLY NAYRA SOARES ALBUQUERQUE

MANAUS

2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA

EMILLY NAYRA SOARES ALBUQUERQUE

**O ACRE NA "TRAMA" DA AMAZÔNIA: NARRATIVAS, DISCURSOS E
REPRESENTAÇÕES (1940–1960)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
História – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e
Sociais da Universidade Federal do Amazonas para
obtenção do título de Doutor em História.

Linha de Pesquisa: Cultura e Representação.

Orientador: Professor Doutor Almir Diniz de Carvalho
Júnior

Manaus, Amazonas

2025

Ficha Catalográfica

Elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

A345a Albuquerque, Emilly Nayra Soares
 O Acre na "trama" da Amazônia: narrativas, discursos e representações
 (1940-1960) / Emilly Nayra Soares Albuquerque. - 2025.
 219 f. : il., color. ; 31 cm.

 Orientador(a): Almir Diniz de Carvalho Júnior .
 Tese (doutorado) - Universidade Federal do Amazonas, Programa de
 Pós-Graduação em História, Manaus, 2025.

 1. Acre. 2. Amazônia. 3. Narrativas. 4. Representações. 5. Discursos. I.
 Carvalho Júnior, Almir Diniz de. II. Universidade Federal do Amazonas.
 Programa de Pós-Graduação em História. III. Título

BANCA EXAMINADORA DE DEFESA

EMILLY NAYRA SOARES ALBUQUERQUE

**O ACRE NA "TRAMA" DA AMAZÔNIA: NARRATIVAS, DISCURSOS E
REPRESENTAÇÕES (1940–1960)**

MEMBROS

Prof. Dr. Almir Diniz de Carvalho Júnior (Presidente)

Prof. Dr: Anderson Vieira Moura (Avaliador interno – PPGH-UFAM)

Prof. Dr. César Augusto Bubolz Queiroz (Avaliador Interno – PPGH-UFAM)

Prof. Dr. Francisco Pinheiro de Assis (Avaliador Externo – CFCH-UFAC)

Nelson Matos de Noronha (Avaliador Externo – PPGSCA-UFAM)

SUPLENTE

Prof. Dr. Glauber Cícero Ferreira Biazio (Avaliador Interno – PPGH/UFAM)

Prof. Dr.: Davi Avelino Leal (Avaliador Interno – PPGH/UFAM)

Tese aprovada em 30/10/2025

Dedicatória

Aos meus pais, Ivanilde e Audir por sustentarem os meus passos e por acenderem em mim a coragem e a determinação que me impulsiona a traçar meus próprios trilhos na jornada da vida.

À minha tia, Ivani Soares de Albuquerque, (in memoriam), pelo exemplo de força, coragem, determinação, fé e profissionalismo, que dedicou mais de quarenta anos de sua existência à arte de ensinar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História – PPGH/UFAM pela oportunidade não apenas de concretizar este estudo, mas, sobretudo, pelo acolhimento e compreensão diante dos desafios de uma doutoranda que se dividia entre o doutorado no Amazonas e a vida no Acre, conciliando trabalho, pesquisa e vida pessoal. Essa jornada me proporcionou vivências e aprendizados que só foram possíveis pela sensibilidade dos excelentes profissionais que compõem o Programa, os quais compreenderam a peculiaridade da minha trajetória, transitando entre dois estados, mas mantendo o compromisso de dedicação integral ao curso de doutorado. Assim, agradeço especialmente aos professores do PPGH/UFAM e ao secretário Jailson, pela constante disponibilidade em atender às demandas com atenção e cordialidade.

Destaco meus agradecimentos ao orientador, professor Dr. Almir Diniz de Carvalho Júnior, que esteve comigo desde o início desta empreitada, representando mais do que o papel de um orientador. Almir foi um amigo e conselheiro, presente ao longo dos quatro anos, demonstrando que uma orientação deve ser construída com base na confiança, no respeito e no acolhimento. Obrigada por tornar a jornada mais leve e segura, mesmo diante de todas as minhas inseguranças e ansiedades.

Não poderia deixar de ressaltar a importância das ações do professor Dr. Davi Avelino Leal, enquanto coordenador de curso e do Programa de Apoio à Pós-Graduação da Amazônia Legal, por meio do qual obtive financiamento através de bolsa de estudo durante os 48 meses do curso. Além do apoio financeiro, esse programa, vinculado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), possibilitou ações de pesquisas integradas com outros cursos da UFAM, contribuindo significativamente para o meu crescimento acadêmico.

Neste espaço de agradecimentos, resalto minha estima pelo professor Dr. Luis Balkar Sá Peixoto Pinheiro pelos ensinamentos e pelas valiosas experiências proporcionadas durante a disciplina Seminário de Pesquisa. Estendo minha gratidão aos professores Dr. César Augusto Bubolz Queirós e Dr. Glauber Cícero Ferreira Biazio pela avaliação atenta e criteriosa durante o rito acadêmico da qualificação. A contribuição de ambos foi essencial para a finalização deste estudo.

Na etapa final do Doutorado, momento tão cuidadoso e significativo para estabelecer critérios que consolidem esta pesquisa como parte tão essencial da minha trajetória profissional, agradeço pela disponibilidade e confiança da banca de avaliação da defesa de tese: prof. Dr. Anderson Vieira Moura, Prof. Dr. Francisco Pinheiro de Assis, prof. Dr. César Augusto Bubolz Queiróz, Prof. Dr. Nelson Matos de Noronha, Glauber Cícero Ferreira Biazio e Davi Avelino Leal.

Até chegar à UFAM, minha trajetória acadêmica foi construída na Universidade Federal do Acre, onde, durante a graduação e mestrado, diversos professores contribuíram para minha formação. Além disso, resalto a contribuição de alguns que foram fundamentais para que eu pudesse alçar voos cada vez mais altos, como o ingresso no curso de Doutorado em História. Entre eles, agradeço à professora Dra. Geórgia Pereira Lima, José Dourado de Souza, Ailton Chaves da Rocha e Francisco Pinheiro de Assis, que contribuíram para a realização dessa pesquisa e me inspiraram a construir a carreira de professor-pesquisador do ensino superior.

Aos companheiros da jornada acadêmica, em especial ao colega de curso Francisco Adriano, que compartilhou as angústias, ofereceu apoio durante minha passagem por Manaus, esteve presente no exame de qualificação e assumiu a responsabilidade de prestar suporte para a transmissão de aulas, permitindo que eu realizasse as atividades acadêmicas mesmo estando no Acre. Aos parceiros acadêmicos da Ufac, Jeissyane Furtado da Silva e Danilo Rodrigues do Nascimento, que me encorajaram a realizar um curso de Doutorado fora do Acre e acreditaram em mim mais do que eu mesma. Aos amigos da vida, Jhennyffe Moreira, Cecília Lourenço, Marcos Wutzke, que sempre estiveram na torcida pela minha realização acadêmica.

Por trás de nossos sonhos, no auxílio à sustentação das nossas escolhas e na conquista de nossos objetivos, existem pessoas que são elementares para a tomada de decisões. Nesse conjunto de pessoas que estão na base, garantindo a minha persistência nos projetos da vida, agradeço imensamente ao apoio dos meus pais, que sempre me incentivaram a construir uma carreira profissional com base nos estudos e, mesmo sem terem tido acesso ao nível superior, compreendem a importância dessa etapa para a minha formação. Ao meu irmão, Jefferson, minha prima, Fabiane, primo, Arthur, meu sobrinho, Theo, e meu afilhado Augusto. Vocês são a razão pelo qual eu persisto e resisto na vida.

Reservo um agradecimento especial ao meu par, que há 13 anos compartilha a vida comigo, celebrando as conquistas e incentivando minhas empreitadas em novos projetos.

Chrystian me acompanha desde o término da educação básica, esteve ao meu lado durante a graduação, o mestrado e, agora, o doutorado, que tanto sonhou comigo. Obrigada por ser meu abrigo e meu esteio por todos esses anos. Crescer e envelhecer ao seu lado é uma grande reserva de sorte que o destino me proporcionou.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo compreender as narrativas, os discursos e as representações da Amazônia a partir do Acre entre os anos 1940 a 1960. Buscou-se identificar as primeiras formulações dos discursos sobre a *Questão do Acre*, inseridas nas construções simbólicas da nacionalidade na região amazônica, tratando o atual território do Acre como parte de um limite fronteiro da unidade territorial brasileira. A partir de uma construção simbólica de “disputas”, acentuadas pelo advento econômico da extração do látex, o Acre, como um recorte espacial da Amazônia em “concorrência” brasileira, foi investigado como um reflexo das ocupações amazônicas empreendidas no século XX. Nesse contexto, um conjunto de intelectuais, com destaque para as produções e ações de Arthur Cezar Ferreira Reis e Araújo Lima, foi destacado como agentes que contribuíram para o imaginário da Amazônia, no que se refere à integridade e à identidade a partir de discursos científicos articulados à conjuntura nacional de projetos que versaram sobre a construção da identidade brasileira. Com ênfase na Amazônia dos anos 1940, as narrativas sobre a região foram analisadas a partir das representações e dos discursos políticos pautados na integração, ocupação e adaptação. Investigou-se a perspectiva do “redescobrimento da Amazônia” empreendida durante a Era Vargas e os instrumentos de poder que atuaram na consolidação dessas representações. Nessa conjuntura histórica, política e sociocultural da Amazônia, analisou-se a especificidade da Amazônia acreana evidenciando as permanências e rupturas que atravessam a constituição desse “Acre brasileiro”. A partir de uma análise particular da Amazônia a partir do Acre, empreendeu-se uma compreensão que possibilitou enveredar pelas especificidades que compõem os “lugares” do Acre na historiografia brasileira, evidenciando como as narrativas e representações desse estado reverberaram tanto nas estruturas políticas do país quanto nas particularidades regionais utilizadas como parte dos enunciados sobre a Amazônia durante o período investigado. Para identificar esses enunciados, com ênfase no Acre, foram utilizadas diferentes fontes de pesquisa, entre elas jornais de diferentes regiões do país que produziram narrativas sobre o Acre e a Amazônia, artigos e ensaios publicados pela *Revista Brasileira de Geografia* – IBGE, *Revista Cultura Política*, além de pronunciamentos políticos, legislações e produções midiáticas elaboradas pelos governos da época. Como referencial teórico-metodológico, o estudo dialogou com os aportes de Michel Foucault, Paul Ricoeur, Reinhart Koselleck, Walter Benjamin e Roger Chartier, entre outros intelectuais, cujas obras contribuíram para a compreensão e apropriação dos conceitos de cultura, linguagem, representações, poder, narrativas e temporalidade.

Palavras-chave: Acre. Amazônia. Narrativas. Representações. Discursos.

ABSTRACT

This study aims to understand the narratives, discourses, and representations of the Amazon from Acre during the years 1940 to 1960. It sought to identify the first formulations of discourses on the Acre Question, inserted in the symbolic constructions of nationality in the Amazon region, treating the current territory of Acre as part of a border limit of the Brazilian territorial unit. Based on a symbolic construction of “disputes,” accentuated by the economic advent of latex extraction, Acre, as a spatial section of the Amazon in Brazilian “competition,” was investigated as a reflection of the Amazonian occupations undertaken in the 20th century. In this sense, a group of intellectuals, notably the works and actions of Arthur Cezar Ferreira Reis and Araújo Lima, were highlighted as agents who contributed to the imaginary of the Amazon, thinking about integrity and identity based on scientific discourse inserted in the national context of projects that dealt with the construction of Brazilian identity. With an emphasis on the Amazon of the 1940s, narratives about the region were understood based on the construction of representation and political discourses focused on integration, occupation, and adaptation. The perspective of the “rediscovery of the Amazon” undertaken during the Vargas Era and the instruments of power that acted in the consolidation of these representations were investigated. In this historical, political, and sociocultural context of the Amazon, the specificity of the Amazon region of Acre was analyzed within this context of political and economic disputes, highlighting the continuities and ruptures that traverse the constitution of this “Brazilian Acre.” From this perspective of a particular analysis of the Amazon based on Acre, an understanding was developed that made it possible to explore the specificities that make up the “places” of Acre in Brazilian historiography, highlighting how the narratives and representations of this state reverberated in the country's political structures, as well as in the regional particularities used as part of the statements about the Amazon during the period investigated. To identify these statements, with an emphasis on Acre, different research sources were used, including newspapers from different regions of the country that produced narratives about Acre and the Amazon, articles and essays published by the *Revista Brasileira de Geografia* – IBGE (Brazilian Geography Magazine – IBGE), *Revista Cultura Política* (Political Culture Magazine), as well as political statements, legislation, and media productions produced by the governments of the time. As a theoretical and methodological reference, the study drew on the contributions of Michel Foucault, Paul Ricoeur, Reinhart Koselleck, Walter Benjamin, and Roger Chartier, among other intellectuals, whose works contributed to the understanding and appropriation of the concepts of culture, language, representations, power, narratives, and temporality.

Keywords: Acre. Amazon. Narratives. Representations. Discourses.

LISTA DE FIGURAS

Imagem 01 – Mapa da extensão territorial do Peru e Bolívia em 1878.....	38
Imagem 02 – Mapa das modificações de territórios do Peru e Bolívia em 1881.....	38
Imagem 03 - Como exportar para a Bolívia (2022).....	40
Imagem 04 - "A Redenção de Cam – Pintura de Modesto Brocos (1895).....	96
Imagem 05 – Ponte de embarque no acampamento da S.A.V.A.....	146
Imagem 06 – Construção da rodovia Brasília-Acre (1960).....	178
Imagem 07 – Mensagem da Amazônia: Álbum Operação Amazônia.....	190
Imagem 08 – O bairro que a cidade não quer ver.....	197

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	14
I – ACRE: NARRATIVAS, REPRESENTAÇÕES DA NACIONALIDADE BRASILEIRA NO EXTREMO OESTE DA AMAZÔNIA.....	33
1.1 Tratados escritos e fronteiras (in)visíveis: O lugar do Acre nos “limites” da Amazônia.....	36
1.2 O Acre entre disputas simbólicas e econômicas.....	43
1.3 Os (in)sucessos do Acre brasileiro: contendas e arrimas na Amazônia brasileira.....	59
1.4 O Acre como reflexo das “ocupações” amazônicas no século XX.....	67
 II - CONSTRUÇÕES SIMBÓLICAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA: INTEGRAÇÃO, UNIDADE E IDENTIDADE.....	 74
2.1 A Amazônia de Arthur Cezar Ferreira Reis e os projetos de integração nacional.....	79
2.2 O Brasil em construção e os reflexos para a Amazônia: autonomia, unidade e identidade da nação.....	84
2.3 Araújo Lima e os “Caminhos” da Ciência para a Amazônia.....	112
 III - AS REPRESENTAÇÕES DA AMAZÔNIA BRASILEIRA NOS ANOS 1940: CONSTRUÇÕES HISTÓRICAS DE INTEGRAÇÃO, ADAPTAÇÃO E OCUPAÇÃO.....	 119
3.1 As narrativas da economia da Amazônia nos anos de 1940.....	125
3.2 O “redescobrimento” da Amazônia na Era Vargas: O papel do periódico Cultura e Política.....	134
3.3 O discurso do Rio Amazonas e suas representações para a Amazônia.....	141
3.4 Amazônia e a Era Vargas: a exploração econômica como retórica nacionalista.....	146
 4 - OS “LUGARES” DO ACRE NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA: DISCURSOS, NARRATIVAS E REPRESENTAÇÕES DA AMAZÔNIA ACREANA (1940 - 1960).....	 159

4.1	Revérberos de uma Amazônia no Acre: fronteiras simbólicas e políticas.....	160
4.2	Amazônia em marcha: Progresso, Ocupação e Autoritarismo.....	183
4.3	Entre permanências e rupturas: O Acre após a emancipação política.....	186
4.4	Permanências e resistências na Amazônia acreana.....	196
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	202
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	207

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Amazônia, como tema de estudo, constituiu-se um campo de possibilidades para se lançar novas interpretações e abordagens capazes de evidenciar as relações que condicionam e sustentam narrativas, produzindo ordenamentos sobre os diferentes e múltiplos lugares que concebemos como Amazônia. Este estudo se refere à parte ocidental dessa região, especificamente ao estado do Acre, com o objetivo de compreender os discursos e as representações da Amazônia entre os anos de 1940 e 1960.

A realização desta pesquisa de doutorado, que analisa as representações e discursos da Amazônia produzidos a partir do Acre, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, está articulada à linha *Cultura e Representação* do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFAM. O âmbito cultural tornou-se um eixo central para a compreensão das práticas que regem influência sobre um conjunto de elementos e categorias que condicionam as representações, conceito que atravessa a pesquisa em diferentes perspectivas.

As narrativas sobre a Amazônia a partir das produções acreanas permitem lançar hipóteses sobre as particularidades do que estava sendo produzido e propagado acerca da região, em diferentes tipologias de fontes. Tais narrativas revelam uma especificidade que, embora integre o conjunto mais amplo de representações sobre a Amazônia, também ecoam narrativas baseadas no que há de singular em relação ao último Estado incorporado pelo Brasil, sem desvincular as movimentações que suscitaram a sua existência enquanto território brasileiro, amazônico e integrante da região Norte.

É a partir da apropriação dos conceitos de cultura e representação que esta pesquisa debruça sobre as condições que proporcionaram a criação de determinadas representações, as quais foram solidificadas e/ou transformadas ao longo do tempo. O âmbito cultural e da representação aparecem imbricados neste estudo, pois o conjunto de autores escolhidos para compor o arsenal teórico permite entender a cultura como uma prática inserida nos universos simbólicos que mediam a relação entre o sujeito e o lugar que habita. A representação, por sua vez, também não se desvincula da produção dessas práticas, correspondendo à leitura e à interpretação instituída sobre um lugar, pela fabricação de uma realidade e à apreensão das práticas que articulam criações simbólicas projetadas na produção de sentidos.

Entre os itinerários Acre e Amazonas, especificamente Manaus, iniciados em 2021, ano do meu ingresso na turma de doutorado do PPGH/UFAM, é importante traçar algumas considerações dos lugares e condições que atravessaram o meu “fazer” enquanto pesquisadora e estudante da área de História. São esses atravessamentos que revelam os interesses que nortearam minhas escolhas acadêmicas, bem como os trajetos sinuosos e mutáveis de todo o processo de investigação.

O interesse pela pesquisa em torno da Amazônia surgiu durante as disciplinas de História da Amazônia, no curso de História Bacharelado da Universidade Federal do Acre, através das leituras de obras que abordam crônicas de viagens, expedições e relatos dos cronistas que enveredaram pelo “descobrimento” do *mar de águas doces* ou *Grande Rio*, como foi denominado o rio Amazonas pelos europeus, sobretudo nos primeiros contatos desses povos com a região que conhecemos hoje como Amazônia.

Os registros escritos sobre a Amazônia, a partir do olhar do outro, daquele que não conhecia a região, mas que se munia da cientificidade e de uma estrutura de saber/dizer sobre o que estava fora da Europa, levaram-me a repensar o conjunto de significações produzidas sobre a região que ainda perduram. Entre esses questionamentos lançados sobre o imaginário que vigora sobre a região, durante os anos de 2020 e 2021, anos de elaboração da proposta de pesquisa, questões centrais emergiram para a reflexão sobre o imaginário constituído para a Amazônia.

Retomando as conexões do tema com a fase inicial de formação, as indagações em torno do imaginário persistiram durante a realização das disciplinas de História da Amazônia, ao refletir que as incursões realizadas às terras “desconhecidas” pelo Velho Mundo buscavam decifrar a região a partir das concepções de mundo da Europa. O que prevalece nessas narrativas é um olhar que já estava moldado pela mentalidade europeia, uma Amazônia imaginada que remete à mitologia grega, conforme reflete Neide Gondim em *A invenção da Amazônia* (1994), ao analisar as tentativas de assimilações realizadas pelos expedicionários, com o intuito de atribuir sentidos às novas configurações do chamado *Novo Mundo*.

A obra de Gondim (1994) foi a minha primeira referência, durante a formação no curso de História, para pensar a Amazônia como uma produção discursiva, atravessada por representações sob a perspectiva europeia. A obra, utilizada como base na disciplina, despertou o meu interesse pela forma que ilustrou os relatos de viagem do *Novo Mundo* enquanto uma produção da Europa. O que mais prendia a minha atenção era perceber como os textos das

expedições manifestavam as aspirações da Europa em relação ao seu contexto da época, ou seja, os relatos de viagem correspondiam mais ao Velho Mundo sobre suas expectativas em relação ao que era desconhecido do continente europeu.

Através da obra *A invenção da Amazônia*, é interessante destacar que os relatos de viagem, mesmo que pautados em um modelo de cientificidade, que entrava em vigor durante o início dessas navegações, ainda preservavam aspectos de uma Amazônia fantástica, com metais preciosos em abundância e seres encantados. O imaginário constituído sob um olhar externo despertava meu interesse durante o processo formativo na área de história, pela maneira que os relatos de viagem nutriram as narrativas sobre a região, acentuando as disputas entre as diferentes nações que adquiriam a condição de desbravadoras ao lançarem viagens para um lugar concebido entre o desconhecido e imaginado, a partir da idealização europeia.

Novas concepções de mundo estavam em efervescência. Como aponta Noronha (2011) em seu trabalho *Arqueologia de Saberes na Amazônia*, a partir do século XVI emergiu uma nova relação entre o homem e a interpretação do espaço que habitava. Parâmetros científicos entraram em vigor influenciando as viagens para o *Novo mundo*, expedições que objetivavam atribuir à região um conjunto de simbologias, buscando assemelhar as “descobertas” dessas novas terras aos moldes do conhecimento científico vigente na época.

Nessa dimensão do que era imaginado para a região, é importante perceber como o imaginário constitui a representação sobre o *mundo perdido* aos olhos dos europeus, na medida que a natureza encantada e os seres sobrenaturais continuavam a ser narrados nas viagens. Essa reflexão sobre as narrativas encantadas destaca a dimensão da expectativa dessas nações em relação ao lugar, visto que os elementos idealizados já estavam constituídos na mentalidade dos europeus, ou seja, a Amazônia dos relatos dos cronistas de viagem já se moldava enquanto narrativa, antes mesmo do contato com a região.

É nessa reflexão que iniciei os estudos sobre a Amazônia, ainda que de forma introdutória, mas refletindo as narrativas da região pelo advento da produção europeia. Antes mesmo de qualquer contato com a região, a Amazônia já estava constituída pelo imaginário europeu, moldada mediante os parâmetros da cultura ocidental. Isso se evidencia tanto nas narrativas que reproduziram as Amazonas, mulheres guerreiras ou pela expectativa de encontrar pedras preciosas e recursos para serem incorporados aos bens materiais das nações que promoviam as expedições.

O exótico era idealizado pelo europeu, assim como expõe Gondim (1994) a partir das suas projeções em relação ao lugar, ou seja, através da busca pela riqueza material, como a procura pelo *País da Canela*, que visava à apropriação do ouro em abundância, validando o imaginário que estipulava características entre o maravilhoso e o infernal. Essa dualidade projetada para a região consistia entre a especulação para o alcance das riquezas da terra e a exposição das dificuldades que atravessavam os itinerários das viagens, incluindo os seres vivos com anomalias e características físicas que insinuavam monstruosidades dos habitantes do lugar.

A região e os seus habitantes eram concebidas entre o fantasioso e o infernal, representados por elementos e seres de cunho fantástico, como o esperado encontro com as Amazonas, mulheres que permearam as narrativas das expedições em busca dos bens materiais do chamado paraíso terrestre. Gondim (1994) explícita que, nessa relação com o desconhecido, as comparações e referências às tradições greco-romana e religiosas modelaram esse espaço inventado sob a perspectiva daqueles que estavam deslocados do lugar que viviam, mas munidos de teorias científicas e filosóficas para interpretar “outros mundos” a partir de suas percepções validadas na condição de expressão do real, do tangível e do verdadeiro.

A partir da obra *Sertão de Bárbaros O mundo natural e as sociedades indígenas da Amazônia na visão dos cronistas ibéricos - séculos XVI-XVII*, Auxiliomar Ugarte contribui para a reflexão sobre as mudanças do imaginário sobre a Amazônia, principalmente pelos relatos dos cronistas de viagem. Durante as primeiras incursões pelo território, ao entrarem em contato com a região, os cronistas reproduziram os relatos fantásticos de seres monstruosos, constituídos anteriormente ao contato. No entanto, ao longo das expedições pela Amazônia, observa-se uma mudança no conteúdo das narrativas, com a substituição da literatura fantástica por relatos que focam no levantamento de dados sobre as florestas, rios e seres vivos encontrados na região.

Evidentemente o que mais sobressaiu foram avaliações de caráter utilitarista, visando o aproveitamento de tantas espécies que estavam disponíveis nas vastíssimas formações vegetais ao longo do rio Amazonas e de seus tributários (Ugarte, 2009, p. 288).

É importante destacar como o autor estabelece uma base comum para a estrutura colonial evidenciado que a colonização na Amazônia seguiu algumas características encontradas em outras regiões da América. Todavia, Auxiliomar Ugarte ressalta que é possível

identificar um caráter positivo entre a perspectiva utilitarista da apropriação dos recursos naturais, ao observar que, na ausência do ouro em abundância, do país da Canela e outras expectativas lançadas à Amazônia, os elementos naturais ganhavam contornos voltados a fins comerciais.

Mary Louise Pratt, em *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*, ressalta que os relatos de viagem apresentam dimensões que vão além da identificação do imaginário europeu, perpassando por outros vieses que fundamentam os interesses do que na construção da escrita e a “descrição” do novo e do exótico. Pratt (1999) ressalta a história natural constituiu um fator determinante nas incursões marítimas, evidenciando a transição dos relatos literários, baseados no imaginário, para uma modalidade de estudo voltada à catalogação de dados e das espécies que habitam o mundo.

Da efervescência em torno da estruturação do saber científico, a autora destaca que a catalogação de dados da natureza foi um projeto europeu que ganhou contornos planetários, dando origem ao que ela determinou de *consciência planetária*. A efetivação desses padrões ocorreu tanto por meio da linguagem escrita quanto por outras modalidades que estruturam as representações dessa natureza sistematizada pelo conhecimento. Sob essa perspectiva é compreendido como uma prática humana que se materializa nas atividades, sejam elas codificadas pela escrita ou por manifestações não verbais, cristalizando o “poder do saber” sobre as coisas narradas.

É a partir dessa concepção da natureza como um projeto europeu que a Amazônia é compreendida enquanto parte dessa proposta que criou uma soberania, hierarquizando modelos de sociedades, modos de vida e manifestações culturais. “O auto-entendimento ocidental opera apenas pela invenção de um outro que, efetivamente, é o próprio europeu” (Pratt, 1991, p. 91). Desse modo, um estudo pautado nas representações e discursos visa desvelar a relação assimétrica entre a Amazônia e a sua condição perante a instância imperial e colonial, que codificou esse espaço como margem da civilização.

A relação entre os objetos e seus significados perpassa uma relação que é interiorizada como simétrica, pela linguagem e pelos conjuntos simbólicos, ou seja, é a partir dessa codificação que adquirem as relações de similitude. Mediante essas perspectivas que as produções discursivas e de representações da Amazônia, durante os anos 40 a 60, apresentam determinadas condições que viabilizaram tanto a condição de poder, validando e autorizando tais produções, quanto a sua continuidade, na proporção que autoriza e institui uma

perpetuidade em relação aos parâmetros definidos pelo saber, pela cientificidade estruturada que remete ao período da construção do que Pratt (1999) nomeia como “construção imperial do sistema da natureza”.

Ambos os autores citados acima, Mary Pratt e Auxiliomar Ugarte, além de contribuírem com os resultados de suas respectivas pesquisas retratando a inserção do colonizador nas terras amazônicas e o enraizamento do universo simbólico marcado pela dominação e pela violência sob uma perspectiva eurocêntrica, oferecem importantes reflexões teóricas e metodológicas que se interligam com este estudo no que se refere ao campo do imaginário. Para Ugarte (2009), o âmbito cultural está intrinsecamente ligado às formações discursivas, à medida que expressam suas relações com o mundo, e essas narrativas não estão isentas da relação entre objeto e o significado atribuído pelo colonizador.

Para Pratt (1999), sua obra se insere na História das representações, visto que as literaturas de viagem espelham as estruturas que condicionaram e possibilitaram as narrativas produzidas sob um modo específico de interpretar o mundo concebido como natural. Ainda que se tenha consolidado como descrição e levantamentos de dados sobre o novo mundo ou a América como um todo, o que se consolidou foi um modo de ver, interpretar e narrar as coisas através de uma observação que não é natural.

Os relatos de viagem constituem um conjunto de representações que fabricaram uma lógica para o desconhecido, sustentada por um arsenal simbólico que se refere, primeiramente, a quem produziu os registros de viagem, refletindo suas crenças e seus modos de interpretar o novo. Ao analisar a ação de delimitação de limites e fronteiras, especificamente pelo ato simbólico e da subordinação do desconhecido à sua interpretação de mundo, Albuquerque Júnior, em sua obra *Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia* (2012), auxilia na percepção das diferentes manifestações humanas recorrentes da prática de demarcação de terras entre limítrofes em torno da manifestação do poder e domínio sobre um lugar.

Entre as ações voltadas à demarcação e ao controle territorial, atribuem-se um conjunto de práticas de cunho simbólico que se materializam em diferentes configurações, determinadas por Albuquerque Júnior (2012) como *sentidos culturais*, ou seja, a delimitação também se concretiza na dimensão simbólica. O ato de demarcar vai além da definição de limites de terra, uma vez que ele também se efetiva pelos sentidos, na ação de nomear, designar novos

significados a um lugar na tentativa de transfigurar relações entre homem e natureza que já existiam, articulando-as ao conjunto de concepções europeias uniformizadoras.

É nessa imersão pela demarcação simbólica que a Amazônia, nesta pesquisa, adquire contornos centrados na construção de um conjunto de sentidos e na produção de efeitos que fixam uma estrutura sobre um lugar. Trata-se de arranjo social, político e econômico que não é natural; ao contrário, ele se estabelece como expressão do real, estabelecendo fronteiras, marcos e limites sobre um determinado território. É o conjunto de sentidos que exprimem as determinações que aparecem a partir da diferença, daquilo que diferencia o grupo humano, que delimita a sua posição de superioridade em detrimento aos que estão em condição de discordância com o padrão de sociedade estabelecido em um determinado tempo e lugar.

A partir dos estudos desenvolvidos nas disciplinas da graduação em História, que destacaram a produção da historiografia amazônica, quando as reflexões teóricas sobre o ofício do historiador, surgiram novas inquietações acerca do imaginário e da representação da região. Retomo esse itinerário de estudos sobre a região porque cada etapa da minha formação acadêmica, graduação, mestrado e agora, o doutorado, proporcionou diferentes concepções e perspectivas para empreender uma investigação, ampliando os horizontes de análises e permitindo questionar a naturalização das formas discursivas sobre a região.

Em continuidade à investigação do tema, o ingresso no Mestrado em Letras: Linguagem e Identidade proporcionou um aprofundamento teórico, por meio de leituras sobre a produção científica a partir da própria Amazônia. Esse percurso permitiu descortinar os parâmetros eurocêntricos que, por muito tempo, encobriram tendências para a produção histórica sobre a região.

A pesquisa desenvolvida no mestrado, com ênfase nas discussões entre linguagem e identidade, na linha de pesquisa *Culturas, Narrativas e Identidades Amazônicas*, permitiu a continuidade da investigação da Amazônia como temática de estudo, principalmente pelas abordagens acerca da linguagem como uma produção social e simbólica, enfatizando suas dimensões de sentido e de construção de significados. Nessa perspectiva, a linguagem adquire a condição de produto social, conforme apontam autores como Bakhtin (2006) em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*.

As questões discutidas através da disciplina *Culturas, Linguagens e Sociedades Amazônicas*, que reuniu um conjunto de referencial bibliográfico para refletir sobre a

constituição identitária da região pela perspectiva da invenção, viabilizaram a identificação de referenciais histórico-sociais. Tais estudos condicionaram reflexões sobre a contínua invenção/reinvenção dos mundos amazônicos e seus respectivos imaginários, com destaque à natureza e as dimensões culturais que atravessam as narrativas sobre o território e seus habitantes.

Pode-se afirmar que a proposta de tese começou a tomar forma ainda durante o mestrado, tendo em vista que a temática se manifestou através do manuseio das fontes utilizadas na pesquisa da dissertação. Durante o processo de investigação das fontes, no universo do processo investigativo dos jornais do Acre¹, a Amazônia surgia nas páginas do jornal *O Rio Branco*, marcada por um dualismo que me estimulava a aprofundar a investigação. Na proporção que a Amazônia era tematizada como uma “questão nacional” indagando a falta de investimentos governamentais, com destaque às ações econômicas em detrimento do declínio de produção da borracha, o mesmo jornal veiculava propagandas que incentivavam investimentos privados na região, apresentando-a como rentável, lucrativa e favorecida por facilidades de crédito para a implantação de empreendimentos.

Foi a partir de algumas edições do jornal *O Rio Branco* que meu interesse em investigar as representações e discursos da Amazônia se intensificou, por meio de um arsenal teórico e metodológico que me permitiu analisar as fontes jornalísticas enquanto narrativas. Através desse periódico, foi possível levantar questões e hipóteses que serão discutidas ao longo deste estudo, talvez sem respostas definitivas, mas que buscam compreender as condições que possibilitaram a Amazônia ser propagada como uma narrativa, um produto difundido comercialmente e politicamente.

Contudo, essas análises em torno da região são constituídas a partir de um lugar específico dessa Amazônia, que obteve sua “identidade”, enquanto parte do país em 1903. Nessa perspectiva, este estudo se instaura a partir de uma certa particularidade, na medida em que se buscou identificar as narrativas da Amazônia a partir do Acre, sem desconsiderar os aspectos mais amplos do contexto nacional. A hipótese principal está direcionada para a compreensão das especificidades presentes nas representações produzidas a partir do território acreano.

¹ As edições do jornal *O Rio Branco* foram as principais fontes de pesquisa utilizadas na dissertação de mestrado. O acervo físico desse jornal, dos anos 70 e 80, anos pesquisados para a pesquisa, estão no Museu Universitário da Universidade Federal do Acre, campus Rio Branco.

Dentre essas questões levantadas, destacaram-se três que se mostram elementares para a estruturação inicial do estudo. A primeira consiste em questionar como o Brasil, a partir de um panorama nacional, reconhece a Amazônia como parte de seu território. A segunda interroga as percepções de Amazônia, sob um olhar externo, a partir de uma concepção de mundo (europeu) que difere dos modos de vidas das populações amazônicas. A terceira investiga os conceitos e concepções herdados do período do “descobrimento”, da “colonização” e dos “projetos de integração”, e de que maneira esse conjunto simbólico ainda reverbera sobre a Amazônia do século XX. Essas indagações foram articuladas enquanto eixo de investigação durante os primeiros ensaios de elaboração da tese.

O ingresso no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Amazonas permitiu um aprofundamento na formação da área de História, iniciado já nas disciplinas cursadas durante os primeiros semestres do curso. Contudo, destaco as disciplinas de Seminário de Tese e Seminário de Pesquisa cujas abordagens teóricas e metodológicas contribuíram diretamente para a consolidação da pesquisa, conferindo novos contornos que modificaram não só o projeto de pesquisa inicial, mas as percepções sobre o objeto a ser desenvolvido na tese.

Durante a fase inicial de pesquisa e análise das fontes para a elaboração da dissertação² de mestrado, a partir de algumas edições do jornal *O Rio Branco* publicadas entre as décadas de 1970 a 1980, a Amazônia surgia em alguns textos jornalísticos, cujas abordagens indicavam uma possibilidade de estudo. Títulos de matérias jornalísticas tais como *Desafios para a Amazônia, temporada de investimentos, facilidades de crédito e apoio governamental para empreendimentos na região* eram recorrentes nesse período, o que despertava, enquanto pesquisadora, o interesse em compreender as narrativas sobre a região a partir de produções que circulavam nesse território concebido como amazônico.

As matérias de jornais acreanos utilizadas como fontes de pesquisa permitiram vislumbrar sobre a forma como, em âmbito nacional, a Amazônia era representada nas propostas de integração e desenvolvimento. Em diferentes contextos, tais propostas ressaltaram distintas “necessidades” de apropriações dessa região. Identificar as narrativas amazônicas durante as décadas de 40 a 60, especificamente sobre alguns jornais do estado do Acre, permite refletir sobre como a região ainda está atravessada pela lógica do vazio, como uma folha em

² Dissertação de mestrado defendida em 2020 sob o título: Semente: leituras sobre a trajetória de um grupo de teatro da cidade Rio Branco – Acre.

branco a ser descoberta, fundada e escrita. Essa representação remonta às expedições e aos relatos de viagem e ao próprio projeto colonial português, reverberando em sucessivos projetos desenvolvimentistas com o incentivo dos governos brasileiros.

Em *A escrita da história* (1982), Michel de Certeau propõe uma reflexão sobre a instrumentalização do poder exercido sobre um lugar, adotando um viés crítico que insere a historiografia ocidental ao problematizar a ideia do “descobrimento” sob a perspectiva daquele que funda, que institui uma origem e que legitima uma narrativa sobre o espaço. O autor também direciona esse olhar crítico ao processo de colonização, utilizando como referência o “descobrimento” da América. Logo no início da obra, ele recorre à alegoria sobre o quadro *A Escrita conquistadora e o Explorador A. Vespúcio* para refletir sobre o contato europeu com a América como um ato de apropriação, que segundo ele, se estende às múltiplas formas de dominação humana, sustentadas pela lógica civilizatória e pelos ideais de progresso.

Nessa perspectiva, Certeau (1982) retoma elementos da colonização para dialogar sobre o modelo ocidental de construção da História, retomando a escrita como parâmetro de registro da existência da sociedade e como instrumento que define o lugar que cada sociedade ocupará diante da lógica colonial dominante. A partir do que atribui como *Escrita conquistadora*, o autor recorre, inicialmente, a um quadro que representa a constituição da América pela perspectiva do agente colonizador, ilustrando como o Ocidente instituiu a escrita como o único viés legítimo para a demarcação da história humana.

É nesse diálogo com Michel de Certeau que os referenciais teórico-metodológicos foram mobilizados para inserir a Amazônia como temática de pesquisa. Considerar o território que hoje nomeamos como Amazônia a partir das práticas colonizadoras significa reconhecer que lhe foi imposta uma única via de interpretação, que se sobrepôs à dimensão da experiência humana e a um conjunto de significações silenciadas e reconfiguradas pelo viés do colonizador. Esse “padrão” produziu ausências por meio de um arsenal de práticas legitimadas e institucionalizadas, sobretudo no âmbito da historiografia moderna ocidental.

Segundo Certeau (1982), é preciso contrapor os parâmetros cristalizados pela metalinguagem, que opera como se houvesse uma correspondência ao real. É necessário refletir a partir de outras perspectivas, capazes de rebelar o caráter construído do verdadeiro e do concreto, como se o elo entre o objeto e aquilo que o torna inteligível não estivesse condicionado a um discurso que habilita não somente a sua existência, mas também a sua condição de verdade. Nessa perspectiva, buscou-se compreender a Amazônia a partir de um

campo de ideias que solidificou generalizações, categorias e determinismos, formulando moldes de representações e discursos que estruturam a sua inteligibilidade.

A compreensão da inteligibilidade e das estruturas discursivas da Amazônia permite refletir sobre um conjunto de representações que se manifesta como expressão de verdades sobre esse lugar. Ao pesquisar acerca dessas representações da região entre as décadas de 1940 e 1960, torna-se possível enveredar pelas camadas que constituíram as relações de poder do período. Esse percurso evidencia os mecanismos que definiam o que era considerado legítimo, autorizado e possível de ser dito e escrito sobre a Amazônia, revelando o modo como tais enunciados sustentavam as práticas discursivas vigentes naquele período.

Acerca da operação historiográfica em Michel de Certeau, a escrita assume uma valoração de inscrição que se entranha, pela linguagem, em um conjunto simbólico responsável pela significação das coisas, como houvesse uma equivalência direta entre o signo e objeto ao qual se refere. Nessa perspectiva, a escrita passa a ser entendida como parte constitutiva de uma História moderna da própria História, na qual a linguagem, enquanto produto social, desempenha um papel estruturante. É a partir dessa concepção que a Amazônia é analisada por meio das produções científicas que elaboraram um modo de ver e de pensar a região instituindo um saber/poder sobre o lugar.

Em articulação com Michel Foucault, em *As Palavras e as coisas* (1999), é importante destacar suas reflexões sobre a inserção de uma historicidade acerca das coisas, como se elas carregassem em sua essência as significações a partir da forma em que são articuladas para serem interpretadas. A partir do século XVII, o autor destaca uma mudança: as palavras e as coisas se separam. Os códigos serão regidos por um conjunto simbólico, resguardados pelo domínio cultural, que integram e ordenam os modos de ver, interpretar e relacionar-se com as coisas.

Quais as codificações ainda prevalecem sobre a compreensão da Amazônia? Quais estruturas ainda reproduzem o imaginário forjado desde o período das expedições à região? Quais modalidades de conhecimento, sustentadas por um modelo científico, corroboram para uma escrita uniforme e homogeneizadora sobre a região? Essas questões, além de criarem possibilidades de análises, também orientam as escolhas metodológicas que estruturam o panorama interpretativo adotado neste estudo, especialmente no uso dos jornais como fontes centrais da tese.

Durante a pesquisa, a identificação dos elementos que integraram um conjunto de categorias para pensar a Amazônia constituiu uma das questões elementares. Ao investigar essas estruturas discursivas, enveredando por esses conjuntos de regras que autorizaram os escritos sobre a região, foi possível percorrer os caminhos pelos quais o imaginário, bem como as articulações políticas e econômicas, contribuíram para consolidar uma visão hegemônica. Trata-se de uma Amazônia construída sob o viés do colonizador, eurocêntrico, pautado na lógica da conquista, do vazio e do descobrimento.

Através dessas interseções, pretendeu-se chegar ao que Foucault, em *Microfísica do Poder* (2018), considera acerca da produção da História, sobretudo a necessidade de buscar, nas entrelinhas, os meios que garantira sua inteligibilidade diante das tensões e estratégias que possibilitam múltiplas interpretações a partir dos sentidos imbricados. Nessa imersão, além de identificar as representações e os discursos sobre a Amazônia nas narrativas de jornalísticas, buscou-se entrever os eixos estruturantes para a concepção de Amazônia que vigorou entre os anos de 1940 a 1960.

Em articulação com essa dimensão da linguagem, Foucault, em *As Palavras e as coisas* (1999) propõe uma reflexão sobre a relação do homem e as suas manifestações codificadas, expressas pela experiência, com o mundo e o lugar que habita. Quais artifícios garantem a comunicação e as significações atribuídas às coisas? É diante dessa prática que o autor instaura uma abertura para a descontinuidade da suposta transparência entre as palavras e as coisas, retirando a neutralidade ao demonstrar que a linguagem resulta, a partir do século XVII, de um fenômeno do âmbito cultural.

A Amazônia, enquanto um termo designado pelas navegações, pela colonização e pelos projetos integracionistas, possui historicidades que se associam à estrutura que permitiu sua existência e condição de autenticidade. Quando se reporta às primeiras navegações que adentraram à região hoje como Amazônia, surgem questões fundamentais: quais os artifícios foram utilizados como parâmetros para a elaboração das narrativas? Ainda que não seja o foco da pesquisa, questões como essa contribuem na compreensão sobre a constituição do imaginário europeu, que, mesmo sem corresponder ao contato direto com a região, sem encontrar as Amazonas, as pedras preciosas, a fonte da juventude, continuou a reproduzir um imaginário fantástico sobre o lugar.

O alicerce do ofício do historiador, conforme Marc Bloch (2001), reside na compreensão acerca do seu objeto de estudo, de suas problemáticas e das questões que

impulsionam as indagações a serem respondidas pela pesquisa. A retomada dos fragmentos do passado permite entrever as condições que possibilitaram as produções humanas em determinado período, evidenciando tanto as rupturas quanto as continuidades, sem se desvincular das problemáticas que motivaram a escolha do pesquisador ao longo da investigação. Ao refletir sobre os aspectos teórico-metodológico que orientam a pesquisa, destacam-se os dispositivos, artifícios e estruturas que tornaram possíveis as representações e discursos sobre a Amazônia entre as décadas de 1940 e 1960.

No trabalho de investigação das fontes dos jornais, uma das questões centrais consistiu em situar os periódicos como fontes históricas capazes de identificar as representações e discursos acerca da Amazônia. Nessa retomada para a compreensão e análise dos materiais pesquisados, é importante elencar as motivações que culminaram nos recortes temporal e espacial da pesquisa. Afinal, as escolhas realizadas pelo pesquisador, tanto na seleção das fontes quanto na definição de seus limites, dialogam diretamente com as motivações que fundamentaram o estudo.

Quais são as narrativas sobre a Amazônia circulavam nos jornais acreanos durante as décadas de 1940 a 1960? Por que utilizar jornais do Acre para tratar a Amazônia? Essas questões orientaram os recortes delimitados para esta pesquisa e se articularam ao que Albuquerque Júnior (2011) define como o *corte inaugurador* e *fronteiras fixadas*, que correspondem às direções determinadas pelo historiador a partir de sua especialidade e das pretensões em relação à produção do conhecimento histórico. Afinal, como destaca o autor, “A história está sempre pronta a desmanchar uma imagem do passado que já tenha sido produzida, institucionalizada e cristalizada” (p. 61).

Elaborar um estudo sobre a Amazônia implica estabelecer um diálogo que permeia a construção discursiva sobre a região, que exprime diferentes forças que influenciam os âmbitos político, cultural e econômico, materializando-se em diferentes formatos que correspondem às representações. São essas produções que influenciam o modo como a região foi, e ainda está, estruturada para corresponder a um conjunto simbólico que orienta ações políticas, econômicas e ideológicas.

Quais os eixos que estruturam o imaginário sobre a Amazônia entre as décadas de 1940 a 1960? Por que partir do Acre para tratar das representações e discursos sobre a região? Quais enunciados exprimem a formação discursiva para essa visualização da Amazônia como inferno

verde, terra sem homens e floresta disponível para a exploração do látex? Essas foram algumas das indagações que impulsionaram a elaboração da tese.

Nos textos jornalísticos do Acre que tematizaram a Amazônia entre as décadas de 1940 e 1960, foram identificadas narrativas que buscavam difundir ideias, conhecimentos científicos elaborados por intelectuais que estudaram ou desenvolveram trabalhos na região. Há uma historicidade que organiza uma conexão lógica própria entre o que se apresenta como necessidade para a região naquele período, o modo como essas ações se desdobram no território e as condições que garantiram sua inteligibilidade em relação ao que foi instituído para a legitimar sua existência.

Essa historicidade, para Foucault (1999), alcança o eixo das “coisas” ao instituir uma separação entre os procedimentos de interpretação e o que será interpretado, produzindo um modo específico de significação. O sentido está justaposto no discurso, na relação que estabelece pelo que o define, e também se realiza pelo que está fora dele, ou seja, os sentidos são garantidos por uma ordem que define o âmago daquilo que é fixado como legítimo, enquanto também estabelece lugar daquilo que não é, por meio da relação dual entre afirmação e negação.

Com o advento de uma escrita que subscreve um poder/saber que se estende aos sujeitos, aos seus corpos e aos seus modos de se organizarem no lugar que habitam, torna-se fundamental destacar que a escrita, enquanto prática histórica, assume a importância de um único sistema de signos autorizado, colocado acima da experiência. É a partir dessa relação com a escrita, e refletindo sobre a sua magnitude para traçar a vinculação do sujeito com o lugar, que este estudo articula problematizações para abordar a Amazônia “desconhecida”, “exótica” e “longínqua”. Busca-se compreender os traços discursivos que ainda ecoam a partir da perspectiva da “descoberta” da região, remetendo uma origem moldada pelas ações colonizadoras.

O que foi instituído como “descobrimento” e “conquista” estabelece um corte fundador que marca a origem do lugar, de um povo e de uma sociedade que tem a sua própria existência negada e/ou condicionada aos parâmetros externos que impõem uma nova ordem, um novo estado de ser, viver e habitar. É nessa dimensão do outro que o conquistador institui sua própria narrativa histórica, atravessando o lugar, o corpo e a tradição, para fabricar a diferença que o opõe ao outro: o exótico, o diferente. Assim, é essa diferença, aquilo que ele próprio não é,

garante a legitimidade da ação colonizadora, daquele que se posiciona como detentor do saber e poder.

Entre a numerosa produção de trabalhos sobre a região que se debruçaram sobre o estudo da Amazônia dos expedicionários, dos cronistas, dos naturalistas, da colonização e dos sucessivos projetos arquitetados para a região em diferentes períodos, prevalece a apropriação dessa Amazônia como um produto revestido por uma roupagem que se revigora a cada ação que legitima ou reproduz a história de um lugar e de seus povos a partir de uma clivagem que institui, de forma hierárquica, a superioridade sobre o outro. Por que ainda ecoa a visão da Amazônia como vazio? Como um território a ser explorado, assim como se pensou desde Francisco Orellana, no primeiro contato do europeu com o Rio Amazonas? Ao retomar Michel de Certeau, utiliza-se sua percepção acerca do modo de “fazer história” do ocidente estar condicionado à escrita e da maneira que ela substitui outras formas de tecer as experiências humanas a partir de outras linguagens.

Uma das primeiras dimensões para a composição da pesquisa partiu das escolhas teóricas e metodológicas na tentativa de compreender a Amazônia como uma construção, como resultado de ações humanas específicas, ou melhor, de determinadas ações, experiências que impuseram uma lógica e estabeleceram uma ordem sobre o lugar que hoje concebemos como tal. Por meio desse processo de desnaturalização da própria nomenclatura determinada à região, a dimensão da narrativa é posta como ponto de partida para o desenvolvimento da tese, ao considerar que a Amazônia é concebida nesse estudo como resultante de ações que ecoam significados não somente sobre o que se quer dizer sobre ela, mas sobre os seus efeitos e projeções do imaginário constituído em torno da região.

Na busca por compreender as possibilidades de apreensão do homem e do mundo que habita, considerando o tempo enquanto parte da produção humana, é fundamental reconhecer que ele expressa que os homens organizam uma historicidade em relação à organização temporal dada em uma certa estrutura social, econômica e política. A narrativa, para o filósofo Paul Ricoeur (1994) está ligada ao tempo, já que ele não está isento das interferências humanas, ou seja, o tempo é uma produção humana pelo modo que está inscrito em uma narrativa, ou seja, numa expressão humana. É nessa confluência que a narrativa adquire um significado, ao se delinear e organizar a experiência temporal.

Ao partir da concepção teórica de Ricoeur (1994), este estudo adota a dimensão da narrativa como inerente à produção humana, já que uma determinada produção expõe uma

experiência do tempo, expondo as simbologias, as condições de elaboração do seu conteúdo, sobretudo, pelos seus elementos que escancaram a experiência humana e o seu tempo de construção. Desse modo, a constituição da narrativa acompanha uma ordem que expõe as condições de sua elaboração, assim como a sua disseminação enquanto parte de uma trama maior que permitiu a sua elaboração.

Nessa dimensão das narrativas, investigar os periódicos produzidos na Amazônia, especificamente no Acre, significa mergulhar pelas estruturas que expõem as condições de produções das narrativas, da maneira que reverberam as representações acerca da Amazônia e de um lugar particular dessa região homogeneizada: o Acre. Enveredar por alguns periódicos acreanos, que adquirem a significação de narrativa, é necessário, visto que a pesquisa visou compreender os materiais jornalísticos para além de uma função meramente “informativa”, ou seja, dialogando como esses materiais, enquanto narrativa, exprimem representações, discursos e poderes sobre a Amazônia a partir de um lugar e um período específico.

Ao conceber as produções jornalísticas como narrativas, os periódicos não serão utilizados como “notícias” ou “acontecimentos” da época. O que inicialmente culminou na utilização desses materiais partiram da sua condição inicial enquanto veículo de comunicação com produções que não estão isentas de pretensões e finalidades, já que as matérias publicadas passam por uma seleção para definir o que fará parte do conjunto de publicações daquela edição.

Ângela de Castro Gomes em *Imprensa e mediadoras culturais: ciência, história e literatura* (2016) aborda o papel dos intelectuais na imprensa enquanto *mediadores culturais*, na articulação de ideias que circulavam através dos meios de comunicação. Nessa reflexão sobre as produções dos intelectuais durante os séculos XIX e XX, é interessante considerar que a presença de narrativas de autoria ou com assinaturas de intelectuais, seja com afirmações, análises e perspectivas sobre diferentes temáticas, permitem perceber esses agentes enquanto responsáveis pela fabricação e circulações de ideias movimentadas por jogos de interesses políticos e econômicos. Ou seja, os intelectuais detinham um lugar de privilégio, um veículo de comunicação para exprimirem suas manifestações e colaborarem com construção de ideias, fomentando e assegurando projetos a partir de “tendências” políticas.

Diante o diálogo entre as autoras que contribuíram com as perspectivas metodológicas que auxiliam pesquisas com periódicos, é importante destacar que a imprensa no Norte do país, especificamente do Acre, não diferia desse conjunto de acepções dos intelectuais presentes nos

conteúdos apresentados pelos periódicos. Ao reportar essa observação da intelectualidade no meio de comunicação impresso para a Amazônia, as edições de jornais inseridas como fontes de pesquisa permitem identificar esses intelectuais e suas ideias circulantes.

Desde as primeiras ações de pesquisa, as vozes dos intelectuais sobre a Amazônia puderam ser identificadas nos jornais, corroborando e/ou articulando forças políticas mediante as assertivas científicas, através da exposição de obras, pesquisas e demais ações institucionalizadas pela autoria daqueles que estavam autorizados a dissertarem sobre o assunto, seja pelo respaldo científico, por alinhamentos políticos e demais jogos de interesses que podem ser identificados a partir dos diálogos desse estudo com outras tipologias de fontes.

É nessa imersão pelos enunciados que estruturaram e ainda ecoam estruturas sobre o imaginário sobre a região que outras fontes de pesquisa serão utilizadas para contrastar as narrativas de jornais. Diante essa dispersão de ideias que circulavam, inclusive a partir dos intelectuais, outras tipologias de fontes passaram a ser incorporadas nesta pesquisa, tais como: publicações de algumas edições da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB, da Revista Brasileira de Geografia – IBGE, discursos de agentes públicos, legislações e obras publicada sobre a Amazônia. Esse conjunto de fontes permitem identificar e analisar as narrativas que reverberaram as representações e as relações de poder sobre a Amazônia.

O recorte de pesquisa para os anos 40 e 60 viabiliza a reflexão acerca desse conjunto de ordenamentos políticos e econômicos que inseriam a Amazônia como território em “ascensão”, no que concerne a um protagonismo econômico decorrente da ebulição da produção da borracha. A região aparece centrada nessa atividade econômica como a principal ação comercial que direciona e dinamiza as demais instâncias da sociedade. Ou seja, a produção da borracha culminou nas instaurações de alguns traços do dito “desenvolvimento” e “progressos” para um território incorporado como selvagem e distante dos contornos de civilidade.

Outra dimensão a ser destacada nesse diálogo inicial é o debate da produção intelectual da época. Entre as movimentações dos grupos dominantes que detinham a hegemonia sobre a produção da borracha, havia uma força que compunha uma rede de difusão de ideias acerca da Amazônia, através de uma abordagem regionalista, que ressaltava as especificidades da região. A inserção desse regionalismo, a partir de categorias científicas, permitiu aos intelectuais ocupar lugares de fala, legitimados como detentores do conhecimento “amazônico” produzido mediante os parâmetros científicos.

Na obra *Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas (1880 - 1920)* (2015), Maria Luiza Ugarte Pinheiro destaca a produção intelectual em periódicos de 1880 a 1920³, ao abordar as publicações que garantiram visibilidade aos escritos daqueles que tiveram protagonismo no que a autora nomeia de *vida literária do Amazonas*. Entre os autores que se destacam na imprensa da época, alguns nomes estarão em foco nesse estudo, considerando suas significativas manifestações para a difusão de ideais não somente nos jornais amazônicos, mas principalmente pelas relações políticas nacionais com os governos da época.

Ao destacar o que se pretende responder enquanto problemática de pesquisa para tratar os discursos e representações da Amazônia nos periódicos, é interessante retomar a conceituação de narrativa por Ricoeur (1994) que possibilita refletir que o historiador não está isento da produção de narrativas, mesmo quando acompanhados de outras vertentes teóricas, inauguradas pelos Annales (1929), estabelecendo uma relação assimétrica com as finalidades da História que tradicionalmente correspondiam aos grandes feitos e às histórias nacionais.

A narrativa histórica tende a atender às necessidades que partem do lugar de produção. Assim, ao retomar fontes de jornalísticas de décadas passadas, consciente da incapacidade de resgatar ou restaurar sequências de manifestações e eventos humanos em um determinado tempo e espaço, a produção do historiador não está fora da concepção de construção, trata-se de criar uma sistematização para a compreensão daquilo que foi elaborado, tornando-o inteligível para o período em que ocorreu a pesquisa.

As condições desta escrita atravessam um tempo que se organiza pelas relações sociais, fruto das narrativas humanas e das experiências que se organizaram no tempo. O que significa dizer que este estudo também faz parte de uma narrativa, pautada em questões que se mostram como necessárias para encontrar outras possibilidades de compreender a Amazônia, propondo novas perspectivas e possibilidades que desafiam a interpretação imposta como única para compreender a região. Assim, busca-se desnaturalizar aquilo que foi constituído como sólido para se pensar a Amazônia e a sua constituição histórica.

Conforme reflete Albuquerque Júnior (2012), os vestígios humanos utilizados pelo historiador para compreender o passado não possuem os sentidos necessariamente vinculados

³ Ainda que o recorte temporal da professora Dra. Maria Luiza Ugarte Pinheiro seja diferente dos anos pesquisados nesta pesquisa, a composição dos seus estudos auxilia em dois aspectos elementares. O Primeiro, no tocante à metodologia empregada para trabalhar os jornais como fonte de pesquisa. O segundo, pela pesquisadora identificar alguns aspectos particulares dos jornais na região.

aos objetos. O que dá contornos à pesquisa são as problemáticas do historiador, ancoradas em seu presente, trazendo à tona, a partir de suas intencionalidades, a trama histórica que adquire sentido através da articulação das fontes em análise, bem como pelos saberes históricos envolvidos que deverão ser subsidiados pelo historiador.

Este estudo está organizado em quatro capítulos, interligados entre si, que pretendem responder às questões apresentadas nesta introdução. O primeiro, intitulado *Acre: Narrativas, representações da nacionalidade brasileira no extremo oeste da Amazônia*, tem como objetivo compreender a dimensão do Acre, desde as primeiras narrativas veiculadas nos jornais, remetendo aos tratados e limites que antecederam o período republicano. Além disso, o Acre é analisado a partir de uma dimensão simbólica, atravessada pelo âmbito econômico, reverberando os reflexos das representações amazônicas no século XX.

O capítulo dois, intitulado *Construções simbólicas da Amazônia brasileira: integração, unidade e identidade*, buscou compreender os projetos que atravessaram as tendências teóricas e metodológicas da história do Brasil, tendo como foco a proposta de construção de uma unidade nacional desde o período do Brasil Império. Diante dessas reflexões, as produções de intelectuais como Arthur Cézar Ferreira Reis e Araújo Lima foram analisadas como parte da construção de propostas políticas nacionais que utilizaram a Amazônia como estratégia governamental.

O capítulo três, intitulado *As representações da Amazônia brasileira nos anos de 1940: construções históricas de integração, adaptação e ocupação*, analisou as narrativas sobre a Amazônia na década de 1940 sob a perspectiva econômica, com base no imaginário de um “redescobrimento” da região durante a política da Era Vargas. Por fim, o quarto e último capítulo, *Os “lugares” do Acre na historiografia brasileira: discursos, narrativas e representações da Amazônia acreana (1940–1960)*, tratou de identificar a disseminação da ideia de Amazônia a partir da especificidade do Acre, destacando suas fronteiras por meio de uma construção simbólica sustentada por permanências que se manifestam tanto nas relações de poder e nas ações autoritárias de governos quanto nas resistências dos sujeitos que reinventam nessa região amazônica acreana.

I - ACRE: NARRATIVAS, REPRESENTAÇÕES DA NACIONALIDADE BRASILEIRA NO EXTREMO OESTE DA AMAZÔNIA

A especificidade da experiência dialética consiste em dissipar a aparência do sempre-igual – e mesmo da repetição – na história.

Passagens. Walter Benjamin, 2007.

Este capítulo tem como objetivo identificar as narrativas em torno da constituição do Acre como parte integrante do Brasil, a partir das primeiras manifestações de interesse na incorporação das terras situadas na fronteira entre Bolívia, Peru e Brasil. A compreensão da inserção dessa região, posteriormente denominada *Acre*, será conduzida por meio das vinculações com as produções discursivas de caráter nacional, especificamente no momento em que se delineou uma perspectiva utilitarista para a integração do território, motivada pela ascensão econômica decorrente da extração do látex das árvores conhecidas como seringueiras.⁴

Quando nos referimos ao Acre, adentramos um recorte temporal que remete ao final do século XIX, especificamente ao início da estruturação da atividade de extração da borracha na região amazônica. O atual território acreano estava inserido nesses contornos, onde a visualização do lucro com o sistema extrativista na região impulsionou o interesse pela região, que anteriormente, para essas nações, representava apenas uma porção de terras entre países, sem projeções para a disputa diplomática que se sucedeu após o “despertar” das nações - Brasil e Bolívia - diante as vantagens econômicas vislumbradas para a região através da exploração do látex⁵.

Por representar rentabilidades para a nação que gerenciasse essa estruturação da exploração extrativista, as disputas entre Brasil e Bolívia, a partir de 1877, lançaram um ordenamento para o território que hoje conhecemos como Acre, instituído a partir da perspectiva da “descoberta” e da “origem” pela lógica do capital. Assim, o advento da produção

⁴ *Hévea Brasiliensis* é o nome científico da árvore, mas que comumente é conhecida como seringueira ou árvore da borracha pela referência ao líquido extraído de seu interior, chamado de leite da seringa.

⁵ Substância extraída da árvore conhecida como seringueira. Com textura pastosa, o material extraído da seringa é conhecido como “leite”. Após passar por processos de vulcanização, o material, já na consistência elástica, é utilizado pelas indústrias para a fabricação de diversos objetos e utensílios.

da borracha produziu novas dinâmicas, seja pela força das ações políticas e econômicas, seja por uma nova ordem alicerçada pelo âmbito econômico.

A primeira parte deste capítulo trata das forças políticas e econômicas nacionais influenciaram as condições que possibilitaram o protagonismo do Acre para o Brasil, em detrimento do expressivo potencial de extração da borracha. Analisa-se o período que antecedeu a anexação, desde as narrativas que registraram os primeiros trabalhadores brasileiros na região até as manifestações políticas que culminaram no tratado de Petrópolis, em 1903. Após esse acordo diplomático, surgem questionamentos sobre quais mudanças ocorreram a partir desse “alargamento” territorial do Brasil, com a incorporação do Acre. Essa indagação permeia todo o estudo, cujo recorte temporal se estende até os anos de 1960, quando o território adquiriu contornos políticos enquanto parte do Brasil, momento em que o Acre tornou-se Estado, em 1962⁶, ou seja, 59 anos após o Tratado de Petrópolis, acordo diplomático responsável anexação dessas terras ao país.

As fontes de pesquisa selecionadas para tratar dessas questões foram alguns jornais circulantes no período, principalmente os do Rio de Janeiro, considerando que a cidade, nesse período, era a capital federal do país e, conseqüentemente, os periódicos da cidade, naquela época, publicavam textos sobre as ações do governo do nacional. A inserção das matérias de jornais entre 1901 e 1912, além de relacionar com algumas publicações de jornais de outros estados do país, possibilitou identificar as primeiras narrativas publicadas sobre o território, antes mesmo de a “questão do Acre”⁷ alcançar a dimensão de conflito ou situação litigiosa diretamente com a Bolívia.

Um breve recuo ao próprio recorte temporal da pesquisa, entre 1940 e 1960, permitiu enveredar pelas primeiras narrativas dos periódicos sobre o Acre, quando se iniciaram as primeiras ações litigiosas envolvendo acordos, tratado e reuniões diplomáticas entre Brasil e Bolívia. Algumas edições do jornal *O Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, foram utilizadas para identificar as publicações iniciais sobre a questão do Acre, ressaltando essas relações com a política nacional brasileira.

⁶ Em 15 de Junho de 1962 o Acre adquire a condição de Estado do Brasil, mediante a lei 4.070 sancionada pelo Presidente da República João Goulart. Lei disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4070.htm

Em articulação com as narrativas dos jornais, na segunda parte do capítulo serão discutidas algumas das primeiras obras sobre a constituição desse lugar, concebido como Acre, parte do Brasil. Essas obras refletem as construções entre a erudição e a ciência, na busca pela constituição histórica desse Acre. Os “homens” que produziram os primeiros materiais escritos sobre essa região estavam autorizados pela condição de intelectuais e pelo pertencimento à erudição, de modo que seus escritos potencializaram a perspectiva fundadora dessa região, destacando o protagonismo das seringueiras, considerando a quantidade expressiva dos recursos naturais oriundos dessas árvores e a potencialidade de produção da borracha produzida predominantemente por brasileiros.

Parte das fontes de pesquisa deste capítulo são obras de intelectuais reconhecidos por suas produções acerca da Amazônia e da constituição do Acre enquanto como parte do território brasileiro. A partir desse conhecimento constituído em bases “científicas” e pela busca da “verdade histórica” na escrita sobre a Amazônia, serão destacados, com maior rigor, a produção intelectual de João Craveiro Costa em *A conquista do Deserto Ocidental* (1973), e Euclides da Cunha em *À margem da História* (1909). Também será estabelecido um diálogo introdutório sobre as narrativas de “povoamento”, baseadas na perspectiva do vazio demográfico e no silenciamento das populações indígenas da região, no contexto de fundação do Acre brasileiro.

Com o objetivo é evidenciar como essas produções difundiram imaginários sobre a Amazônia e, especificamente, como o Acre adquiriu uma particularidade nas representações e discursos sobre essa região, o capítulo centra-se na discussão do Acre como parte da construção de uma narrativa de conquista e de anexação ao Brasil, integrando à Amazônia brasileira. Sem a pretensão de traçar uma retrospectiva linear ou de fazer um percurso cronológico da constituição do Acre por meio de acordos e tratados vinculados às ações diplomáticas do Brasil, a retomada aos anos anteriores evidenciou a construção da narrativa acreana alicerçada em questões nacionais. Ao mesmo tempo, essa abordagem permite enveredar pelas estruturas das formações discursivas que remetem à consolidação da identidade brasileira, especificamente no modo como essa identidade aparece ao se relacionar o território acreano ao restante do país.

Essas narrativas foram interpretadas através da constituição da identidade brasileira articulada a outras estruturas que influenciaram não apenas a forma como os jornais narravam a região, mas a prevalência de concepções que engendraram determinados padrões de interpretação em relação ao Acre. O foco da análise está na representação dessas terras em meio à conjuntura relacionada à sua constituição enquanto território de exploração, disputado por

diferentes forças políticas, impulsionadas pela potência econômica projetada sobre as terras que hoje constituem o Acre.

Refletir em torno das representações e discursos acerca da Amazônia a partir do Acre faz emergir particularidades entrelaçadas à própria constituição do Estado, seja enquanto parte do Brasil, seja como um lugar detentor de recursos naturais, cuja exploração extrativista alcançou notoriedade internacionalmente durante seu apogeu. Antes de sua configuração de terra anexada ao Brasil, as narrativas sobre a “formação” e a “constituição” do atual território acreano foram consolidadas por intelectuais que escreveram sobre a “origem” de um lugar a partir da lógica da exploração econômica.

1.1 Tratados escritos e fronteiras (in)visíveis: O lugar do Acre nos “limites” da Amazônia

Esta primeira parte do capítulo tem a pretensão de identificar as primeiras narrativas sobre as terras que concebemos, a partir de 1903, como o Acre, parte do território brasileiro. Ainda que esse período não seja o foco deste estudo, será contextualizado para a compreensão da Amazônia e de sua constituição histórica enquanto terras “acreanas”, desde as primeiras manifestações para alcançar a anexação ao Brasil. Tal abordagem permite um diálogo direto com os objetivos deste trabalho, seja na conformação do discurso, seja nas representações atribuídas a esse *ACRE* no contexto da Amazônia.

A perspectiva pretendida ao retomar aos anos que antecederam o tratado de Petrópolis corresponde à pretensão de refletir sobre o Acre como um enunciado, conforme pontua Gerson Rodrigues de Albuquerque no verbete intitulado *Acre, em Uwa'kürü: dicionário analítico* (2016). Segundo o autor, essa nomenclatura, que posteriormente passou a designar o território, está associada a uma narrativa que se relaciona à construção simbólica da Amazônia brasileira.

O Acre é instituído através de uma produção discursiva imersa em projetos políticos e econômicos que inseriram não apenas uma nomenclatura, mas também uma identidade, fixada e solidificada através do universo simbólico que instituiu uma origem para esse lugar. É através da consolidação de um nome, reconhecido e autorizado pelo viés do colonizador, que a história acreana é inaugurada. Portanto, os primeiros registros históricos desse lugar não se dissociam de um projeto político brasileiro, ainda que se reconheça que, legitimamente, através de tratados, a interpretação jurídica afirmasse que essas terras pertenciam à Bolívia.

Acre não é um dado da natureza, como também não é na forma da designação atribuída a um rio e, bem mais tarde, a uma porção de terras disputado entre o Brasil, a Bolívia e o Peru, que, pela força da persuasão diplomática registrada em acordos,

convenções e tratados internacionais passou a configurar como parte do território e da narrativa da nação brasileira. (Albuquerque, 2016, p. 16).

O autor nos auxilia a refletir sobre a relação entre o Acre e as estruturas vigentes no país durante o período que reporta aos anos 1900, quando se iniciou as primeiras movimentações sobre a *Questão do Acre*.⁸ Inicialmente, é importante destacar que a inserção do Brasil nessas terras inaugurou uma perspectiva de fundação, de origem para um lugar que, a partir da inserção do país nas questões políticas e econômicas, adquiriu uma representação de reafirmação da soberania nacional do Brasil, tanto no que se refere às fronteiras à capacidade do Estado de sua posse e controle.

As terras concebidas como *Acre* inauguraram mais uma narrativa de “conquista” brasileira frente às nações vizinhas, que, nas próximas páginas, também serão retratadas, principalmente no que diz respeito ao posicionamento adotado pelo Brasil em relação a elas. Nessa imersão pelas ações brasileiras diante do processo de anexação do Acre, relacionamos as reflexões acerca do ato de nomear, conforme destacou Certeau (1982) sobre a *escrita conquistadora* configurar a inserção de um saber, uma prática de “fazer história”, apoiada em um poder político que torna inteligível o que deseja ser criado/inventado.

Esse Acre não se “funda” à parte da estrutura política, econômica e social brasileira, considerando a conjuntura do final do século XIX, em um país recém-separado de sua metrópole colonizadora, mas ainda marcado por traços coloniais que reverberaram em sua organização enquanto nação. Embora o Brasil tenha se tornado independente a partir de 1822, sua estrutura manteve padrões herdados do período colonial. Assim, mesmo diante a condição de um país independente, o Brasil não se desfez das estruturas vivenciadas durante o império, perpetuando relações de poder e formas de organização com características do período colonial.

José Carlos Reis, em *Identidades do Brasil* (2017), ao refletir sobre os autores considerados os “intérpretes” do Brasil, retoma aspectos da historiografia brasileira para colocar no cerne da discussão a formulação da identidade nacional. Nos estudos da historiografia brasileira, desde os pensamentos de Adolfo Varnhagem (1850), o autor aponta que a identidade do país permeada por discursos e representações, demonstrando que a busca pelo que somos ou pelo que deveríamos ser está intrinsicamente ligada ao processo histórico e às forças políticas que influenciaram a construção e o “engrandecimento” dos elementos que compõem a identidade brasileira.

⁸ Os primeiros registros sobre o Acre aparecem nos jornais como a “Questão do Acre”.

Entre as primeiras narrativas sobre o Acre, a ideia da autonomia e da força do Brasil enquanto nação reverbera através do controle das fronteiras, no reforço da garantia de sua extensão territorial e pela efetivação do seu domínio sobre elas. Nesses contornos da “defesa” da soberania nacional, a supremacia brasileira é delineada a partir de uma posição de superioridade em relação às nações vizinhas, como trataremos aqui, o caso da Bolívia, considerando o posicionamento de superioridade que o Brasil adotou em relação a essa nação, não apenas ao âmbito político, mas também nos aspectos econômicos e culturais.

Ao utilizar as matérias de jornais como fonte de pesquisa, entende-se suas publicações enquanto narrativas que contribuem para entrever problemáticas que atravessam para além do que está “escrito” intrinsecamente ao leitor. César Augusto Bubolz Queiróz, em *Histórias Impressas – Imprensa e Periodismo na região Norte (1930-1988)*, trata da importância de estabelecer metodologias específicas quanto ao uso dos jornais para a pesquisa histórica. [...] Procedimentos auxiliam na análise e na identificação dos posicionamentos políticos, da forma como o periódico se coloca diante dos temas prementes para a sociedade e seus interesses”. (Queirós, 2022, p.20).

Em *História da Imprensa no Brasil*, Ana Luiza Martins e Tânia Regina de Luca destacam a peculiaridade da imprensa no país, bem como das relações entre imprensa e poder no contexto da conjuntura política que envolveu os primeiros textos jornalísticos brasileiros:

A história do Brasil e a história da imprensa caminham juntas, se autoexplicam, alimentam-se reciprocamente, integrando-se num imenso painel. Nesse cenário, muitas vezes os personagens são exatamente os mesmos, na imprensa, na política e nas instituições. Em outras, são, no mínimo, bastante próximos, pois intervenções políticas de peso são decididas no interior das redações, estabelecendo e testemunhando avanços e recuos das práticas dos governos, da dinâmica do país, da formação de seu povo, do destino nacional. E os exemplos vêm da colônia, passam pelo Império, persistem na Primeira República, seguem no Estado Novo e chegam até os nossos dias. (Martins;Luca, 2008, p. 08).

É através dessas percepções sobre a imprensa que os jornais são utilizados como uma das principais fontes de pesquisas, ao considerar as relações de poder que atravessam essas construções que vão ser publicadas pelos periódicos. Assim, as produções jornalísticas estão para além de “notícias”, sendo atravessadas por tendências que ecoam os recortes, temas e abordagens que serão incorporadas a cada exemplar de jornal.

Na obra *Acre, formas de olhar e de narrar: Natureza e História nas ausências* (2020), o autor Francisco Bento da Silva analisa as charges publicadas pelo jornal *O Malho*, do Rio de Janeiro, que veiculava materiais sobre a Questão do Acre por meio de ilustrações satíricas. Em uma delas, que aborda os diferentes posicionamentos entre Brasil e Bolívia, o autor reflete sobre a construção simbólica realizada por meio de imagens, as quais chegam a atribuir até mesmo “sentimentos” às nações. Em uma das análises, “O conteúdo sexista representava a Bolívia como uma do conteúdo sexista e da Bolívia feminina como presa fácil no território masculino (campo de batalha e arena pública) (...)” (p. 192).

Em sua tese de doutorado, intitulada *A cavalo dado não se olham os dentes”: O Bolivian Syndicate e a questão do Acre na imprensa (1890 a 1909)*, a autora contextualiza a compreensão acerca da *Questão do Acre* ⁹ ao reportar aos períodos de colonização, uma vez que o atual território do Acre surge a partir de uma discussão sobre tratados e limites. Ou seja, antes de chegarmos à geopolítica do período em que essas terras passaram a ser disputadas entre Brasil e Bolívia, já havia manifestações entre as nações colonizadoras. É importante destacar que essas disputas estabeleciam uma espécie de rivalidade para determinar quem teria a autonomia para a “exploração” ¹⁰ desses lugares, até então desconhecidos ao “Novo Mundo”.

Apesar dos acordos sobre posse, propriedade e da fixação fronteiras internacionais do Acre datarem pouco mais de um século, os litígios em torno de suas terras e recursos naturais foram herdados do período colonial. Isto porque, tanto no momento posterior aos “Descobrimentos”, quanto na fase de colonização, o território acriano era propriedade espanhola. E assim estava definido desde a época da partilha das terras do Novo Mundo por Espanha e Portugal com a Bula Inter Coetera (1493), tendo sido confirmado nas reformulações de limites com o Tratado de Tordesilhas (1494). (Albuquerque, 2015, p. 34).

A autora destaca que, até o Tratado de Santo Ildefonso, firmado entre Espanha e Portugal durante o período colonial, o território que corresponde ao Acre, tampouco pertencia a Portugal, o que demonstra a ausência de um processo histórico que relacione essas terras a uma herança colonial portuguesa. Neste mesmo estudo, também merece destaque a análise de Albuquerque (2015) sobre os tratados, para além da delimitação entre Brasil e Bolívia. A autora observa que

⁹ A expressão ficou bastante conhecida para se referir as todas as manifestações envolvendo Brasil e Bolívia em relação as tentativas de anexação do território que hoje corresponde ao Acre para o Brasil. Nos jornais pesquisados, *Correio da Manhã* (RJ), *Folha do Acre* (AC), *Goyaz* (Goiás), *Diário de Pernambuco* (PE), o termo é frequentemente utilizado pelos redatores para noticiar sobre a temática dessas terras.

¹⁰ Termo utilizado entre aspas para fazer referência às práticas colonialistas que culminaram na invasão de terras de diferentes sociedades que habitavam o novo mundo.

o Tratado de Ayacucho foi igualmente mobilizado como estratégia diplomática, a fim de evitar que a Bolívia se rebelasse contra o Brasil durante a guerra do Paraguai.

A partir dos dados e das análises realizadas neste estudo, é oportuno destacar o caso do Acre, no que se refere aos períodos que antecedem o processo de exploração do látex. Torna-se possível compreender os interesses sobre o território através de outras perspectivas, que remontam ao período imperial e às questões internacionais. Antes que as manifestações sobre a posse do território atingissem seu apogeu, enquanto um conflito e uma contenda diplomática, o próprio Brasil reconhecia que a posse da terra pertencia à Bolívia, o que se consolidava através de um acordo que ratificava o direito boliviano sobre a terra.

O Tratado de Amizade de 1867, também conhecido como Tratado de Ayacucho, evidencia as manifestações bolivianas reivindicando a posse da terra que hoje corresponde ao Acre, baseadas em questões transversais, como a preocupação em garantir a livre navegação por águas brasileiras até o oceano Atlântico.¹¹ Assinado durante o regime monárquico por Dom Pedro II, o acordo previa o direito de trafegabilidade da Bolívia pelos rios brasileiros. Essa cláusula se tornava ainda mais significativa considerando que, em 1879, a Bolívia perdeu acesso ao mar em decorrência da Guerra do Pacífico, e suas terras litorâneas passaram a pertencer ao Chile.

Os mapas a seguir apresentam as modificações na extensão territorial do Peru e da Bolívia, bem como os novos contornos territoriais após a perda de uma região rica em minérios, conhecida como Puerto de Antofagasta.

Imagem 01

Mapa da extensão territorial do Peru e Bolívia em 1878

¹¹ O território da Bolívia ficou sem acesso ao mar, durante a Guerra do Pacífico. Desde 1879 o país perdeu o território que garantia o acesso marítimo.



Fonte: Oldmaps online

Imagem 02

Mapa das modificações de territórios do Peru e Bolívia em 1881



Fonte: Oldmaps online

Os contornos da questão do Acre, desde o período monárquico, envolvem debates que atravessam o Brasil ao contexto internacional e suas relações com os países fronteiriços. Também é oportuno destacar que o contexto de assinatura do Tratado de Amizade ocorre em um momento em que o Brasil buscava afirmar sua autonomia por meio de diversas ações políticas em curso, como a Guerra do Paraguai (1864), a qual também envolvia disputas territoriais. Conforme indica Albuquerque (2015), o tratado de Ayacucho, ou Tratado de Amizade (1867), confirma que, naquele momento, o território do atual Acre era legalmente conhecido boliviano. O acordo visava, sobretudo, evitar que a Bolívia se alinhasse ao Paraguai no conflito, funcionando como uma estratégia diplomática para “contornar” um possível posicionamento rival da Bolívia em relação ao Brasil.

Art. 7º Sua Magestade o Imperador do Brasil permite, como concessão especial, que sejam livres para o commercio e navegação mercante da Republica de Bolivia as aguas dos rios navegaveis, que, correndo pelo territorio brasileiro, vão desembocar no Oceano.

Em reciprocidade, tambem permite a republica de Bolivia que sejam livres para o commercio e navegação mercante do Brasil as aguas dos seus rios navegaveis. (BRASIL, Decreto nº 4.280, de 28 de nov. 1868).

Além da questão da revisão de limites, o tratado previu disposições sobre navegação, comércio e extradição, temas de grande relevância para os interesses bolivianos, considerando sua perda de território litorâneo. Assim, além das instruções para o estabelecimento das fronteiras, já que as nascentes dos rios utilizadas como referência ainda eram desconhecidas, o acordo instituiu cláusulas de caráter “amigável”, incluindo a autorização para a navegação boliviana em rios sob domínio do Império do Brasil.

Imagem 03

Como exportar para a Bolívia (2022)



Fonte: WORLDOMETER

O mapa extraído do material intitulado *Como exportar para a Bolívia* (2022), produzido pelo Ministério das Relações Exteriores com apoio da embaixada do Brasil em La Paz, destaca que a Bolívia, nação fronteiriça com o Brasil, não possui acesso ao mar. Conforme o documento, “É um país mediterrâneo desde que perdeu sua costa no Oceano Pacífico, durante a guerra com o Chile em 1879 (Ministério das relações exteriores, 2022, p. 13).

1.2 O Acre entre disputas simbólicas e econômicas

Na obra *Amazônia: um pouco-antes e além-depois*, Benchimol (1977) aponta a ausência de estatísticas precisas sobre o fluxo migratório de brasileiros para a região Amazônica, embora existam registros sobre o itinerário de pessoas que saíram do porto de Fortaleza e de outras cidades rumo Belém e Manaus. O autor demarca a data de 1850 a 1915 para a primeira etapa da borracha ou “primeira batalha”, como assim denominou. Assim, é durante a mesma década

de assinatura do tratado de Ayacucho em que ocorre o primeiro grande movimento que ocorre o primeiro grande movimento que demarca o início da produção borracha¹² na Amazônia.

O potencial da matéria-prima já era conhecido entre as sociedades mais antigas que viveram na Amazônia, muito antes do projeto colonial português. Os povos que viviam na região produziam objetos elásticos pela manipulação realizada com o látex, também chamado leite da seringa, pela textura e coloração que apresenta após ser extraído da árvore. Assim, o conhecido fluxo migratório, as etapas de extração desse material e até mesmo os interesses pelas terras Amazônicas pela abundância dessas árvores vão ser justificadas pelo emprego industrial no século XVIII.

Eduardo Goés Neves, em *Arqueologia da Amazônia* (2006), contribui para a compreensão de que a arqueologia evidenciou uma Amazônia não apenas povoada, mas uma história milenar dos povos indígenas que habitaram a região há mais de 10 mil anos. Os sítios arqueológicos encontrados em diferentes partes da Amazônia revelam a diversidade dos modos de vida dessas sociedades, que se organizavam de acordo com as condições locais. Elementos como a vegetação, características do solo e a proximidade dos rios influenciavam diretamente os assentamentos humanos, demonstrando que cada civilização seu próprio grau de complexidade.

Em *Capital Trabalho e Amazônia Ocidental* (1992), Pedro Vicente Costa Sobrinho expõe que o cientista francês La Condamine, no século XVIII, já havia apontado para as possibilidades de uso do látex durante sua expedição pela região amazônica. A partir de 1850, com o crescimento da demanda no mercado internacional, o látex ganhou protagonismo para a economia mundial. Impulsionados pela lógica capitalista e pela ânsia de ampliar a produção, iniciou-se então um processo intenso de devastação da floresta, com o objetivo de extrair cada vez mais o látex. A exploração adotada seguia um modelo depredatório, sustentado na ideia de que a floresta oferecia uma fonte inesgotável de recursos, percepção que, durante um longo período, prevaleceu sobre a Amazônia.

Costa Sobrinho (1992) contextualiza que o movimento migratório de pessoas que vieram trabalhar enquanto extratores da borracha intensificou-se na década de 1870:

No ano de 1877, precisamente no dia 3 de abril, João Gabriel de Carvalho e Melo, Cearense de Uruburetama, desembarcou na boca do Aquiri, hoje rio Acre, com mais

¹² Há pesquisadores que também intitulam como “primeiro ciclo”. Os termos fazem referência ao período que se iniciou o período de exploração do látex da borracha da árvore em abundância na Amazônia, denominada *Seringueira*.

de 16 homens, e iniciou a formação dos primeiros seringais na região do vale do Acre. No ano seguinte, João Gabriel recrutou outros grupos de emigrantes, que distribuiu nas margens do Purus; daí por diante tornou-se ostensivo o povoamento da área. (Costa Sobrinho, 1992, p. 34).

Os primeiros movimentos voltados para o estabelecimento de uma estrutura extrativista na região, embora representem o marco inicial de uma atividade com fins econômicos em grande escala, também representou a institucionalização do silenciamento das populações indígenas. A implantação dos seringais corroborou com a desestruturação de organizações sociais consolidadas. Durante um longo período, esses registros de sociedades indígenas na região amazônica permaneceram escamoteada na historiografia brasileira, que sustentou a narrativa vazia demográfico, uma concepção que retratava a Amazônia como uma terra despovoada, à espera da exploração de seus recursos. Essa construção discursiva legitimou práticas de expropriação e violência, silenciando a resistência indígena diante dos arranjos políticos e econômicos impostos.

Ernesto Martinez Rodrigues, em sua dissertação *Correrias: índios, caucheiros e seringueiros* destaca que, no período que antecedeu as chamadas “correrias”, diversos povos indígenas habitavam as terras que atualmente correspondem ao estado do Acre, evidenciando que a região era densamente povoada por distintas organizações sociais. Segundo o autor, no século XIX existiam mais de 40 grupos indígenas no Acre. Essa diversidade étnica pode ser compreendida a partir de uma classificação que os agrupa em dois troncos principais, cada um com diferentes famílias linguísticas.

Os povos indígenas em questão que apresentamos como sendo Povos Indígenas do Acre, divididos ainda em dois troncos diferentes de família linguística: Pano, que habitavam a região do rio Juruá e Aruák que dominavam a bacia do rio Purus são os seguintes; Pano: Poyanawa, Nukini, Jaminawa, Kaxinawá, Katukina, Shanenawa, Yawanawa, Arara, Jaminawa Arara, Nawa, Kontanawa, Kaxarari; Aruák: Kulima, Arawa, Ashaninka, Apurinã, Mâxineri. (Rodrigues, 2016, p. 40).

Nos jornais da época, as terras então nomeadas acreanas passaram a ser noticiadas através de diálogos diplomáticos entre autoridades brasileiras e bolivianas. Um exemplo disso é a matéria publicada pelo *Correio do Amanhã* sobre um “Banquete oferecido ao chefe da expedição boliviana no Acre” (*Correio do Amanhã*, 1901). Na seção dedicada à transcrição de telegramas, o jornal relata que Eduardo Lisboa, ministro brasileiro, conferenciou “demoradamente” com o ministro das relações exteriores da Bolívia sobre a possível cessão do território do Acre ao Brasil.

O termo “cessão” remete ao ato de transferir ou ceder algo, o que é pertinente destacar no contexto em que as terras do atual território do Acre eram, legalmente, pertencentes à Bolívia, inclusive, com reconhecimento formal por parte do Brasil, conforme estabelecido no Tratado de Ayacucho.¹³ Esse tratado, assinado em 1867, durante o período monárquico brasileiro, revisou os limites territoriais entre os dois países, com base em acordos anteriores, como o Tratado de Madri¹⁴ (1750) e o Tratado de Tordesilhas¹⁵ (1494). Ainda que não seja a intenção realizar uma retrospectiva dos acordos firmados, é importante evidenciar que o Tratado de Ayacucho (1987) reafirmou juridicamente a soberania boliviana sobre a região do atual Acre.

Para Albuquerque Franco (2017), em *A Anexação do Acre ao Brasil dentro do contexto das relações internacionais que conduziram a construção das fronteiras brasileiras (1580-1909)*, o processo jurídico de incorporação do Acre ao território nacional deve ser compreendido dentro de um percurso histórico:

Neste sentido, é preciso compreender que o Tratado de Ayacucho foi mais do que tratativa limítrofe, representou garantia de não aliança entre Bolívia e Paraguai contra o Brasil na Guerra da Tríplice Aliança. A fluidez e os conflitos fronteiriços entre países sul americanos mais ocidentais causavam a ausência de regras claras e específicas acerca dos limites territoriais entre peruanos e bolivianos. Circunstâncias que levaram o Brasil a fazer negociações em separado, tanto no Tratado de Ayacucho (1867), quanto no Tratado de Petrópolis (1903) e no Tratado Brasil-Peru (1909) para solucionar a contenda. (Franco, 2017, p. 131).

A compreensão acerca do Acre perpassa esses arranjos políticos oriundos do Império Colonial Português, particularmente durante o período da União Ibérica, conhecida pela unificação das coroas espanhola e portuguesa entre 1580 a 1640. Nesse contexto, as fronteiras foram ampliadas e os limites entre os impérios deixaram de seguir rigorosamente os tratados. Como demonstra Albuquerque (2015), o Brasil é um exemplo do não seguimento desses limites, já que, durante a unificação dos reinos, as determinações do Tratado de Tordesilhas não foram observadas, ao passo que os projetos coloniais avançavam.

É nesse contexto que o Acre entra para os assuntos brasileiros, por meio de tentativas de negociação articuladas pelo governo com o objetivo de incorporar essas terras ao território brasileiro, dada sua potencial importância econômica ligada à extração do látex. Ainda que, nos

¹³ Este tratado também é conhecido como tratado da Amizade. Ele foi firmado entre o Brasil e a Bolívia no ano de 1867, em La Paz.

¹⁴ Acordo entre Portugal e Espanha em 1750 para tratar das disputas entre as duas nações, que desde o fim da União Ibérica, não havia uma delimitação entre os domínios portugueses e espanhóis.

¹⁵ Acordo estabelecido entre Portugal e Espanha datado em 1494.

anos que antecederam o tratado de Petrópolis, os jornais pesquisados não apresentassem matérias com uma identificação clara das motivações que levaram o Brasil a transformar o Acre em uma questão nacional, observa-se a presença recorrente da justificativa de preservação da soberania nacional como principal argumento.

Felipe Rabelo Couto, em *A Questão do Acre e a solução nacional de Rui Barbosa* (2015), compreende como o *Caso do Acre* provocou repercussões na política externa brasileira durante a Primeira República, acentuando uma oposição ao governo da época. As críticas concentravam-se principalmente na forma como as negociações foram conduzidas, destacando a acusação de negligência por parte de Campos Sales, Presidente da república da época, em relação à questão acreana.

A partir do ano de 1902, especificamente no jornal *Correio da Manhã*,¹⁶ surgem registros que evidenciam críticas ao governo por não tratar a questão do Acre como uma potencial ameaça à soberania nacional, diante das concessões feitas pela Bolívia para a exploração da região. Nesse contexto, o Acre passou a ser abordado como uma questão diplomática a ser resolvida no âmbito das Relações Exteriores, em um tom que exigia do governo maior seriedade para tratar dessas terras como um assunto brasileiro.

Em apoio à argumentação da soberania brasileira sobre as navegações dos rios e diante da presença de empresas estrangeiras naquela região, a matéria intitulada *Política – Novo Acre*¹⁷ exalta o civismo brasileiro como resposta aos embates com a Bolívia. O interesse do país, alinhado a uma política considerada benéfica à nação, é apresentado como o caminho necessário para a resolução dos conflitos e para a consolidação da posse definitiva dessas terras para o Brasil.

A questão do Acre também se insere em um contexto de críticas à atuação do governo de Campos Sales, especialmente pelo fato de sua administração ter autorizado a concessão da navegação a vapor entre os rios Madeira e Beni, mesmo após o vencimento do prazo legal para tal concessão. Essa decisão foi interpretada como um sinal de negligência frente aos interesses nacionais na região, intensificando o descontentamento com a condução da política externa naquele período.

¹⁶ As edições dos jornais *Correio da Manhã*

¹⁷ Matéria do Jornal – *Correio da Manhã*, Ano II, Nº 385, sexta-feira, 4 de julho de 1902. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_01&pesq=%22Acre%22,%20%22Amaz%C3%B4nia%22&pasta=ano%20190&hf=memoria.bn.br&pagfis=2064

Aproveitem da generosidade dos srs. Campo Salles e Murtinho os que lhes vivem nas boas graças, mas, si brasileiros são, que, ao menos evitem negócios que possam prejudicar a integridade nacional, precioso legado dos nossos antepassados, que a mantiveram à custa de pesados sacrifícios, e sob o influxo de acendrado patriotismo. (Gil Vidal¹⁸, *Correio do Amanhã*, 1902, edição 385).

Como citado anteriormente, o próprio Tratado de Amizade previa a livre navegabilidade dos rios em benefício da Bolívia. No entanto, as narrativas críticas ao governo de Sales exigiam um posicionamento republicano que gerasse um impacto direto à administração boliviana. Defendia-se a não autorização do trânsito fluvial nos trechos sob a soberania do Brasil, como forma de pressionar a Bolívia a salvaguardar os interesses nacionais brasileiros.

É nesse viés que o jornal noticia a autorização brasileira para a navegação nas águas do rio Amazonas, atravessando o território nacional. Além de indicar uma possível inconstitucionalidade, uma vez que a cessão teria ocorrido fora do prazo de vigência legal, a narrativa também ressalta um “descuido” por parte do governo em relação às fronteiras, ao flexibilizar a própria legislação. Segundo a crítica, o governo “nem mesmo recua diante dos que possam ferir os mais caros interesses nacionais” (*Correio da Manhã*, p. Anno II, nº 385).

Na capital, a partir de 1899, na imprensa, no Congresso e nos círculos científicos, levantou-se forte oposição à política que o governo Campos Sales e o Ministério das Relações Exteriores aplicavam ao caso do Acre. Diversos setores da sociedade rejeitavam a resignação com o estabelecimento de uma soberania alienígena em território colonizado por brasileiros. Discordavam da interpretação oficial do Tratado de Ayacucho; e, fundamentados nas ambiguidades de seu artigo II, defendiam uma inteligência alternativa, segundo a qual o Acre estaria em território brasileiro. (Couto, 2015, p. 61).

O posicionamento do governo diante a questão do Acre gerava questionamentos que iam desde a capacidade de negociação do presidente da época, Campo Sales até a confiabilidade dos limites territoriais entre as nações envolvidas. A reivindicação principal consistia em levantar a hipótese da possibilidade de um equívoco na identificação das nascentes dos rios Beni e Mamoré em relação ao encontro com o rio Madeira. Era através das nascentes dos rios que se estabeleciam as fronteiras territoriais entre as nações e os seus limites fronteiriços.

¹⁸ Pseudônimo de Pedro Leão Veloso Filho, advogado e redator chefe do jornal *Correio da Manhã*. O primeiro editor chefe do jornal era de família que pertenceu à vida política do império, seu pai foi deputado provincial. Em 1906 foi deputado federal pelo estado da Bahia. A biografia completa encontra-se na biblioteca do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/VELOSO%20FILHO,%20Pedro%20Le%C3%A3o.pdf>.

O Tratado da Amizade encontrava-se sob por parte de alguns “setores”, como destaca o Couto (2015), por alguns “setores”, pois também era utilizado como argumento para contestar a soberania da Bolívia, ainda que esta fosse formalmente reconhecida pelo governo brasileiro, tanto durante o período monárquico quanto sob a administração republicana de Campos Sales. Observa-se que a questão do Acre passou a incorporar as aspirações brasileiras por maior afirmação nacional, e, a partir dessas movimentações, forneceu novos elementos fomentaram críticas e reforçaram posicionamentos políticos. Esse contexto contribuiu para acentuar o debate em torno da representação do Brasil como uma república soberana e independente no cenário internacional.

De acordo com Couto (2015), é nesse contexto que Rui Barbosa aparece na questão do Acre, não apenas como um crítico da forma como o governo conduzia a resolução do conflito, mas também como figura de influência na formação da opinião pública nacional. A imprensa desempenhou um papel central nesse processo, ao difundir suas ideias por meio de narrativas que circulavam como propostas para a resolução dos entraves em curso. O Acre deixava, assim, de ser apenas uma questão interna, tornando-se um “problema” não somente nacional, mas de alcance internacional, ao colocar em debate as políticas e a autonomia dos países da América latina.

Os artigos de Rui Barbosa sobre o caso do Acre, publicados na imprensa, colocavam em análise o posicionamento do governo frente a um conflito que exigia ações administrativas mais efetivas e eficazes. Como destaca Couto (2015), essas narrativas veiculadas nos jornais contribuíram para fortalecer um posicionamento crítico à atuação do governo pressionando por uma resposta mais assertiva. É relevante observar que a atuação de Rui Barbosa nesse contexto ganha ainda mais peso por sua trajetória emblemática: uma figura pública cuja vida esteve profundamente entrelaçada com a política e a imprensa. Atuou como político, diplomata, redator de jornais e ocupou cargos de alto escalão na República brasileira, incluindo a representação do Brasil em missões diplomáticas e até mesmo uma candidatura à presidência da República.

Portanto, a formação de uma “opinião nacional” em torno da questão do Acre também refletia críticas direcionadas ao governo por parte de determinados grupos. Retomando o que aponta Couto (2015), esse “desagrado” não partia de um consenso geral, mas de determinados grupos que viam na condução do caso um reflexo de problemas mais amplos da política nacional. Assim, a resolução do conflito ultrapassava a simples justificativa nacionalista ou o reconhecimento das ações de brasileiros que passaram a ocupar o atual território do Acre

durante o período litigioso, expressando disputas internas e interesses que extrapolavam o discurso oficial de soberania.

A consolidação de uma nação autônoma e independente, sob um regime de governo republicano recém-inaugurado, passava também pela afirmação de sua extensão territorial através da definição de suas fronteiras com os países vizinhos. Synesio Sampaio Goes Filho (2013), em *As fronteiras do Brasil*, obra produzida através do Ministério das Relações Exteriores do país, apresenta dados desde o período da diplomacia imperial, incluindo os tratados com o Peru, Venezuela, a Colômbia, bem como a demarcação de fronteiras e revisão de tratados com a Bolívia.

Por volta de 1850 ocorreram dois fatos que mudaram fundamentalmente a vida econômica da região amazônica: a navegação a vapor, que tornou mais acessíveis os pontos distantes da grande bacia fluvial; e a crescente produção de borracha, que atraiu contingentes expressivos de nordestinos, que se deslocavam, acompanhando a descoberta de novos seringais. No campo internacional – que aqui nos interessa particularmente – o período que se iniciava viu o aparecimento de uma política de fronteiras que consolidou ou alterou para melhor, nos casos específicos em que a posse era indiscutível, os limites estabelecidos pelos tratados coloniais. (Filho, 2013, p. 24).

Com a inserção do Acre nas narrativas do país, os desdobramentos das questões relacionadas ao “caso do Acre” passaram a ocupar espaço cada vez mais frequente nas publicações jornalísticas dos anos de 1900. À medida que novas manifestações surgiam sobre a questão, tornava-se mais recorrente as publicações acerca da temática. Essas publicações não apenas registravam manifestações, mas também agregavam o posicionamento de grupos que articulavam críticas à administração republicana, ao mesmo tempo em que pressionavam por medidas a serem tomadas pelo governo brasileiro.

Após as primeiras aparições do caso do Acre no jornal *Correio da Manhã*¹⁹, tanto as ações brasileiras quanto as bolivianas “ganham” espaço nas páginas do periódico. Inicialmente, as narrativas apontavam para a existência de diálogo diplomático entre Brasil e Bolívia. No entanto, a proposta boliviana de arrendar o Acre a uma companhia norte-americana, concedendo o direito de administrar a região, inclusive com autorização para cobrar impostos sobre a extração do látex, gerou repercussão. Essa medida provocou uma série de interpretações

¹⁹ É importante destacar que a escolha do jornal ocorreu por duas motivações principais: A primeira, porque o Rio de Janeiro era a capital do país, portanto, as decisões político-administrativas eram demandadas na cidade. Segundo, devido os levantamentos de dados sobre o jornal apontarem que ele tinha um posicionamento crítico ao governo durante esse período de ações sobre a incorporação do Acre.

na imprensa, articulando uma narrativa marcada pelo “assombro” diante da presença de uma empresa estrangeira na fronteira brasileira.

Sobre esse projeto que objetivava manter não somente a posse, mas os lucros da região, Albuquerque (2015) pontua que “Embora existam divergências sobre o caso acreano enquadrar-se ou não como chartered companies, criou-se o Bolivian Syndicate, que seria a organização de um sindicato de investidores de diferentes nacionalidades, com sede em Nova Iorque, a quem se alugaria o território boliviano do Acre. (Albuquerque, 2015, p. 25)

O projeto de arrendamento do Acre a uma empresa dos Estados Unidos da América ecoou nas páginas do jornal *Correio da manhã*, gerando forte reação. A inserção de uma empresa estrangeira em terras situadas na fronteira entre Brasil e Bolívia era percebida como a concretização de uma intromissão estrangeira nas possessões brasileiras. Ainda que, do ponto de vista jurídico, o Acre fosse reconhecido como uma parte legítima do território boliviano, conforme estabelecido pelo Tratado de Ayacucho²⁰, a presença estrangeira naquela região despertava preocupações em torno da soberania nacional.

O tema arrendamento passou a ser discutido no período com mais frequência. Como exemplo dessa recorrência, é possível encontrar a temática sendo noticiada pelo menos três vezes durante o mês de julho de 1902 no *Correio da Manhã*. Embora as narrativas sejam publicadas em dias diferentes, elas seguiam uma mesma interpretação, sustentando a argumentação de que o brasileiro exercia um papel de “pioneiro” na ocupação da região, sendo responsável por levar a “civilização”. Ao mesmo tempo, as matérias de jornais expressavam insatisfação com o Governo de Campo Sales, apontando sua omissão em adotar medidas que resguardassem as terras habitadas por brasileiros.

A matéria intitulada *A Política e o Governo e o Acre*, publicada em julho de 1902, é um exemplo das narrativas que concentraram atenção sobre a questão do arrendamento, até então conhecido pelos brasileiros apenas por meio de telegramas, conforme expressado na matéria do periódico. Na contramão do patriotismo enaltecido pela vontade de reconhecer uma “bravura” daqueles que foram para a região do Acre, o jornal direcionava suas críticas às ações consideradas “desleais” da Bolívia quanto às omissões de Campos Sales.

A publicação do jornal destaca, com essas palavras, que o Brasil estaria exposto ao “riso” ao ser comparado com o Peru, país que, embora pouco afetado pelas consequências políticas e

²⁰ Assinado em 1867, também é conhecido como tratado da amizade, reconhecia a posse boliviana sobre o atual Estado do Acre.

econômicas do arrendamento, levou a questão ao debate no Congresso em La Paz. Essa comparação serve como estratégia da narrativa do jornal para evidenciar uma suposta negligência do governo brasileiro, reforçando o sentimento de omissão e inércia diante um cenário diplomático.

Nesse arranjo de “desapreço” pelas questões do Acre, o jornal situa que a resolução do arrendamento estava sendo colocada sob a decisão do presidente dos Estados Unidos, cabendo à política de Theodore Roosevelt ²¹ definir se a região de fronteira brasileira também seria atravessada pelo projeto imperialista visando a expansão mundial dos Estados Unidos. A narrativa identifica esse projeto enquanto uma ação de interferência não somente na soberania territorial do Brasil, mas também como uma ameaça econômica, uma vez que o país já usufruía da produção da borracha nas terras bolivianas.

Ao temer uma futura instalação estrangeira na fronteira norte do país, o *Bolivian Syndicate*, empresa em negociação com a Bolívia para garantir o arrendamento do Acre, passou a ser vista como uma ameaça à soberania da nação. O Brasil considerou esta empreitada boliviana, através da efetivação da empresa nessas terras, como um desdém, já que essa região era vista como “o fruto do labor de milhares de brasileiros” (Correio do Amanhã, 1902).

Além disso, enquanto havia esse descontentamento em relação à suposta terceirização da Bolívia ao negociar a posse da terra com outra nação estrangeira, também existia uma reivindicação pela ausência de ações brasileiras visando resolver a questão. As críticas questionavam um certo desprezo do governo da época para tratar com mais afinco as questões relacionadas às fronteiras do país. “O governador Campos Sales entregou à Bolívia para esta passá-lo aos Estados Unidos”. (Correio da Manhã, Anno II, nº 403).

Outros jornais também publicavam manifestações acerca da questão do Acre envolvendo as possíveis perdas ao Brasil, caso o arrendamento da produção da borracha local ficasse sob a responsabilidade da empresa estrangeira. É o caso do jornal *O Diário de Pernambuco*, que publicou a matéria sobre o tema:

Tendo o Sr. Pinilla solicitado do nosso governo que este lhe indicasse, de um modo claro, o seu pensamento sobre essa Questão, para que o Congresso boliviano pudesse deliberar proveitosamente sobre o caso, foi-lhe dito que o:
Brasil não se opunha ao funcionamento de uma empresa puramente industrial aos seringais do Acre, contanto que aquela República conservasse conjuntamente a

administração e a fiscalização dos contratos e, de acordo conosco, estabelecesse a sua Recebedoria em um porto seu ou em Manaus.

Isto é nada mais e nada menos do que reconhecer o direito da Bolívia a arrendar aquele Território a uma companhia estrangeira, do que admitir como inócua o instalação de uma grande empresa americana no coração do Amazonas, em contrário a tudo quanto se alegou, com mais ou menos energia, junto ao governo de La Paz e se repetiu junto às chancelarias das principais nações sul-americanas. (Diário de Pernambuco, nº 204, Recife – PE, 07.09.1902) <https://www.gentedeopinioao.com.br/colunista/hiram-reis-e-silva/a-terceira-margem-parte-ccclxxiii-contrato-aramayo-whitridge-ii>

Nesta mesma matéria, há a menção de que o Brasil havia retirado o Tratado de Comércio existente, de modo que, além da tributação da borracha em favor do Brasil, também houvesse o impedimento do livre trânsito no rio Amazonas das mercadorias importadas e exportadas pela Bolívia, bem como suspenso o direito da alfândega boliviana em Porto Alonso. Essas ações seriam represálias, visando criar obstáculos às vantagens do empreendimento do sindicato.

O foco da matéria enfatiza que o “coração” do Amazonas estava ameaçado, e que território nacional corria o risco de ser mutilado. Mas o que isso implicaria na vida dos brasileiros? Conforme destacado: “...cerca de 30 mil brasileiros que desbravaram o solo aspérrimo, em meio de árduos trabalhos, confiantes na proteção que a todo momento e em qualquer emergência lhes dispensaria a bandeira de sua Pátria”. (Diário de Pernambuco, nº 249, 31 out. 1902).

Era comum a publicação das correspondências sobre a *Questão do Acre*, ou *A Política no Acre*, como geralmente eram intituladas as matérias. Em 21 de março de 1903, o jornal *Goyas* publicou os telegramas relativos à assinatura da renúncia do Bolivian Syndicate, contrato assinado em 11 de julho de 1901 entre o ministro da Bolívia em Londres, Félix Aramayo, e Mr. Frederick Whitridge, de Nova York, para a administração fiscal, policial e de exploração do território do Acre, também chamado *Aquiri*.

O contrato do arrendamento, promulgado em dezembro do ano de 1901, obteve a assinatura do termo por Assis Brasil, ministro do Brasil em Whashington, declarando que o governo não reconhecia a validade do contrato em razão da transferência de poderes que a Bolívia cedia a uma empresa estrangeira. Desse modo, o governo brasileiro compreendia que a Bolívia estava permitindo uma intromissão em um território em litígio, por não conseguir estabelecer uma administração própria que garantisse sua efetiva autonomia sobre essas terras.

À frente desta negociação, o Brasil, naquele momento, estava representado por outro presidente da República, Rodrigues Alves e pelo agente diplomático e Ministro das Relações

Exteriores, Barão do Rio Branco, responsáveis por negociar renúncia da empresa mediante o pagamento de 110 mil libras. Portanto, antes da indenização ajustada no tratado de Petrópolis²², o Brasil desembolsou recursos para garantir que os EUA não assumissem o controle na região e embaraçasse a sua rentabilidade da produção extrativista em terras que legalmente não o pertencia.

Ainda que as narrativas dos jornais apresentem as publicações sobre a *questão do Acre* como queixas e críticas à ausência de medidas e estratégias brasileiras para garantir a soberania sobre as terras, a Bolívia é retratada como inferior em relação ao Brasil, com afirmativas que depreciam, inclusive, os aspectos culturais. “Já por sua riqueza, já por sua cultura” (Correio da Manhã, 1902, Anno II, nº 427). A entonação da matéria ecoa para um certo desprestígio pelo fato de o Brasil não conseguir resolver a *questão do Acre*, principalmente por ter seus objetivos frustrados pela ação boliviana, uma nação colocada em condição de inferioridade em relação ao Brasil.

Retomando às narrativas que se apoiaram na crítica sobre a questão do suposto arrendamento das terras do Acre, segundo elas, o território em litígio correspondia a uma perda primeiramente econômica. Contudo, a interpretação das fontes nos permite entender que a logística dessas terras trazia uma conotação de dano por também pertencer a uma parte da Amazônia. Como ressaltado: “Agora, já não é com a Bolívia que nos temos de haver, e não nos iludamos, julgando possível que os americanos não cheguem às últimas para iniciar o seu domínio na Amazônia” (Correio da Manhã, Ano II, nº 403).

Por dois mil e quinhentos tirou a república do Brasil a grande sorte de se ver livre das realzas Yankees... gastamos dois, que vamos adquirir no Acre mesmo... e creem que perdemos. O Acre lançado nas praças de Londres e Nova York, O Acre assim limitado é, concordamos, menos acre que americanizado... (Correio da Manhã, 1903).

Nesta matéria, evidencia-se mais uma vez que o Acre não era somente um “caso” a ser resolvido entre Brasil e Bolívia, a questão ganhava uma certa visibilidade internacional expandindo a questão para outras perspectivas envolvendo os EUA, período em que já se projetavam como potência hegemônica mundial. A perspectiva lucrativa torna-se ainda mais evidente na proporção que a narrativa do jornal estabelece que o dinheiro pago pela desistência

²² Consistiu em uma permuta de territórios, pelo qual se estabeleceram limites entre Brasil e Bolívia, em que ocorreu a incorporação do Acre ao Brasil. Foi assinado na cidade de Petrópolis em 17 de novembro de 190. Ler o verbete *Tratado de Petrópolis*, disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/TRATADO%20DE%20PETR%C3%93POLIS.pdf>

da empresa ao arrendamento seria recuperado pelo próprio Acre, por meio da estrutura extrativista que se estabelecia na região.

A perspectiva da dominação da Amazônia também foi utilizada como argumento para que o Brasil incorporasse aquelas terras ao seu território nacional. Durante esse período, a Amazônia era representada como um tesouro a ser explorado, ou seja, além da crescente produção extrativista na década de 1900, a “dominação amazônica” através da incorporação do Acre representava ao Brasil um poder sobre a região, poder este reforçado pela própria força simbólica da palavra AMAZÔNIA, que evoca controle e domínio, conforme vinha sendo representada desde o período da colonização.

O Acre e a Amazônia aparecem intrinsecamente ligados, mesmo que outros estados brasileiros continuassem garantindo a soberania brasileira sobre parte da Amazônia. Outra narrativa do *Correio da Manhã* (1902) afirma que, na medida em que o território fosse perdido à Companhia Norte Americana, automaticamente isso representaria um “entreguismo” da Amazônia, ou seja, o território em questão, pela sua localização na região de fronteira, representaria uma entrega da “formosa Amazônia”. (*Correio da manhã*, 24 de jul. 1902).

Além disso, as matérias assinadas por Gil Vidal apontam para uma questão internacional que ultrapassa as relações entre Brasil e Bolívia. Segundo ele: “As nações sul-americanas sempre assustou a possibilidade de uma intervenção das grandes potências no continente, o que sabiam acariciado por publicistas e estadistas europeus e norte-americanos, como parte dos seus projetos imperialistas de expansão pelo mundo”. (*Correio da Manhã*, 1903). Assim, sob a narrativa jornalística, a ação da Bolívia representava uma atitude “deprimente”, nas palavras do próprio redator, ao considerar que o expansionismo norte-americano estava em ascensão e se constituía como uma ameaça à “Paz” sul-americana.

As publicações dos jornais que notabilizaram a questão do arrendamento destacavam o projeto boliviano enquanto mais uma ação do “imperialismo” yankee²³, em suas disfarçadas manifestações na composição de uma entidade anormal, “meio empresa- meio colônia (*Correio da Manhã*, 1903). Acentuando a perspectiva da interferência norte-americana, o sindicato também era apontado como o responsável por ter “... feito correr tanta tinta no Prata e ia fazer escoar tanto sangue no Amazonas, com um pouco de ácido de dólar, o Brasil abateu no nascedouro...”. (*Correio da Manhã*, 1903).

²³ Expressão utilizada para se referir às pessoas dos Estados Unidos da América.

Realizando uma referência a Campos Sales, a narrativa do jornal destaca que o governo anterior não tinha interesse na anexação do Acre ao “mapa nacional”. Essa incorporação é referenciada sob o uso do termo de “reintegração”, trazendo o sentido de retornar àquilo que já pertencia ao Brasil. Entre as assertivas sobre a inserção do território em litígio e a sua relação com a nação brasileira, o redator destaca: “O Acre como um acidente sul-americano na história da decadência ou do engrandecimento do Brasil”. (Correio da Manhã, 1903).

Entre as incertezas da anexação ao Brasil, a narrativa entona o Acre como um “acidente”, caso continue pertencendo à Bolívia e, conseqüentemente, o arrendamento fosse efetivado. Contudo, diante do cenário em que as terras foram incorporadas ao mapa brasileiro, esse feito seria visto como um ato de “engrandecendo” do país, no sentido de fortalecimento da pátria, ou seja, a expansão da nação brasileira com base na soberania e autonomia.

Expressões como “O Brasil abateu no nascedouro” e “o Amazonas foi mais brasileiro que a União em outrora...” trazem à tona a ideia que o Acre simbolizava o nascimento e/ou a origem de um processo histórico do país, ou seja, um capítulo da história brasileira que desafiava as perspectivas de “segurança das suas fronteiras”. Termos semelhantes já haviam sido mencionados ao longo das páginas anteriores.

Sobre o efeito da expressão em afirmar que o Amazonas seria mais “brasileiro” que o próprio governo do país faz referência a uma empreitada do governo vizinho das terras do Acre. Diante da ausência de ações por parte do governo federal frente às ações problemáticas envolvendo a posse do território do Acre, o Amazonas instituiu uma junta revolucionária e proclamou, por um curto período, a independência do Acre, transformando-o em uma república.

Ainda que de maneira sutil, sem uma escrita detalhada para dar visibilidade ao movimento de Independência do Acre, consumado em 14 de julho de 1889, a matéria do jornal aborda o projeto de Luís Galvez²⁴, financiado pelo governo do Amazonas, como uma ação positiva para garantir a posse brasileira sobre as terras. Contudo, é oportuno destacar que o “espírito” patriótico do Amazonas estava influenciado pelas perdas de receitas ocasionadas pela instalação de alfândegas bolivianas na região, o que gerava dano à economia do estado.

Em *Manaós uma Aldeia que virou Paris: Saberes e Fazeres Indígenas na Belle Époque Baré (1845-1910)*, Bruno Miranda Braga compreende que “Manaus na Belle Époque fora considerada e perpetuada o símbolo de prosperidade, a borracha chegou ao topo. Os homens

²⁴ É conhecido como um espanhol aventureiro que foi financiando pelo governador do Amazonas, Ramalho Júnior, para lançar a Proclamação e independência do Acre.

enriquecidos com esta produção gastavam e ostentavam o orgulho das cidades em Manaus, pois fizeram tudo, enfeitaram tudo, transformaram tudo”. (Braga, 2016, p. 32).

A empreitada do governo do Amazonas, apesar de ter levantando a bandeira do patriotismo, trazendo uma ação como resposta aos impasses existentes sobre a posse e desfruto da promissora produção do látex no seu auge, revela-se, assim, em manifestações como a *Primeira insurreição Acreana*, considerada uma das primeiras movimentações organizada pelo governador José Cardoso Ramalho Júnior, demonstram o interesse econômico em manter a usurpação dos lucros obtidos com a produção extrativista.

Ao retomar a expressão trazida pelo periódico de que o Amazonas manifestava uma ação em favorecimento ao Brasil, é possível identificar o posicionamento da narrativa numa perspectiva de validação das ações que culminaram na proclamação do Acre como independente. Ao ponderar a posição da união frente às ações do governador do Amazonas, é possível dizer que esse certo “protagonismo” amazonense não foi visto como ação patriótica pela administração da República, visto que, logo após a proclamação do Estado Independente, o governo do país enviou tropas para a dissolução da independência do território.

Na dissertação de mestrado intitulada *A Cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus (1899-1925)*, Pinheiro (1996) contextualiza a cidade de Manaus em transformação pela economia da borracha, associando a ascensão dessa produção à estrutura de uma modernidade burguesa que se estabelecia na região amazônica, marcada pelos aspectos e traços da “civildade”, inseridos em um espaço que passou a viver a dicotomia entre a “metrópole moderna” e a “selva primitiva”. A análise de Maria Luiza Ugarte Pinheiro colabora para a interpretação de uma lógica instituída pela produção da borracha na região e a compreensão da condição econômica do Amazonas em relação ao *Caso do Acre*.

É nessa conjuntura que surgem as expressões *Paris dos Trópicos* e *Manaus: Belle Époque Tropical*, utilizadas para designar o período em que Manaus e Belém viveram o auge da prosperidade econômica, impulsionada pela estrutura extrativista. Contudo, a autora evidencia que esse contexto de prosperidade econômica, acompanhado de padrões arquitetônicos que transformaram a ordenação das cidades, bem como das mudanças quanto na estética das vestimentas e os estilos boêmios, não alcançava a todos, pois o cenário da Belle Époque na Amazônia pertencia a grupos seletos que usufruíam dos lucros do “leite da seringueira”.

Enquanto o seringal era visto como espaço da perdição, ligado a formas rudimentares de produção, do mandonismo arbitrário e truculento do seringalista, do trabalho insano, do paludismo, do beribéri, do flagelo e da morte do nordestino, a cidade era

percebida como sendo a sua antítese, espaço da realização do mundo burguês, europeizado e asséptico. Ao “inferno” do seringal, a borracha oferecia, como numa justa contrapartida, a “cidade risonha”, harmônica e próspera, em cujo sucesso se legitimava e reforçava o modelo de exploração vigente à época na região. (Pinheiro, 1996, p. 213).

É diante esse contexto que o governo do Amazonas, além de ter seu lucro afetado pelas alfândegas estabelecidas pela Bolívia, com a cidade de Manaus usufruindo do potencial econômico da produção do látex e da expressiva produção da borracha oriunda da região que corresponde ao Acre, empreende a junta revolucionária, ação realizada em conjunto com os seringalistas, que também se encontravam em condição desfavorável em relação aos lucros da borracha. Portanto, entre o sentimento de insatisfação pela presença boliviana e a vivência expressivamente brasileira no Acre, a organização da junta revolucionário ficou sob a liderança daqueles que usufruíam da exploração do trabalho dos sujeitos que se dedicavam à extração do látex.

Entre as literaturas existentes que registram, inclusive de forma cronológica, as ações relacionadas à incorporação do território até a assinatura do Tratado de Petrópolis, em 1903, há uma interpretação comum segundo a qual a atuação ostensiva do governo do Amazonas, além de contrariar a posição oficial do Brasil em relação do Acre, também contribuiu para acentuar ações bolivianas voltadas à proposta de arrendamento do Acre. Como exposto anteriormente, parte dessas movimentações e os desdobramentos desse projeto, para a narrativa do Acre, entrelaçaram a Amazônia e o Brasil sob um panorama internacional no chamado o *Caso do Acre*.

Desse modo, antecedendo a proposta de arrendamento do Acre, houve uma ação brasileira, mas que não contava com o apoio do governo do Brasil. A força dessa movimentação estava concentrada na liderança dos seringalistas da região, que se aliaram à causa com o intuito de conquistar certa autonomia em relação à Bolívia e também ao próprio governo brasileiro, diante das constantes reclamações quanto à morosidade do país para resolver a situação da legitimidade da posse das terras do Acre.

As matérias de jornais do *Correio da Manhã*, no período que antecede a assinatura do Tratado de Petrópolis, indicam que a conhecida *Questão do Acre* abriu novos panoramas para que o Brasil priorizasse aquilo que a narrativa denomina como “estudos do problema de viação”. Nesses termos, a matéria datada em 11 de agosto de 1903, dois meses antes da assinatura do tratado de anexação do Acre ao Brasil, indicava o interesse brasileiro na

construção de uma estrada de ferro com o objetivo de interligar os principais afluentes do rio Amazonas, entre o norte da Bolívia, o leste do Peru e a bacia amazonense.

Portanto, a construção de uma estrada de ferro já era especulada, inclusive pelo Brasil, antes mesmo de ser prometida como uma proposta de indenização à Bolívia no ato de assinatura do tratado de Petrópolis.

Para tanto, deve-se inicialmente recordar que a tratativa diplomática entre Bolívia e Brasil, da qual resultou a aquisição do Acre por este, envolveu o pagamento de cento e dez mil libras esterlinas ao sindicato de arrendatários das terras acrianas, ou seja, aos integrantes do Bolivian Syndicate.

Outra imprescindível recordação é de que a aquisição do Acre fez-se mediante o pagamento de dois milhões de libras esterlinas a Bolívia, aduzido da cessão de terras na Amazônia brasileiras aos bolivianos e a permissão de livre navegação em águas nacionais, acrescido do compromisso de construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré. (Albuquerque, 2015, p. 28).

A autora destaca que a anexação do Acre ao Brasil ocorreu mediante garantias, entre as quais estavam o pagamento de indenização e a construção de uma estrada de ferro que oferecesse à Bolívia maiores possibilidades de mobilidade. Como foi exposto nas páginas anteriores, a construção de uma estrada já era uma demanda da administração brasileira, embora ainda não fosse pensado a partir dessa perspectiva dita “indenizatória” voltada à Bolívia, o projeto era pensado, em outros contexto, a partir de uma perspectiva de resolução ao que foi colocado como “problema” da viação na região amazônica e no Norte do país.

O Decreto de Nº 5.161, de 10 de março de 1904, assinado pelo presidente Rodrigues Alves, tratou da “permuta entre territórios e outras compensações”, com base no acordo firmado na cidade de Petrópolis em 17 de novembro de 1903. O documento retoma trechos do Tratado de Ayacucho, reforçando a suposta relação amigável e de “boa vizinhança” prevista no acordo anterior. A região situada entre os rios Madeira e Abunã foi permutada com a Bolívia, concessão justificada pelo Brasil sob o argumento de que se tratava de uma região que não era habitada por brasileiros, e que, por isso, foi incluída nas negociações e foi atribuída à posse da Bolívia.

1.3 Os (in)sucessos do Acre brasileiro: contendas e arrimas para a sobrevivência na Amazônia.

Em contraste ao “êxito” brasileiro representado pela assinatura do Tratado responsável pela anexação das terras ao vasto território nacional brasileiro, meses antes da assinatura, foram

publicadas matérias trazem à tona as questões do cotidiano na região. Na contramão dos “sucessos” dos acordos diplomáticos, entre mudanças presidenciais e conseqüentemente outras ações que movimentaram a questão como “litigiosa” nos jornais, destaca-se a matéria do periódico a seguir:

A MISÉRIA NO ACRE

Exército disimado – mortos pela fome – A falta de medicamentos – soldos atrasados – carta de um oficial superior do Exército.

Não discutirei, a questão política, quiçá a principal, e, muito menos, a feição militar que a determinou. O Acre precisava, como precisa, de uma intervenção do Brasil... É certo que, si não fora a inépcia malvada e criminosa do governo do energúmeno Sr. Campos Salles, a questão do Acre não teria atingido o período agudo a que chegou. Desviei-me, sem querer, um tanto a dentro pelos negócios políticos do Acre; mas o que está feito, ficará feito sempre, embora aqui opera inspirado por outra ordem de ideias. De soldo não se recebe um real, desde fevereiro. Dos mil e poucos soldados que vieram para o Acre, não restam 400, e os que restam são sombra de homens anêmicos, palludicos, de fígado enfartado, de ventre abalado, sem alimentação confortável, sem dietas.... Só o infeliz larimbeiro, mais rude e mais sério, a tudo amarga, alheio à vida, indiferente ao futuro, para depois ouvir o coro dos protegidos, a propagarem as intenções geniais do sr. Plácido de Castro e seus apaniguados, as suas inqualificáveis imputações de despeito, de que as tropas no Acre só têm vivido de roubo e do saque, da extorsão até quando a ordem e a moral, o respeito e as garantias só ali operam depois da chegada do honrado, severo, humanitário e inatacável General Olympio da Silva.... **Não é, como dizem, um paraíso de gentilezas, o Acre por parte dos chefes revolucionários e alguns gananciosos seringueiros. A revolução ali não foi espontânea. Uma população a ela violentada foi a ella compelida a pão e corda, sem mais outro fim que interesses de terceiros, e ali sofreu a falta de todas as garantias pessoais e de trabalho.** (Correio da Manhã, 1903, p. 3, grifo nosso).

A publicação do *Correio da Manhã* apresenta-se como uma espécie de carta e desabafo relatando os problemas vivenciados por alguém identificado como oficial do Exército, que se encontrava no Acre em meio à conjuntura de incertezas quanto à efetiva posse das terras. O primeiro ponto a ser destacado é a menção de que o objetivo da narrativa não seria uma discussão política, embora a carta esteja atravessada por questões da política externa, interna (em relação ao Brasil) e regional, a partir das vivências cotidianas vivenciadas por esse militar.

O destaque dado à crítica ao governo anterior, de Campos Sales, é endossado pelo militar, evidenciando a impopularidade desse grupo de sujeitos que integravam o Exército brasileiro naquela região. Após essa “queixa” à administração precedente, quanto à forma como lidou com o caso do Acre, o oficial observa, de maneira breve, que a questão política local parece destoar do que vinha sendo propagado nacionalmente. Essa disparidade é notória na passagem em que ele afirma: “Desviei-me, sem querer, um tanto a dentro pelos negócios políticos do

Acre; mas o que está feito, ficará feito sempre, embora aqui opera inspirado por outra ordem de ideias”. (Correio da Manhã, 1903).

Essa expressão permite levantar indagações sobre uma suposta diferença entre o que estava sendo propagado, em nível nacional, sobre o Acre e o que vivenciavam os sujeitos que estavam na região naquele período. Ao longo da própria narrativa, essa interpretação vai sendo validada, na proporção que se é elencado os elementos que poderiam justificar a diferença entre a representação do Acre aos brasileiros a partir da perspectiva de “luta” pela pátria, mediante uma ação conjunta de brasileiros. Entretanto, o teor da matéria descortina esse sentido harmônico, ao expor as contrariedades existentes entre os próprios brasileiros no Acre.

Na sequência dessas primeiras palavras, que se intensificam ao longo da narrativa até assumirem o tom de uma espécie de denúncia sobre o que tem ocorrido naquela região, a narrativa descreve a situação de miséria em que vivem os sujeitos que ocupam o cargo de “soldados” no contexto do conflito com a Bolívia. As “revelações” apresentadas pela matéria nos permitem entrever as descrições das condições materiais e até mesmo fisiológicas desses sujeitos, entre a fome e o desprestígio.

As dificuldades da vivência humana na região não destoam da produção discursiva que empregava a perspectiva do heroico e do sentimento patriótico atribuído aos brasileiros da região. Contudo, o que escancara as oposições dessas representações nacionais do Brasil para o Acre é constatação de que as relações eram complexas até mesmo em termos de sobrevivência. “.. a tudo amarga, alheio à vida, indiferente ao futuro, para depois ouvir o coro dos protegidos, a propagarem as intenções geniais do sr. Plácido de Castro ²⁵e seus apaniguados, as suas inqualificáveis imputações de despeito, de que as tropas no Acre só têm vivido de roubo...” (Correio da Manhã, 1902).

Na obra *A Fundação do Acre: um estudo sobre comemorações cívicas e abusos da História*, publicada em 2014, Eduardo de Araújo Carneiro busca compreender a inserção de Plácido de Castro na institucionalização de uma heroicidade na História do Acre. Ao investigar os sentidos atribuídos à figura do líder gaúcho, o autor contextualiza o contexto em que o líder integrou as movimentações políticas e militares na região:

Quando o coronel Plácido de Castro foi convidado a fazer parte da Junta Revolucionária, e logo em seguida, escolhido como líder da próxima ofensiva contra

²⁵ José Plácido de Castro era um gaúcho, político e militar que liderou as manifestações conflituosas na região do Acre. Ele ficou conhecido por chefiar o período concebido pela historiografia oficial sobre a anexação do Acre como *Revolução Acreana*, ocorrida entre os anos de 1902 a 1903.

os bolivianos, a concepção epopeica da “Revolução” já estava em Plena formação. Os textos e documentos escritos por ele pouco ou nada contribuíram para esse acontecimento discursivo. Lendo os jornais, artigos e documentos anteriores a 1902, constatamos que a retórica do patriotismo do povo acriano era frequentemente utilizada. (Araújo, 2014, p. 91).

Ao contrastar a perspectiva de Araújo (2014) sobre a figura de Plácido de Castro com a citação do oficial do exército, no momento em que explana sobre a relação do líder com os chamados “soldados” que integraram o Exército brasileiro na região, é possível perceber que não havia uma unanimidade quanto ao comando exercido pelo gaúcho. Em contraposição à perspectiva que cristaliza a figura de José Plácido de Castro na História considerada “oficial sobre o processo de anexação do Acre, a narrativa do soldado escancara as mazelas e as relações assimétricas, sugerindo ao leitor que havia diferenças hierárquicas entre os que são apresentados como “privilegiados” sob a liderança de Plácido de Castro.

Para Araújo, (2014) “... os livros de história e de literatura passaram a tratar a “Revolução acriana” como uma espécie de narrativa da comunhão instauradora da identidade do ser acreano. Como se a pretensa união dos “nordestinos” fosse causada pela defesa da cidadania brasileira” (Araújo, 2014, p. 92). Seguindo as perspectivas levantadas em sua tese de doutorado, as fontes levantadas nesta pesquisa ratificam a ideia da formação da identidade acreana a partir de uma “vontade de pertencer”. Com a inserção de Plácido de Castro nessa empreitada, ele passa a personificar esse sentimento de brasilidade pela figura do líder militar.

Sobre a participação de Plácido de Castro e sua representação do sentimento de pertencimento à nacionalidade brasileira, apresentamos, a seguir, a parte final da matéria do jornal intitulada *Miséria no Acre.... carta de um oficial superior do Exército*.

Por último, pode tudo acontecer, mas entregar indirectamente a força militar do Acre aos azares e cálculos ocultos de Plácido de Castro, acolytado pelo tigrino Gentil Norberto, duas entidades geralmente antipathisadas no Acre, especialmente o último, violento e atrabiliário, e ambos ambicioso, será um erro, será um erro, cujas consequências ninguém pode medir. Por mínimo que seja a noção do brio militar, nenhum soldado, que se preze deste nome, a isso se submeterá – Acre – 19003. (Correio da Manhã, 1903, p. 02).

A narrativa do militar, além de apresentar uma disparidade em relação à supremacia de Plácido como líder das movimentações militares no Acre, também destaca a figura de Gentil Norberto como um personagem instituído erroneamente na condição em que lhe foi atribuída. Ambos foram cristalizados na história política oficial do Acre. Enquanto José Plácido de Castro foi imortalizado como o responsável por representar a bravura na luta contra os bolivianos,

Gentil Norberto também obteve uma caminhada de prestígio na história dita “oficial” do Acre, sendo engrandecido como um político comprometido com a causa acreana, inspirado no sentimento patriótico.

Quando nos referimos à história oficial do Acre, reportamos às produções realizadas por uma tendência historiográfica que prevaleceu durante longos períodos, marcada pela intenção de registrar os processos históricos vividos na região sob a ótica da oficialidade dos documentos, dos grandes homens e das lideranças políticas e militares que obtiveram prestígio. Essas produções, evidentemente, não estavam dissociadas das tendências historiográficas da época, influenciadas pelos horizontes do positivismo e a busca incessante pela “verdade” dos documentos, arraigada à trajetória dos “grandes” homens e à narrativa dos seus feitos na História, como se observa, por exemplo, na matéria publicada no jornal local, *folha do Acre*, em 1914.

Com a perspectiva alicerçada nas problemáticas articuladas pela Escola dos Annales (1929) e nos desdobramentos de suas gerações, a concepção do campo da História foi ampliada expandindo-se para novas possibilidades de novas interpretações aos fatos históricos. Assim, o ofício do historiador passou a atravessar uma diversidade de fontes, o que permitiu um revisionismo volto a compreender as estruturas que sustentaram tendências nas produções históricas, especialmente no que tange à centralidade do eurocentrismo e das formações das ausências e silenciamentos da historiografia.

A história cultural, campo que ganha força a partir do século XX, promoveu a inserção do aspecto cultural para estabelecer novas bases e novos questionamentos ao que estava consolidado secularmente como “progresso” e “civilização” no percurso da humanidade na terra (Burke, 2008). Com esses novos parâmetros, as tendências de pesquisa também foram influenciadas por novas maneiras de conceber a História e, principalmente, por novos cenários para o olhar do historiador, que a partir de então, não estaria mais “preso” somente à fonte documental, já que estava munido de uma nova roupagem que lhe garantia condições de problematizar e questionar todo e qualquer material que incorporasse como fonte de pesquisa.

Contudo, antes que essa tendência de revisionismo alcançasse a esfera acadêmica, permitindo que as obras produzidas fossem compreendidas a partir de seu tempo e lugar de produção, as publicações, e aqui nos atemos a algumas produções sobre a História do Acre, não somente foram inscritas mas ainda reverberam como produções de verdades sobre o processo histórico na região.

Sobre o protagonismo de Plácido de Castro, o líder aparece como responsável pelo maior símbolo e traço de patriotismo na História do Acre, conforme identificadas essas expressões na obra de João Craveiro Costa, intitulada *A Conquista do Deserto Ocidental – subsídios para a História do Território do Acre*, publicada em 1940. Antes mesmo de adentrar às páginas que correspondem à produção escrita, no verso da capa do livro dessa edição temos a figura de José Plácido de Castro representada através de uma fotografia que expõe seu corpo inteiro, com vestimentas pretas, precisamente paletó e camisa branca por baixo. Embora em preto e branco, a fotografia traz a representação de um homem branco, com um estilo que revela poder sobre a sua representação naquele lugar, que o instituiu como líder militar e político, defensor da causa brasileira no Acre.

Ao longo dos capítulos, especificamente quando se trata do exército e das forças militares incumbidas para garantir a “brasilidade” do Acre, Plácido de Castro é ovacionado ao longo de toda a obra através de comportamentos e elementos que demonstram não somente sua bravura e patriotismo, mas também seu espírito de liderança sob a população brasileira no local. Entre todas as menções honrosas a Plácido, destaca-se algumas passagens da obra de Costa (1940) que evidenciam o enaltecimento construído ao longo de toda a obra: “Invadindo a Bolívia, levando a guerra a território de domínio boliviano, Plácido queria, nesse arranco de audácia e supremo esforço...” (p. 204). “...Era incansável o Caudilho. Os seus movimentos prontos, rápidos, seguros, executados de chôfre e sempre com êxito...” (p. 206), “Plácido de Castro, ditador em toda a região, por aclamação popular (p. 216) ... “E com esse lance magnífico de cavalheirismo, Plácido de Castro encerrava a fase militar” (p. 223).

Gentil Norberto, assim como Plácido, é citado na obra de Costa (1940) como alguém dotado de inteligência e liderança para gestar as questões no Acre. Retomando a citação do oficial, destacamos que a narrativa classifica ambos os líderes, Plácido e Norberto, como figuras antipatizadas, ao menos entre o grupo ao qual esse oficial pertencia, declarando que o poder de liderança concedido a eles não parecia uma decisão correta. Considerando todos os elementos da publicação no jornal, esses sujeitos são retratados como indignos da autonomia militar que lhe foi concedida.

Na matéria sob o título *Partido Construtor Acreano*, publicada no ano de 1914, mais de dez anos após o período que culminou na anexação do Acre ao Brasil, Norberto é apresentado como um líder político que fez parte da história do Acre e que a sua história se funde com este lugar que tanto contribuiu:

Nenhuma nacionalidade foi mais dignamente representada, do que nessa ocasião, foi o Brasil, por Gentil Norberto, que com a superioridade dos fortes, com soberania dos dignos, afrontou o perigo conseguindo se livrar do presidio boliviano, graças a dedicação de um dos seus companheiros de armas. E, pois, ao Dr. Gentil Norberto que devemos confiar a escolha dos novos diretores do Partido, que tem por lema Ordem e Progresso no Acre. (Folha do Acre, Ano IV, n. 158, 1914, p. 01).

A narrativa do bom líder, dedicado e apreciado por todos se reverbera para outros “tempos” no Acre. Onze anos após a assinatura do Tratado que anexou o Acre ao Brasil, Gentil é propagado à política local como alguém que lutou com dedicação para que o Acre fosse brasileiro. Por conta de tais feitos, entonados na narrativa da História do Acre, o político é apresentado como alguém merecedor de prestígio político pela população, que naquele momento vivia uma outra fase política e administrativa: o Acre era o único território federal do país, dividido em departamentos e com relação direta com a União, a quem cabia escolher os chefes responsáveis pela administração desses departamentos.

Embora a *Conquista do Deserto Ocidental* idealize uma unidade entre brasileiros em torno de uma luta contra um país estrangeiro, Costa (1940) afirma que “A revolução estava sendo custeada pelos proprietários”. (p. 213). A dita revolução era conduzida por aqueles que desempenharam a autoridade local, e isso pode ser identificado pela visibilidade dada aos homens que exerceram a liderança juntamente com as mãos financiadoras dos seringalistas, cujo interesse estava atrelado à manutenção da estrutura de exploração, consolidando sua proximidade com a pátria brasileira para garantirem seus empreendimentos.

Quando contrastamos as diferentes fontes sobre o processo de anexação, identificamos que essa constante perspectiva patriótica sobre o Acre parece fragmentada em vários vieses. Primeiro, há uma fresta entre o governo do Brasil e aquele representado regionalmente, entre o Amazonas e os líderes militares/políticos que exerceram autoridade nas terras do Acre. Em segundo lugar, essa desconstrução da unidade nacional também se manifesta na tensão entre os agentes da União e os grupos locais, como seringalistas, seringueiros e militares.

A obra *O Estado Independente do Acre e J. Plácido de Castro: Excertos históricos* de Genesco de Castro, irmão de Plácido de Castro, apresenta a questão do Acre por meio da trajetória de Plácido de Castro. Com maior intensidade que as outras obras que ainda serão pautadas neste estudo, essa obra adquire uma tonalidade vingadora, não apenas por denunciar

e acusar os responsáveis pela morte do “caudilho do Acre”, mas por também assumir uma postura crítica e condenatória em relação aos “mandos e desmandos” do poder federal.

Do momento em que o “Estado Independente do Acre” passou a chamar-se “Territorio do Acre” até hoje, o povo rebelde, que se levantou contra a soberania boliviana para adoptar a brasileira, não teve mais direito a cousa alguma: até a sua opulenta indústria desapareceu com a sua liberdade. Tratados como belligerantes enquanto era necessário disfarçar a conquista territorial, os acreanos passaram bruscamente a viver sob um ferreo governo militar conducente a miséria que hoje campeia naquella região, porque os prepostos do Governo Federal iam pobres para o Acre rico e voltavam ricos do Acre devastado. (Castro, 2005, p. 37).

Apesar de ser uma obra caracterizada pela apresentação dos processos históricos do Acre através da atuação do líder militar, com enaltecimentos e reunindo elogios ao “Herói do Acre”, ou seja, centraliza a personificação de Plácido como o responsável pelo êxito das lutas contra o exército boliviano, o autor também descreve as ações governamentais e prejudiciais à autonomia dos próprios acreanos. Desse modo, o próprio sentido da revolução, pelo viés da vida política de Plácido no Acre, condiciona a compreensão de que os atos revolucionários no Acre não deflagraram rupturas nas estruturas de poder existentes naquele período.

Após o período de anexação, a libertação da “anomalia” boliviana, expressão denominada no periódico *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, além de termos semelhantes registrados em obras que rejeitavam a presença boliviana em seu próprio território, a incorporação das terras ao Brasil não resultou em transformações estruturais significativas, como a ampliação de direitos aos brasileiros, trabalhadores e os demais grupos étnicos.

Em 2021, Eduardo de Araújo Carneiro publicou o livro *Não Foi Revolução Nem Acreana*, uma obra que produz interpretações que refutam a condição revolucionária da chamada Revolução Acreana. A obra questiona o processo de constituição dessa identidade acreana, sob o viés do nacionalismo e patriotismo.

Como resultado do seu pós-doutoramento, o autor, que também já produziu outras obras importantes que pressupõem outras interpretações para a produção do conhecimento histórico sobre o Acre, contrapõe à narrativa dita oficial sobre a percepção de que as ações manifestadas para tornar o Acre brasileiro não conduziram formações identitárias que instituísem a identidade *Acreana*. Além das lideranças de pessoas externas que se envolveram na questão do Acre por aspirações específicas e interesses de grupos, como a Junta Revolucionária e o Movimento Autonomista. Esse último, ocorrido nos anos 50, buscou emancipar o Acre da União, utilizando como base nos seus discursos a denominada *Revolução Acreana*.

1.4 O Acre como reflexo das “ocupações” amazônicas no século XX

Na contramão das cronologias que traçaram a História do Acre pelo viés dos fluxos migratórios para a região, iniciamos o capítulo tratando da perspectiva da política nacional brasileira e externa, bem como as correlações do território do Acre na composição de questões que atravessaram a política internacional tanto do país quanto das nações vizinhas. Essas questões foram abordadas por intermédio do denominado *Caso do Acre*, ou seja, demonstrando as implicações que a posse e o direito sobre o território representavam como oportunidades de lucro para a nação que obtivesse o controle da extração da borracha.

Entre essa busca pelo fortalecimento da unidade nacional, o discurso sobre o domínio das fronteiras entre as nações conduziu contornos distintos para as diferentes apropriações políticas que o *Caso do Acre* adquiriu. Nesta parte, trataremos da inserção do Acre na narrativa sobre a Amazônia, no que concerne aos denominados fluxos migratórios para a região amazônica quando se constatou que o território, ainda pertencente à Bolívia, tinha um expressivo potencial para garantir a demanda de produção do látex, matéria-prima essencial, que era escoada para as casas aviadoras localizadas em Belém e Manaus.

O âmbito econômico instituiu a base para a lógica do “descobrimento”. Após essa “descoberta”, observou-se a movimentação dos fluxos migratórios, a ideia do povoamento, a organização de um sistema extrativista e o arsenal que estruturava a produção da borracha na região. O Acre tem uma origem, na historiografia oficial, a partir da borracha, ou seja, é após a “descoberta” utilitária de um recurso natural que se visualiza a região enquanto potencial ainda em uma condição “selvagem”, como expõe Craveiro Costa, comparando-a a uma pedra a ser lapidada pela pelo politriz, o colonizador, o responsável pelo polimento e modelação de um bem precioso que garantiria recursos econômicos aos seus exploradores e a sua nação.

O livro *A Conquista do Deserto Ocidental* (1940) de Craveiro Costa, delineia os processos históricos vividos no Acre a partir dos atributos dos tratados e acordos, com destaque às trajetórias de políticos que personificaram suas lideranças com base na narrativa de luta e conquista para tornar o Acre brasileiro. A perspectiva do “deserto” consolidou a validação de que o Acre era um vazio demográfico, em conformidade com a concepção de Euclides da Cunha (1909) na obra *À Margem da História*, de que as terras amazônicas não possuíam história até a chegada dos fluxos migratórios que fizeram instituir uma nova ordem social nas florestas amazônicas, com suas peculiaridades climáticas que, na visão de Euclides, desafiavam a permanência humana na região.

Na parte introdutória da obra, o prefácio, assinado por Abguar Bastos Damasceno, escritor, jornalista e político brasileiro, inicia afirmando que “O Homem do Acre, ainda que por processos diferentes, é igual ao homem da Califórnia. Um índice de civilização em terras feroz. Um primitivismo no começo das relações sociais” (Costa, 1940, p. 07). Damasceno abre a obra de João Craveiro Costa ressaltando que o homem que chega para trabalhar com a borracha na região inaugura o estabelecimento de humanidade no local, reafirmando a perspectiva do vazio a cada expressão que corrobora com a ideia da fundação de um lugar.

Esse homem é narrado como se já fosse parte desse lugar, pois ele define quem seria o “primeiro homem do Acre”, aqueles que, segundo o autor, enfrentaram a vasta solidão do lugar e o transformaram em um espaço sociável. Na sequência, após mencionar o homem que leva civilização a esse lugar desértico, ele afirma que essa região já era “possuída” por indígenas, animais e alguns sujeitos que se aventuravam pelas terras isoladamente. Apesar de citar a existência humana nesse ambiente, ele não considera a presença indígena como parte desse registro de humanidade, visto que essa relação seria reconhecida e validada apenas pelos traços dos projetos coloniais.

Entre a ausência dos traços de civilidade, Abguar relaciona as regiões definidas como “triângulos florestais” ao que chama de “famosa mesopotâmia entre o Juruá e o Purus” (Costa, 1940, p. 08). Nessa abundância natural, o homem oriundo de outras regiões do Brasil é apresentado como parte do desde as primeiras páginas da história escrita sobre esse lugar. Enunciando os fluxos migratórios como os responsáveis por iniciar os traços de civilidade na região, tanto o prefaciador quanto o autor identificam que esse homem desbravador, que em sua região de origem sofria com as péssimas condições de vida, passa a representar no Acre o papel de colonizador.

Ao identificar que esses “homens do acre” eram do Ceará, retomando a apresentação de Bastos, “O Cearense e o Acre eram dois destinos ainda sem comunicação com a vida” (p. 09). Essa afirmação reforça a visão de que o Acre, narrado pela própria história do Brasil como distante dos demais centros, se tornava um núcleo para receber os migrantes dada as condições existentes: “Por sua vida miserável o sertanejo pobre era, depois do índio, o último da escola social do Brasil”(Costa, 1940, p. 10).

Nessa articulação entre o homem miserável do Ceará e a sua inserção em uma região que difere da sua realidade, o autor insere a Amazônia em uma escala hierárquica destacando-a como destoante da situação econômica do Brasil na época. Ele caracteriza a região como um

“tabu” econômico ao país, na proporção que discute uma certa peculiaridade associada à presença do “índio brasileiro”, o que se entende enquanto uma referência para demonstrar que não houve uma transformação humana local que impactasse na transformação da floresta amazônica. “Para guardar as últimas tradições do índio brasileiro, a Amazônia revestiu-se de três peculiaridades, no confronto com o resto do Brasil: uma geografia especial; um tipo humano especial; uma economia especial. A Amazônia era um tabu econômico do Brasil” (Costa, 1940, p. 11).

Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2011) apresenta em *A invenção do Nordeste e outras artes* a tese de que a percepção da região como uma invenção gestada no século XIX, resultante das narrativas que ecoavam a questão, principalmente, da seca. A simbologia do homem miserável acompanha a produção discursiva sobre a região do cangaço, presente na produção de um lugar que flagelava sua população pela ausência de condições para a sobrevivência, onde a morte e a fome eram suas características principais. O autor destaca a ascensão do simbolismo do cangaço no contexto da modernidade, e nessa conjuntura, articulando uma perspectiva homogênea para construir uma narrativa da região através da tradição ligada ao meio rural, às antigas estruturas arcaicas que remetiam a uma região em dicotômica ao movimento “moderno” inaugurado no país.

Para o autor, a região Nordeste precisa ser compreendida a partir de sua historicidade, sendo produto de:

Construção mental, formada por conceitos sintáticos e abstratos que procuram dar conta de uma generalização intelectual, de uma enorme variedade de experiências efetivas. Falar e ver a nação ou a região não é, a rigor, espelhar essas realidades, mas cria-las. (Albuquerque, 2011, p. 27).

É a partir desse Nordeste inventado, que o autor define como o processo de “nordestização” que se constitui uma construção simbólica reverberada para todo o país. Esse processo implica uma inserção de elementos identitários, que passam a operar nos processos identitários dos sujeitos oriundos dessa região.

É a partir dessa formação simbólica que o homem oriundo do Nordeste é apresentado nos primeiros registros históricos sobre o Acre. A historiografia local do início do século XX associava o Nordeste à estiagem, à falta de chuva e a um ambiente seco que impossibilitava o plantio, o cultivo e a produção humana sobre a terra, impossibilitando as atividades de subsistência. Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2011) destaca como essa construção é produzida pelos instrumentos de poder local, de modo que os grupos dominantes se

promoveram pela concepção de uma região que “castiga” a sua população. Assim, essa generalização passou a dominar o imaginário nacional sobre o Nordeste.

A matéria do jornal *Correio da Manhã*, apresentada abaixo, expõe uma narrativa sobre a região que, embora ainda não se constituísse como Nordeste, já era caracterizada nacionalmente por essas condições simbolizadas como “naturais” naquelas terras.

A seca no Norte – No Senado

No senado foi ontem apresentado o projeto que damos adiante autorizando o governo a auxiliar os Estados Flagellados pela secca...

Mas é preciso não se esquecer, mesmo no meio destas festas, que uma porção de compatriotas nossos, lá na região do norte são abatidos pelo flagelo da secca. É preciso também não esquecer o sentimento da caridade e garantir a vida dos que regam, com o seu suor, a própria terra que lhes nega subsistência, esferilisada, como está pela violência dos raios do sol que a queima... Não pertence a nenhum destes Estados, mas é brasileiro e pertence a um Estado onde a população laboriosa dessa zona tem levado o seu braço trabalhador e incansável; pertence à região da **Amazônia que tudo é**, deve principalmente às populações do Ceará, Rio Grande do Norte e Parayba; pertence à zona que deve ainda principalmente a sua riqueza ao operoso trabalhador cearense. (Correio da Manhã, s.p, 1903).²⁶

A constituição identitária de um povo homogeneizado pela construção simbólica da sua região adquiriu novas estruturas que consolidaram a migração dos sujeitos para a Amazônia. Nesse período, a delimitação geográfica previa que todas essas terras, com suas peculiaridades e traços marcantes que davam espaço a uma singular representação da região ao país, eram pertencentes ao Norte. Essa parte do Brasil, seja pela seca ou pela imensidão das florestas “despovoadas”, fazia parte de diferentes construções discursivas que movimentaram fluxos migratórios de pessoas nesses espaços marcados pelas suas diferenças geográficas e climáticas.

Esses fluxos migratórios podem ser compreendidos através da ideia Abguar Bastos trouxe no prefácio da obra *A Conquista do Deserto Ocidental*. Enquanto na região que hoje concebemos como Nordeste, a seca, desnutrição e a improdutividade da terras eram colocadas como o lugar de vida desse homem do sertão, na Amazônia brasileira havia terras disponíveis para serem desbravadas por aqueles que viviam marcados pelo sofrimento de não cultivarem a terra ou por não conseguirem viver das suas produções, condição agravada pela ausência de condições climáticas favoráveis ao cultivo e aos recursos necessários para a sobrevivência naquelas terras.

²⁶ Algumas edições dos periódicos consultados não apresentam numeração de páginas.

Os discursos entram em uma conformação, Acre e Cerará, por exemplo, são constituídos por elementos distintos, mas se confluem pela necessidade do “povoamento” necessário para a região. O povo “sem terras produtivas” vai compor o primeiro capítulo da História do lugar que “lutou para ser brasileiro”. As teias dos discursos camuflaram as narrativas propagadas para uma região do país que, secularmente, foi território para a exploração de recursos naturais, representando, nos tempos coloniais, os primeiros espaços de produção das atividades comerciais da colônia portuguesa.

Enquanto na região que corresponde ao Nordeste, esses grupos de “flagelados” são vistos como fora da lógica da modernidade, imerso a um tempo que persiste em continuar com a tradição do sertão, do sujeito personificado como um sobrevivente atravessado pelas mazelas da fome, seca e ausência de condições de trabalho, a Amazônia é difundida como um ambiente que proporcionará o recomeço e/ou a recuperação econômica para que esses sujeitos adquirissem as condições materiais necessárias para viverem com a mínima dignidade humana.

A produção de verdades sobre lugares estigmatizados pela narrativa do poder faz da região amazônica um ambiente favorável para enviar fluxos de pessoas que viviam sob condições desfavoráveis, que naquele momento, resistiam frente à perspectiva da modernização. Assim, o Acre heroicizado pela bravura humana para pertencer ao Brasil, também pode ser compreendido enquanto um espaço “produzido” para o envio de pessoas que simbolizadas como “fortes” e “resilientes” pela condição de seca do Nordeste.

Na Amazônia, o sujeito resultante de um êxodo rural, movido pela ideia de fuga da seca, adquire, na narrativa sobre a “origem” do lugar, a condição de desbravador. Ele é retratado como detentor dos traços civilizatórios que retirariam da região de sua condição de inabitada e inalterada, sendo a força humana o elemento civilizador. Esse homem assume a identidade da bravura brasileira, aguçado pela conquista e o desbravamento de um lugar desafiador a presença humana, como disse Euclides em *À Margem da História*, pelas condições de um clima caluniado, que se tinha tudo, ao mesmo tempo que também faltava-lhe tudo.

Os *condenados da floresta*, conforme João José Veras de Souza em sua obra *Seringalidade: a colonialidade no Acre e os condenados da floresta*, são compreendidos dentro dos limites da narrativa os constituiu como heróis. Contudo, essa mesma narrativa os enclausura em uma estrutura colonial que o autor determinou como *Ciclos da exploração dos humanos na floresta*. O sujeito racializado, condenado à estrutura de produção extrativista, é tomado pela colonialidade que se emoldura como modernidade na região. Essa colonialidade forja, desde as

primeiras manifestações que culminaram na vinda desses grupos de pessoas para as diferentes regiões amazônicas, uma “identidade” associada ao desbravamento do território, na condição de “conquistadores”.

Nessa interpretação de Souza (2016), o estabelecimento de uma ordem colonial estruturada pela consolidação das casas aviadoras, dos barracões, dos seringais e até os últimos elementos que instituíram o modo devastador e depredatório de extração do látex das seringas, acarretou tanto alterações no modo de existir e viver das populações originárias quanto o fortalecimento dos representantes da brasilidade na região. Os “flagelados do Nordeste” condenados à condição de mão de obra, permaneceram como sujeitos resistentes às adversidades, já que suas trajetórias já haviam sido marcadas pela resistência à vida nos sertões e secas de suas terras.

A figura do desbravador, aquele que se propõe a ser o elemento civilizador, adquire nuances em trabalhadores oriundos de outras regiões do país, mas se realiza, principalmente, por meio das figuras patrióticas de homens que se encarregaram do cargo de agentes da pátria, pela resolução de acordos diretos com a Bolívia, Peru, e entre grupos de brasileiros que divergiam quanto às estratégias para exercer a posse sobre as terras. Esses sujeitos aparecem nas narrativas como componentes responsáveis pela retirada da região do seu estado “bruto” ao articular uma nova organização social, política e econômica com base na exploração tanto dos recursos naturais, das comunidades e populações de diferentes etnias atravessadas por uma nova ordem socioeconômica e cultural.

A região acreana vai sendo ocupada majoritariamente por brasileiros que exploram fundamentalmente a borracha natural nos vastos seringais que vão sendo abertos e constituídos nesses diversos espaços narrados então como vazios e selvagens. Em muitos desses lugares havia presenças significativas de indígenas que se tornam um incômodo problema a ser resolvido através dos genocídios, dos apresamentos e incorporações deles ao processo colonial interno que vai sendo aprofundado. (Silva, 2020, p. 112).

Silva (2020) em *Acre, formas de olhar e de narrar: natureza e história nas ausências* descortina a narrativa do vazio que permeia a representação do Acre como parte da Amazônia. Essa narrativa não apenas legitima o estabelecimento de uma nova ordem que tem como base o extrativismo, mas também sustenta medidas impositivas diante dos conflitos entre as comunidades locais e a chegada de sujeitos “autorizados” a fundar a região. Assim, o vazio demográfico legitimou genocídios, invasões e sobreposição de uma nova ordem sobre um espaço considerado desabitado.

São essas produções de diferentes espaços e territórios, numa mesma região do país, que que constituíram e consolidaram as narrativas sobre o nacionalismo brasileiro nas terras do Acre. A heroicidade do homem que trabalha com a extração do látex é validada como o estágio inicial na elaboração de toda uma estrutura organizacional para a vida do “homem civilizador” nas terras amazônicas. O sujeito que chega à Amazônia, sustentando pelo simbolismo do enriquecimento com o trabalho na região, se firma com a presença inaugural brasileira, fundindo a História ao lugar. Sua existência adquire visibilidade após o reconhecimento do seu potencial para garantir a brasilidade de um território que ainda não era Brasil, mas se encaminhava para isso, através da construção simbólica de um espaço imaginado e inventado como acreano.

2 - CONSTRUÇÕES SIMBÓLICAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA: INTEGRAÇÃO, UNIDADE E IDENTIDADE

A linguagem não tem mais outro lugar senão a representação, nem outro lugar senão em si mesma: nesse vão que ela tem poder de compor.

As palavras e as coisas – Michel Foucault

Este capítulo tem como foco a perspectiva da Amazônia brasileira sob a produção de intelectuais ligados à vida política, econômica e social. Inclui-se tanto aqueles que estiveram ligados ao projeto de construção da identidade e integração nacional quando os estudiosos que abordaram o território “amazônico”, mais especificamente a parte Sul-ocidental.²⁷ Ao refletir sobre a construção das representações da Amazônia, as produções científicas e literárias dos sujeitos das “letras” aqui apresentados são articuladas a partir da influência de suas respectivas produções na construção e difusão do pensamento sobre a região.

Enveredar por esses escritos permitiu discutir as redes de ideias que se vincularam a partir da dimensão da ciência, do conhecimento e construíram narrativas que embasaram a produção discursiva da Amazônia, repercutindo, reverberando e incorporando novos elementos para as novas perspectivas de Amazônia substancializadas em diferentes períodos. Nesse sentido, evidenciar esses autores a partir de suas produções na região consiste em identificar quais representações estavam em vigor sobre a região a partir dos anos 1940.

Desde o período da colonização europeia, para o que a historiografia denominou de “contato”, “conquista”, “domínio”, surgiram diferentes concepções que moldaram o ideário da região. Por séculos, a Amazônia foi concebida como paraíso, conforme observou o pesquisador Auxiliomar Silva Ugarte na obra *Sertões de Bárbaros*, ao analisar os *cronistas na Amazônia do século XVI* e a construção simbólica do *Novo Jardim do Éden* a partir das impressões dos cronistas de viagem na região. Sob novos vieses, a perspectiva de *Paraíso* recebeu novas roupagens, foi ressignificada, mas conservando a ideia de um lugar com riquezas naturais, seja como base para a indústria da borracha, protagonizada no final do século XIX, seja como “reserva ecológica” do planeta.²⁸

²⁷ Segundos a denominação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, A Amazônia Ocidental contempla os Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima.

²⁸ O termo inserido entre aspas faz referência a inserção do discurso ecológico na região. A ideia da sustentabilidade e preservação do meio ambiente, especificamente na Amazônia, também será discutido a partir dos autores reunidos neste capítulo a partir da condição de intelectuais e produtores da historiografia amazônica.

A partir dessas referências, surgiram diferentes denominações atribuídas à região que, serviram como suporte para a ascensão de projetos voltados a integrar a Amazônia a programas governamentais e iniciativas privadas. No recorte dos anos de 1940 a 1960, recorte desta pesquisa, as expressões tratativas ao “plano de integração” da Amazônia serão articulados às aspirações políticas da época, que sustentaram medidas que se apoiavam na “ocupação” e “desenvolvimento” da região.

Após diversos projetos de atividades associadas ao extrativismo e intervenções que se propagavam como “caminhos” para alcançar o desenvolvimento por intermédio da exploração de recursos naturais, a proposta de integração vem à tona, a partir de agora, entoada por diferentes classes e grupos. Neste capítulo, essas percepções serão identificadas através da articulação de autores que escreveram sobre a região, e, sobretudo, influenciaram o pensamento social e político, alicerçado na fundamentação da ciência no que se refere à construção de um saber científico.

Diante da vasta literatura produzida por escritores, cientistas, naturalistas e demais categorias de intelectuais que se debruçaram a registrar as produções sobre os registros territórios amazônicos, destacamos Arthur César Ferreira Reis, Araújo Lima, Euclides da Cunha e Alberto Rangel. A escolha desses homens das “letras” que ocuparam posições de destaque na intelectualidade no período em que viveram e escreveram sobre a região, deve-se aos recortes que se formularam à pesquisa, às condições que viveram e às influências que exerceram tanto na produção de suas obras quanto na projeção ideológica sobre a região. Além disso, esses sujeitos atuaram em cargos e posições nos governos da época, sobressaindo-se para além da condição de intelectuais regionais, o que os notabilizou pelas contribuições de um “saber” sobre a Amazônia brasileira.

As produções intelectuais e a vida política desses sujeitos consolidaram e autorizaram uma rede de ideias que influenciou o pensamento amazônico brasileiro durante o período que viveram e atuaram. Seus escritos tiveram importância pelo modo que reverberaram como tendências que instituíram sentidos e representações sobre a região em um determinado período, reverberando para outros, influenciando novos estudos e alinhando-se às estruturas que serviram de base para projeções políticas e econômicas à Amazônia brasileira.

Além de se consolidarem pelas obras que demarcaram registros escritos de uma região secularmente estereotipada como vazia e da necessidade da documentação escrita para alcançar o *status* de “civilização”, ou, pelo menos, em direção ao “progresso”, esses autores circunscreveram a região com base em forças políticas, econômicas e culturais. Essas

“camadas” foram determinantes para a formação do pensamento social amazônico, no tocante aos elementos que integram uma “forma de compreender e identificar a região como parte de projetos nacionais.

Assim, os autores citados foram selecionados tanto para apresentar as narrativas e representações que reverberaram sobre a Amazônia entre os anos 40 a 60, como para a identificação das mudanças que se consolidaram no discurso amazônico brasileiro nesse período. Entre as forças políticas regionais e nacionais, ocorreram manifestações que culminaram na inserção de novos elementos, os quais passaram a ocupar o eixo central das representações sobre a região.

Durante os anos 40, a Amazônia não era mais representada como o inferno, como escreveu Alberto Rangel em *Inferno Verde* (1908) comparando a região a um sertão com suas mazelas. Embora o território continuasse sendo conhecido pela sua grandeza territorial e da floresta, tal importância foi obscurecida por sua ausência de civilidade, um distanciamento que se acentuou em comparação com outras regiões do Brasil. A partir da década de 1940, essa imagem de inferioridade, especialmente em relação aos modelos de atividade econômica e a ascensão da indústria, adquiriu novos traços abrindo espaço para uma projeção de mudança da conjuntura sociocultural da Amazônia.

No início do século XX, a Amazônia era representada por uma narrativa que ressaltava os elementos naturais, estabelecendo uma dicotomia em relação à presença humana. As peculiaridades do clima, solo e outros aspectos característicos da região eram compreendidas como permanentes e serviam de justificativa para o que se interpretava como estagnação do espaço. Nessas condições, o ambiente era visto como um obstáculo à presença humana. A figura do colonizador era colocada em oposição à natureza acentuando-se a ideia de um embate entre o homem e o meio. Essa visão se intensificava à medida que as interpretações científicas de cunho naturalista, herdadas dos séculos anteriores, descreviam a Amazônia como um ambiente hostil e esmagador da condição humana.

Nos contos de Rangel, a natureza é protagonizada em detrimento das figuras humanas, entre caboclos, aventureiros e sujeitos da “ciência”, que tentam sobreviver ao que é simultaneamente descrito como paraíso e inferno. Esses personagens estabelecem uma mudança capaz de estruturar uma nova ordem econômica, social e cultural. Com a estruturação de uma atividade econômica com base na exploração dos recursos naturais da floresta, a

“transformação” do elemento natural, mediada pela estética literária de Rangel (1908), representa uma tentativa idealizada de “superação” do natural pela força humana.

A ficção de *Inferno Verde* apresenta uma representação da Amazônia que se aproxima da estética de Euclides de Cunha²⁹, na qual o ambiente amazônico é retratado como subjugado pela ausência de parâmetros que revelem a presença da civilidade. Trata-se de um espaço que ainda está por ser traçado pelas linhas civilizatórias, como afirmou Euclides da Cunha (1999) em *À margem da História*. Nesse cenário, os sujeitos considerados “desbravadores” possuem a autêntica validação para realizar a interferência humana sob o meio.

Em *Inferno Verde*, os personagens são construídos a partir de uma hierarquia entre os homens com condições de alterar o estado “brutal” do lugar amazônico, assegurando protagonismos aos que detêm a condição de “desbravadores”. A narrativa evidencia os diferentes grupos que chegaram à região, caracterizando-os por meio de suas ações e dos papéis que desempenham. Esses sujeitos são apresentados conforme suas contribuições ao esperado “desenvolvimento” de alguma atividade econômica ou científica, como jornalista, médico, ou até mesmo como um sujeito identificado como “explorador” ou “trabalhador” ligado à atividade extrativista.

Essa ação, segundo os traços literários de Rangel (1908), seria o caminho para a modificação da natureza, e assim, a forma de inserir o homem na Amazônia por meio de uma condição de “superação” do elemento natural, ou melhor, do estado “infernado” que o espaço representava para a presença humana. Nesse contexto, a obra permite pensar as identidades dos sujeitos amazônicos a partir das representações literárias de Rangel e de outros literatos, considerando que esses personagens são apresentados através de categorias relacionadas ao potencial que possuem para intervir e modificar o espaço.

É a partir da identificação das transformações no tempo e nas estruturas de pensamento sobre a Amazônia que os autores discutidos neste capítulo são reunidos, compondo um conjunto de elementos e categorias que vigoraram sobre as narrativas elaboradas sobre a região. Para que a Amazônia deixasse de ser representada como inferno, quais mudanças seriam necessárias? Para Rangel, o caminho para a transformação do lugar dependia dos homens que detinham a perspicácia, domínio técnico e saber científico, ou seja, aqueles que eram dotados de autonomia

²⁹ O intelectual, jornalista e escritor escreveu o prefácio da obra *Inferno Verde* de Alberto Rangel, publicada a primeira vez em 1908.

para intervir no meio, para além da mera ocupação do espaço e agindo para transformá-lo e aproximá-lo dos traços do almejado progresso.

São essas mudanças identificadas nas obras publicadas por esses intelectuais que foram articuladas para pensar a Amazônia em meados no século XX. Os eixos discursivos e os parâmetros influenciaram na mudança de pensamento, consolidando novas representações para a região tanto no plano regional como nacional. Esse novo olhar sobre a Amazônia contribuiu para a ascensão de projetos políticos que direcionaram um conjunto de ações voltadas à intervenção no território.

Entender as estruturas que reverberaram sobre a Amazônia nos anos 1940 permite analisar as permanências e mudanças que embasaram os discursos e as representações nesse período, permitindo discutir as narrativas da região a partir de um panorama sociocultural. Através da consolidação desse plano discursivo é possível entrever os desdobramentos no panorama cultural, influenciando tanto no modo de entender a Amazônia pelo viés político e econômico, quanto no cotidiano dos sujeitos que habitavam essa região.

A partir da sua condição de “última fronteira”, parte dessa imensidão amazônica, no primeiro capítulo foram identificados elementos que acentuaram as especificidades do Acre no processo de anexação ao Brasil, seja em relação aos contornos do território quanto às narrativas de nacionalidade e de autonomia na região de fronteira. Ainda que nesse panorama nacional, foi possível identificar os aspectos que evidenciaram o Acre e a sua peculiaridade em relação à própria Amazônia. O lugar do Acre revela os elementos que embasaram o seu cerne e o condicionaram como parte da região amazônica brasileira, incluindo os arranjos políticos estabelecidos desde o período em que suas terras estavam em negociação para que o território fosse integrado ao Brasil.

Neste capítulo essas questões serão retratadas mediante o papel desempenhado por esses intelectuais, munidos do poder/saber, seja enquanto agentes do estado, exercendo cargos políticos ou administrativos, seja enquanto intelectuais. Eles foram fundamentais para a consolidação de elementos e novas categorias de interpretativas que entonaram um modo de compreender e representar a Amazônia a partir dos anos de 1940.

2.1 A Amazônia de Arthur Cezar Ferreira Reis e os projetos de integração nacional

Nascido em Manaus, Arthur Cézar Ferreira Reis teve uma atuação diversificada, marcada por sua vasta experiência no campo político e acadêmico. Ao longo de sua trajetória na Amazônia, e especialmente no Amazonas, destacou-se como político, historiador, além de conciliar com a carreira acadêmica que culminou na docência, quando atuou no ensino público do Amazonas. É importante destacar que o professor³⁰ também atuou como jornalista para o Jornal do Comércio.

Na vida política, foi chefe de gabinete da Junta Revolucionária do estado e governou o Amazonas (1964-1967) por três anos durante os primeiros anos da ditadura militar. Esse período é considerado emblemático quando analisada a atuação política de um intelectual da região amazônica e os entrelaçamentos da sua carreira com a conjuntura nacional do golpe militar no país, o que revela os traços do conservadorismo do regime antidemocrático e as suas ações em relação ao governo do Amazonas.

Quando tratamos de Arthur Cézar Ferreira Reis como intelectual e a gente político, isso se deve à sua atuação em entidades, órgãos e cargos públicos ligados ao Estado, seja enquanto administrador, político ou no âmbito da educação, no que se refere à sua carreira docente. Entre as áreas da literatura, do patrimônio histórico e cultural, e a governança do estado do Amazonas, Reis traçou uma trajetória que auxilia na compreensão do pensamento social da Amazônia. Além da sua carreira no Estado do Amazonas, Reis esteve ligado ao governo do país, entre essas instituições, destaca-se sua participação como membro correspondente de institutos histórico do país, como os do Pará, Ceará, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul, sendo membro de institutos internacionais dessas mesmas áreas, como do Equador e Peru.

Arthur Cézar Ferreira Reis cursou o ensino básico na sua cidade natal, Manaus. Filho de Vicente Torres da Silva Reis e Emília Ferreira Reis, mudou-se para o Rio de Janeiro para cursar a graduação em Direito na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Seu pai, Vicente, foi um homem considerado das “letras”, tendo formação em jornalismo e destacando-se como escritor no Amazonas.

³⁰ Biografia com base nos dados divulgados pela biblioteca Arthur Viana da Fundação Cultural do Estado do Pará, coleção – Obras Raras, Acervo Digital. Disponível em: <https://obrasraras.fcp.pa.gov.br/>

Segundo dados do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro do país (IHGB), Arthur Cézar Ferreira Reis, membro desta entidade, seguiu a carreira acadêmica na pós-graduação pela Universidade Federal de Fluminense, onde concluiu o mestrado. Além da sua atuação enquanto docente na Escola Normal do Amazonas, Arthur foi vice-presidente da Associação dos Empregados do Comércio do Amazonas – AM e exerceu o cargo de chefe de gabinete da Junta Revolucionária do Estado, durante o contexto da revolta armada das oligarquias, conhecida como *Revolução de 1930*, marcando o encerramento da *República Velha*³¹.

A vida política de Arthur Reis não se restringiu ao exercício de cargos políticos de liderança. Ele integrou a Comissão encarregada de fixar limites dos municípios do Amazonas, atuou como Diretor da Instrução Pública do Estado, Fiscal Federal de Seguros Marítimos e fiscalização, além de inspetor de seguros do Ministério da Indústria e Comércio. Também foi Superintendente do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPEVEA e Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Sua atuação como advogado e professor é vasta, não cabe exaurir todas as suas participações, ainda que algumas de suas gestões enquanto administrador e governante tenham sido destacadas para evidenciar a relação de Arthur Reis enquanto intelectual e suas relações com a política local e nacional, ou seja, no contexto local da Amazônia e no cenário nacional.

Para ingressarmos a vida intelectual com o objetivo de compreender a construção de uma categorização acerca da Amazônia, é necessário observar não somente a trajetória individual do intelectual, mas também a forma como ele se insere em uma rede de ideias, na elaboração do que Chartier (1900) denomina de uma construção de representações que se constituem na coletividade. Assim, os determinados elementos, que serão notabilizados e retratados pelos três intelectuais, Arthur Reis, Leandro Tocantins e Araújo Lima, influenciaram e consolidaram categorias sobre o modo de ver a Amazônia e interpretá-la diante o cenário nacional do país.

Entre a vasta produção bibliográfica de Arthur Reis, destacam-se três obras publicadas em diferentes momentos, que permitem identificar e contrastar, entre os autores destacados, os elementos formulados enquanto parte da narrativa sobre a Amazônia. Qual a representação da Amazônia para Reis? Enquanto político, intelectual e professor, o autor destacado exerceu influencia com o seu modo de pensar e compreender a Amazônia, principalmente no que se

³¹ Também conhecida como a república das oligarquias. Esse período é marcado desde a Proclamação da República, fim do império monárquico no Brasil, até 1930 com a deposição do presidente Washington Luís e com a ascensão de Getúlio Vargas, líder do movimento.

refere ao cenário nacional, ou seja, de como a região era compreendida na geopolítica formulada para a região.

Na obra intitulada *A Conquista Espiritual da Amazônia* (1942), os escritos de Arthur Cézar Ferreira Reis permitem entrever a representação da região através do enunciado que compõem a perspectiva da *Conquista*. Essa perspectiva remete à obtenção do território por meio da dominação, articulando-se com os parâmetros da colonização e com as construções simbólicas do projeto colonial, pelo viés da ocupação e exploração do território.

Através da criação de um lugar moldado pela visão do ocidente, situado entre o excluído e o selecionado para pertencer a um espaço comum de dominação ocidental, a narrativa sobre a Amazônia passa a ser constituída pelo discurso do saber que institui uma lógica sobre o outro. Nessa obra de Reis (1942), com o estabelecimento desses sentidos à região, os escritos da Amazônia ganharam contornos inteligíveis para a prática histórica do ocidente estabelecendo uma formulação de um “modo de fazer história” que se estrutura pela construção dos “sentidos históricos”.

A partir das categorias analíticas de Michel de Certeau, em *A Escrita da História* (1982), compreende-se que a prática histórica na região amazônica foi construída a partir das tessituras de ausências, instituídas por uma estrutura ocidental que adaptou um modelo eurocêntrico às sociedades localizadas fora da Europa. É nessa exclusão do outro que, neste estudo, refere-se à Amazônia, segregação determinada pelas linhas discursivas, que se instituiu o sentido do vazio, expandindo-se para afirmar o que representava esse lugar, sobretudo em relação às ausências.

É partir do que falta que os sentidos históricos foram sendo materializados, cristalizando um modo de ver a região com base naquilo que ela supostamente não tem, conforme os parâmetros da estrutura colonizadora enraizada no discurso da civilidade e progresso. São essas categorias que reverberam secularmente entre o modo de fazer história da região, justificando os projetos políticos e econômicos interferindo na formação sociocultural do espaço.

Em *Amazônia e a integridade do Brasil* (1906) Arthur Reis, além de contemplar as representações que historicamente perpetuaram na região, aborda os elementos que alimentaram o olhar sob as possibilidades de mudança para a região no início dos anos do século XX. O autor delineia algumas projeções da Amazônia para o futuro com base em estruturas modernizadoras. Segundo ele, o espaço tropical necessitava de empreendimentos que

concedesse a “maturidade” que a região precisava alcançar para ser considerada uma parte do Brasil em potencial desenvolvimento.

Diante disso, mesmo que com algumas ressalvas, é possível dizer que o autor compreende a região com otimismo. Esse “sentimento” de esperança em relação aos caminhos do “progresso” amazônico parece ser possível, já que perpassa por toda a obra do autor desde que esteja condicionado às mudanças que deveriam ser implantadas na região por meio de um projeto estabelecendo uma nova estrutura econômica, política e sociocultural.

A mudança estrutural era vista como o caminho para que a região alcançasse as condições mínimas na busca do idealizado trajeto do progresso, alinhando-se ao modelo de sociedade que então se constituía como projeto da nação brasileira. Os grandes centros do país, como a região Sudeste, já aspiravam alguns elementos associados à modernidade, como a industrialização e mudanças que impuseram novos hábitos, comportamentos e novas formas de viver e organizar-se em sociedade.

As empresas extrativistas podem ser consideradas um projeto que obteve a capacidade de modificar a estrutura presente na região amazônica? Esse questionamento permeou toda a leitura da obra que leva o título a *Amazônia e a integridade brasileira*, especialmente porque o autor inicia a obra tratando de uma mudança estrutural que precisaria ser realizada na região. Por isso, a reflexão sobre os impactos da atividade de extração do látex revela que, embora essa economia tenha impulsionado transformações pontuais, seu principal objetivo foi a aquisição de matéria-prima sem haver o propósito de incorporar a região nas mesmas condições que as demais existentes no Brasil.

Mesmo que reconhecendo que houve um fluxo de pessoas deslocadas para a Amazônia, Arthur Reis avança do período regencial, perpassando os anos iniciais do estabelecimento da extração da borracha na região para os anos 40 com o objetivo de demonstrar que foi a partir desse período que houveram projetos efetivos com a finalidade de incluir a região como uma extensão do território brasileiro, reconhecendo a necessidade de mecanismos para ser incluída como uma região com potencialidades no panorama geopolítico ao Brasil.

Para Reis (1942), as ações extrativistas contribuíram com uma forma de intervenção na região, visto que houve um fluxo populacional deslocado para a região. Esse movimento contribuiu para o aumento do contingente de pessoas vivendo na região, ainda que em condições diretamente ligadas ao trabalho e à exploração da mão de obra. Entretanto, o autor destaca que esse empreendimento da atividade gomífera não promoveu mudanças estruturais

efetivas, pois não foi concebida com o propósito de integrar a região ou criar condições para modificações estruturais na Amazônia. Prevaleceu, segundo ele, uma organização destinada à exploração massiva dos recursos naturais, sem haver uma disposição para alterar e manter as condições para a continuidade dos empreendimentos, e esses, por sua vez, assegurando as mudanças na região.

Para ele, os caboclos³² paraenses e amazonenses foram os responsáveis pelo início da atividade extrativista na região, entretanto, eles não representaram uma nova etapa na economia da Amazônia, uma vez que o elemento indicativo adotado pelo autor para perceber as “mudanças econômicas” consistia na transformação das formas de vivência e na estruturação das atividades comerciais. Ao mencionar esses sujeitos, identificados por uma identidade miscigenada, o autor aponta que a estrutura econômica ainda estava em processo de formação. Dessa forma, a presença desses sujeitos não configuraria, em sua visão, o marco inicial de uma mudança estrutural na Amazônia, mas apenas um estágio de um modelo econômico ainda não consolidado.

É perceptível que a referência aos caboclos pressupõe a uma identificação cultural que perpassa a ideia da mistura das raças, ao considerar que a construção da mestiçagem aparece circunscrita à representação do caboclo, do indivíduo constituído pela descendência dos povos originários e do homem branco. Dessa forma, redutível à expressão *cabocla*, o mestiço deixa de ser o humano no seu estado mais brutal, representado na figura do indígena, caracterizado através da imposição da visão europeia do mundo, e transita para outro processo identitário, que agora corresponde à interação com o humano elevado à superioridade pela categoria da raça humana *branca*.

A base para a institucionalização do racismo pelo discurso da ciência esteve alicerçada na construção da perspectiva das misturas das raças, que operou como um mecanismo de suavização dos processos de violência e dizimação das populações indígenas e negras. Esse discurso esteve na base da construção nacional da identidade brasileira, iniciado ainda durante o regime monárquico³³, que buscava traçar uma proposta para estabelecer o trajeto da construção da historiografia brasileira, já que com a recente emancipação da condição de

³² Termo empregado para se referir aos povos que passaram pelo processo de miscigenação, conhecida como a mistura entre povos de diferentes etnias. A mestiçagem, apesar de hoje entendermos historicamente como uma ação ideologia de branqueamento, de cunho racista, nos primeiros anos do século XIX foi reconhecida cientificamente como um processo

³³ A referência feita ao projeto de construção da identidade nacional se relaciona a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no ano de 1838, criado com o objetivo de criar as bases teóricas e metodológicas para a institucionalização da História Brasileira.

colônia, a jovem nação precisava consolidar sua independência através do fortalecimento do Estado Nacional.

No primeiro capítulo de sua dissertação, intitulada *Arthur Reis: em grande estilo*, Lademe Sousa analisa a inserção do pensamento de Arthur César Ferreira Reis no contexto das tendências historiográficas, principalmente no tocante à proposta intelectual e política enquanto agente político, no que diz respeito à história nacional do país. Nesse sentido, após apresentar uma retrospectiva da vida acadêmica e política de Reis, a autora o insere entre os intelectuais empenhados na construção da identidade brasileira. Nesse processo, aproxima seu pensamento das obras de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, cada um com suas perspectivas próprias que apontam diferentes percursos para compreender a conjuntura sociocultural do Brasil, elencando importantes elementos para a construção da ideia de unidade nacional, ou, ainda, de suas raízes históricas, como Sérgio Holanda nomeou em sua obra *Raízes do Brasil*, publicada pela primeira vez em 1936.

Manoel Luís Salgado Guimarães, em *Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional* (1988), identifica a empreitada da construção do projeto de consolidação da nação inserida na proposta de elaboração da identidade brasileira. Ao observar as movimentações em torno da institucionalização da História como ciência e os parâmetros da cientificidade, o autor identifica esse momento como a primeira fase da historiografia brasileira. Nesse estágio inicial, os intelectuais envolvidos buscavam responder a dois questionamentos fundamentais: Quem somos enquanto nação? E como vamos constituir e representar a identidade brasileira?

2.2 O Brasil em construção e os reflexos para a Amazônia: autonomia, unidade e identidade da nação.

Diante esse contexto da mudança metodológica da História enquanto ciência, considerando a substituição da atribuição do historiador de mero reproduzidor de narrativas para a condição de pesquisador atento às fontes em busca de “evidências” e cientificidade³⁴ em seu ofício, a inserção dessa tendência no Brasil foi gestada através de uma instituição que teve por

³⁴ Neste contexto vivenciava-se uma renovação teórica e metodológica no campo da História. As bases científicas estavam pautadas na busca pela objetividade e a busca pela verdade dos fatos. A corrente filosófica positivista regia influência sobre o modo de pensar e operar a História.

finalidade a reunião de escritos que contribuíssem para o “nascimento” de uma nação autônoma com suas próprias bases alinhadas ao projeto de construção da identidade do Brasil.

A busca pela unidade nacional e pela homogeneidade na formação da identidade brasileira tornou-se uma pauta central para a criação do Instituto Histórico Geográfico e Brasileiro (IHGB), uma instituição que surgiu apoiada por Dom Pedro II e composta, em parte, por membros-sócios Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional³⁵. O IHGB, conforme consta em sua primeira edição, tinha o objetivo de centralizar documentos sobre o país que estavam espalhados pelas províncias, de modo que se definisse qual os elementos seriam performados como “características” para a construção da identidade brasileira.

A criação desta entidade, em um regime monárquico, acompanhava a tendência de instituições semelhantes que estavam ascendendo em diferentes países da Europa, como o Instituto de Paris, com o qual o IHGB estabelecia a necessidade de manter contato. Conforme indicado na primeira série da revista,³⁶ havia previsibilidade para que o diálogo com outras entidades fosse mantido, seguindo a indicação de que a entidade brasileira manteria contato, através de “abertura de correspondência” (p. 07) com as instituições do exterior.

Apesar de pautar-se na busca pela centralização de documentos e registros internos do país, buscando reorganizar quais aspectos seriam afamados como categorias da nacionalidade e do “ser brasileiro”, essa necessidade de manter o IGHB em contato com outros Institutos Históricos, desde o seu nascimento enquanto instituição, também tinha a finalidade de acompanhar as propostas ideológicas dos institutos da Europa, determinando essas bases científicas para o que expressaram como organização da “História Geral” do Brasil.

Nas primeiras edições, com várias passagens destinadas a tratar da organização da instituição, com previsão no estatuto para ser publicada trimestralmente em formato de folheto, incluindo as bases para a formulação do próprio Estatuto, é importante destacar que havia uma preocupação em reunir, centralizar e reorganizar documentações acerca do que pudesse fortalecer a formação nacional do país. Ou seja, o Instituto buscou formalizar os registros históricos que deveriam servir como evidências escritas e documentadas do país enquanto nação.

³⁵Esta entidade se dispunha a reunir homens que detinham prestígio na sociedade brasileira, entre eles, escritores, cientistas, políticos e demais sujeitos que tinham ligação com a economia do país.

³⁶ O IHGB publicava edições periodicamente, através do formato de revista. Os materiais publicados estão disponíveis eletronicamente no site do instituto. Disponível em: <https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/itemlist/filter.html?category=9&moduleId=147&start=470>

O IHGB instituía, a partir daquele momento, um núcleo comum para reunir-se e discutir perspectivas teóricas e metodológicas para a solidificação da brasilidade, com base em critérios científicos. Enquanto projeto político, a entidade se preocupava em formular um projeto para a nação recém independente, sem afastar-se da herança colonial portuguesa. A perspectiva do “fortalecimento” e unificação das províncias, que até então eram administradas por um poder descentralizado, passariam a ter um centro difusor político, administrativo e também ideológico para a proposta de unificação.

Os literatos de todo o Brasil saberão, pela leitura de nossos estatutos, que os sócios deste instituto não só meditam organizar um monumento de glória nacional, aproveitando muitos rasgos históricos que dispersos escapam à voragem dos tempos, mas ainda pretendem abrir um curso de história e geografia do Brasil. (REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, 2022, p. 130–346).

O conhecimento “das coisas da pátria”, expressão presente na edição da revista, evidencia a proposta de unificação com base na validação de uma proposta de inserção metodológica que orientasse a centralização da História do país. É oportuno lembrar que se buscava centralizar tanto a administração quanto a política, já que a nação ainda vivia sob os resquícios de um extenso período que consistia na divisão administrativa do território em capitanias hereditárias³⁷, nas quais prevalecia a divisão de terras distribuídas e organizadas por um poder local interno que não mantinha relações diretas com outras capitanias.

Sob o viés da teoria marxista da história, o IHGB foi encarado como o espaço em que os intelectuais oitocentistas construíram ideologicamente o passado nacional. Nessas investigações, o problema da construção de uma identidade nacional ganhava centralidade, sendo compreendido como resultado em uma ideologia nacional, produzida dentro do IHGB, para dar coesão à realidade brasileira marcada pela divisão de classe e de raça. (Varella, 2018, p. 09)

A ideia da unidade, assim como destaca a autora Flávila Varella, consistia na consolidação da representação brasileira, tanto em seu aspecto político quanto social e cultural, mas sem destoar do passado colonial. Apesar de este ser atribuído como uma “passagem” para o Brasil independente, agora autônomo em relação à antiga colônia, ele não estava desvinculado da História Nacional que começava a ser delineada nesse contexto, no qual o IHGB surge como uma importante ferramenta para a elaboração da identidade nacional.

³⁷ Corresponderam às divisões de terras para a Administração Colonial Portuguesa. Essa organização contou com

Francisco Adolfo Varnhagem (1877)³⁸, em sua obra *História Geral do Brasil Antes da sua Separação e Independência de Portugal*, discute o quanto as capitanias hereditárias eram independentes, apesar da dificuldade em se manterem enquanto um espaço governado, devido à escassez de mão de obra e à insegurança alimentar, fatores que dificultavam a manutenção das diferentes capitanias existentes nesse período do Brasil colonial, e até mesmo depois, sob o modelo de administração do Governo-Geral³⁹. Ao contrário da unificação, Varnhagem aponta que o trabalho do homem, especificamente daqueles que tinham aliança com Portugal, fosse enquanto administrador ou colono, mesmo sem relação direta com a unificação advinda da Proclamação da Independência, contribuiu para o surgimento de uma organização baseada em “cidades policiadas” e em fontes de riqueza que apontavam para a ascensão do potencial da nação para o comércio e indústria.

Na perspectiva de continuidade da herança colonial, Varnhagem (1877) auxilia na compreensão da proposta de “integração” que viria a ser destacada por intelectuais, como Arthur Reis nos anos 1940, num contexto que parte do regional para o nacional. Essa proposta, voltada a Amazônia em meados do século XX, contrasta com os ideais que formalizaram o projeto do fortalecimento da nação brasileira. Ao analisar a construção simbólica da unidade, da união dos territórios que faziam parte do país, mas que viviam sob a administração descentralizada, e até mesmo fragilizada pela ineficiência de um governo central, é oportuno refletir sobre as bases dessas propostas de integração do Brasil, em diferentes contextos, desde o período monárquico até aos moldes de um governo republicano.

Na coletânea intitulada *Amazônia dos Viajantes: História e Ciência* o estudo de Dysson Teles Alves, *Urbanismo e Civilização na América Portuguesa*, discute sobre a ascensão da urbanidade no Brasil a partir dos traços coloniais que estiveram à frente das mudanças em relação às estratégias de manutenção do domínio português sobre o território brasileiro. Para o autor, os assentamentos urbanos, como, por exemplo, as estruturas de cidade na colônia possuíam relação direta com a manutenção do controle com a colônia, e principalmente, com o objetivo de fortalecer a autonomia diante das disputas com outras nacionalidades.

Nas obras que retratam sobre o Brasil durante o período de sua formação como colônia, desde as primeiras ações para instituí-lo como descoberta europeia, a presença estrangeira aparece representada por diferentes nações, algumas delas, chegaram a se estabelecer e a

³⁸ Também conhecido como Visconde de Porto Seguro.

³⁹ O Governo Geral foi um modelo administrativo, também criado por Portugal, para centralizar o governo, que até então enfrentava dificuldades para manter o modelo das capitanias hereditárias.

edificar construções que, estrategicamente, auxiliaram na garantia do domínio da costa litorânea. Os holandeses são exemplos dessa presença estrangeira europeia, visando o fortalecimento de suas bases para garantir o domínio e o fluxo de rotas de entrada e saída da região, edificaram bases militares, como o *Forte Orange*, localizado na Capitania de Pernambuco, período em que essas terras vivia sob o domínio da União Ibérica.

O forte localizado na Capitania de Pernambuco, na região de Itamaracá, demonstra que, entre o período de “descoberta” e a consolidação do projeto colonial português, houve a presença de diferentes nações que navegaram e adentraram o que hoje conhecemos como o vasto território brasileiro. Além disso, também marcaram um domínio não apenas territorial, mas bélico, econômico e estrutural, já que edificaram fortalezas, tomaram vilas e estabeleceram rotas para a saída dos recursos naturais extraídos da região. Essa conjuntura é evidenciada na obra *Diálogos das Grandezas do Brasil*, analisada por Capistrano de Abreu⁴⁰, ao contextualizar as ações de franceses e holandeses durante os séculos XVI e XVII, com destaque para as invasões de vilas, engenhos e regiões que estavam sob o domínio português e espanhol, considerando o contexto de unificação das coroas.

Da condição de colônia sob a administração portuguesa à constituição dos primeiros traços de civilidade na formação de cidades, o processo ocorreu sem considerar as especificidades das diferentes regiões do país. Segundo o pesquisador Dysson Alves, o modelo de política aplicado no Brasil, até o século XVII, buscava impulsionar “.... indiretamente a formação de vias nos territórios pertencentes aos donatários, outorgando os mesmos a tarefa de urbanizar deixando a metrópole livre de tão oneroso serviço, ficando sob a responsabilidade da Coroa, poucas capitanias”. (Alves, 2011, p. 149).

Segundo o autor, das trinta e sete povoações, entre vilas e cidades fundadas entre 1532 e 1650, apenas sete seriam de responsabilidade da coroa. (p. 149). Trata-se de um dado relevante para compreender a divisão da organização administrativa da colonização no país, principalmente a quem se dava o poder de administração local. Além disso, essa preocupação com o avento das cidades, a partir de um diálogo com pesquisadores que já discutiram sobre a temática, Dysson Teles constrói um arsenal argumentativo que aponta a imposição da formação das cidades com características urbanas, seguindo modelos arquitetônicos previstos pela

⁴⁰ Segundo José Carlos Reis, na obra *Identidades do Brasil* Capistrano de Abreu é considerado, a partir da historiografia brasileira, como um dos “descobridores do Brasil”, por fazer parte de uma linhagem de intelectuais que instituíram uma sequência metodológica aos estudos dos registros históricos brasileiros. Ele também é conhecido pelo pioneirismo em identificar o futuro da sociedade brasileira a partir de um distanciamento com as raízes coloniais.

administração colonial, para que a autoridade sobre a colônia fosse mantida, ou seja, a fixação das cidades tinha uma relação direta com a manutenção do domínio colonial.

Retomar esses traços coloniais é fundamental para compreender as propensões que estabeleceram interferência direta no projeto de construção da História do país, uma vez que essa proposta fez emergir os anseios por uma organização que sistematizasse elementos a serem incorporados como representações do Brasil naquele panorama. O advento da modernidade, visto como uma perspectiva otimista para o futuro das civilizações durante o período de independência das colônias, deu início a um jogo de poder que manteve traços coloniais em permanência, perpetuando a colonialidade como base estruturante para os países colonizados.

O campo científico modulou a modernidade de modo que ela se instituiu como uma manifestação de mudança para uma nova concepção de sociedade e de apreensão do conhecimento. Esse “novo” estabeleceu um modelo de organização do saber, validado pelo ocidente e alastrado para o mundo como uma mudança estrutural, modelando as diferentes sociedades às estruturas do “moderno”. É através dessa percepção que se instituiu um processo contínuo da colonização, ou seja, a permanência se efetivou pela colonialidade. A base do saber científico produziu uma linhagem para a produção do conhecimento, consolidando um modo de produzir que se conforma por um padrão mundial do poder. Partindo da perspectiva de Aníbal Quijano, em *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina* (2005) o colonial/moderno, capitalista e eurocentrado se robustece pela base científica. É nessa perspectiva, pelo modo concreto de produzir conhecimento, que se reconhece o eurocentrismo. (Quijano, 2005, p. 126).

A padronização de um modo de conceber o conhecimento, baseado no eurocentrismo, estabeleceu uma relação arbitrária com a racionalidade, questionando a concepção cartesiana da natureza humana no que se refere ao corpo e à cognição. A partir desse dualismo, Quijano (2005) reflete sobre as relações de dominação que se estabeleceram ao criar uma hierarquia baseada na suposta superioridade de um corpo cujo fenótipo estaria associado a maior capacidade cognitiva. É nessa relação que a inferioridade se materializa em relação aos não eurocêntricos, classificados como um estado bruto e selvagem, como exemplificou Varnhagem (1877) ao se referir ao “estado infantil” dos povos encontrados no país, instituindo um trajeto linear para alcançar o estágio da “civilização”.

A população do Brasil, assim como as demais encontradas por toda a América Latina, em diferentes formas de organização social, foi considerada a partir de um “estado de infantil”

de cognição, ou seja, em uma condição de estagnação, sob a justificativa de que seus modos de vida demonstrariam que esses diferentes povos ainda não haviam alcançado a racionalidade plena. Desse modo, o uso da razão era questionado, sobretudo em função da ausência de uma estrutura econômica baseada na exploração e no acúmulo de bens, características que essas sociedades organizadas em distintas configurações culturais e sociais não possuíam, embora dispusessem de seus próprios instrumentos para garantir a continuidade de suas formas de organização.

Walter D. Mignolo, em *Colonialidade: O lado mais obscuro da modernidade*, aponta os caminhos para compreender que a colonialidade revela uma “pauta oculta” da modernidade, um instrumento de poder que se reverbera e se reinventa a partir de novas condições dadas pelo capitalismo. A lógica do lucro e a consolidação da estrutura capitalista justificaram o uso da violência para consolidar a estrutura social eurocêntrica, que se autoproclamava superior em detrimento dos modelos de sociedade que não seguiam o padrão de exploração ocidental.

Assim, a ideia da modernidade, do Estado moderno e da sociedade civilizada, fruto da civilização ocidental, esteve ancorada na exploração humana e da natureza, ou seja, na colonização. Isso permitiu ao autor associar a modernidade como um dos desdobramentos da colonialidade, visto que o moderno é expandido e defendido como um avanço necessário a partir dos projetos de colonização que promoviam a mudança, resultando no progresso daqueles que estavam afetados e esmagados pela via do progresso. A linearidade do avanço, do moderno, do progresso e civilizador, justificou e permitiu a continuidade da colonização. “Assim, ocultadas por trás da retórica da modernidade, práticas econômicas dispensavam vidas humanas, e o conhecimento justificava o racismo e a inferioridade de vidas humanas, que eram naturalmente consideradas dispensáveis”. (Mignolo, 2017, p. 04)

A partir de 1822, a construção da identidade enquanto instrumento de poder exigiu a necessidade da construção simbólica do país recém-independente, com a pretensão de que essa “imagem” do Brasil seria o caminho para consolidar a autonomia do país enquanto nação. Dessa forma, os ideais para a construção da nação ficaram sob a responsabilidade da elite, que, influenciada pelas tendências europeias no campo historiográfico, buscava constituir uma base comum para a construção da historiografia brasileira.

Na coletânea *Os Historiadores clássicos da história do Brasil – os primeiros relatos a José Honório Rodrigues*, a autora Lucia Maria Paschoal Guimarães retoma o percurso de vida de Varnhagen para destacar a sua importância na historiografia brasileira, principalmente no

tocante à primeira linhagem de historiadores, considerados precursores na busca por uma base comum para produção histórica e geográfica do Brasil. Ainda sobre Varnhagem, a autora situa o seu envolvimento com o IHGB, demonstrando a relação política do intelectual com a monarquia, seu papel para a entidade e a sua importância pelo pioneirismo dos primeiros trabalhos resultantes da escrita da História do país, “No âmbito do Instituto Histórico, a construção da memória nacional constituiu um longo e seletivo empreendimento, no qual se procurou pinçar, no “repertório” das experiências pretéritas, os esclarecimentos que pudesse auxiliar na definição do presente. (Guimarães, 2018, p. 54).

Francisco Adolf de Varnhagem, considerado um dos intelectuais clássicos da historiografia brasileira oitocentista, influenciou com seus escritos a interpretação do “nascimento” do Brasil pelo viés da colonização europeia, incluindo aspectos que considerou elementares para a continuidade dos “horizontes” futuros para a formação da nação brasileira. Ao inserir a colonização como um fator elementar para o “progresso” da nação, o intelectual pressupõe que os avanços em relação à constituição de uma pátria deveriam considerar, de forma positiva, os efeitos da colonização, vista por ele como agente de mudança e interferência sobre os povos que habitavam a região que viria a constituir o Brasil.

Para fazermos porém melhor idea da mudança ocasionada pelo influxo do christianismo e da civilização, procuraremos dar uma notícia mais especificada da situação em que foram encontradas as gentes que habitavam o Brazil; isto é, uma idea de seu estado, não podemos dizer de civilização, mas de barbárie e de atraso. De taes povos na infância não há uma historia: há só ethnographia. (Varnhagem, 1877, p. 22-23).

A construção da identidade do Brasil esteve pautada na perspectiva da continuidade do projeto colonial, uma vez que a mudança se centrava na valorização de elementos considerados necessários para que o projeto da nação brasileira estivesse em consonância com a proposta civilizadora. Essa mesma proposta já havia sido utilizada como argumento para sustentar e justificar as ações da colonização europeia nos países da América tornados colônia de exploração. Para Varnhagem (1877), as gentes do Brasil, sem o uso da base científica, não detinham a capacidade de produzir História nos moldes da concepção então vigente de ciência, que se fundamentava na busca pela “veracidade” dos acontecimentos registrados em documentos oficiais.

Quando se inicia a História brasileira? Como ocorre o nascimento do Brasil enquanto nação? A imponente desse empreendimento em torno da elaboração da identidade nacional

revelava a continuidade dos traços coloniais, ao considerar que a independência estava alicerçada na dependência do Brasil enquanto uma colônia, ou seja, sem rupturas com a estrutura colonial. A continuidade dos traços da colonização não somente justificou as ações coloniais do passado como necessárias para um percurso de progresso à nação brasileira, bem como estabeleceu o marco inicial da nação. No caso do Brasil, assim como em outras nações América Latina, esse “nascimento” se dá com a presença europeia na região, por meio da inscrição sobre o corpo do outro, operada através do poder que produz discurso. Foi assim que o Ocidente impôs a demarcação do início da História, como definiu Michel de Certeau (1982) em *A Escrita da História*.

No Brasil, especificamente, a narrativa da continuidade da colonização europeia pela administração de Portugal, vigorou diante das tendências teóricas e metodológicas que embasavam a construção da cientificidade e a busca pela aplicação do rigor científico aos campos do saber, incluindo a História. As ações coloniais foram justificadas como necessárias à validação das estruturas que se reergueram a partir das matrizes coloniais, ou seja, fundamentadas na exploração dos recursos humanos e naturais. Essa base deu sustentação à formação de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida, como apontou Gilberto Freyre (1933) no capítulo *Características gerais da colonização portuguesa do Brasil: formação de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida*, na obra *Casa Grande & Senzala*. O autor evidencia a constituição de um modelo social baseado na agricultura, escravidão, na estruturação da família patriarcal e nas relações de raça entre brancos, negros e indígenas.

Essa miscigenação, tratada por Freyre como uma troca cultural recíproca, mesmo quando inserida nas relações entre senhoras e escravizados, aparece como um fator de mudança e interação tanto para os brancos, pelos processos de adaptação ao clima, à alimentação e aos costumes locais. Já os grupos indígenas e africanos, ambos expostos às relações servis de trabalho, influenciaram com suas raízes culturais a composição da mistura de raças ocorrida desde o início da trajetória colonial do país. Desse modo, para Freyre (1933), a formação da nação brasileira é composta por uma mistura de raças que se entrelaçaram pela vivência cotidiana nos trópicos, numa relação de equivalência que se sobressai o fator da adaptação frente às relações de dominações e escravizações, incluindo o abuso sexual das mulheres negras e indígenas.

Nas primeiras publicações da revista periódica do IHGB, especificamente na edição datada do dia 24 de agosto de 1839, uma das temáticas abordadas na sessão foi a problemática sobre “Qual seria hoje o melhor systema de colonizar os Índios entranhados em nossos sertões;

se conviria seguir o systema dos Jesuítas, fundado principalmente na programação do christianismo, ou, se outro do qual se esperem melhores resultados do que os actuaes” (IHGB, 1839, p. 03).

As populações indígenas foram uma temática recorrente nos assuntos discutidos dentro da instituição. Ao analisar edições posteriores ao período de fundação do IHGB, é possível identificar uma quantidade considerável de escritos dedicados às relações entre a administração portuguesa e suas práticas coloniais em relação às populações originárias. Com a nova condição de país independente, os assuntos relacionados às “coisas da pátria” passaram-se a voltar-se para os caminhos que deveriam ser seguidos rumo à prosperidade nacional. Esse projeto incluía, entre outras questões, a necessidade de discutir, entre aqueles que integravam o grupo de intelectuais do país, quais os itinerários deveriam ser aplicados no tratamento das populações indígenas do Brasil.

A proposta de integração das províncias buscava reunir conhecimentos sobre essas unidades administrativas, que, durante o período colonial, coexistiram sem a pretensão de estabelecer uma centralidade entre essas organizações, já que não havia um projeto para unificá-las sob um mesmo sistema administrativo. Com o advento do projeto de construção da unidade nacional e a necessidade de melhorar a comunicação entre as diversas capitanias no vasto e extenso território brasileiro, as primeiras edições da revista do IHGB passaram a reunir dados precisos sobre as províncias, incluindo informações sobre a administração local, registros demográficos, geralmente produzidos por agentes administrativos.

Entre a diversidade de dados sobre as províncias que foram registrados nas edições da revista, destacam-se duas temáticas que convergem com as reflexões aqui levantadas a pretensão de construir um nacionalismo pautado na perspectiva da unidade da nação e os efeitos desse projeto quanto à definição das raízes socioculturais da identidade brasileira. Nesse contexto, ressaltam-se, a busca pelos registros históricos e geográficos e os questionamentos voltados às projeções futuras para a construção da pátria brasileira.

Dentro do primeiro aspecto a ser ressaltado, o levantamento de dados sobre os elementos naturais, destacam-se dados detalhados sobre as extensões fluviais dos grandes rios, como o Madeira, Guaporé, Javari e Mamoré, incluindo suas nascentes, afluentes e os limites de terras definidos entre as províncias. A navegabilidade desses rios, principalmente os que se encontram nas regiões de fronteiras do país, como os rios amazônicos, era considerada estratégica para a logística interna quanto para o controle das fronteiras.

Os dados levantados buscavam descrever os elementos naturais das diferentes regiões quanto o conjunto de formalizações instituídas pela administração da colonização portuguesa. O último formato dessas organizações ocorreu por meio das capitanias, estruturadas administrativamente para uma estrutura econômica e social baseada na exploração do trabalho e dos recursos naturais. Esses levantamentos visando reunir com exatidão os registros de todas as capitanias constituídas no país, permitiram identificar as dificuldades da organização colonial, ou seja, os (in)sucessos do projeto apontam os malogros de ações colonialistas que não triunfaram ao longo do período da colonização.

Esses registros sobre os elementos das capitanias trazem referências de que o país é composto por diferentes recortes territoriais que se diferem em sua composição natural, como a hidrografia, na diversidade dos rios, os biomas e a composição do solo. Essas relações de dados buscavam fazer com que os “conhecimentos” da pátria fossem centralizados a partir de um órgão que assumia a posição de difusor de ideias e debates sobre a composição histórica e geográfica do Brasil.

Os registros reunidos nas edições da revista do IHGB revelaram a resistência das populações locais em meio a um novo ordenamento que interferiu diretamente nos modos de vida, criando um modelo de submissão obrigatório. Esse modelo, centrado na exploração da mão de obra, resultou na usurpação das tradições dessas populações, afetando suas relações sociais, culturais e suas estruturas enquanto sociedades. Nesses termos, a pretensa missão do IHGB de reunir registros das diferentes regiões do país evidenciou que a colônia ainda era, em grande parte, um espaço desconhecido ao projeto colonial. O desconhecimento sobre a diversidade que compunha o Brasil ainda era um desafio a ser desvelado no ideário de nação unificada.

Como realizar um projeto de construção da pátria brasileira pautado no desconhecimento do próprio território? Enquanto a colônia impunha suas práticas colonizadoras às terras e aos seus povos, ambos ainda “desconhecidos” sob o olhar europeu, a imensidão e a grandeza também impuseram desafios a essa organização. Essa realidade permite compreender que, ao “descortinar” a linearidade dos processos civilizatórios, as estruturas sociais já estabelecidas na região e a própria natureza pulsam nos liames discursivos desse poder.

Pelo viés do colonizador, os modos de vidas das populações encontradas na região pareciam abruptos e apartados de uma compreensão de que esses sujeitos já viviam em

sociedades. Ainda dentro da narrativa publicada pelo IHGB, que discutia o melhor método para a dominação desses povos, há menções que recorrem à suposta incapacidade cognitiva para justificar as ações coloniais, julgando-os como detentores de “raciocínios curtos”. Em razão dessa condição atribuída, toda a sua vivência seria atravessada por limitações. No mesmo trecho, após referenciar a condição humana das populações indígenas, há alusão de que essa incapacidade culminou em limitações para essas populações impedindo o alcance de “nova natureza”.

A partir dessa interpretação, acrescentam-se trechos que analisam as ações coloniais projetadas para as populações indígenas no contexto dos novos projetos para a recém-criada nação. Em uma edição da Revista do IHGB, por exemplo, destaca-se a preocupação com a implementação de ações “Para a catequese e civilização dos Indios nada confio de planos ou directorias creadas somente no gabinete sem experiência e conhecimento positivo dos costumes, índole, e natureza de cada uma das tribos” (Revista IHGB, 1839, p. 174).

Este trecho, retirado do discurso do Presidente da província do Mato Grosso, José Antônio Pimenta Bueno, durante a abertura da Assembleia Legislativa Provincial, demonstra a imprecisão dos empreendimentos coloniais frente às tentativas de dominação e exploração das populações locais. Ainda que as práticas fossem pautadas na violência e no extermínio dos povos, o controle colonial não foi hegemônico. Os relatos dos administradores das regiões, desde a formação das capitanias até a organização das províncias do império do Brasil, apontam as dificuldades em razão do desconhecimento das populações e do território.

A citação apresentada acima demonstra que as práticas coloniais eram insuficientes porque não abrangiam a diversidade territorial e dos povos. Um sistema definido fora da experiência com o lugar era falível e parecia impróprio para a administração do colonizador, uma vez que o cotidiano demonstrava que as populações do país eram distintas, construídas historicamente nesse lugar que habitavam. Pela descrição do administrador é possível contrapor essas narrativas que criaram generalizações, silenciando as diferenças, os saberes e os espaços de ação a partir da resistência e da leitura que fizeram das ações coloniais.

Pela descrição do administrador, é possível contrapor as narrativas que produziram generalizações, silenciando as diferenças, os saberes e os espaços de ação das populações indígenas diante do novo ordenamento. Dos atos de dominação sobressaíram as ações de violência e opressão, ao mesmo tempo, tornaram-se evidentes as tentativas de sobrevivência,

bem como as práticas compreensão e interpretação dessa condição imposta e das possibilidades de agência das populações locais diante da nova realidade à qual estavam expostas.

Na tese de doutorado intitulada, *Índios Cristãos – a conversão dos gentios na Amazônia portuguesas (1653-1769)*, o historiador Almir Diniz de Carvalho Júnior construiu perspectivas para a interpretação das fontes oficiais da colonização portuguesa visando identificar as ações indígenas, demonstrando que havia um espaço de compreensão gestado a partir dos espaços simbólicos de interpretações, os quais permitiram as estratégias de viver e resistir diante uma nova estrutura social. Por meio dessas esferas de significação e pela percepção dos sentidos apropriados por essas populações, foram construídas re-invenções e apropriações a partir dessa nova estrutura imposta.

Diferente da teoria do “embranquecimento” e das “teorias das três raças”, que postulam a “mistura” de raças como um processo de encadeamento natural decorrente da colonização e, em alguns aspectos, banalizando as ações de supremacia cultural europeia em relação às populações locais, o autor propõe que as relações entre os colonizadores e as populações locais condicionaram um espaço de criação simbólica para a nova realidade dessas sociedades após a imposição das estruturas eurocêntricas.

Quando a publicação da revista do IHGB ressalta a necessidade do conhecimento da “natureza” das populações indígenas, destaca-se esse trecho para dialogar com as interpretações de um conjunto de autores que demonstram que o espaço colonial também foi um ambiente simbólico de atuação para recriações e apropriações dessas populações. O sistema imposto, e as condições para mantê-lo como um modelo eficaz de exploração, também foram voláteis, ao considerar a incompatibilidade de um conjunto de ordenamentos baseado em práticas idealizadas fora do contexto local, cujo principal objetivo era a dominação humana, seja pelo seu sistema de crenças, das formas de sociabilidades, até alcançar as entranhas da subjetividade.

É nesse espaço de violência que se constituíram fluxos de resistência, tanto dos escravizados quanto da demais categorias de pessoas que foram compartimentalizadas pelo novo ordenamento. Assim, compreender o Brasil pela sua condição histórica enquanto colônia, implica conhecer não somente a estrutura colonial, do patriarcado, da casa grande, da senzala e das atividades econômicas, mas também compreender como essas estruturas de dominação foram apropriadas por esses povos. Como retratado no trecho retirado da revista do IHGB, as ações dessas populações representavam um “entrave” para a continuidade do sistema colonial. Almir Diniz de Carvalho Júnior (2017) denominou esses espaços de agências a partir da

categoria de análise denominada *conexões de sentido*, identificando que as populações locais formularam um campo simbólico que viabilizou interpretações e recriações de modos de agir, mesmo que inseridos em uma estrutura controle e coerção.

É nesse sentido que a colonização, quando compreendida pelo viés da agência e das recriações e retirada da perspectiva da supremacia, permite identificar as outras camadas que resistem como fluxos para além do âmbito da dominação. Existiram outras camadas que coexistiram dentro da estrutura colonial. Por essa percepção, é possível enveredar pelas diferentes dimensões que imprimem realidades distintas, a partir de táticas de interferências articuladas pelas populações locais diante das ações coloniais.

Os assuntos retomavam a presença indígena como um problema a ser resolvido. Nesse período, após 1838, após mais de trezentos anos de colonização, os povos originários representavam um “incômodo”, por vagarem as matas numa condição que lhes era atribuída como privação de civilização (Revista IHGB, 1839, p. 03). A diversidade e a resistência podem ser identificadas pela interpretação do colonizador quando descreve a importância do conhecimento da “natureza das tribos”, demonstrando havia pluralidade entre essas populações, mesmo após séculos de colonização.

As projeções voltadas à constituição do projeto de unidade da nação lançavam questões sobre as práticas da nação independente direcionadas aos “índios”. Como destacou Carvalho Júnior (2017), aqueles que foram arregimentados à estrutura colonial também encontraram seus modos de recriações mediante um fluxo de incorporação das ações de coerção como uma tentativa de sobrevivência. O agir sem destoar do sistema produziu um arsenal de construções simbólicas entre “mundos”, ora vinculados à lógica do colonizador, ora à vivência cotidiana dessas populações, que, a partir de então, se reinventaram como estratégia para a preservação da vida.

Esses diferentes grupos étnicos estavam presentes nos espaços territoriais do Brasil, “embrenhados” nas matas, como destacou o relato do governador da província do Mato Grosso, resistindo às estruturas da colonização. A integração nacional do Brasil desconhecia a diversidade étnica e territorial, e assim, os dados sobre essas populações também eram escassos e limitados. Durante os anos de implantação e adaptação da colonização, a resistência indígena frequentemente resultava no extermínio desses povos, já que até mesmo sua condição de humanidade era colocada em questão.

Portanto, podemos concluir que a presença dos povos originários era um tema recorrente dentro do projeto de construção da nação brasileira elaborado pelo IHGB, ao considerar que eles aparecem como “problema”, acompanhado da preocupação sobre “como proceder” diante um grande quantitativo humano que se distanciava dos parâmetros civilizatórios europeus. Desse modo, as continuidades do projeto colonial reverberaram a partir de práticas que estiveram na base da ideia do nascimento do Brasil independente.

Também muito aproveitará que os nossos oficiais de oficinas se casem com índias, e os índios com as filhas desses officiaes, ou com mulheres das povoações mais próximas... Se quizessemos multiplicar factos desta natureza, que se acham espalhados por milhares de memórias impressas e manuscriptas, veríeis com toda a clareza que o casamento das Indias com homens de nossa associação tem produzido vantagens preciosíssimas à civilização dos indígenas (Revista IHGB, 1839, p. 17).

A ideia da mistura das raças surgia como estratégia para efetivar o apagamento dos traços indígenas. Diferentemente da perspectiva da mestiçagem teorizada pela interpretação sociológica de Gilberto Freyre em *Casa grande & Senzala* (1933), na qual o casamento entre brancos e indígenas seria uma alternativa para o “branqueamento” e, ao mesmo tempo, uma forma de inserir o mundo europeu no universo indígena, que até então, parecia impenetrável diante a visão europeia sobre essas sociedades.

Para Freyre, o patriarcalismo foi reconhecido como um dos pilares da sociedade brasileira, tendo em vista que o regime constituiu uma das características do sistema de colonização portuguesa na região. Diante a expansão econômica das atividades baseadas na monocultura, os grandes latifúndios se expandiram e consolidaram o regime patriarcalista, no qual a figura masculina ocupava o topo da hierarquia social e econômica. Nesse contexto, também se estabeleceu a dominação das mulheres escravizadas, sexualizando a figura feminina. Dessas relações abusivas resultaram os filhos de brancos com mulheres negras e indígenas, que seriam produtos da miscigenação, constituindo o povoamento e a mão de obra pelos descendentes denominados *mulatos*.

O casamento vem como uma alternativa para transpor a descendência indígena e inserir o eurocentrismo na formação da família, evidenciando o caráter multifacetado do eurocentrismo⁴¹ multifacetado na construção da unidade do Brasil. Dessa forma, a construção da unidade do Brasil incorpora a presença dos povos originários na historiografia como um

⁴¹ Segundo Dussel (1994) uma melhor definição do conceito poderia ser a substituição do termo para a ideia da sacralização do poder imperial do Norte ou do Centro para o Sul, o que se constituiria como periferia, colonial e dependente.

recurso para promover silenciamentos, suprimindo os traços culturais, as raízes ancestrais. Assim, consolida-se uma produção histórica que exalta o nascimento da nação a partir da construção europeia.

Enrique Dussel discute, em *El Encubrimiento del outro* (1994), como a modernidade se funda como um mito que almeja alcançar um “tempo novo” marcado pela ideia da evolução, ao mesmo tempo em que mascara a violência contra o não-europeu. Ao utilizar essa perspectiva teórica para compreender a construção das bases da História do Brasil, é possível identificar a inserção da modernidade como a chegada desse “novo”, como um anúncio de um novo tempo que se fecunda pela ação colonial. No entanto, esse novo esbarra em um *regime de historicidade*, como denominou François Hartog (2013), que persiste mesmo diante a imposição da experiência europeia como um padrão para as relações humanas nas instâncias temporais.

Imagem 03

A redenção de Cam



Pintura de Modesto Brocos⁴²

⁴² A obra foi artística foi lançada em 1985. O quadro foi alvo de problematizações por retratar a perspectiva do embranquecimento racial através dos personagens que de diferentes cores demonstram que da relação entre brancos e negros nasceu a criança de pele clara. Uma mulher preta, em pé, aparece no quadro com as mãos erguidas, como se estivesse agradecendo pela criança pele branca. Entre as mulheres do quadro, a criança, como fruto da relação, apresenta uma cor mais “clara”, semelhante a cor do homem branco, o suposto pai.

A produção artística acima representa os traços do embranquecimento da figura do negro, assim como também se projetou a ideia da “mistura” para minorar os traços indígenas. O elemento branco, em contato com outras raças, seria a alternativa para efetivar a substituição do negro com descendências da África ou indígenas, cujas características remetiam, sob a percepção eurocêntrica, à imagem do homem selvagem e deslocado dos traços de civilidade.

Com o advento das teorias raciais produzidas na Europa e difundidas para outros continentes, a projeção de um novo elemento racial, formado a partir do branco, lançou no Brasil a ideia de inserir o negro e o indígena como elementos transitórios, cuja a produção final resultaria no clareamento da população. Nessa perspectiva, é possível identificar as representações que se lançaram para a identificação do “povo brasileiro”, através das categorias: *mulatos*, *caboclos*, *os mamelucos* e outras grupos humanas que, embora já estivessem em uso durante o período colonial, ganharam novos contornos com a independência, passando a compor uma construção simbólica do projeto da nação.

Sem a pretensão de exaurir os autores que se destacaram entre os intelectuais responsáveis pelas primeiras produções intelectuais interpretações sobre o país enquanto nação, destacamos, na linhagem dos intelectuais que apresentamos, entre Adolf Varnhagem, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. Entre essa relação quanto às produções que discutiram o “berço” do país e os horizontes para compreender o passado e as perspectivas futuras para o Brasil, José Carlos Reis em *As Identidades do Brasil* (2007) divide a produção desses intelectuais entre os “descobridores” e aqueles que realizam o “redescobrimento” das raízes da formação nacional do país.

Entre esses autores, a principal demarcação para classificá-los partiu da identificação de suas respectivas bases teóricas e metodológicas, que sustentavam as argumentações e interpretações sobre a formação da identidade brasileira. Entre os “descobridores”, encontram-se autores brasileiros que legitimaram a continuidade e enaltecimento da colonização, refletindo sobre o passado do país colonial como um fator “necessário” para uma projeção positiva e evolucionista, voltada para o progresso da nação.

Enquanto os “interpretes” conduziram a análise da colonização como um projeto de dominação que impôs mudanças permanentes na vivência de grupos humanos, consideradas necessárias para a condução do progresso e dos traços de civilidade, os “redescobridores” interpretam a colonização como um fato histórico movido por interesses econômicos, que estabeleceu uma nova estrutura para os povos e territórios condicionados como “colônias”.

Contudo, estes últimos buscaram identificar os traços culturais para além das imposições eurocêtricas, reconhecendo a capacidade de agência dos sujeitos subjugados pelas ações coloniais.

Ao retomar esses aspectos da conjuntura histórica que compuseram o projeto de formação da identidade nacional do país desde o período monárquico, é possível identificar a continuidade dos aspectos correlatos ao período da colonização, fazendo referência à maneira pela qual o colonialismo se manteve na base da formação da representação nacional do Brasil. Essa permanência se cristaliza na historiografia, que trata da construção nacional, destacando o enaltecimento dos efeitos da colonização e refletindo sobre as suas permanências para a composição do país enquanto uma nação independente.

Entre esses efeitos, destacam-se as determinações geográficas, que influenciaram a formação dos espaços e suas divisões, traçadas por linhas imaginárias e limítrofes para a organização social do homem, sob a orientação da ordem colonial, ou seja, uma organização sob o domínio europeu. A Amazônia se insere dentro desse espaço produzido pela visão eurocêntrica de divisão do mundo, configurando-se como uma região concebida a partir do olhar do colonizador, um espaço que se fundou pelo imaginário do colonizador, impondo uma estrutura quanto à forma de organização sociocultural, político e econômico da região.

Em diferentes períodos históricos no Brasil, a busca por uma identidade nacional consolidou-se como base argumentativa tanto para a construção de narrativas que se cristalizaram enquanto memória da “brasilidade” quanto para justificar práticas políticas que atravessaram e laceraram a composição sociocultural dos diferentes povos do país. É nessa articulação entre representação e produção de narrativas, voltadas à fabricação e a consolidação da “unidade” brasileira, que as diferentes perspectivas teóricas e metodológicas de intelectuais, ao interpretarem e explicarem a composição histórica do país, auxiliam na compreensão dos elementos que subsidiaram as representações da Amazônia sob o olhar da intelectualidade brasileira.

Desde a proposta de elaboração de *Como se deve escrever a História do Brasil*, o projeto vencedor, de autoria de Carl Friedrich Phillip Von Martius, trazia a discussão das raças a partir da supremacia branca, considerada como detentora de uma base para confluir aspectos culturais “menos determinantes” para a formação de uma raça miscigenada. A hierarquização das raças, a partir da proposta teórica e metodológica para escrever a História do Brasil, indicava que

traços europeus, especialmente os portugueses, determinariam um futuro favorável às raças indígenas e dos escravizados vindos da África.

Jamais nos será permitido duvidar que a vontade da Providencia predestinou ao Brasil esta mescla. O sangue português, em um poderoso rio deverá absorver pequenos confluente das raças india e etiopica. Em a classe baixa tem lugar esta mescla, e como em todos os países se formam as classes superiores dos elementos das inferiores, e por meio delas se vivificam e fortalecem, assim se prepara atualmente na última classe da população brasileira essa mescla de raças, que daí a séculos influirá poderosamente sobre as classes elevadas, e lhes comunicar? aquela atividade histórica para a qual o Império do Brasil é chamado (Martius, 1845, p. 443).

Ainda sobre as discussões que movimentaram a temática indígena como um problema da nação, é oportuno ressaltar que a violência é apresentada como um fator negativo o tratamento com esses povos. Contudo, essa visão não é questionada devido aos genocídios e maus tratos às populações, mas sim pela repulsa que essa violência provoca, “afastando” essas populações da estrutura colonial. Assim, as ações de violência são questionáveis pela maneira que geram um “retrocesso” ao processo “evolutivo” dos povos, fazendo com que a fuga se torne uma alternativa para aqueles que buscavam as “brenhas” dos sertões (Martius, 1845, p. 06). Como consequência, esses grupos afastam-se da estrutura arregimentada para inseri-los em uma nova ordem sociocultural, econômica e política.

A catequização como um instrumento de dominação que não se vale de força, mas da persuasão e da capacidade do intelecto, foi retomada para a reflexão quanto ao seu caráter persuasivo na proporção que interferiu no sistema de crenças e remodelou modos de viver na região. Embora a conversão ao cristianismo já tenha sido destacada como um instrumento de dupla manifestação, tanto pelos objetivos do colonizador, como para os sentidos e simbolismos apreendidos pela interpretação das populações indígenas, vale destacar que a catequese aparece como um dispositivo que contribuiu com a intervenção ao mundo indígena.

Depois de Varnhagem, e a partir dele, surgiram outras interpretações que se destacaram no quadro do registro histórico das interpretações sobre o nascimento da nação brasileira. A busca pelo “povo” brasileiro entrelaçou representações para traçar a identidade cultural da diversidade da população que integrava o Brasil. Depois da tendência dos intelectuais que viam na colonização uma perspectiva positiva e de continuidade, a busca se expandiu para encontrar as raízes culturais na vasta extensão territorial do Brasil, como empreendeu Capistrano de Abreu (1907), que esteve atento à “redescoberta do Brasil” a partir do olhar para os sertões, identificando o clima, a vegetação, e estudando as diferentes línguas das populações indígenas,

entendendo o “ser brasileiro” pela própria condição e capacidade de se reinventar diante dos processos e mudanças.

É nessa articulação entre a formação de identidade nacional e a construção do imaginário social da Amazônia que se reflete sobre a região como parte dessa projeção de unidade, para o fortalecimento da nação, sem desvencilhar das bases coloniais. A região assume a condição de produto colonial, numa dimensão de “descoberta” que atravessa diferentes períodos históricos. E após a independência, esses traços, constituídos desde o período de construção da unidade brasileira, reverberaram em novas estruturas da política nacional brasileira.

A condição da Amazônia no cenário nacional brasileiro foi construída sob a projeção do protagonismo dos recursos naturais, tanto no período colonial quanto no regime republicano. Na busca pelas raízes culturais e pela identidade Brasil, prevaleceu a perspectiva que enaltece a condição do homem que estabelece formas de “superar” o meio, seja pela maneira que se articulou as propostas de intervenção do território para implantar as estruturas de dominação.

Sob a proposta de definir quais aspectos seriam elementares para a composição da identidade brasileira, visando consolidá-la como resultado das consequências coloniais e da continuidade da herança colonial, Varnhagem (1877) auxilia para a compreensão da proposta de “integração” que Arthur Reis destacou e defendeu nos anos 1940. Esse contexto parte do regional para o nacional, contrastando essa proposta para a Amazônia em meados do século XX com os ideais que formalizaram o projeto do fortalecimento da nação brasileira.

Ao analisar a construção simbólica da unidade e da união dos territórios que compunham o país, mas que viviam sob a administração descentralizada, marcada por fragilidades devido a ineficiência de um governo central, torna-se oportuno refletir sobre as bases dessas propostas de integração do Brasil, em diferentes contextos, tanto no período monárquico quanto nos moldes do governo republicano.

Fundado em 21-10-1838, em plena regência, por 27 sócios da prestigiosa Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, o IHGB originou-se de proposta anterior do marechal de campo Cunha Matos e do cônego Januário da Cunha Barbosa. Pedro II logo o tomou sob seus auspícios.

Os objetivos estatutários eram, entre outros: coligir, metodizar, publicar ou arquivar documentos, promover cursos e editar a Revista Trimestral de História e Geografia ou o Jornal do IHGB.

O Arquivo é hoje um dos melhores do Brasil, graças a sucessivas doações de papéis de estadistas e historiadores, como José Bonifácio, o marquês de Olinda, Varnhagen, Cotegepe, o conde d'Eu, o visconde de Ouro Preto, Prudente de Moraes, Rodrigues Alves, Epitácio Pessoa, Manuel Barata, Wanderley Pinho, Hélio Viana e Jackson de Figueiredo, entre outros. (Revista IHGB, 1838, n. 490, p. 130).

A construção do saber histórico no país, embora influenciada por tendências teóricas e metodológicas externas, esteve sob as mãos dos homens considerados “agentes” da nação, sujeitos que estavam articulados à administração imperial do Brasil e, posteriormente, ocuparam cargos políticos ligados à governança da república. Como exemplo dessas afirmativas, destacamos José Bonifácio de Andrada e Silva, que desempenhou cargos políticos em ambos regimes, e Epitácio Pessoa e Rodrigues Alves, esses dos últimos, ambos presidentes da república brasileira.

A teoria da mestiçagem, do caboclo, ou do aculturado ⁴³ consolidou-se a partir da ideia de uma mistura harmônica e amistosa entre as raças. O entrecruzamento de diferentes culturas passou a ser narrado como um processo natural e espontâneo, conforme discutido por Gilberto Freyre em *Casa Grande e Senzala* (1933). Essa obra, de grande notoriedade, é reconhecida pela sua importância cultural quanto teórica e metodológica dos estudos brasileiros, oferecendo uma produção ancorada em bases sociológicas.

As especificidades da colonização instaurada no Brasil por Portugal, elencadas por Freyre (1933), estabelecem uma base que destaca as particularidades do processo colonial português, diferenciando-o, por exemplo, da colonização espanhola. Na busca pela compreensão da “herança colonial portuguesa”, o autor retoma aspectos sobre a composição da administração em capitanias, as raízes culturais portuguesa até a ligação da casa-grande e a base econômica naquele período.

No cerne dessa particularização da colonização no Brasil, que ressalta as estruturas administrativas utilizadas pelo colonizador e a sua “adaptação” aos trópicos, Gilberto Freyre introduz a formação da identidade do Brasil como uma relação conciliadora entre o colonizador e o colonizado. Embora reconheça a existência de práticas culturais hierarquizadas, nas quais a dominação colonial impôs uma superioridade em detrimento da formação cultural dos negros

⁴³ Expressão dada a ideia do contato entre diferentes culturas. A partir deste conceito antropológico, surgiu a perspectiva da mistura das raças de modo que as práticas culturais entraram em um modo de confluência. Em João Pacheco de Oliveira, o autor destaca a crítica iniciada durante os anos 50 sobre as perspectivas antropológicas do conceito de aculturação e assimilação condicionado à minimização dos processos de genocídios ocasionados pela expansão do colonialismo.

e populações indígenas, Freyre constrói a base da formação do povo brasileiro pelo contato e pela mistura das raças. Ao mesmo tempo, ele não deixa de destacar as mazelas inseridas no cotidiano das sociedades indígenas, cujas ligações com o meio foram afetadas pela lógica do ocidente.

Híbrida desde o início, a sociedade brasileira é de todas da América a que se constituiu mais harmoniosamente quanto às relações de raça: dentro de um ambiente de quase reciprocidade cultural que resultou no máximo de aproveitamento dos valores e experiências dos povos atrasados pelo adiantado; no máximo de contemporização da cultura adventícia com a nativa, da do conquistador com a do conquistado. Organizou-se uma sociedade cristã na superestrutura, com a mulher indígena, recém-batizada, por esposa e mãe de família; e servindo-se em sua economia e vida doméstica de muitas das tradições, experiências e utensílios da gente autóctone. (Freyre, 1933, p. 160).

Entre as inovações metodológicas para o campo da pesquisa sociológica do Brasil, destaca-se a contribuição do autor, cujo trabalho, publicado em um contexto em que prevalecia a ideia da *Democracia Racial*, sustentada pela teoria das três raças como base para a formação do povo brasileiro, embasou sua pesquisa para o direcionamento da tese que já estava em vigor sobre a miscigenação e o papel do branco para a composição racial do mestiço, do caboclo, do sujeito que é resultante da mistura com o colonizador. Mesmo que inserido em uma relação de violência e subalternidade, o projeto colonizador continuava a se reproduzir, ao ser incorporado como algo necessário e inaugurador da mudança sociocultural. Essa “transformação, segundo Freyre, por meio da troca e da mistura entre as raças eram fundamentais para compreender e identificar a identidade do povo brasileiro.

Segundo João Pacheco de Oliveira, na obra *Uma etnologia dos índios misturados*, o auto destaca que o processo de singularização das sociedades indígenas ganhou força somente nos anos 70, quando as mobilizações dos povos originários passaram a reivindicar seus territórios, demonstrando a importância de seus espaços para o reconhecimento e a preservação de suas identidades étnicas.

No contexto amazônico, Arthur Reis reconhece a presença das populações locais ao estabelecer uma relação com o que ele atribui como “descobrimento” dos recursos naturais da região. No entanto, a efetividade da utilização do uso desses recursos para a economia local é atribuída aos sujeitos que vieram de fora da região, ou seja, àqueles que não são considerados “nativos”. Outro ponto relevante a destacar é a representação dessa massa de trabalhadores: os

primeiros são concebidos como caboclos, remetendo a uma narrativa de miscigenação, uma ideia da mistura entre diferentes etnias que ignora o fato de que esse processo ocorreu sob a lógica da supremacia racial, marcada pela opressão e a dizimação das populações negras e originárias.

Apesar de reconhecer a ausência de planejamento nas ações resultantes do “boom do extrativismo”, Arthur Reis pontua que a presença de trabalhadores garantiu o que ele nomeou de aproveitamento do “extremo norte”. Contudo, o fluxo populacional não foi realizado com base em uma estratégia mais ampla, capaz de promover mudanças estruturais, seja em relação ao modo de vida na região, seja quanto ao modelo predatório de extração dos recursos naturais, empregado para suprir a demanda por matéria prima que subsidiou a fabricação dos produtos em ascensão no contexto da Segunda Revolução Industrial em meados do século XIX.

Em várias passagens, é possível identificar que o autor busca demonstrar que a estrutura para a produção da borracha não foi capaz de estabelecer o desenvolvimento efetivo na região. Mesmo com dois longos períodos em que a atividade alcançou expressivos rendimentos, alcançando uma importância na produção internacional, essas fases de “prosperidade” não resultaram em mudanças locais que estabelecessem e modificassem de forma significativa o cenário regional.

Reis, juntamente com uma rede de intelectuais, inaugura uma compreensão que busca romper com a perspectiva que, ao longo dos séculos, generalizou categorias criadas a partir da perspectiva europeia como características elementares. Essa visão condicionou desdobramentos políticos e econômicos cujos efeitos ainda se nutrem no século XXI.

A ideia do vazio demográfico não prevalece em Reis (1942), pelo contrário, o autor desmistifica os generalismos e inaugura uma perspectiva que garante a visibilidade de uma extensão territorial formada por particularidades, demonstrando que a imensidão da floresta deve ser uma das características, mas não um fator para inferiorizar a região. Em *Integridade do Brasil* (1966), Reis inicia a obra destacando a Amazônia como um território diversificado. Embora enfatize o elemento “verde”, ele ressalta que este não é o aspecto preponderante da região.

O que é a Amazônia para Arthur Reis? Para tentar aproximar respostas e argumentos que se aproximem da perspectiva constituída pelo intelectual, que, juntamente com outros pensadores, formou uma rede de ideias a partir de um panorama regional, composta por agentes políticos, pesquisadores e escritores, é preciso compreender como ele concebeu os primeiros

traços para a identificação da Amazônia. Segundo o autor, percorrer os espaços amazônicos permitia reconhecer a vasta extensão territorial e as diversidades que se manifestavam desde a formação geológica até as distinções climáticas e demais configurações naturais, apresentando-se de maneira distinta em cada parte da região.

Pela leitura que fazemos de Reis enquanto intelectual, agente político, integrante da política local e nacional, é preciso situar as diferentes posições que ele ocupou, para que posicionamento do autor seja compreendido através da conjuntura que o envolveu, seja durante sua atuação enquanto agente público, seja como escritor e pesquisador. O período de escrita de cada obra, assim como sua participação na política regional, como diretor, jornalista, superintendente e governador/ interventor, condiciona novas possibilidades de interpretação, ao mesmo tempo que permite enveredar pela construção historiográfica que garantiu à Amazônia.

O eixo estruturante de sua construção de perspectiva para a ideia que projetava à região, desde os seus escritos, percorre a percepção das possibilidades de mudança na Amazônia. Para o autor, a existência de uma atividade econômica não era fator determinante para se afirmar que se havia iniciado uma “marcha” em buscar do desenvolvimento e progresso.

Apesar de identificar a ausência de traços de civilidade, Reis (1942) traz à tona a discussão sobre os períodos “áureos” da borracha, inspirados na *Belle Époque* francesa. A literatura que discute esse período destaca a ascensão de estruturas arquitetônicas inspiradas em Paris, erguidas em torno da região do Porto principal de Manaus, às margens do rio negro, construídas no início do século XX, quando a cidade se desenvolvia a partir da base extrativista. Entre essas construções, destacam-se o Teatro Amazonas, em Manaus, e o Theatro da Paz, em Belém. É nessa dicotomia, entre a inauguração de uma parte da sociedade com traços parisienses, o que rendeu à capital amazonense o apelido de “Paris dos trópicos”⁴⁴⁴, e a vivência nos seringais, marcada pela subsistência e pela exploração da mão de obra predatória da extração do látex da seringueira, que se revela o contraste entre “dois mundos” na Amazônia brasileira.

É diante desse contraste que Arthur Reis destaca que não houve mudanças significativas que alterassem o modo de viver na região, levando em consideração que as duas maiores etapas que alavancaram o extrativismo, além de terem proporcionado uma ascensão econômica e

⁴⁴⁴⁴ Referência a cidade de Manaus no contexto do período áureo da borracha, pela estrutura da arquitetura, vestimentas, práticas e costumes adotados com inspiração francesa.

material a um pequeno grupo de detentores dos seringais e das casas aviadoras, foram curtos períodos que não se mantiveram com a mesma intensidade.

Os dois curtos períodos em que a elite econômica do Pará e Amazonas vivenciou as riquezas materiais advindas da borracha não foram suficientes para transformar e manter a base econômica da região em ascensão. Essa argumentação atravessa toda a obra acerca da integridade da Amazônia brasileira; ou seja, é pela ausência de traços do modelo de civilização europeia, especialmente mudanças que interfiram no estilo de vida com base em parâmetros urbanos, que o autor identifica o “atraso” e a falta de integração ao Brasil.

Logo nas primeiras páginas da obra, após apresentar dados referentes aos tratados entre Portugal e Espanha, o autor situa a região amazônica entre os domínios da colonização. A partir dessa contextualização da inserção da figura do europeu no território constituído como Brasil, o intelectual delinea a região pelas ausências de projetos políticos que a projete como parte da integração nacional do país, ou seja, ele situa a região pelo que “falta” para que ele alcançasse uma projeção nacional.

É nessa busca por uma estrutura social seguindo os traços da civilidade que Arthur César Ferreira Reis considera, nesta obra, que a Amazônia “não é ainda um espaço incorporado pelo progresso vertiginoso à civilização que vimos criando em outras partes do Brasil” (p. 11). De acordo com o autor, as ações já realizadas na região, no que se refere ao “desbravamento” da Amazônia, não caminham para a integração da região ao país, principalmente no que tange à implantação das bases estruturantes para a consolidação do que estava sendo utilizado como base de “evolução” das regiões consideradas em “desenvolvimento” no país.

A perspectiva do homem em superação à natureza ainda prevalece nas palavras de Reis (1942), mesmo que a região apareça narrada com um espaço com potencial para ser “incorporada” e alinhada aos parâmetros do que se instituiu como progresso. A superioridade eurocêntrica aparece em diversos aspectos que podem ser destacados ao longo da obra, como, por exemplo, quando se há passagem do entendimento que o “atraso” da região se justifica pela falta de planejamento que exerça poder por meio de um plano ou projeto que garanta a supremacia sobre o território e promover mudanças estruturais.

Na obra *Conquista Espiritual da Amazônia*, Reis 1942, o autor situa a o Acre a partir de uma análise compreendendo que:

A questão do Acre, Manaus 1937 não é ainda um espaço incorporado pelo progresso vertiginoso à civilização que vimos criando em outras partes do Brasil. Sua evolução

se processa por entre experiências que não tem sítio integralmente coroadas de êxito imediato. Quase todo o esforço que o homem vem desenvolvendo para vencer o ambiente, agressivo, bárbaro, reflete indecisão, ausência de plano e certo sentido aventureiro... Suas cidades são apenas clareiras insignificantes, abertas a fogo na floresta que as circunda e procura esmagar. Sua população escassíssima, não conhece os benefícios das culturas modernas, vivendo provações tremendas que os recursos financeiros e as possibilidades imediatas locais não permitem dominar. (Reis, 1942, p. 11)

Já a obra, *A Amazônia e a cobiça internacional*, publicada pela primeira vez em 1960, distribuída em 16 capítulos, buscou expor a Amazônia desde a ideia do “descobrimento”, pela visibilidade projetada aos europeus, pela presença das diferentes nações europeias na região que compreende o Brasil, até a dominação da colonização portuguesa. Nessa retrospectiva da presença de diferentes nações europeias, como irlandeses, holandeses, franceses, ingleses e espanhóis nas terras, o autor demonstra o interesse estrangeiro pela abundância de recursos naturais.

Nas primeiras páginas, o autor situa a Amazônia como um espaço de diversidade, cujas especificidades da região foram ocupadas por generalismos, que pouco contribuíram com para sua “utilidade”, exceto pela sua condição de detentora de matéria-prima, desde a efetiva presença da colonização até dois grandes ciclos de exploração da borracha. Essas generalizações, ao desconsiderarem as particularidades da região, especial no tocante à Amazônia brasileira, levaram ao desconhecimento de sua realidade. Essa condição, segundo o autor, contribuiu para a ausência de projetos de integração da região.

O Acre aparece, já nas primeiras páginas da obra, como um legado da Amazônia para o Brasil, no sentido do valor econômico dado ao país por meio da exploração de um recurso natural de uma região que, até então, ocupava uma condição de desconhecimento para o Brasil. Nesse sentido, o Acre aparece, na obra de Arthur Reis, como uma reafirmação da soberania brasileira sobre um território que impulsionou narrativas de afirmação da unidade e integração nacional. Assim, incorporação do Acre é interpretada como mais uma página da história da Amazônia brasileira, inserida no projeto simbólico de construção da identidade do país.

O Acre foi resultante, como espaço físico brasileiro, do esforço dessa penetração, realizada com ímpeto quase guerreiro. Ninguém sabia por onde corriam as linhas dos limites, que se haviam fixado pelas demarcações. E quando as autoridades da Bolívia e do Peru procuraram, nos vales dos rios Perú-Acre e Juruá, executar os atos de soberania que lhes pareciam legais, encontraram toda aquela imensa zona de trabalho produtivo ocupada pelas levas de sertanistas brasileiros, vindos das águas inequivocamente brasileiras de acesso fácil à região. (Reis, 1960, p. 17).

Em um capítulo específico, Arthur Cézar Ferreira Reis aborda a tentativa de arrendamento do atual território do Acre como uma tentativa de intervenção americana, não apenas na região em si, mas como parte de um projeto mais amplo de inserção estrangeira na Amazônia. Para o autor, os objetivos da Companhia americana estavam atravessados por uma tentativa imperialista, que utilizava a Bolívia, por meio de acordos financeiros, como mediadora para garantir o controle sobre a renda gerada pela produção da borracha.

Sem levantar a pauta nacionalista de que havia uma “vontade” de tornar o Acre brasileiro, Arthur Cézar Ferreira Reis encerra o capítulo dedicado à tentativa de arrendamento do território enfatizando que a anexação das terras do Acre ao Brasil significava, sobretudo, a garantia da não presença estrangeira na região. Embora destaque a presença do nordestino, oriundo de um processo migratório para a Amazônia, autor utiliza o caso do Acre para reforçar a perspectiva da cobiça internacional sobre a região amazônica, especificamente, brasileira.

Nessa inserção da Amazônia para a formação nacional do país, Arthur Cézar Ferreira Reis destaca a importância da região para a produção de um “bem-estar humano”, que, na visão do autor, pode ser comprovado pelos dois grandes ciclos que potencializou a produção do látex na região, contribuindo com as necessidades humanas em escala global. Contudo, ao mesmo tempo em que aponta as potencialidades da região, a obra traz o contraste entre essa capacidade econômica em face de um baixo índice demográfico, a incidência de doenças e a ausência de elementos que direcionassem a Amazônia ao caminho do estimado “progresso”.

Em contrapartida à discussão levantada pelo autor pela defesa da Amazônia como parte da nacionalidade brasileira, ele retoma as duas grandes etapas de expansão da produção da borracha para compreender a forma como Manaus e Belém edificaram modelos arquitetônicos europeus na região amazônica. Conhecida como a “Belle Époque”, a economia do látex foi responsável pela edificação das cidades, cujos principais centros do sistema extrativista testemunharam as inspirações europeias refletidas na arquitetura, na implantação de tecnologias e na adoção de um modelo de sociedade com inspiração francesa, presente tanto no modo de se vestir quanto no comportamento da vida urbana.

Além da implantação de traços que ecoavam aspectos da prosperidade material e um estilo de vida urbano, mesmo em uma região marcada por uma atividade econômica de produção predatória sobre os recursos naturais, o autor destaca que Manaus e Belém cresceram incorporando características europeias. Assim, embora defendesse a “não entrega” da região às

aspirações estrangeiras, ele reconhecia como indicadores de progresso e civilização as marcas de um modelo europeu de sociedade, ainda que considerasse as especificidades locais.

No que se refere a análise dos demais âmbitos da sociedade sob as aspirações europeias, o autor ressalta que o crescimento do modelo de cidade urbana em Manaus e Belém estava condicionado às influências materiais e sociais provenientes do exterior, restringindo-se, nesse caso, à inspiração europeia. Diante um cenário de implantação de recursos tecnológicos e de construções inspiradas no uso de tecnologias, Arthur Reis evidencia que as famílias que detinham condições financeiras para vivenciar essas mudanças na Amazônia brasileira, enviavam seus filhos para obterem uma educacional formal no exterior.

Diante uma obra que realiza uma retrospectiva da região e a presença de diferentes nações estrangeiras, desde à época do denominado “descobrimento” da América, o autor defende a pretensa dessas nações que buscaram, ou, pelo menos, na tentativa de obterem autonomia na região, realizaram empreendimentos objetivando obter a soberania para usufruir do potencial abundante de recursos na região.

Em Arthur Reis, sua posição enquanto intelectual e agente político manifesta-se por meio de uma suposta defesa da Amazônia, sustentada na ideia de que os mecanismos de proteção nacional deveriam ser utilizados para criar as bases para um “desenvolvimento” da região, a partir de investimentos do próprio país. O autor introduz a temática da presença estrangeira para afirmar que os interesses internacionais, oriundos de diferentes nacionalidades que já se estabeleceram na região, seja no período da colonização, ou que planejaram empreendimentos, como o caso do arrendamento das terras do estado do Acre, reforçam a necessidade de que os investimentos para a Amazônia brasileira sejam conduzidos pelo Brasil.

Em 1965, o periódico *O Jornal*, publicado no estado do Amazonas, divulgou uma matéria tratando das ações contra a internacionalização da Amazônia enquanto uma medida do presidente da república do período, Castelo Branco.

Se havia, como afirmou o governador Arthur Reis, a intenção, até mesmo oculta, de reviver o problema da hiléia, o perigo foi contornado pelo menos por enquanto, graças à denúncia que apresentou, escandalizando os círculos oficiais e a opinião pública nacional. Se existiram projetos que estabeleciam, em relação à Amazônia, decisões contrárias aos interesses do nosso Estado e, também do país, foram elas afastadas, isto porque, em todos os quadrantes de nossa Pátria, surgiram protestos veementes, traduzindo a indignação coletiva. (*O Jornal*, 1965, p. 07)

A redação jornalística assinada por Aristophano Antony, após situar as falas de agentes públicos acerca da abertura da Amazônia ao mercado internacional, entre os debates em curso na Câmara e no Senado, e o discurso hegemônico de que a Amazônia é “intocável”, o redator apresenta os questionamentos que atravessam a vivência na região. Do lugar que escreve e direciona sua narrativa de jornal, o autor da narrativa contrapõe a “preocupação” política com a região à ausência de ações concretas. Ele evidencia que, apesar do destaque nos discursos nacionais, as medidas públicas efetivas para a Amazônia são quase inexistentes, demonstrando as contradições entre os debates políticos e as condições concretas da região.

Na obra *A Amazônia e a cobiça internacional* (1960), Reis estabelece que, apesar de sua defesa em prol de uma “proteção” nacional da Amazônia, há outras interpretações articuladas por intelectuais e “homens” notáveis da própria região que endossam outras bases argumentativas para a região. É o caso de José Francisco de Araújo Lima, apresentado por Reis como um “eminente homem público da própria Amazônia, seu autêntico intérprete no campo sociográfico” (Reis, p. 186) que defende que a situação econômica da região poderia ser “melhorada” através da inserção de ações estrangeiras.

2.3 Araújo Lima e os “Caminhos” da Ciência para a Amazônia

Na obra *Amazônia e a Cobiça Internacional*, Arthur César Ferreira Reis analisa o posicionamento de José Francisco de Araújo Lima através da sua fala durante a conferência realizada em uma atividade da Sociedade Nacional de Agricultura, em 19 de junho de 1923. Médico e intelectual, Araújo Lima proferiu uma argumentação baseada na aceitabilidade da intervenção do capital estrangeiro como uma possibilidade viável diante da ausência de projetos e medidas nacionais eficazes que possibilitassem a concretização do tão almejado “desenvolvimento” da região.

A obra intitulada *A Amazônia, a terra e o homem*⁴⁵ inicia-se com um prefácio que realiza uma análise da presença humana encontrada na região, relacionando a condição do homem ao meio amazônico e destacando as especificidades das condições de vida. A análise se volt às características físicas e à capacidade do intelectual humana diante da produtividade, que, sob a

⁴⁵ A segunda edição da obra, datada em 1937, conta com o prefácio “Introdução à Anthropogeographia”, prefácio de Tristão de Athayde”. Apresentado por seu pseudônimo Alceu Amoroso Lima foi membro da Academia Brasileira de Letras, um dos fundadores da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e conhecido como um dos líderes católicos com carreira jornalística e jurídica.

compreensão do autor, está condicionada ao meio, mas, sobretudo, marcada pela supremacia humana frente à natureza com o objetivo se “superá-la”.

O homem na região Amazônica é retratado como vulnerável, em razão do que o prefaciador denomina de “*insuficiência numérica*”, corroborando com a perspectiva do vazio demográfico e estabelecendo uma dicotomia entre a natureza e a humanidade. Contudo, no período em que a obra foi publicada, a conjuntura da região já era marcada pela produção extrativista em vigor, sustentando uma estrutura política, econômica e social que imperava como forma de organização social na Amazônia.

A presença humana na região aparece categorizada a partir das diferentes temporalidades, desde as referências ao projeto colonial até os fluxos de pessoas que vieram para trabalhar com as atividades extrativistas na região. Assim, a ocupação humana aparece condicionada por essas práticas, na perspectiva que o vazio demográfico ainda reverbera. Tal categorização se expressa na medida em os grupos humanos identificados na Amazônia são classificados com base em suas relações com os empreendimentos que transformaram a ordem sociocultural do território e de seus habitantes.

Neste sentido, a obra trata os registros da presença humana na região como provenientes de “duas correntes”, imbricadas pelo advento das atividades econômicas empreendidas “de fora para dentro” da Amazônia. Na identificação dos grupos humanos presentes na região, Lima (1937) aponta a figura do “caboclo” como resultado da mescla entre populações indígenas nativas com os europeus que estiveram presentes desde as primeiras expedições registradas como “descobrimento” das terras do continente americano. Segundo o autor: “O caboclo é a acepção vulgar, é o produto do cruzamento do portuguez com o índio, que se fez nas cidades, villas e núcleos mais densos da população” (Lima, 1937, p. 108).

A segunda corrente humana resultou dos fluxos migratórios que arregimentaram pessoas para atuarem na mão de obra do extrativismo na região, com início datado aproximadamente em 1877. Essa data demarca na historiografia amazônica um ciclo da chamada “ocupação humana”, bem como o surgimento de uma identidade cultural determinada pelo autor como “caboclo nordestino”, em referência à interação entre os sujeitos oriundos do Nordeste e a sua inserção na vivência amazônica.

A vida nos sertões amazônicos produziu novos processos identitários, ao mesmo tempo que demarca essa mistura, o autor também institui que esses sujeitos se fizeram seringueiros e “nada mais”. Portanto, apesar de traçar um panorama do fluxo migratório dos sujeitos oriundos

da região que hoje concebemos como Nordeste, a obra *Amazônia: A terra, e o Homem* (1937) limita a condição desse homem traçado para realizar a dita “ocupação da Amazônia, ao reduzi-lo apenas a uma força produtiva do sistema extrativista instaurado na região.

Quanto à representação do “caboclo amazonense” na região, a obra destacou que sua presença e ocupação são seculares, ainda que marcadas pela perspectiva da imobilidade, pelo que pronunciou como “uma vida estagnada” resultado da ancestralidade das heranças dos seus antepassados. Entre o fator de “mistura” identificado pela concepção da miscigenação, Araújo Lima (1937) estabelece uma relação entre o que definiu de “factores negativos e desfavoráveis” desses dois grupos, no tocante às experiências socioculturais na Amazônia. Entre os aspectos destacados estão a alimentação inadequada para a nutrição humana, além dos vícios alcoólicos, a ausência de higiene e a falta de formação educacional.

Para o médico e cientista social, o caboclo amazônico oriundo das populações originárias ou dos fluxos migratórios, resiste às péssimas condições de vida, enfrentando a má nutrição, a privação do saneamento básico e o acesso limitado à educação. Esses fatores demonstram a sua capacidade de resistência ao contexto que desafia a sobrevivência humana, tornando-os sujeitos “anormalizados” pelas condições que estão inseridos. No entanto, ao discordar das diferentes correntes científicas que defendiam uma suposta condição de inferioridade genética de determinados grupos humano, o médico destaca a resistência biológica dos caboclos amazônicos.

O seringueiro do Amazonas “é o produto” do homem do Nordeste. Nessa ação de “fazer-se” trabalhador do látex, o autor insere esse sujeito como um elemento transformador da nova ordem social, justificada pela realidade econômica que condicionou novos processos identitários com o advento da estrutura extrativista. Nesse trânsito migratório de pessoas para o trabalho na Amazônia, construiu-se uma nova condição sociocultural em meio às exigências impostas pelo sistema moldado na região amazônica.

A capacidade intelectual do caboclo amazonense se registra pelo nível de absorção da “mentalidade brasileira”, o que demonstra que a região amazônica brasileira aparece deslocada de uma “maturidade” do pensamento nacional. Para demonstrar essa assertiva, o autor recorre às primeiras referências das produções cinematográficas ⁴⁶produzidas nas décadas de 1920, nas

⁴⁶ Ler artigo *A Amazônia sob as lentes de Silvino Santos: Narrativas e representações da Amazônia no século XX*. O estudo teve o objetivo de refletir sobre as representações da Amazônia a partir das produções do fotógrafo e cinegrafista português que realizou trabalhos midiáticos que versaram sobre a representação da Amazônia e a constituição de um imaginário que resultou em narrativas em torno das populações indígenas silenciando os

quais os caboclos amazônicos são representados pela agilidade e capacidade de demonstrarem o domínio da cognição humana. Um dos casos citados é o de sujeitos que realizam saltos acrobáticos nas águas das cachoeiras na região do Alto Rio Branco.

Araújo Lima atribui aos processos civilizatórios a possibilidade de intervir na condição dos caboclos amazônicos, propondo mudanças nos hábitos alimentares que visem garantir uma nutrição adequada para a manutenção de um corpo saudável e produtivo para o trabalho. Em conjunto com novos costumes e práticas, a inserção de hábitos e comportamentos sanitários condizentes com a estrutura moderna de sociedade precisam ser adotados, juntamente com uma educação formativa que possa intervir na condição dos “incivilizados”.

Em busca de identificar as estruturas e as permanências das representações e das narrativas para a região, na seção intitulada *A terra amazônica: sua exploração e economia*, a obra retrata a estrutura econômica da região enquanto destrutiva, já que teve como base a extração dos recursos naturais de maneira predatória. Um exemplo disso é o caucho⁴⁷, cuja exploração consistiu na retirada da substância leitosa, semelhante ao látex, até o estágio da derrubada definitiva das árvores.

Em *Apontamentos sobre o caucho amazônico* a atividade de exploração do caucho é apresentada como uma prática de alta rentabilidade a curto prazo, uma vez que, para a extração da substância é necessário a derrubada completa da árvore, sem a possibilidade de produção de semente ou replantio. O caucho, exportado no formato de pranchas ou em sernamby, deixava na região verdadeiros desertos de terras abertas marcados pela devastação de plantas. Esse processo gerava o que Araújo Lima nomeou de *nomandismo das populações*, que se movimentavam a cada novo ciclo de derrubada, seguindo um fluxo de migração guiado pelo abatimento das árvores.

Na parte III, o autor inicia o capítulo estabelecendo a dicotomia entre “produção e destruição”, para fazer referência à relação humana e a sociedade, evidenciada pela forma que o homem modela o espaço que habita. Nessa relação dinâmica, Araújo Lima argumenta que o

genocídios e os massacres resultantes do trabalho compulsório ligados às empresas extrativistas na região amazônica.

⁴⁷ Segundo o estudo, a extração do caucho consiste na derrubada da árvore e na extração de todo o látex que ela contém. Sobre a mão de obra dessa atividade, a obra destaca que a maioria são “índios” ou mestiços e que estavam aprisionados em uma relação de dependência análogo à escravidão. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Fdepositario.museu-goeldi.br%2Fjsui%2Fbitstream%2Fmgoidi%2F1141%2F1%2F092%2520APONTAMENTOS%2520SOBRE%2520ri.PDF&psig=AOvVaw0seQZtjh3h953ICYwIMdN&ust=1725830166680000&source=images&cd=vfe&opi=89978449&ved=0CAYQrpoMahcKEwiIn83B4LGIAxUAAAAAHQAAAAAQBA>

homem estabelece redes de sociabilidade através da formação da sociedade, transformando a condição de isolamento humano em um ambiente de cooperação, o que é inerente à natureza do homem. Essa natureza, segundo o autor, deve se sobressair aos interesses de grupos guiados pelo utilitarismo e pela busca por obtenção de lucros.

O homem amazônico é concebido enquanto um ser solitário, considerando a vastidão dos territórios cobertos pelas florestas que se impõem em relação aos grupos humanos que ocupam esse território. Diante dessa conjuntura, a obra evidencia uma “imensidão” de terras, enquanto as forças humanas se encontram dispersas em espaços fragmentados, o que impossibilita a criação de redes de sociabilidade que, segundo Araújo Lima (1937) são práticas naturais do ser humano.

Nesse sentido, o espaço Amazônico, utilizando como base para a discussão o território do Amazonas, é identificado como a raiz do problema para os (in)sucessos na região, pela desproporcionalidade existente entre as vastas extensões de terra e a perspectiva do vazio propagado pela identificação de pequenos grupos humanos que se encontram dispersos na região. Contudo, esses grupos trazem referências das formas de organização social existentes na região, adaptadas às especificidades do território.

Entre essas dificuldades, as grandes extensões de terras transformadas em latifúndios trazem à tona o problema das desigualdades sociais que escancaram o domínio do território sob a posse de poucos. “O Amazonas é terra de latifúndios. Facilima, desde a sua exploração, era a conquista de terras extensíssimas, adquiridas por meio de demarcações muitas vezes fraudulentas, a preço ridículos” (Lima, 1937, p. 176). Diante desses problemas em torno da perspectiva do vazio demográfico frente ao vasto território, o autor compreende que a questão fundiária sem a legislação de terras corrobora para a dispersão do homem ao meio, que se vê desapropriado do lugar habita.

A “solução” para o caso amazônico, em relação a sua ausência de progresso e aos traços que remetem à civilidade, estaria, pela falta de distribuição de terras que possibilitasse a disseminação de propriedades aos que habitam esse espaço amazônico. Contudo, esse vínculo com a terra é atribuído pelo advento do trabalho de exploração econômica na região. Ou seja, o homem amazônico analisado na produção de Araújo Lima é o sujeito oriundo dos projetos de colonização, constituídos por meio de diversos processos formativos ligados à expansão comercial em seus diversos desdobramentos para a Amazônia.

Nessa propensão das disparidades existentes na região, o sistema econômico da borracha é analisado pelo autor a partir das condições que culminaram na crise do extrativismo, destacando que o próprio sistema comercial era estruturalmente desequilibrado. As especulações financeiras pelos proprietários das casas aviadoras e pelos donos de seringais eram fatores de aferição do potencial econômico, ou seja, as possibilidades de aquisição de dívidas estavam racionadas a esses agentes. “Era a vasta planície o império da fraude – fraudada a terra pelo homem, fraudado o homem pela sociedade” (Lima, 1937, p. 197).

Diante das teorias científicas que determinavam as temperaturas elevadas dos trópicos como uma condição nociva à permanência do homem ao meio e, principalmente, como um fator prejudicial às suas práticas de sociabilidade, por considerar ambientes altas temperaturas são prejudiciais à saúde humana, o médico contrapõe o que denominou de *preconceito climático*, para expor as possibilidades de adaptação do ser humano ao ambiente em que vive. Nesse sentido, defende que a prática humana pode alcançar a adaptação necessária para sua permanência no meio.

Ao refletir sobre as produções que validaram a percepção do clima inadequado na Amazônia, o autor retrata como a obra *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, proferiu uma “heresia” sobre as condições climáticas do Amazonas. Segundo essa visão, as altas temperaturas produziam uma condição deprimente e exaustiva para a vivência humana na região, prevalecendo, assim, o determinismo geográfico em face da ação transformadora e reguladora da natureza humana, conforme descreveu Araújo Lima.

O homem e suas práticas para se estabelecer no território possuem mais autonomia do que as condições climáticas e geográficas. Ao longo da obra, o autor argumenta que, apesar da região, incluindo Belém e o Amazonas, ter proporcionado altos lucros para a economia do Brasil, ela não conseguiu criar uma estrutura sólida para o “desenvolvimento” da Amazônia.

O Acre é citado como um exemplo de uma superação do imaginário que relacionava o território à morte e destruição. Inserido no contexto da Amazônia, as representações do Acre não diferiam do que estava sendo produzido para pensar o território amazônico a partir de uma perspectiva hegemônica, seja enquanto um ambiente “infernado” e “inóspito”, ou como uma extensão territorial com potencial para o “desenvolvimento. A inclusão do Acre na base argumentativa de Araújo Lima, ao abordar os preconceitos que permeiam o imaginário sobre a região, reflete sobre as possibilidades interpretativas direcionadas a esse lugar, que foi

incorporado ao Brasil após alguns entraves decorrentes das condições próprias desse espaço amazônico.

O território do Acre aparece como um exemplo de uma estrutura social que se estabeleceu frente ao imaginário e às condições identificadas como insalubres para a permanência humana, as quais poderiam dificultar tanto as movimentações migratórias quanto os processos que culminaram na projeção da potencialidade econômica, ainda que em detrimento da preservação das árvores, matéria prima do látex.

Nas páginas de jornais, Araújo Lima é apresentado não apenas pela sua formação médica e sua atuação no Amazonas, onde atuou na área da saúde, na carreira docente e na administração da cidade de Manaus, mas sobretudo pelo seu destaque enquanto produtor intelectual. Ele também se inseriu em instituições e sociedades literárias locais, sendo reconhecido como um homem “das letras”. Como ressaltou Anísio Jobim “Araújo Lima viu a Amazônia luminosamente nas suas imensas paisagens e tratou com alto critério do problema da raça em função do clima e da alimentação”.

Reconhecido como defensor da Amazônia, ele se destaca pelos seus ideais, que o diferenciam dos posicionamentos de outros intelectuais consagrados na historiografia amazônica, entre eles, Euclides da Cunha e Oliveira Viana. Na contramão de perspectivas deterministas, utilizava a ciência para demonstrar que a “Hiléia” brasileira precisava ser compreendida através de um olhar sanitarista, identificando os problemas de ordem material que afetavam a vivência e as aspirações de um futuro desenvolvimento na região.

Com sua fotografia estampada na capa de jornal, acompanhada da manchete *Transitará por Manaus uma das maiores figuras administrativistas, que é o Gov. Araújo Lima* (A crítica, 1950, nº 129). O médico, reconhecido pela referência de “Amante da justiça e do Progresso” é aclamado como uma personalidade aclamada pelo Presidente General Eurico Gaspar Dutra, pela administração no Território do Guaporé, destacou-se nas ações de assistência para a área da saúde, educação, agricultura, pecuária e construção civil.

3 - AS REPRESENTAÇÕES DA AMAZÔNIA BRASILEIRA DOS ANOS 40: CONSTRUÇÕES HISTÓRICAS DE INTEGRAÇÃO, ADAPTAÇÃO E OCUPAÇÃO

[...] O tempo da História, realidade concreta e viva abandonada ao seu impulso irrevertível, é o próprio plasma em que se banham os fenômenos e algo assim como o lugar de sua inteligibilidade” Marc Bloch, “Introdução à História”

– Marc Bloch

O imaginário sobre a Amazônia dos anos 40 permeia entre a perspectiva do vazio demográfico e das possibilidades de modernização e progresso das terras que já foram palco de produção e mão de obra, em larga escala, de um produto cobiçado mundialmente para atender às demandas industriais. No início da primeira etapa da borracha, a Amazônia foi considerada o celeiro da produção industrial. Nesse contexto, o trabalho foi colocado como responsável na constituição de uma organização social baseada na atividade econômica visando as demandas do mercado.

Este capítulo tem como foco a análise das narrativas da Amazônia brasileira dos anos quarenta, durante o governo de Getúlio Dornelles Vargas, também conhecido como “Era Vargas”, no período do “Estado Novo” (1937-1945). As terras da Amazônia brasileira integram o discurso presidencial pelo viés da modernização e integração do país, diante um contexto político que se reverbera pela imponentia da nacionalidade diante uma proposta de mudança e renovação das condições políticas e econômicas da região.

Após os períodos de vislumbres vivenciados pelos grupos que detinham o monopólio de produção da borracha, as narrativas que imperaram sobre a região, a partir dos anos 40, demonstravam uma “nova ruptura” do território em relação ao cenário nacional. Uma nova fresta se abria frente às concepções que determinaram ao sistema extrativista da borracha o potencial para promover transformações sociais, políticas e econômicas na Amazônia brasileira, principalmente, pelos fluxos migratórios, que representavam o elemento colonizador de uma nova etapa de empreendimentos visando à exploração dos recursos naturais.

A estrutura colonial na Amazônia, como compreendido por João José Veras de Souza na obra *seringalidade* (2017), deu origem a um sistema denominado pelo autor como *seringalismo*, caracterizado por relações de subordinação e aprisionamento dos trabalhadores que estavam na base da força de trabalho. Tal condição foi compreendida como análoga ao

trabalho servil, tendo em vista que o sujeito responsável pelo corte da seringa e coleta do látex vivia inserido em uma estrutura que inviabilizava o alcance condições materiais mínimas para retirá-lo da condição de seringueiro.

Veras (2017) atribuiu ao sujeito que veio ludibriado pelos fluxos migratórios a condição de *condenados da floresta*, retornando o estado descrito por Euclides da Cunha (1909) como um homem que “trabalha para escravizar-se” (1909. p. 35). Conforme essas interpretações, a perspectiva do trabalho voltado para atender às demandas do mercado, buscando a acumulação de bens foi interpretada como a ação reguladora do progresso e desenvolvimento da região amazônica durante as primeiras movimentações para a constituição do sistema extrativista.

Ao refletir sobre esses projetos voltados para a Amazônia, no verbete *Acre*, do Uwa'Kürü: Dicionário analítico, Gerson Rodrigues Albuquerque discute sobre a nomenclatura do estado do Acre como um enunciado oriundo de uma proposta colonizadora, que reuniu um conjunto de categorias para a produção de sentidos sobre a região. Essas construções vão sendo validadas através das narrativas que solidificaram representações, as quais se reverberam como verdades provenientes de um processo histórico naturalizado.

Esse Acre passou a ser difundido como referência de um lugar, uma “parte da Amazônia” e da narrativa da “nação brasileira”, romantizando, harmonizando, homogeneizando e tornando a-histórico e abstrato todo o conjunto de experiências de mulheres e homens de “certa Amazônia”. (Albuquerque; 2016, p. 14).

O conhecimento histórico produzido, com respaldo científico, revela as condições e as possibilidades do que estava sendo projetado para a Amazônia durante a propensão ufanista da incorporação do Estado pela lógica da “luta” e da “conquista”. O Acre aparece como uma amostra de um conjunto de categorias para a região, entre a proposta modernizadora que se robustece enquanto argumentação, e um passado constituído pelas teias da colonialidade.

No primeiro capítulo, tornaram-se evidentes as narrativas que imperavam sobre a “questão do Acre” a nível nacional, através das produções jornalísticas circulantes na capital da República do Brasil. Após mais de quarenta anos da incorporação das terras que concebemos como Acre, o território que alcançou protagonismo pelo expressiva quantidade de recursos naturais para a produção do látex, aparece nos textos de jornais como um elemento argumentativo do acirramento do patriotismo brasileiro, sendo apresentado como uma experiência que comprovou a ação nacionalista brasileira.

[...] Ademais, a Amazônia precisa de ser olhada com aquela atenção que sempre fez por merecer. No seio amorável da Pátria não devem existir predileções por determinados quadrantes, com menosprezo de outros. O Pará e o Amazonas. Desde o tempo do Império, sempre fizeram e fazem questão da brasilidade. Tudo pelo Brasil unido e forte. Eles tem dado sobejas provas dessa assertiva. A história o conforma e os propósitos atuais reforçam esse desejo ardente. Ao tempo da guerra do Paraguai, as duas províncias deram um contingente superior às possibilidades de suas diminutas populações. Na questão do Acre, para que fosse integrado ao nosso território, o Amazonas espontaneamente ajudou a união, com gente, muito dinheiro, a vencer a contenda pela vitória da nossa diplomacia e pela bravura de nossos homens no campo da luta. Muitas são as provas de sua dedicação patriótica [...]. (O Jornal, 1946, p. 03).

A ideia da identidade é trazida à tona, na medida em que se recorre à brasilidade para se referir aos processos históricos em que houve a manifestação regional, especificamente da Amazônia, em relação ao conflito em que o Paraguai pretendia incorporar uma extensão territorial pertencente ao Brasil. Enquanto esboça a participação do Pará e Amazonas, ambos pertencentes à região amazônica, a narrativa endossa a participação regional nos assuntos da “nação”, em uma busca por reconhecimento da importância dessas unidades para a composição da unidade brasileira, ao propor que ambos os Estados fazem “questão” da brasilidade.

O Acre integra o arsenal argumentativo por meio de uma reivindicação em prol das relações integradoras regionais, na medida em que se identifica que as contendas envolvendo o atual território acreano representam a força política do Amazonas. Uma ajuda “espontânea” é colocada como ação sugestiva das pretensões amazonenses. Manifestadas através das propostas de integração das terras do Acre ao Brasil, essas ações apresentadas como prova de “dedicação patriótica”, levam à interpretação de que as ações iniciativas do Amazonas permearam entre as ambições econômicas relacionadas à borracha quanto o desejo de alargamento territorial da antiga província do Amazonas.⁴⁸

Anísio Jobim em *O Amazonas: sua história* (1957) trata da construção histórica do Amazonas com base na perspectiva da “descoberta da América”, perpassando o período das expedições e dos relatos de viagem até a constituição do Amazonas na configuração de um ente federativo da República do Brasil. Com base na diferentes delimitações territoriais constituídas para a região desde o período da colonização, o autor destaca o imaginário nacional concebido para a Amazônia, utilizando como argumentação “o olhar do Brasil” para a região, em

⁴⁸ A lei Nº 5º 582, de 05 de setembro de 1850, elevou a Comarca do Alto Amazonas à categoria de Província, denominada como *Província do Amazonas*. O território fazia parte da antiga capitania de São José do Rio Negro, pertencente à Província do Grão Pará.

detrimento do modelo de administração imperial português, que se relacionava diretamente com a região e com Portugal.

O Grão Pará foi sempre alvo de acurada atenção do governo da metrópole; as ordens, os regimentos, leis, alvarás, avisos vinham diretamente de Lisboa, com que se entendiam os governadores daquela circunscrição política.

Desse fato resultou o conceito de que a Amazônia é geográfica e historicamente distinta do Brasil, pois até 1823 esteve socialmente alheia ao movimento brasileiro do sul. (Jobim, 1957, p. 155).

Para tratar da Amazônia deslocada do projeto de construção da unidade brasileira do Brasil em uma perspectiva histórica, o autor retoma aspectos da administração colonial para traçar uma interpretação acerca do imaginário que perpetuou secularmente sobre a região. Dessa retomada à governabilidade lusa, é interessante refletir sobre as diferentes construções geográficas incorporadas ao território durante as distintas estruturas administrativas que modelaram a organização geopolítica do lugar, reorganizando o espaço de acordo com as intencionalidades dos projetos que ascenderam na região, desde as formações europeias, com as capitanias hereditárias, até as conformações que remeteram à construção da unidade do Brasil, objetivando a consolidação da independência do país enquanto nação.

O autor evidencia que as relações políticas e administrativas diretamente com Portugal criaram movimentações diretas com a metrópole e desconexas da região da Amazônia em relação às outras regiões que ascendiam no país. Apesar disso, a visibilidade dada à região durante o período de vigência da colonização portuguesa ecoa nas estruturas que ainda reverberam quando se reflete sobre a estrutura política do Brasil durante os primeiros anos da República.

Ao considerar que essas relações diretas com Portugal tiveram como base estruturas econômicas que visavam predominantemente a exploração dos recursos naturais, utilizando mão de obra escrava de povos indígenas e pessoas escravizadas oriundas de diferentes regiões da África, essa “atenção” empreendida pela metrópole não significou a permanência de ações que empreendessem algum privilégio às iniciativas do projeto colonial português.

No caso da Amazônia, uma das hipóteses desta tese é que a emergência desse nome como um recorte regional está relacionada à construção do Estado nacional brasileiro, especialmente durante o período do Segundo Reinado, quando as elites governantes do país estabelecem a centralização política e administrativa como forma de garantir a unidade territorial. Até 1822, a entidade que compreendia as capitanias do Grão-Pará e

do Rio Negro, ambas banhadas pelo rio Amazonas, era uma unidade administrativa do império colonial português conhecida como Estado. Não é coincidência que, por muito tempo, essa entidade tenha sido denominada Estado do Grão-Pará e Rio Negro, sucessora do Estado do Grão-Pará e Maranhão e do Estado do Maranhão e Grão Pará, esta última de data mais antiga. (Santos, 2023, p. 26).

A pesquisa de doutorado de Roberg Santos buscou compreender a construção da denominação *Amazônia* enquanto uma denominação que perpassou por processos sociopolíticos que antecederam à denominação territorial. Refletir sobre essa nomenclatura retira a naturalidade com que se internaliza a construção regional desse território, evidenciando que, antes do processo de independência e da busca pela unidade brasileira, esse lugar estava definido por outras estratégias, incluindo diferentes nomenclaturas direcionadas à região.

Enquanto Jobin (1957) expõe reflexões para compreender a configuração de uma Amazônia ocupando uma posição hierárquica inferior, em detrimento da estrutura administrativa colonial, Roberg Santos (2023) atribui a constituição de uma Amazônia pelos movimentos regionalistas provinciais, que manifestaram interesses coletivos para empreender uma nova organização capaz de sustentar as estruturas vigentes no período anterior ao processo de independência do Brasil.

Nesse sentido, a nomenclatura Amazônia permeia entre diferentes sentidos e simbolismos, refletindo os jogos de poder que estiveram agenciando a produção histórica relacionada à região, tanto para a metrópole, Portugal, quando esta ocupava a condição de colônia, quanto para a construção de uma região parte da unidade administrativa imperial. Desse modo, torna-se evidente, secularmente, a região amazônica, quanto nem mesmo era referenciada por essa nomenclatura, recebeu denominações semelhantes, mas atribuídas a diferentes representações, as quais variavam conforme os projetos políticos e econômicos que estiveram na base dessa construção.

Essas relações que permeiam as construções discursivas na década de 1940 apontam para movimentos de inflexão entre o nacional e o regional, convergindo nos anseios de grupos regionalistas que transmutam força política para reivindicar assistências governamentais. Esses grupos catalisavam uma Amazônia brasileira acentuada pelas expressivas manifestações. Liderando discussões em busca integração nacional e/ou evidenciando que, secularmente, a região ocupou uma posição estratégica devido à sua importância na manutenção das antigas estruturas administrativas.

Na questão do Acre, para que fosse integrado ao nosso território, o Amazonas espontaneamente ajudou a união, com gente, muito dinheiro, a vencer a contenda pela vitória da nossa diplomacia e pela bravura de nossos homens no campo da luta. Muitas são as provas de sua dedicação patriótica [...]. (O Jornal, 1946, p. 03).

A matéria de jornal exprime uma reclamação pela ausência de propostas integradoras da Amazônia às políticas nacionais do Brasil, retomando a questão do Acre como base argumentativa para inserir a temática amazônica às políticas públicas do país. Assim, o Acre torna-se uma evidência representativa do que a narrativa de jornal instituiu como um exemplo de manifestação nacionalista por parte do governo do Amazonas, através de auxílios “espontâneos”.

O Amazonas, no contexto da produção extrativista, consolidou-se como um centro regional que, além de ser uma rota de passagem da borracha, também se constituiu enquanto um ambiente onde grupos de proprietários de seringais, casas aviadoras e exportadoras usufruíram materialmente da produção extrativista, criando movimentos de manifestações de interesses econômicos e políticos relacionados à questão do Acre, incluindo uma proposta de incorporação das terras atualmente acreanas ao Estado do Amazonas⁴⁹. Portanto, o Acre também é utilizado como uma produção discursiva amazônica, a partir de movimentos regionais que se consolidaram durante os anos de 1940, impulsionando propostas ideológicas e categorias para a interpretação sobre a região amazônica, e articulando novos elementos às narrativas que se consolidaram no início do século XX.

Em *Mestiçagem e tropicalismo no pensamento amazônico: Gilberto Freyre, Leandro Tocantins, Ferreira Reis e Ypiranga Monteiro*, Almir Diniz de Carvalho Júnior compreende o século XIX como o século do nacionalismo, os primeiros ensejos dos aspectos da construção da nação foram produzidos na literatura brasileira. Em 1840, conforme destacamos no início do capítulo, o projeto político de escrita da História do Brasil, institucionalizada pelo IHGB tanto centralizou como difundiu as bases para a escrita da historiografia brasileira.

Além disso, o autor discute que os intelectuais que escreveram sobre a Amazônia, entre eles Araújo Lima, Arthur César Ferreira Reis, Leandro Tocantins e outros escritores que empreenderam estudos sobre a região, alimentaram uma rede de ideias vinculadas aos movimentos nacionais, mas que, sobretudo, esboçaram “forças” regionais para o pensamento

⁴⁹ No contexto da Historiografia do Acre, no tocante à História Política, destaca-se a participação do Amazonas, enquanto Estado, através de manifestações de interesses políticos, como a proposta de incorporação das terras do Acre ao Amazonas, além da expedição dos Poetas, apesar de movimentos em períodos distintos, ambos estavam interessados na potencialidade econômica da região, seja com a exploração da borracha, como para garantir a hegemonia política de grupos de proprietários.

social da Amazônia. Essas ideias refletem mudanças e permanências que evidenciam a “linhagem” de cada intelectual, principalmente, em relação aos meandros políticos do Brasil no período em que viveram e imortalizaram por meio dos “escritos amazônicos”.

A AMAZÔNIA NÃO É MAIS INFERNO

Antes de tudo, a Amazônia é mais que um país, é um continente. São dez mil quilômetros de fronteiras com vários países da então América do Sul com três milhões e meio de habitantes. E, compreendendo a necessidade de integrar econômica e socialmente a Amazônia, que o Congresso criou, em 1946, a então Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – S.P.E.V.E.A., órgão que funciona como um superministério. A Amazônia não é mais inferno. (*O Jornal*, 1946, s/p).

Para Durval Muniz de Albuquerque (2007), o saber histórico sustenta a construção simbólica da relação dos vestígios humanos e os sentidos a eles atribuídos em um determinado tempo e espaço. Os objetos e as marcas deixadas ao longo de um período e em determinadas sociedades devem ser conduzidos pela compreensão dada por essa humanidade. Cabe ao campo da história identificar os caminhos percorridos para compreender tanto o teor da trama histórica, mas incluindo os seus interesses em torno das condições que possibilitaram tais produções históricas. Para o autor, é necessário identificar os caminhos e as condições que o propiciaram, revelando “Uma organização sistêmica, como revelaria uma racionalidade, uma necessidade, uma finalidade”. (p. 55). através de uma seleção e organização para o que definiu como *trama histórica*.

É identificando essas tramas históricas na historiografia brasileira que se buscou compreender como a Amazônia deixa de ser vista como inferno a partir dos anos de 1940, entendendo que tal mudança de percepção sobre o território ocorre por meio de novos projetos que o governo brasileiro introduzia na política do país. Entre as permanências que já apontadas ao longo dos capítulos, novas categorias foram incorporadas ao imaginário da Amazônia, de modo que seus “problemas” e a solução de um “plano desenvolvimental” ganham novos contornos, os quais refletidos ao longo deste capítulo.

3.1 As narrativas da economia da Amazônia nos anos de 1940

As narrativas da Amazônia, à sombra dos seringais “desérticos” dos anos de 1940, tornam-se tema recorrente nos jornais do país, especificamente com o destaque para a retomada

de produção de borracha. Esse segundo momento de produção foi impulsionado por políticas brasileiras e acordos internacionais, visando o incentivo da atividade para uma segunda etapa de ascensão do látex da Amazônia brasileira.

Diante da demanda internacional por matéria-prima para a fabricação de utensílios e armamentos durante a Segunda Guerra Mundial, a Amazônia passou a ser vista como uma extensão territorial com potencial para garantir a oferta do látex, fabricado no formato da borracha. E apesar da concorrência com a fabricação sintética produzida na Malásia, as seringueiras da Amazônia voltaram a garantir o material para a fabricação dos objetos utilizados na Segunda Guerra Mundial pelos países aliados.⁵⁰

Os dados expostos pelo jornal *Correio da Manhã*, em matéria publicada em janeiro de 1940, apontam que, naquele ano, as produções da Amazônia brasileira marcaram apenas 6% da oferta da matéria prima. “Os imensos seringais da Amazônia vivem desertos. Será que sem o plantio da espécie selecionada não restauremos a riqueza e com aquela nossa capacidade exportadora?” (*Correio da Manhã*, 1940, p. 4).

O trato de um seringal exige dinheiro muito acima das possibilidades do seringueiro pobre, desses que Euclydes da Cunha chamou o escravo da gleba e Raymundo de Moraes denominou o herói desconhecido. Numa recente informação oficial do governo do Amazonas, vimos que, no mínimo, um seringal, para se pôr em ordem de trabalho, reclama um capital, de início, nunca inferior a cem contos. Não é compreensível que se abandone o que a natureza nos deu, para tentarmos experiências mais ou menos problemáticas. (*Correio da Manhã*, 1940, p. 4).

As incertezas quanto à continuidade do sistema extrativista na Amazônia ganhavam notoriedade nas narrativas jornalísticas, sendo tratadas como um problema de ordem nacional, considerando que os expressivos dados econômicos conferiram relevância da atividade na economia do país. Destaca-se, nesse contexto, a afirmativa de que “foi dado pela natureza” para se referir à produção extrativista. A forma como a narrativa é construída sugere que todo o sistema extrativista seria algo quase “natural” para a região, revelando uma perspectiva que naturaliza um empreendimento estruturado e condicionado à região.

Em 1939, a Revista Brasileira de Geografia publicou o texto *Impressões de uma visita à Companhia Ford Industrial do Brasil, do Estado do Pará*, assinado por Gastão Cruels. Nessa produção, é importante destacar que visitar a “famosa” fordlândia⁵¹ fazia parte de uma viagem

⁵⁰ As nações aliadas, também conhecidas como as Nações Unidas, compreendiam os Estados Unidos, a União Soviética, o Reino Unido, realizando uma oposição ao “eixo” integrado pela Alemanha, Itália e o Japão.

⁵¹ Refere-se ao projeto da indústria automobilística do empresário Henry Ford para a produção de látex. O projeto foi assentado próximo ao Rio Tapajós, no Pará.

destinada aos estudos da Amazônia. Em relação ao plantio da *hevea* para a extração do látex, o texto destaca que a concessão entrou em vigor em 1928.

Enquanto um empreendimento estrangeiro com anuência do governo brasileiro, o projeto fordlândia foi propagado como um resgate à economia local, embora fosse estruturado de forma distinta do sistema extrativista que estava em declínio no período. Nesse empreendimento, a primeira ação consistiu no desmatamento da floresta para a criação de uma área destinada ao plantio das seringueiras. Utilizando uma estrutura pautada em mecanismos científicos, que difere do extrativismo da primeira etapa da borracha, o texto apresentado na Revista Brasileira de Geografia IBGE dialoga com análises de especialistas que viam a riqueza botânica da floresta amazônica brasileira como uma pobreza econômica. Assim, a floresta é hostilizada para ceder espaço ao empreendimento estrangeiro, justificado enquanto necessário para a nação brasileira.

Entre as descrições referentes às atividades de plantio, o caboclo amazônico é referenciado quanto à sua adaptação ao trabalho que realiza no sistema ford de produção do látex. A mão de obra cabocla, apresentada como “assenhorada” pelas ações desenvolvidas pela empresa, é apontada como uma “esperança” para o fortalecimento da produção da borracha, retomando o período que o Brasil liderava a atividade do látex. “Em pouco tempo, segundo testemunho dos administradores, o nosso homem aprendeu o sistema e assenhoriou-se da prática da enxertia”. (IBGE, 1939, p. 05).

Ainda sobre essas impressões da visita feita à Ford Industrial, o autor destaca que a falta de braços era a maior dificuldade da empresa. No início do projeto, no ano de 1931, houve o maior quantitativo de mão de obra, contudo, ao final da década, houve uma queda significativa, que é justificada pela “falta de hábito que tem o caboclo amazonense por qualquer trabalho metódico e com fixação à terra, uma vez que sempre entregou ao nomadismo da indústria extrativista”. (p. 15).

Para reiterar a afirmativa da “não adaptação”, foi utilizado como exemplo a movimentação de mão de obra no período em que o preço das sementes de Cumarú estava em alta. Nesse contexto, vários trabalhadores da empresa “abandonaram” o trabalho para “tentar a sorte” em outra atividade remunerada. As expressões colocadas em aspas aparecem na produção textual trazendo o sentido do desinteresse e falta de apreço por parte dos trabalhadores, ao considerar que o texto apresenta o empreendimento ford industrial enquanto uma ação nacional de recuperação da economia da borracha na região.

O sujeito trabalhador, mão de obra dos diferentes empreendimentos aplicados na região, é racializado sob a identificação de caboclo em adaptação ou que ainda resistente à modernidade, aos métodos de trabalho, iniciados com o extrativismo, e a partir dos anos finais da década de 1920. “Após tanto tempo de vida vária e erradia, o nosso caboclo fixa-se pela primeira vez à terra e a sua mão, que quasi só sabia colhêr e depredar, habitua-se enfim ao gesto do sementeiro”. (IBGE, 1939, p. 22).

Em 1946, o Jornal *O Acre*, republicou a matéria elaborada pelo *Correio da Manhã*⁵², a matéria *Fordlândia e a borracha* explanou o abandono do empreendimento em Tapajós, apontando o encerramento das plantações da empresa como “desconcertante”, visto que o Brasil disputava com os preços da Ásia. A divulgação em ambos os jornais destaca que o empreendimento estrangeiro foi fracassado diante a “promessa” nacional, mesmo que advindo de uma empresa estrangeira, de alavancar a retomada na produção do látex na região amazônica.

A matéria assinada pelo agrônomo Eudes Pinto utilizou a expressão “Fracassou nas selvas amazônicas o “homem prático” da América do Norte” para apresentar uma análise do encerramento das atividades em Belterra e Fordlândia. O fracasso foi atribuído ao desconhecimento das condições do solo e do clima na região, agravado das consequências da retirada da cobertura vegetal das árvores, que retira a proteção para a plantação, diante as temperaturas elevadas da região. (Revista IBGE, 1946).

Os empreendimentos estrangeiros endossaram a narrativa de recuperação da atividade econômica da região, embora fossem oriundos de fora do Brasil. A perspectiva da soberania nacional é escamoteada, de modo que não se fala de “entreguismo da Amazônia”, expressão já foi utilizado como recurso argumentativo em outros contextos para autorizar empreendimentos na região. Outro ponto a ser destacado é a perspectiva do desconhecimento da região. Embora haja respaldo científico, o tom generalista sobre a Amazônia se fragmenta ao se identificar as especificidades que compõem a região, ou seja, as condições do solo, do clima, água e vegetação divergem.

Ainda que estrangeira, a empresa é narrada enquanto uma manifestação patriótica, por envolver brasileiros em seu empreendimento, na perspectiva do “resgate” do trabalho, da atividade econômica e toda a estrutura vigente na Amazônia. Um projeto estadunidense instalado nas terras amazônicas brasileiras, ocupado por uma maioria “genuinamente” brasileira atravessa a questão do estrangeirismo sem haver contestação. Ao contrário disso, o que se

⁵² A matéria foi publicada em 30 de julho de 1946.

demonstra na produção textual é tom ufanista, sem maiores questionamentos à presença do capital estrangeiro agenciando no “coração da Amazônia”, às margens do rio Tapajós, no estado do Pará.

A perspectiva do caboclo se apresenta em diferentes dimensões. Primeiramente, é possível estabelecer a condição do “estado” brutal do sujeito que não se adapta, aquele que resiste às condições modernizadoras, como, por exemplo, o empreendimento da empresa americana, Ford. Em segundo lugar, há aqueles que se desprendem com facilidade dos “meios civilizatórios”, resistindo às expectativas de serem integrados como mão de obra. Por fim, uma terceira classificação compreende aqueles que se adaptam às estruturas vigentes, incorporando as condições existentes, incluindo as técnicas de trabalho relacionadas ao manejo das atividades produtivas da região.

Nesse sentido, as caracterizações do homem “amazônida” contribuíram para a construção de uma identidade baseada no estereótipo da mistura de raças, conforme discutido no capítulo anterior, resultado dos processos de miscigenação. Assim, foram difundidas nomenclaturas como mestiço, mulato, mameluco e outros termos que se referem às etapas classificatórias da raça humana. Em algumas passagens do artigo publicado pela Revista IBGE, é possível identificar o homem brasileiro, caracterizado pelo branco, detentor dos meios de produção e do capital de investimento, enquanto o trabalhador é representado por expressões como “nosso caboclo”, sem que sua identidade esteja relacionada aos processos nacionalistas da construção da brasilidade.

A presença americana na região também é um elemento a ser destacado sobre a atuação da empresa Ford na Amazônia. O artigo apresenta um tópico específico sobre o vale do Tapajós e a presença de americanos oriundos do fluxo migratório decorrente da Guerra de Secessão⁵³ nos Estados Unidos. A partir desses grupos de emigrantes, discute-se a permanência daqueles que continuaram na região, endossando uma condição de pertinência e de iniciativa de “contribuição” para o território. Essa permanência é apresentada como uma expressão de valorização e preferência dos americanos pelas terras amazônicas, sugerindo uma visão positiva sobre o seu papel no desenvolvimento da região.

As iniciativas particulares, como a presença de norte-americanos, são preconizadas como atributos positivos para a garantia da “civilidade”, de modo que a inserção estrangeira na

⁵³ Também é conhecida como a Guerra Civil Americana, resultando em um conflito armado entre os Estados Unidos do Norte e os Estados Unidos do Sul com registro de vários mortos.

região é narrada como uma perspectiva de recuperação da Amazônia. Na passagem que trata das ações privadas, destacamos o seguinte trecho de um artigo da Revista IBGE: “São cada vez mais frequentes e promissoras de êxito as iniciativas particulares que buscam libertar as riquezas amazônicas da indústria exclusivamente extrativa, uma das causas da sua quase nenhuma produtividade econômica” (Revista Brasileira de Geografia, 1939, p. 21).

No tocante a essas ações particulares, que são narradas como “benfeitorias” para o território amazônico, outro trecho de um artigo da mesma revista ressalta que a cidade de Manaus se destaca por ter investidores que se “aventuraram” para movimentar a economia da região. Ou seja, trata-se de aproveitar as condições da região para investir em atividades comerciais, especificamente ao plantio de seringueiras e castanheiras, que se apresentam como promissoras na região, garantindo lucro e longevidade aos negócios.

Outro ponto a ser destacado sobre os artigos da Revista IBGE, pesquisados para este estudo, é o uso da literatura amazônica como base para as referências às condições de trabalho nos seringais. Assim, autores como Euclides da Cunha e Raymundo de Moraes, com suas obras sobre a Amazônia, respectivamente, são utilizados para aludir à vivência no sistema extrativista da região, ou seja, as redes de ideias difundidas por esses intelectuais foram sendo apropriadas para argumentar ou promover perspectivas sobre a Amazônia.

Os dados fornecidos pelo governo do Amazonas, divulgados pela revista são utilizados para expor os custos relacionados à manutenção dos espaços estruturados para a extração do látex. Em contrapartida, é oportuno destacar que o Amazonas viveu períodos “áureos”, durante os quais uma elite local ascendeu economicamente, beneficiando dos lucros obtidos com todo o sistema extrativista, seja como proprietária de terras, das colocações de seringas, ou de alguma fração do sistema de aviamento.

Nos anos 1940, além da busca pela retomada da produção da borracha, a castanha também passou a adquirir protagonismo na economia da Amazônia brasileira. Um artigo intitulado *Considerações sobre a exploração da castanha no baixo e médio Tocantins*⁵⁴ trataram dos castanhais e o sistema extrativista instituído em torno desse recurso natural. Portanto, diante das “crises” ligadas à economia da borracha, essa revista dedicada à divulgação científica do país passou a publicar conteúdos sobre outras atividades econômicas baseadas na extração de matérias-primas na região amazônica.

⁵⁴ O artigo está assinado por Américo Barbosa de Oliveira, identificado como engenheiro residente no Departamento de Aeronáutica Civil.

Em relação aos dados precisos sobre a extensão do território amazônico a ser explorado sob novas perspectivas, entre desafios e possibilidades para além da atividade ligada ao látex, destaca-se a referência às populações indígenas, especialmente aos denominados Caiapós e Gaviões, que habitavam as margens do rio Tocantins, apresentavam resistências e restringiam os empreendimentos da castanha. Considerados um “entrave” que dificultava a expansão do sistema extrativista da castanha, o autor do artigo destaca que, diante das potencialidades produtivas, o território “... Só poderá ser explorado com a colaboração do Serviço de Proteção aos índios” (IBGE, 1940, p. 02).

Davi Avelino Leal discute em sua tese de doutorado, intitulada *Direitos e processos diferenciados de territorialização: os conflitos pelo uso dos recursos naturais no rio madeira (1861-1932)*, que a partir de 1910 ocorreu a criação do Serviço de Proteção ao Índio e Localização dos Trabalhadores, que posteriormente teve sua sigla modificada para *Serviço de Proteção ao Índio*. “Os mediadores diretos dos índios e seringueiros nordestinos passam a ser os chamados delegados de índios nomeados pelo SPI”. (p. 164).

Os territórios que permaneceram sob o controle dos índios foram aqueles reconhecidamente transformados em postos do SPI, mas que também nunca deixaram de ser alvo de esbulho e de tentativa de invasão por parte dos pecuaristas e comerciantes influentes que moravam nas cidades mais próximas, e que continuam até hoje fazendo parte da territorialidade indígena. (Leal, 2013, p. 182).

Na região de Marabá, no Pará, há registros datados de 1933, que abordam a natureza das atividades de exploração, indicando uma tentativa de substituir a produção de castanha pela borracha. Leal (2013) aponta que o governo promoveu ações de incentivo tanto à exploração da castanha, assim como para a agricultura, visando dirimir as crises do sistema extrativista da borracha. “...um discurso voltado para as práticas agrícolas, antigo projeto civilizatório agora revitalizado com a “crise” da borracha, o que se observa na prática é que os esforços se voltaram para coleta da castanha e para extração de madeira (p. 13).

Ao apresentar estudos elaborados por pesquisadores estrangeiros, o artigo evidencia que, ao estudar a geografia do Brasil, Cosme Ferreira Filho, em *A Borracha na Economia Amazônica*, Cosme Ferreira Filho aponta que entre 1850 a 1910 a goma elástica alavancava as condições de desenvolvimento social e material da Amazônia. Além disso, houve a incorporação de novas terras “à enorme extensão geográfica do país, quando, para esse fim se aliaram a alucinada intrepidez de Plácido de Castro, a ambição do desbravador nordestino e o gênio diplomático do inolvidable Barão do Rio Branco”. (Ferreira Filho, 1952, p. 05)

Sobre a perda da hegemonia amazônica como produtores de borracha no mercado internacional, o autor afirma que há riscos de que a produção doméstica também seja afetada, visto que os plantios da hévea na Bahia e São Paulo se tornavam expressivos. A Fordlândia é utilizada como um exemplo para a projeção de empreendimentos. “O que desejamos e pleiteamos é um movimento de sedução e de catequese, pelo exemplo e pelo conselho, pela doutrina e pelo esclarecimento, aos quais tão sensível é a índole das nossas grandes do interior”. (p. 24).

Articulando-se a esse movimento regenerador e fortalecedor dos nossos processos de trabalhar e produzir, o clero amazonense, como os missionários de antanho, terá, mais uma vez, dentro de sua função histórica nas terras da Planície, honrado a memória daqueles remotos mensageiros de Cristo na Amazônia, pela continuação de sua obra social e religiosa, dando ao país e ao mundo uma eloquente demonstração de que existe na Igreja uma força sempre nova, embora milenária, atenta aos reclamos espirituais e materiais do homem. (Ferreira Filho, 1952, p. 28).

A obra propõe uma evocação dos períodos da colonização como um parâmetro discursivo para empreender perspectivas para uma possível “retomada” de intervenção na Amazônia. A busca por relembrar projetos políticos de cunho evangelizador demonstra a permanência do olhar civilizador e de intervenção direta dos povos. Além disso, o autor do livro, Cosme Ferreira Filho, à época deputado, Deputado apresentou proposta de prêmios aos heveicultores pelo plantio de árvores, estabelecendo os métodos agrícolas recomendáveis para atingir os objetivos. A obra, de modo geral, apresenta uma defesa e possibilidades de fomentar a economia gomífera com ações que visem impulsionem a sistema extrativista no Amazonas.

Nesse contexto de discussões sobre o declínio da produção gumífera, a vasta extensão territorial do Brasil é apontada como um problema do país, quando se trata de aplicar os “meios” civilizatórios para as diversas regiões que compõem o Brasil, especialmente na Amazônia. Assim, essa retomada de referências aos empreendimentos coloniais propõem uma intervenção direta que alcance, inclusive, as dimensões simbólicas, como foi o caso do projeto colonial português.

Em *Civilização do açúcar no Brasil* de autoria do Chefe de Secção de Estudos Econômicos do Instituto do Açúcar e Alcool, Gileno Dé Carli expõe que, no contexto da política econômica nacional, a Amazônia se identifica com a borracha, assim como cada região apresenta o produto que corresponde à maior parte de sua produção. Com a perspectiva de “renovação”, o governo é apontado como o fio condutor para que os diferentes recursos

naturais, de cada região, impulsionem o dito progresso nacional, seja o café em São Paulo, Minas Gerais com o Mate ou Minas Gerais com a metalurgia (Revista IBGE, 1940, p.367).

A questão da unidade nacional ainda é um tema bastante recorrente nas temáticas publicadas pela revista IBGE, de modo que a divisão territorial do Brasil é tratada por uma perspectiva histórica sob o aspecto da colonização e seus desdobramentos, especialmente no tocante às consequências da divisão territorial do Brasil. Em virtude da administração colonial portuguesa e da organização das capitanias hereditárias, o autor do estudo questiona a disparidade entre as divisões territoriais dos estados que herdaram o “passado colonial” e, conseqüentemente, os seus “problemas” de administração.

Ao traçar uma linhagem cronológica dos regimes de governo do país, a análise desse estudo observa a continuidade das estruturas monárquicas para o Brasil, que desde 1822, se constituiu como uma nação independente, embora sob uma base conservadora herdada período colonial. A implantação da República no Brasil é interpretada pelo autor do estudo como uma tendência a revigorar vicissitudes monárquicas, corroborando com a permanência de alicerces que incluem as “deformidades” que assolavam as administrações anteriores do país.

A República, talvez por ter sido proclamada quasi que à revelia da grande massa da população, em geral monarquista, e pela preocupação reinante nos constituintes em imitar os Estados Unidos, não pôde ou não soube resolver o problema, e pela concessão de enorme autonomia aos Estados, agravou-o de tal sorte que, em cada dia que se passa, a dificuldade de sua solução cresce em uma proporção geométrica. (IBGE, 1940, p. 377).

Entre as ações políticas sucessórias após a instalação da República, o autor pondera o movimento de 1930 enquanto um acontecimento armado que não alcançou êxito no que se refere à construção de um sentimento pátrio no país. Em meio às narrativas de exaltação da brasilidade, da ascensão da República como uma “tomada” do um poder unificador do território brasileiro, quando se analisa o contexto da República Velha é perceptível que o regionalismo se sobressaía em detrimento da ideia da nação.

Após a presidência de Washington Luís, Boris Fausto (1900) expõe que houve uma cisão entre as elites dos Estados que alternavam o poder na conhecida *Política Café com Leite*⁵⁵, resultando em instabilidades políticas que levaram ao fim a Primeira República. É nessa conjuntura que o movimento conhecido como a *Revolução de 30* se destacou, marcado por

⁵⁵ Expressão conhecida pela alternância de poder entre as oligarquias de São Paulo, em que se concentravam a produção do café, e Minas Gerais representada pela maior produção de leite do país.

instabilidades econômicas e pelo fortalecimento de determinados grupos que ganharam força política. Apesar da vitória do movimento, a administração governamental permaneceu assentada sobre as estruturas anteriores, ou seja, com a permanência dos eixos conservadores.

Embora o movimento dos anos 30 seja concebido enquanto uma revolução no país, que determinou o fim da primeira fase da República brasileira, conhecida como República Velha, as determinações políticas não indicam uma ruptura com as estruturas vigentes. Portanto, essa passagem não prescindiu uma ruptura considerável para ser considerada uma mudança abrupta do modelo político existente no país.

Celso Furtado, em *Pré-Revolução Brasileira* (1962), expõe que a crise do café e da borracha mostrava a fragilidade da economia brasileira, apoiada na exportação de produtos considerados primários, de modo que, até os anos trinta, ainda prevalecia o “ideológico colonial” (p. 64). Para Furtado (1962), até 1930 os preços de produtos de exportação continuavam sendo a base da vida econômica do Brasil.

3.2 O “redescobrimento” da Amazônia na Era Vargas: O papel do periódico *Cultura e Política*

Ao enveredar pela dimensão simbólica constituída pela política do Estado Novo, é possível identificar que a Amazônia surge como um dos dispositivos ideológicos para a construção administrativa desse “modelo” de governabilidade característico do golpe dos anos 30. A perspectiva de unidade, baseada na homogeneização de um Brasil sem distinção entre estados, apresentava-se como um dos dispositivos que integravam os planos de governo de Getúlio Vargas para a construção da ideia da unidade brasileira.

O periódico *Cultura Política* obteve cinco anos de publicações com mais de cinquenta edições, entre 1941 a 1945, ano que demarcou o término da política do Estado Novo, com a queda do governo Vargas. Segundo Gomes em seu artigo intitulado *A construção de uma historiografia autoritária pelo Estado Novo de Getúlio Vargas: o caso da revista cultura política (1941-1945)*, é através da compreensão da dimensão ideológica que se identifica o alcance e os efeitos da estrutura desse regime, observando os meandros de um projeto político que teve como sua principal característica a propagação da mudança, da revolução, sem abandonar os dispositivos de controle, ao mesmo tempo que se constituiu como parte da produção intelectual, sociocultural e política no país.

A primeira edição, datada no ano de 1941, reuniu um arsenal de textos dedicados a estabelecer a contextualização do Brasil em relação as demandas mundiais no que se refere à tecnologia, industrializações, estruturas administrativas da política desde o período da colonização e, de modo geral, às características republicanas no Brasil. Entre as produções assinadas por intelectuais, as temáticas apontam uma tendência a justificar a importância da criação do *Regime de 10 de Novembro de 1937* enquanto resultado de uma maturação da política brasileira que, em um processo de “evolução”, alcançou um movimento que deu início a uma nova estrutura de governabilidade que se difundia a partir das diferentes necessidades da nação.

Para Alessandro Antônio Rodrigues, em sua dissertação, *Os projetos para o desenvolvimento da nação na Revista Cultura Política durante o Governo Vargas*, os intelectuais que produziram na revista buscaram “re-escrever a história do Brasil tendo como ponto de referência o Estado Novo e neste sentido enfatizavam um projeto corporativo de desenvolvimento para a Nação sufocando as organizações independentes” (Rodrigues, 2010, p. 135)

Nomes como Cassiano Ricardo Leite ⁵⁶ e, suas obras, tais como, *Marcha para Oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil (1940)*, foram destaques enquanto dispositivos argumentativos em relação na construção simbólica da bandeira e a sua relação com o Estado Novo. *O Estado novo e o seu sentido bandeirante*, título da publicação, tratou de inserir a trajetória do intelectual, com destaque para a sua condição de membro da Academia Brasileira de Letras.

No artigo assinado por Cassiano Ricardo Leite, a produção textual conduz para uma análise histórica do Brasil, desde o período colonial, estabelecendo um fio condutor da sociedade brasileira para uma necessidade dos anos 1930 de obter a governabilidade aos moldes do Estado Novo. Assim, a chamada Revolução dos anos 30 aparece como um estado de “evolução”, pautado na modernidade e no amadurecimento das estruturas políticas, econômicas e sociais do Brasil. “O Estado Novo é o reencontro do Brasil consigo mesmo” (Leite, 1932, p. 112).

⁵⁶ É conhecido enquanto poeta, jornalista, membro da Academia Acreana e Letras. Além disso, fez partes de movimentos políticos, como, por exemplo, o *Movimento pela Semana da Arte Moderna*, *A Bandeira*, *O Modernismo* e outros. O modernista também obteve protagonismo por seus ensaios políticos.

Ângela de Castro Gomes, em *A invenção do trabalhismo* expõe que, no ano de 1942, a política brasileira foi marcada por uma ambiguidade, ao considerar que havia um esforço para sair do regime autoritário sem abandonar alicerces do poder vigente. “Para tanto, era preciso garantir a condução do processo de “saída” do próprio autoritarismo. Neste sentido, toma-se fundamental a capacidade destas elites de gerar ideias novas sobre sua continuidade política em uma ordem democrática” (Gomes, 2005, p. 186).

O Sentido Social da Amazônia, assinado por Francisco Galvão, natural do Amazonas, atuante na vida política e intelectual do Estado, pretendeu levantar aspectos em relação à Amazônia no período do Estado Novo. Nesse contexto, a região é colocada sob a perspectiva do ressurgimento, um renascer proporcionado pelas ações políticas de Getúlio Vargas, com destaque para a visita do presidente pela “interland” objetivando a análise dos “rebanhos humanos”. (Galvão, 1941, p.102)

O Homem da Amazônia, identificado como o “caboclo” é um tema específico do artigo, que destaca a sua interação com o meio. No entanto, essa identificação é atravessada de estereótipos e representações generalistas sobre o “sujeito amazônico”. “Somos contra a falsa literatura que se fez durante largo tempo, onde se amesquinha ridículamente o caboclo, como se não fosse ele o desbravador das florestas, capaz de trabalho e energia”. (Galvão, 1941, p. 110).

A expressão “colonização da Amazônia” aparece com frequência nas publicações para a produção do efeito de um novo projeto. Aquele momento, era apresentada como um feito brasileiro, uma solução nacionalista diante uma política voltada para a estruturação de novas medidas e empreendimentos. Ainda assim, é possível identificar a permanência de práticas herdadas de governos anteriores. O sujeito amazônico vai “ganhando” espaço, embora sob os determinismos que os reduzem a ser resultado desses projetos políticos instaurados na Amazônia.

A ideia da ocupação da Amazônia prevalece, mas sob uma nova roupagem, ao considerar que a narrativa do Estado Novo se volta para o “homem amazônico” enquanto sujeito responsável pela ocupação. Os elementos da bravura do homem são colocados enquanto manifestação de patriotismo, à semelhança dos discursos anteriores, especificamente desde o período inicial da República. No entanto, a soberania da Amazônia vai sendo justificada pelas construções discursivas, como, por exemplo, o *Caso do Acre*, que aparece como uma assertiva da “vontade” do ser brasileiro e como exaltação da soberania nacional.

A *esfinge amazônica*, termo utilizado com frequências nos artigos da Revista *Cultura Política*, aparece como um problema nacional que requer assistências para o desentrelhe da potencialidade econômica da região, diante o cenário que o Estado Novo protagonizou para assistir e visibilizar as possibilidades do esperado “desenvolvimento” do território. Essas afirmativas são inseridas numa acentuada inserção da Amazônia como uma questão nacional que urge para ocupar a centralidade dos assuntos governamentais com um certo otimismo rebuscado desde as crônicas de viagem em que os elementos naturais foram vistos com encantamento por Orellana.⁵⁷

Nesta mesma coletânea dos estudos já mencionados, o artigo intitulado *Realismo Político e Democracia*, assinado por Azevedo Amaral, trata de trazer alguns aspectos em relação à figura política que liderou o golpe de Estado, conhecido pela data em que ocorreu, 10 de novembro de 1937.⁵⁸ O foco do texto consiste em argumentar que a democracia, enquanto regime político, necessita de adaptação, e que essa mutabilidade é previsível ao considerar que cada contexto político demanda mudanças a partir das necessidades específicas de uma nação.

Nas várias dimensões simbólicas, o novo regime se expandia por meio de construções que se desdobravam em diversas áreas de formação da perspectiva nacional do Brasil, principalmente em relação à construção da unidade brasileira, uma das características mais buscadas pelo Estado Novo. Na seção dedicada aos *Textos e Documentos Históricos*, desde que “interessem à vida política do Brasil- terão acolhida nesta seção”. (p. 188). Destaca-se o artigo *A Igualdade de raças no Brasil: suas raízes históricas*, com o objetivo de negar a existência do preconceito de raças no Brasil, articulando tal afirmativa como uma característica da suposta democracia racial brasileira.

O nacionalismo brasileiro não alimenta preconceito de raça; deixaria de ser “brasileiro” no dia que o alimentasse. O nosso incessante caldeamento racial tem sido, talvez, a maior experiência humana. Ela ensinou a valorizar o homem pelo homem, sem distinções de origem ou de sinais hereditários. (Oliveira Lima, 1941, p. 202).

Nessa tentativa de silenciar o racismo estruturado no país desde o período colonial, Oliveira Lima (1941) defende que não havia distanciamos que pudessem caracterizar um processo hierárquico considerado discriminatório, utilizando como exemplo outras

⁵⁷ Francisco de Orellana é conhecido por ser o primeiro europeu a navegar o rio Amazonas. Para um estudo completo sobre as viagens e expedições na região realizar a leitura da obra. *Sertões de Bárbaros: o mundo natural e as sociedades indígenas da Amazônia na visão dos cronistas ibéricos (séculos XVI-XVII)* de Auxiliomar Silva Ugarte.

⁵⁸ Data em que Getúlio Vargas anunciou o Golpe de Estado e determinou as ações repressivas, como o fechamento do Congresso Nacional e da Constituição que estava em vigor na época.

administrações da Europa. A perspectiva levantada pelo autor considera que as posições entre indígenas, negros e colonizadores eram condições “naturais”, não representando barreiras que pudessem ser compreendidas como evidências de uma sociedade racista.

Nesse contexto político, destaca-se a discussão sobre a ausência de “homogeneidade nacional” de Joaquim Nabuco, ao entonar que o governo brasileiro veste uma nova roupagem para a interpretação de um “espírito nacional” do Estado Novo. Portanto, novas configurações são atribuídas quando se tratam de soberania nacional, integridade do Brasil, Unidade e demais termos recorrentes nas narrativas políticas nacionais, mas agora sustentados por outras categorias, elencadas ao longo desse capítulo, que garantem a sustentação e a legitimidade.

Na edição de abril de 1941 da Revista Mensal de Estudos Brasileiros, a Amazônia surge no centro da discussão política da administração de Vargas, através de uma excursão e da formulação de uma agenda para uma região apontada como “lugar longínquo” do centro administrativo do governo. A excursão ao Norte incorpora uma necessidade de “reerguimento” econômica do vale da Amazônia. Acompanhado das argumentações de fixação do homem ao meio, afirma-se “A Amazônia hoje vai deixar de ser um tema poético” (Revista Cultura e Política, 1941, p. 222).

O texto *A incorporação do Território do Acre* integra o arsenal de escritos destinados a tratar da *Política Diplomática e Econômica de Rodrigues Alves*. Nessa produção, os acordos e tratados diplomáticos envolvendo Acre e Bolívia são apresentados mediante uma manifestação vantajosa economicamente para o Brasil, ressaltando que o país incorporou pacificamente “... Cerca de 180.000 quilômetros quadrados, a mais fica da Amazônia em borracha nativa”. (p. 43-47). Ao final da produção textual, a incorporação do Acre é destacada como mais uma conquista para narrar as vitórias diplomáticas de homens públicos, como o Barão do Rio Branco.

A Amazônia como “celeiro do mundo” se consolida como uma proposta a ser alcançada através das ações governamentais direcionadas ao “redescobrimento” da região. A perspectiva do “redescobrimento” remete aos processos históricos de colonização do país, porém inserida em um projeto nacionalista que enaltece traços nacionalista sob um governo que utiliza o ufanismo como base argumentativa para promover uma espécie de resgate da região, diante um contexto de instabilidade e declínio da atividade extrativista ligada ao látex no território amazônico brasileiro.

O governo liderado por Getúlio Vargas construiu sua propaganda governamental com base na proposta de fortalecer e interligar as regiões do Brasil, objetivando consolidar a

perspectiva da unidade e do progresso da nação. Diante esse arsenal argumentativo, a Amazônia brasileira é posicionada como uma região marcada pelo atraso. No entanto, a construção discursiva que se difere da perspectiva do “clima inóspito”, ou seja, o determinismo geográfico não é mais um fator determinante para a suposta incivilidade da região.

No contexto dos 1930, a Amazônia é caracterizada pelas condições materiais precárias, ou melhor, pela ausência delas, e assim, apresentando-se como uma região que se encontra estagnada em diversos âmbitos, sendo o econômico o mais destacado, devido a vinculação à economia da borracha. Diante esse cenário, os demais aspectos também refletem essas condições, manifestando-se na baixa qualidade de vida, alimentação insuficiente, educação deficitária, incluindo as condições sanitárias insalubres para a condição humana.

Ainda que inserida sob outras categorizações, é oportuno destacar que certos eixos discursivos ainda prevalecem sob a região, como a perspectiva do vazio demográfico, da figura do homem em superação da natureza. Nesse sentido, mesmo diante a governabilidade de uma administração que se veiculava como resultado de uma “evolução” do pensamento político nacional, do progresso da nação brasileira, que teria atingido maturidade para gestar um movimento “revolucionário ao país”, alguns eixos parecem reverberar sobre as narrativas da Amazônia.

Nas reflexões sobre temporalidade, destaca-se François Hartog (2013), em *Regime de historicidade: presentismo e experiência de tempo*, por suas contribuições em torno do tempo como categoria de análise que revela poder, transformações, rupturas, bem como permite observar as permanências. Ao refletir sobre o tempo enquanto categoria, é necessário também retomar a categoria analítica que Paul Ricoeur (1994) instituiu para pensar a temporalidade e a relação com a narrativa, das percepções possíveis da experiência temporal que estão imbricadas na narrativa, ou seja, elas se reforçam na medida que a narrativa e suas forças de produções estão relacionadas à temporalidade, portanto, são produtos do seu tempo.

A colonização da Amazônia feita por brasileiros seria o caminho para encontrar a revalorização do homem e da terra, o resgate para integrar à região para a nação a qual pertence, depois de “meio século de administração republicana, a grandeza cósmica do Amazonas nunca figurou nos cálculos dos alquimistas liberais. Sabia-se, vagamente, da existência desse país de lendas fantásticas e depravações republicanas” (Revista Cultura Política, 1941, p. 17).

Nesse artigo, Amazonas é utilizado como exemplo de estagnação e atraso na Amazônia, na contramão da “Belle époque” em que se edificaram uma arquitetura baseada nas construções

de Paris. O estudo destaca que, durante longos períodos prevaleceu a administração de grupos que se privilegiaram ao invés de promover ações e programas em benefício da sociedade amazonense. Figuras como os regatões e atravessadores são colocados como “pragas sociais”, bem como os “velhos estadistas” que criminosamente, segundo o autor do artigo, foram os responsáveis por deixar a região “às margens” da civilização.

Na sequência, na mesma edição da revista, outro artigo intitulado *A obra social do governo e o aproveitamento da Amazônia*, com autoria de Raimundo Pinheiro⁵⁹ destaca uma narrativa de valorização na região. Em trecho específico, destacado sob o título *O que o Estado Novo realizou na Amazônia*, o autor destaca que o governo de Getúlio Vargas fez ressurgir a confiabilidade da população brasileira na administração pública. Nessa entoação de proximidade, ele ressalta a relação do “cabloco da Amazônia” e as assistências sociais prestadas pelo governo.

É diante dessa identidade cabocla que se consolida a ideia de que homem amazônico precisa ser “curado” das mazelas que diminuem a sua força de trabalho, impedindo-o de impulsionar o desenvolvimento das condições socioeconômicas da região. Em torno desse discurso de “cuidado” com o sujeito amazônico, difundiram-se propagandas em torno de ações que acarretariam melhores condições não apenas de trabalho, mas uma promessa de que a região pudesse sustentar, materialmente, sua alcunha de “celeiro do mundo”.

Nas edições do ano de 1942, diversos artigos tematizaram a questão econômica. Um texto específico centralizou a situação econômica dos diversos Estados brasileiros, no tocante aos desafios e alcances que a gestão do Estado Novo empreendia em cada região do país. No que se refere aos Estados que integram a Amazônia brasileira, o artigo inicia sua análise pelas problemáticas do Pará, ressaltando a dimensão do Vale do Rio Amazonas e as dimensões que atravessam a ideia da apropriação e exploração dos recursos da região.

Para inserir as discussões sobre a ideia da “apropriação” dos recursos brasileiros pelo seu próprio “povo”, a intervenção estrangeira é colocada como um problema latente, que atravessa secularmente a região. Em contrapartida às ameaças internacionais, o artigo retoma parte do discurso do Rio Amazonas, quando Getúlio Vargas fez referência à cobiça estrangeira pela Amazônia em virtude dos recursos naturais, além de destacar as questões identificadas

⁵⁹ O autor é identificado como Ex-inspetor escolar no Estado do Pará. Por tal condição, na breve biografia do autor do artigo destaca-se a informação de que ele é conhecedor dos problemas da região, considerando que o cargo público proporcionou percorrer pelos interiores da região amazônica.

como problemas da região. “O Discurso do Rio Amazonas acendeu um farol para a orientação dos que lidam dentro e fora do Vale na solução das suas magnas questões” (Revista Cultura Política, 1942, p. 149)

No tópico seguinte, o debate se restringe a entender a importância da borracha para a região Amazônica, entre os seus períodos áureos e de declínios que representaram a falência do sistema empreendido na região. O eixo central da discussão está em torno da contradição entre os períodos de elevada produção e grandes retornos econômicos, frente à constatação de que essa suposta prosperidade resultou em uma “falsa” ilusão de riqueza. Uma riqueza que não se fixou na região, tampouco foi capaz de estabelecer vínculo entre o homem e a terra.

Em *O Estado Novo: ideologia e poder*, os autores centralizam a importância do projeto ideológico do Estado Novo para a legitimação de suas ações, de modo que as manifestações de cunho simbólico tivessem um alto alcance, ou seja, garantindo a abrangência para as diferentes regiões do Brasil. No caso da Amazônia, essas ações do Estado Novo reverberaram algumas estruturas já existente, enquanto articulou outras categorizações que justificassem as medidas empreendidas para a região.

3.3 O discurso do Rio Amazonas e suas representações para a Amazônia

Além do arsenal de propagandas que movimentaram a publicidade do governo de Getúlio Vargas, o populismo constituiu-se uma de suas características, já que a figura política de Vargas traçava um perfil com manifestações públicas de aproximação com a sociedade. Além de utilizar os veículos de informação, como jornais e rádios, a difusão da política de Getúlio também expandia-se por outras estratégias de comunicação, entre elas, a realização de discursos e pronunciamentos em eventos abertos, realizados em diferentes regiões do Brasil com o objetivo de constituir uma relação direta entre o governo e a população. Com a efetividade dessas ações, o governo de Vargas traçava um perfil do presidente que ficou conhecido como um governo populista, ao considerar as estratégias com as diversas camadas sociais, estabelecendo uma relação de proximidade, de tal maneira que o próprio sujeito atuasse como um “porta-voz” das políticas governamentais.

Realizado no dia 10 de outubro de 1940, o discurso do Rio Amazonas repercutiu nacionalmente enquanto um marco para as ações governamentais na Amazônia brasileira. O espaço “despovoado” foi considerado o principal inimigo do progresso na região. Ou seja,

apesar de existirem estudos e manifestações que reconheçam o “sujeito amazônico” no território, a ideia do vazio demográfico ainda persistia, embora assumindo outras projeções para os anos de 1940, em consonância com o contexto da política do governo de Vargas.

Discurso do Rio Amazonas

Ver a Amazônia é um desejo de coração na mocidade de todos os brasileiros.

Com os primeiros conhecimentos da Pátria maior, êste vale maravilhoso aparece ao espírito jovem, simbolizando a grandeza territorial, a feracidade inigualável, os fenômenos peculiares á vida primitiva e à luta pela existência em tôda a sua pitoresca e perigosa extensão. **E' natural que uma imagem tão forte e dramática da natureza brasileira seduza e povôe as imaginações moças, prolongando-se em duradouras ressonancias pela existência afora, através dos estudos dos sábios, das impressões dos viajantes e dos artistas, igualmente presos aos seus múltiplos e indizíveis encantamentos.**

As lendas da Amazônia mergulham raízes profundas na alma da raça e a sua história, feita de heroísmo e viril audácia, reflete a majestade trágica dos prélíos travados contra o destino. Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta — foram as nossas tarefas. E, nessa luta, que já se estende por séculos, vamos obtendo vitória sôbre vitória. A cidade de Manáus não é a menor delas. Outras muitas nos reserva a constancia do esforço e a persistente coragem de realizar.

Do mesmo modo que a imagem do rio-mar é para os brasileiros a medida da grandeza do Brasil, os vossos problemas são, em síntese, os de todo o país. **Necessitais adensar o povoamento, acrescer o rendimento das culturas, aparelhar os transportes.**

Até agora o clima caluniado impediu que de outras regiões com excesso demográfico viessem os contingentes humanos de que carece a Amazônia, **Vulgarizou-se à noção, hoje desautorizada, de que as terras equatoriais são impróprias á civilização.** Os fatos e as conquistas da técnica provam o contrário e mostram, com o nosso próprio exemplo, como é possível, às margens do grande rio, implantar uma civilização única e peculiar, rica de elementos vitais e apta a crescer e prosperar.

Apenas — é necessário dizê-lo corajosamente — tudo quanto se tem feito — seja agricultura ou indústria extrativa — constitue realização empírica e precisa transformar-se em exploração racional. O que a Natureza oferece é uma dádiva magnífica a exigir o trato e o cultivo da mão do homem. **Da colonização esparsa, ao sabor de interesses eventuais, consumidora de energias com escasso aproveitamento, devemos passar a concentração e fixação do potencial humano.** A coragem empreendedora e a resistência do homem brasileiro já se revelaram, admiravelmente, nas “entradas e bandeiras do ouro negro e da castanha”, que consumiram tantas vidas preciosas. Com elementos de tamanha valia, não mais perdidos na floresta, mas concentrados e metodicamente localizados, será possível, por certo, retomar a cruzada desbravadora e vencer, pouco a pouco, o grande inimigo do progresso amazonense, que é o espaço imenso e despovoado.

E tempo de cuidarmos, com sentido permanente, do povoamento amazônico. Nos aspectos atuais o seu quadro ainda é o da dispersão. O nordestino, com o seu instinto de pioneiro, embrenhou-se pela floresta, abrindo trilhas de penetração e talhando a seringueira silvestre para deslocar-se logo, segundo as exigências da própria atividade nômade. E ao seu lado, em contacto apenas superficial com êsse gênero de vida, permaneceram os naturais à margem dos rios, com a sua atividade limitada à caça, à pesca e á lavoura de vasante para consumo doméstico. **Já não podem constituir êsses homens de resistência indobrável e de serena coragem, como nos tempos heróicos da nossa integração territorial, sob o comando de Plácido de Castro e a proteção diplomática de Rio Branco,** os elementos capitais do progresso da terra, numa hora em que o esforço humano, para ser socialmente útil, precisa concentrar-se técnica e disciplinadamente. O nomadismo do seringueiro e a instabilidade econômica dos povoadores ribeirinhos devem dar lugar a núcleos de cultura agrária, onde o colono

nacional, recebendo gratuitamente a terra desbravada, saneada e loteada, se fixe e estabeleça a família com saúde e conforto.

O empolgante movimento de reconstrução nacional consubstanciado no advento do regime de 10 de novembro não podia esquecer-vos, porque sois a terra do futuro, o vale da promessa na vida do Brasil de amanhã. O vosso ingresso definitivo no corpo econômico da Nação, como fator de prosperidade e de energia criadora, vai ser feito sem demora.

Vim para ver e observar, de perto, as condições de realização do plano de reerguimento da Amazônia. Todo o Brasil tem os olhos voltados para o Norte, com o desejo patriótico de auxiliar o surto do seu desenvolvimento. E não somente os brasileiros; também estrangeiros, técnicos e homens de negócio, virão colaborar nessa obra, aplicando-lhe a sua experiência e os seus capitais, com o objetivo de aumentar o comércio e as indústrias e não, como acontecia antes, visando formar latifúndios e absorver a posse da terra, que legitimamente pertence ao caboclo brasileiro.

O vosso governo, tendo á frente o interventor Alvaro Maia, homem de lúcida inteligência e devotado amor á terra natal, há de aproveitar a oportunidade para reerguer o Estado e preparar os alicerces da sua prosperidade.

O período conturbado que o mundo atravessa exige de todos os brasileiros grandes sacrifícios. Sei que estais prontos a concorrer com o vosso quinhão de esforço, com a vossa admirável audácia de desbravadores, para a obra de reconstrução iniciada. Não vos faltará o apóio do Governo Central para qualquer empreendimento que beneficie a coletividade.

Nada nos deterá nesta arrancada que é, no século vinte, a mais alta tarefa do homem civilizado: — conquistar e dominar os vales das grandes torrentes equatoriais, transformando a sua força cega e a sua fertilidade extraordinária em energia disciplinada. O Amazonas, sob o impulso fecundo da nossa vontade e do nosso trabalho, deixará de ser, afinal, um simples capítulo da história da terra e, equiparado aos outros grandes rios, tornar-se-á um capítulo da história da civilização.

As águas do Amazonas são continentais. Antes de chegarem ao oceano, arrastam no seu leito, degelos dos Andes, águas quentes da planície central e correntes encachoeiradas das serranias do Norte. E', portanto, um rio tipicamente americano, pela extensão da sua bacia hidrográfica e pela origem das suas nascentes e caudatários, provindos de várias nações vizinhas. E, assim, obedecendo ao seu próprio signo de confraternização, aqui poderemos reunir essas nações irmãs para deliberar e assentar as bases de um convênio em que se ajustem os interesses comuns e se mostre, mais uma vez, como dignificante exemplo, o espírito de solidariedade que preside ás relações dos povos

americanos, sempre prontos à cooperação e ao entendimento pacífico.

Senhores:

O acolhimento afetuoso que tenho encontrado entre vós não só me toca o coração, porque já vos sabia leais e hospitaleiros, como fortalece, ainda mais, o meu sentimento de brasilidade.

Passou a época em que substituíamos pelo fácil deslumbramento, repleto de imagens ricas e metáforas preciosas, o estudo objetivo da realidade. Ao homem moderno, está interdita a contemplação, o esforço sem finalidade. E a nós, povo jovem, impõe-se a enorme responsabilidade de civilizar e povoar milhões de quilômetros quadrados. Aqui, na extremidade setentrional do território pátrio, sentindo essa riqueza potencial imensa, que atrai cobiças e desperta apetites de absorção, cresce a impressão dessa responsabilidade a que não é possível fugir nem iludir.

Sois brasileiros e aos brasileiros cumpre ter consciência dos seus deveres nesta hora que vai definir os nossos destinos de Nação. E, por isso, concitovos a ter fé e a

trabalhar confiantes e resolutos nelo engrandecimento da Pátria. (Vargas, 1940, grifos nosso)

Em *Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta: Getúlio Vargas e a revista “Cultura Política” redescobrem a Amazônia (1940-1941)*, Rômulo de Andrade analisou o pensamento social sobre a Amazônia durante o Estado Novo, com foco no projeto governamental *Marcha para o Oeste* e *Discurso do Rio Amazonas*. No estudo foram apontadas as continuidades e descontinuidades na proposta de integração e de uma “redescoberta” da região.

Após o golpe do Estado Novo, em novembro de 1937, a Amazônia ganhou relevância para o governo Vargas, principalmente a partir da “Marcha para o Oeste” (1938), programa de governo que buscava a integração econômica nacional a partir da colonização de regiões consideradas longínquas ou desabitadas. (Andrade, 2010, p. 458-459).

O autor destaca que a Amazônia foi utilizada como um discurso ideológico, garantindo novas visibilidades a região, no sentido de “construção” em um espaço considerado “desabitado” ou pouco habitado, conforme ressaltamos nos estudos lançados pela *Revista Cultura e Política*. O pronunciamento de Vargas pondera os projetos já realizados na Amazônia, mas, sob um tom de esperança e sentimentalismo, ele reforça a potencialidade da região, que atua entre os jogos símbolos já existentes. Naquele período, a Amazônia passa a integrar uma narrativa de credibilidade e esperança.

A partir do pronunciamento de Vargas, é possível a identificação dos elementos que integraram um conjunto de categorias para se pensar a região. Essas categorias constituíram uma das questões elementares, já que enveredando por esses conjuntos de regras que autorizaram os escritos sobre a região, mobilizavam-se o imaginário, articulações políticas e econômicas, até alcançar a legitimação das ações que consolidaram a hegemonia de uma Amazônia representada pelo viés da “reconstrução do Brasil” durante o Estado Novo.

Em relação à difusão dessas empreitadas do governo de Vargas, destacava-se nos periódicos do país que a região passava por um “surto” de desenvolvimento esperado como consequência de um plano de reerguimento da Amazônia. Para tal empreitada referia-se ao aumento do comércio e indústria em substituição à formação de latifúndios que criaram grandes propriedades de terra pertencentes a poucos grupos. Utilizando os termos “redenção e “surto” de desenvolvimento, os jornais evidenciam, em 1943, que o Norte é a região mais visibilizada

pelo país naquele contexto, relacionado com o discurso proferido pelo Presidente Getúlio Vargas em outubro de 1940, quando afirmou, em Manaus, que a Amazônia seria reerguida.

Entre essas narrativas jornalísticas, o clima caluniado que perpassou a literatura amazônica é apontado como um impedimento para que a região alcançasse os fluxos migratórios necessários à almejada ocupação de suas terras “despovoadas”. Ao destacar as dimensões discursivas do determinismo geográfico que prevaleceu secularmente sob a Amazônia, Getúlio Vargas afirma que “vulgarizou-se a noção, hoje desautorizada, de que as terras equatoriais são impróprias à civilização” (p. 06). Como contraponto à essa ideia das condições inapropriadas para a vivência na Amazônia, o presidente afirma que essa desautorização veio por meio da técnica, ou seja, através da ciência, os mecanismos científicos produziram novas perspectivas para o almejado “desenvolvimento” da região.

Por meio dessas intercepções, atenta-se ao que Foucault (2018), em *Microfísica do Poder* propõe acerca da produção da História, pela necessidade de buscar, nas entrelinhas, os meios que garantiram a sua inteligibilidade diante das tensões e estratégias que permitiram possibilidades de interpretações a partir dos sentidos imbricados. Nessa imersão, ao identificar as representações e discursos da Amazônia, em um determinado período, é possível entrever os eixos estruturantes para a concepção de Amazônia durante os anos de 1940.

Em articulação à dimensão da linguagem, Foucault em *As Palavras e as coisas* (2007) concebe uma reflexão sobre a relação do homem e a suas manifestações codificadas, através da experiência, com o mundo e o lugar que habita. Quais os artifícios garantem nossa comunicação e as significações que constituímos às coisas? É diante essa prática que o autor instaura uma abertura para uma descontinuação da transparência imposta entre as palavras e as coisas, retirando sua neutralidade, na proporção que demonstra como a linguagem é resultante de um fenômeno do âmbito cultural a partir do século XVII.

A Amazônia, enquanto um termo designado pelas navegações, colonizações e projetos integracionistas, carrega historicidades que se associam à estrutura discursiva que permitiu sua existência e condição de autenticidade. Ao reportar às primeiras navegações que adentraram à região que hoje se concebe como Amazônia, quais os artifícios foram utilizados como parâmetros para a elaboração das narrativas? Esses questionamentos podem ser refletidos a partir da análise do *Discurso Rio Amazonas*, que se reporta às concepções do período do “descobrimento” da Amazônia, ao mesmo tempo que recorre ao saber científico para propor

novas categorias, sem desvincular dos eixos discursivos que compreendem a região como um vazio demográfico.

3.4 A Amazônia e a Era Vargas: a exploração econômica como retórica nacionalista

Em 1943, na edição de 677 do jornal *O Acre*, as páginas dos jornais expõem que a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (SPVA), instalada em Belém e criada através do decreto de 4 de dezembro de 1942, estava subordinada à Comissão de Controle dos Acordos de Whashington⁶⁰. A ela cabia a responsabilidade pelo abastecimento de gêneros alimentícios do Vale Amazônico. Na ocasião, a SPVA recebeu uma comunicação telegráfica do governador do Acre afirmando que a criação da SPVA expõe o “espírito de patriotismo” e de relevância para a vida na Amazônia.

Encerrada em junho de 1947, o prazo dos acordos de Whashington plano de produção foi destacado junto à preocupação de como ficaria a economia da Amazônia após a finalização do contrato que comprometia a venda da borracha para os Estados Unidos:

O prazo dos acordos de Whashington, torna-se urgente a necessidade de se fixar normas e estabelecer um plano nacional, com o fim de manter a economia da região amazônica e incentivar a produção da borracha, de modo a atender às reais necessidades do parque manufatureiro de artefatos do país” (Jornal *A Vanguarda*, 1946, s/p).

Neste contexto dos anos 1940, a presença dos Estados Unidos na Amazônia brasileira é apresentada como uma ação positiva, sob a perspectiva de uma “colaboração irrestrita entre os governos brasileiro e norte-americano, cujo papel proeminente na defesa das Américas a coloca à altura dos ideais patrióticos que as Nações Unidas procuram...” (Jornal *O Acre*, 1943). Essa narrativa integra a notícia da instalação da Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico, acompanhada da argumentação de que a garantia de gêneros alimentos tendem a garantir um melhor aproveitamento das energias da população local, viabilizando o engrandecimento da Pátria.

Durante a possibilidade de arrendamento do atual território do Acre, pertencente à Bolívia, por parte da empresa norte-americana, as narrativas ecoavam em torno de um “medo”

⁶⁰ O Acordo contou com uma comissão para o controle. Indica-se o Decreto-Lei Nº 4.523, de 25 de julho de 1942. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4523-25-julho-1942-414589-publicacaooriginal-1-pe.html>

da presença dos “Yankes”, interpretada como um entreguismo e uma possível “invasão” da Amazônia brasileira. No entanto, na década de 1940, a presença dos Estados Unidos é inserida como benéfica para um contexto de suprimento das necessidades básicas de alimentos e outros produtos que são apontados elementares para alcançar às demandas de produção da borracha.

A *Rubber Reserve Company* é ⁶¹um exemplo de acordo firmado entre uma empresa americana e o governo brasileiro, com a pretensão de “intensificar” a colheita da borracha no Vale Amazônico. Diante o plano do presidente Getúlio Vargas, o discurso de colonização da Amazônia por meio da exploração dos próprios brasileiros se expande para diferentes estratégias, que incluem parcerias dos Estados Unidos na América. Essa aliança era defendida como benéfica à soberania brasileira, sem que tal ação representasse uma intromissão estrangeira sob as terras do Brasil.

A Rubber Development Corporation facilitou à Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico e aos seringalistas e seringueiros a possibilidade de deter e armazenar grandes quantidades de produtos alimentícios de alta qualidade, que são localizados nos pontos mais adequados, de maneira a serem conhecidos, por preços fixos e sem interesse de lucro, aos que esteja direta ou indiretamente ligados à Campanha da Borracha” (Jornal *O Acre*, 1943).

Os “soldados da democracia”, assim eram denominados o “propósito” dos seringueiros pela companhia norte-americana que atuava na Amazônia brasileira, em parceria com o Serviço de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA), e a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA). A borracha produzida até o ano de 1946, e que puder ser cedida, seria adquirida pela Rubber Development Corporation através do Banco de crédito da borracha, e em seguida, exportada para os Estados Unidos.

Imagem 5 – Ponte de embarque no acampamento da S.A.V.A

⁶¹ A matéria de 1943, edição 678, destaca o acordo com a empresa norte americana a partir da matéria intitulada como *A colheita da borracha no Vale Amazônico – firmado o acordo entre a Coordenação e a Rubber Reserve Company*. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764752&Pesq=%22Amazonia%22&pagfis=1941>.



Fonte: Jornal *O Acre* (1943)⁶²

Nessa perspectiva dos projetos econômicos para a região, o Jornal *O Acre* notícia que aconteceu em Natal, no dia 04 de fevereiro de 1943, a Conferência dos Presidentes, entre Roosevelt e Getúlio Vargas, visando subsidiar materiais e transportes aéreos e fluviais para o Brasil. Além desses subsídios, por outro lado, destacou-se a referência a um acordo de paz para que a Costa da África não represente uma “ameaça” ao Brasil (O Acre, 1943, edição 680, p. 01). Outra matéria intitulada *Impositivo da Hora*, assinada por Luis Claudio de Castro e Costa, expressa que esse acordo entre ambos países visa o “aproveitamento dos nossos arsenais de riquezas inesgotáveis” (Jornal *O Acre*, 1943).

A partir desse acordo os jornais passaram a noticiar que a presença da Companhia Reserve Company buscava a atender a Coordenação da Mobilização Econômica, um plano que se coordenava pelo plano de “colonização” do Vale Amazônico. Para o cumprimento dessa

⁶² A fotografia faz parte de uma matéria de jornal. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764752&Pesq=%22Amazonia%22&pagfis=2252>

ação foram instalados postos de assistências para que subsidiassem as orientações referente ao Serviço Sanitário.

O decreto-lei nº 5.403, de 13 de Abril de 1943, que aprovou o acordo firmado entre a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA) e a Rubber Development Corporation, visava garantir o suprimento de gêneros básicos, através de estabelecimentos destinados à compra desses materiais, seguindo uma política de preço que não poderá exceder o limite máximo alcançado no mês de março de 1942, quando o preço da borracha se estabilizou. Contudo, o valor final para cada localizada dependeria dos impostos locais e demais despesas computadas para a logística desses produtos.

Entre esses produtos listados como parte dos gêneros básicos para a subsistência dos trabalhadores da borracha, incluíam-se itens para o auxílio do trabalho, assim como alimentos que já faziam parte da alimentação das populações locais, como a farinha de mandioca e peixes. Na listagem apresentada pelo jornal, entre os produtos alimentícios destacam-se toucinho, peixes salgados ou secos, Pirarucu e farinha de mandioca. Desse modo, até os alimentos oriundos de das plantas e dos animais típicos da região amazônica eram comercializados através de uma companhia estadunidense.

Enquanto a primeira etapa expressiva de produção da borracha, entre os anos de 1880 a 1910, articulou um sistema de produção marcado pelo endividamento e pela dependência da mão de obra da borracha, em todas as instâncias, seja em relação à moradia ou à alimentação, nos anos 1940 houve uma mudança nessa estrutura. Esse segundo “boom” de exploração do látex propagandeava com mais intensidade à necessidade da mão de obra, pelo viés da guerra, convocando aqueles interessados em atuar como “salvadores da pátria”, expressão utilizada em várias narrativas dos jornais pesquisados.

O comunicado do Departamento da Produção, intitulado “O abastecimento” ressaltava uma mensagem aos seringueiros e seringalistas da região: “[...] há muito a pedir e a sugerir na luta pelo abastecimento em que nos encontramos. Seringueiros e Seringalistas não devem pensar apenas em borracha. Convençam-se que precisam produzir gêneros alimentícios se não quiserem sofrer restrições. (Jornal *O Acre*, 1943, p. 03)

Além das ações externas, diversos órgãos integravam ao movimento para o trabalho para com a borracha na Amazônia. Entre eles, destacavam-se a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico o Ministério do Trabalho e a da Comissão de Controle e o Serviço de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia, todos com o objetivo de criar

os mecanismos necessários para a sustentação da mão de obra da Borracha amazônica brasileira.

Nessa conjuntura, o Acre ganha destaque como um território importante para alcançar o “equilíbrio econômico da região”, ou seja, uma área de importância econômica para o Norte do país, além de reforçar a supremacia da Pátria brasileira. Na página dedicada à *seção agrícola* (O Acre, 1943, n. 681), o Banco do Brasil divulgou a venda de terras, constituídas em seringais, em diferentes estados da Amazônia, especificamente, no Amazonas, Pará e Acre. Destaca-se a argumentação de que essas posses territoriais seriam negociadas à potenciais compradores brasileiros natos em prol do “reerguimento da Amazônia, dentro da atual orientação traçada pelo governo federal” (O Acre, 1943, n. 681).

Dos três estados, a maior quantidade de seringais se concentrava no Acre, de maneira que a divulgação no jornal dessas terras “à venda” no Território do Acre ocupou a maior parte da matéria, totalizando dezesseis seringais que aparecem propagados na região acreana. A dimensão dessas terras se dava através da localização dos rios e dos limites com outros seringais concebidos pelos seus nomes e seus respectivos proprietários, citados nominalmente. Na proposta de “reerguimento” da Amazônia, essas terras concebidas como propriedades de seringais, eram descritas como vantajosas pela quantidade de seringueiras nativas e pelas estradas de seringueiras abertas e cultivadas.

Alinhado às diretrizes do Estado Novo, o governo do território do Acre, imbuído de garantir as diretrizes governamentais da época, instituiu um decreto, datado de 11 de maio de 1943, para a orientação “cívica da mocidade acreana”. Destaca-se o motivo da orientação da educação física pela localização geográfica do Acre, por ser uma região entre fronteiras com outros países, o que poderia propiciar um ambiente propício para a “desnacionalização” da juventude que residisse nessas regiões fronteiriças.

Além das mobilizações em proveito da borracha, o governo territorial dos anos 1940 incentivava a pecuária e a lavoura, através da cessão de lote de terras garantidos pelo Departamento da Produção do Acre. Nessas perspectivas para a Amazônia, destaca-se a expressão utilizada para o Acre nesse contexto: “Coluna mestra do edifício econômico do Brasil”. (O Acre, 1943).

Em 30 de Maio de 1943, o Jornal *O Acre* publicou uma conclamação para o mês da borracha, com o título “Borracha e mais borracha” (n. 696) ⁶³expressando o tom de guerra ao apresentar a borracha brasileira como a arma brasileira para “vencer” os conflitos. O tom heroico do discurso, exaltando a nacionalidade e a bravura erguidos sob a liderança de Getúlio Vargas, convoca os trabalhadores para exaurirem seus esforços para servir à “grande guerra” através da mão de obra.

Durante a conferência de governadores da Amazônia, realizada no ano de 1943, na cidade de Belém, o governador interventor do território do Acre, Silvestre Coelho, governador do Acre pronuncia:

Em 1941, a produção da borracha foi de 5.500 toneladas. Espera-se mais de 8.000 em 1943 e 12.000 em 1944, caso não faltem os indispensáveis fatores da produção, que são o número cada vez maior de imigrantes, mas sem famílias, pois, as mulheres e filhos aumentam o número de bocas sem um proporcional aumento da produção. E’, como que uma batalha para onde vão somente homens. Precisariamos de mais 6.000 homens, no mínimo, e 15.000, no máximo, para atingir a 20.000 toneladas de borracha. Homens de preferência vindos das zonas rurais do Nordeste, pois esses adaptam-se melhor ao trabalho. Os elementos citadinos não se adaptam à vida dos seringais. (Jornal *O Acre*, 1943, s/p).

No estudo *Conferência da Amazônia para a “Batalha da borracha”: negociação da tragédia* (2005), Dulce Portilho Maciel teve como foco o evento conhecido como *Conferência da Amazônia* que reuniu os interventores federais do Acre, Amazonas e Pará, além de agentes que estavam à frente do projeto político governamental para fomentar a produção da borracha na Amazônia. Uma das pautas principais consistia na mobilização de mão de obra para o trabalho, que já se articulava por intermédio dos programas, como, por exemplo, o Serviço de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia – SEMTA.

A campanha destinava-se principalmente a nordestinos pobres, flagelados pela seca que, na época, assolava a região. O governo abriu postos de alistamento em diversas localidades, entre os quais, o mais importante foi o de Fortaleza. Em todas regiões brasileiras, entretanto, a campanha revestia-se da força simbólica e coercitiva que a circunstância da guerra possibilitava. O artista suíço Pierre Chabloz foi contratado para produzir material de propaganda, constituído de cartazes que representavam cenas imaginárias, dotadas de elevado poder de sedução: por exemplo, um deles retratava o caminho que levava do Nordeste, seco e amarelo, ao paraíso verde e úmido da Amazônia. (Maciel, 2005, p. 2-3).

⁶³ Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764752&Pesq=%22Amazonia%22&pagfis=2030>

Uma entrevista⁶⁴ realizada pelo jornal *O Globo* com o interventor do território do Acre, foi transcrita e publicada pelo jornal *O Acre*, retratando os números alcançados com a produção da borracha. Segundo os dados apresentados pelo interventor, em 1941 a produção alcançou 5.500 toneladas; no ano seguinte 6.300, com expectativas de alcançar mais de 8.000 mil toneladas em 1943 e 12.000 em 1944, desde que houvesse mão de obra e os suprimentos necessários para subsidiar os trabalhos nos seringais. (Jornal *O Acre*, 1943).

Nessa mesma matéria, o agente público afirma que está criando uma grande colônia agrícola ao redor da cidade de Rio Branco, com a intenção de criar estradas em meio à floresta para articular lotes de terras tanto para o plantio quanto para a moradia de colonos. Entre o plantio de grãos e demais cereais para garantir a alimentação dos trabalhadores, era obrigatório o plantio de seringueiras, contando com o fornecimento de mudas, máquinas e o auxílio técnico do governo.

Devemos aproveitar a oportunidade para passar do regime florestal, que é precário: o regime agrícola preconizado pelo presidente Getúlio Vargas, no memorável “Discurso do Rio Amazonas, cujas promessas vão sendo cumpridas fielmente. Essas colônias são o primeiro núcleo de civilização na grande região, pois permitem a abertura de estradas de rodagem, a assistência social médica às populações, concentrando-as, o que é impossível atualmente, dada a dispersão demográfica. O governo possui dois encargos: uma para a produção da borracha e outro para criar a Amazônia futura. (Jornal *O Acre*, 1943).

Nessa mesma entrevista, o interventor afirma que a prosperidade para a Amazônia ganhava mais notoriedade no Acre, de forma a reascender no Acre, como em toda a Amazônia, nota-se que a confiança renasce em todos os homens. “Confiança na obra monumental da ressurreição da Amazônia, que o Presidente Vargas, a encarnar com o Estado Novo a alma nacional, vem erguendo no Extremo Norte. (Jornal *O Acre*, 1943).

Na contramão do lema “Borracha pela vitória do Brasil, deve ser o lema de todos os homens da Amazônia” (Jornal *O Acre*, 1943), e diante a narrativa de parcimônia e dos esforços coletivos pela produção em larga escala da borracha, destaca-se a figura do *regatão*,⁶⁵ enquanto um sujeito que age em oposição às diretrizes governamentais, seja da governança de Getúlio Vargas quanto para o alinhamento local de produção. “Enquanto o governo em cooperação com a operosa classe seringalista empreende a gigantesca batalha que se trava na Amazônia, para

⁶⁴ A Capa da edição do jornal se destina a tratar da Conferência de governadores da Amazônia a partir da participação do interventor Silvestre Coelho. A página na íntegra se encontra disponível através do link: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764752&Pesq=%22Amazonia%22&pagfis=2004>

⁶⁵ É conhecido como o comerciante que chega às diferentes regiões através de barcos carregados com mercadorias. Assim, estabelece a comercialização desses produtos utilizando a borracha como moeda de troca.

que seus seringais produzam mais borracha pela vitória da liberdade e da justiça”. (Jornal *O Acre*, 1943).

Esses sujeitos são acusados de cometer um crime contra a “ordem”, pois seus interesses atravessam os desígnios do Estado brasileiro, ao considerar a comercialização de bebidas alcóolicas e objetos, denominados, “quinquilharias” prejudiciais à organização social. Na matéria de jornal de 1943, a redação os intitula como “elementos nocivos”, devido à venda autorizada, que desarticula o comércio da borracha diretamente com os seringalistas, ao considerar que o valor da “aguardente” custaria uma quantia elevada de borracha, maior do que o valor de mercado dos seringalistas. (Jornal *O Acre*, 1943).

Entre os novos rearranjos para manter o sistema extrativista nesse período, destacam-se algumas proibições e outros incentivos que, em condições anteriores, como na primeira etapa de produção da borracha, eram desconsiderados como “necessários”. Um desses elementos de incentivo é a atenção dada à agricultura, antes “desprezada pelos seringalistas” (*O Acre*, 1943). e condenada como um entrave à produção da borracha. Nota-se a atuação de órgãos visando a aplicação de estratégias, como, por exemplo, um plano, elaborado pelo Ministério da Agricultura e entregue à Comissão Brasileira Americana de Gêneros alimentícios, com a finalidade de ser um programa de alimentação da região.

Entre os atos do governo federal, destaca-se o decreto-lei nº 5.686, de 21 de julho de 1943, que estabeleceu a proibição para qualquer remanejamento de mudas e sementes de *Hévea* para qualquer parte da Amazônia, sem prévia autorização do Ministério da Cultura. Desse modo, é possível identificar que os incentivos e proibições mudaram mediante os novos arranjos políticos, que também se diferenciam entre os dois principais períodos de produção da borracha. Ainda que o lucro e as vantagens econômicas prevaleçam como ideais do esperado “desenvolvimento da Amazônia”, as estratégias políticas e governamentais ecoam demonstrando novas articulações para o cenário amazônico dos anos de 1940.

Ao longo da pesquisa, foram encontradas diversas edições de matérias que evidenciam a condição do seringalista na Amazônia, através de suas propriedades e da produção de seus seringais para as metas estipuladas pelo governo federal:

Acreano de coração, pois desde os três anos de idade vive no Acre e para o Acre...” Zé tem sido incansável no trabalho e um sempre devotado batalhador pelo alevantamento da região. A estrada Rio Branco-Abunã é um desses empreendimentos que empolga o nosso entrevistado de hoje, recebendo de sua parte uma ajuda de grande valia. Mais de

uma dezena de homens trabalham a sua custa na abertura da estrada, em uma colaboração incisiva às iniciativas governamentais” (Jornal *O Acre*, 1943).

Ao longo de várias edições, a perspectiva da identidade acreana é aludida por meio de entrevistas e pronunciamentos de uma elite local. A exemplo disso, evidencia-se as matérias publicadas pelo jornal acreano que retratam a vivência de sujeitos no território do Acre. Uma das matérias destacadas tratou de apresentar o Comandante Francisco Olímpio de Queiroz, com ênfase ao período que chegou no Acre, em 1906, tendo antes exercido as funções de promotor público no Purus. “E desde essa época me dediquei à produção do látex” (Jornal *O Acre*, 1943).

Os comandantes da batalha da borracha em revista

Nestas colunas, procuramos incentivar à geração dos tempos atuais com exemplos de tenacidade e verdadeiro heroísmo, temos apontado alguns desses bravos brasileiros que se aventuraram na Amazônia, lutaram pela sua conquista e no momento, coesos e solidários com os demais Estados da União lutam pela vitória do Brasil. (Jornal *O Acre*, 1943).

Outra matéria destaca a percepção dos “comandantes da batalha da borracha” através de suas falas: “Em meu seringal lutamos pela derrota de Hitler – fala ao Acre, o Cel. Alexandre Lopes – Gerente do Seringal do Cel. Plácido de Castro. (Jornal *O Acre*, 1943). Na mesma matéria, sobre o quantitativo de pessoas trabalhando em seu seringal: [...] Perguntado sobre quantas pessoas havia na frente da batalha, que obedecem às suas ordens, nos informou o respeitável pioneiro acreano: No último recenseamento apuramos mais de 800 almas, entretanto, presentemente calculo em pouco menos de mil. (Jornal *O Acre*, 1943).

De acordo com Pinheiro em A obra *Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas (1880 – 1920)* (2015), as publicações durante as etapas de exploração da borracha exprimem os interesses oligárquicos dos grupos que dominavam as atividades voltadas à extração, a produção e a venda do látex). O que significa que as produções jornalísticas ecoam as forças dominantes da atividade econômica, de modo que é possível entrever as manifestações políticas e econômicas, entre o regional e o nacional, incluindo os conflitos entre essas forças locais, entre as projeções da região em um panorama internacional enquanto potência de produção.

Entre a grande centralidade da Grande Guerra para a importância da Amazônia na produção da borracha, o jornal *O Acre* publicou um texto de autoria da Agência Nacional, datado de outubro de 1943, sob o título *anunciou e realizou*. Essa produção textual foi iniciada com a afirmava de que todos os “olhos” estavam voltados para o Norte, diante da perspectiva

de alavancar o “desenvolvimento da região”. Todavia, evidencia-se que a Segunda Guerra Mundial não foi o motivo central da projeção da Amazônia, mas apenas facilitou um interesse internacional que tornou suscetível a potencialidade produtiva dos recursos natural da região.

A narrativa esclarece que quando os Estados Unidos buscaram aliança comercial com o Brasil, o denominado “projeto da Amazônia” já estava anunciado. A exemplo disso, retoma-se a retórica discursiva de Getúlio Vargas, durante o seu discurso que ficou conhecido como *Rio Amazonas*, na cidade de Manaus, em 10 de outubro de 1940, para defender que a Amazônia não entrou em cena para atender às demandas internacional do mercado, considerado que ela já fazia parte do plano político do presidente.

A matéria publicada pelo jornal *O Acre* intitulada *Um governo de ação*, assinado por L.C. Castro e Costa, publicada em 13 de fevereiro de 1944, Nº 733, expressou a seguinte mensagem:

O Acre, que há algum tempo era o espantalho erguido ante os olhos amedrontados dos brasileiros dos diversos recantos do país, transforma-se de maneira convincente, em face da situação atual, graças à ação construtiva de um governo honesto, cuja preocupação máxima é a de incrementar as energias outrora inativas, para o alevantamento econômico de toda a fertilíssima região. O momento é decisivo para a vida do lendário território, cujo passado é uma epopeia que enaltece a fibra valorosa do novo bandeirante do século XX, o sertanejo nordestino que deu ao Brasil uma terra cultivada pelo sacrifício. Enfim os dramas surdos desenrolados no termo misterioso da mata selvagem, empanando o verdadeiro panorama da terra prodiga, são substituídos pela marcha formidável de legiões de pioneiros, que chegaram à vitória conseguindo implantar em plano coração da selva, o estandarte alviçareiro da civilização. O momento é decisivo, porque o Acre está mobilizado para a defesa dessas tradições honrosas da pátria. É decisivo, porque nesta guerra contra a tirania nazista, êle dá a sua contribuição valiosa à vitória das nossas armas, jamais maculadas pela derrota. O país olha com especial atenção a Amazônia, a que pertence o Acre, com a melhor borracha do mundo e as maiores possibilidades econômicas. E o Acre responde ao apelo da Pátria, produzindo mais borracha, para a conquista da liberdade e para que a nossa participação nos compromissos do após-guerra, marcada com traços indelévels, seja proporcional à nossa contribuição atual. Nota-se, neste território, um ritmo de trabalho que se avoluma, em crescendo notável, despertando nos mais longínquos recantos das florestas opulentas a sede incontida da produção e dos esforços sobrehumanos em prol da objetivação dos anseios da pátria. E orientador desta mareba para o longínquo oeste onde está encravado o Acre glorioso, esta joia emgestada na constelação da Pátria com a solda inquebrantável do heroísmo brasileiro, é o Presidente Vargas, que já pode ver, nesta terra, os resultados do seu apelo de condutor visionário, lançado a todos os quadrantes da Nação. (Jornal *O Acre*, 1943).

A narrativa apresenta uma perspectiva que distingue o Acre dos demais territórios da Amazônia brasileira, ao traçar uma perspectiva histórica de sacrifício e “luta” para ser brasileiro. Contudo, destaca-se que a sustentação da narrativa não se dá apenas por meio do ufanismo. Evidencia-se que, inicialmente, a região é retratada como um “espantalho” perante o Brasil, mas essa construção simbólica estava em uma constante modificação graças ao “olhar” diferenciado que Getúlio Vargas garantia, por meio das políticas do seu governo para a Amazônia. A expressão “o momento é decisivo” demonstra como a narrativa do governo

getulista expressava manifestações nacionais nesse território, numa perspectiva de alinhamento do território às políticas estatais.

Arigó

Com o repovoamento da Amazônia surgiu outra denominação para os que pela primeira vez vêm a esta região. Antigamente esses bravos homens que enfrentavam o desconhecido selvagem, fugindo do flagelo da seca, e lançavam-se nos altos rios em busca do “ouro negro”, eram chamados pela pilhérica e significativa alcunha de *Brabo*.

Mas como tudo transforma-se e nada na terra se perpetua, essa tradicional denominação também sofreu metamorfose do tempo. Arigó é hoje o termo que substitue, aliás, sem vantagem, precisamos confessar, a pilhérica e significativa alcunha de bravo, repetimos, com que os velhos seringueiros costumavam designar os seus novos companheiros de trabalho. (O Acre, 1944, p.01)

Nesses textos jornalísticos do Acre que tematizaram a Amazônia entre os anos 40 a 60, há uma historicidade que funda e organiza uma conexão lógica entre o que se apresenta como necessidade para a região naquele período, os desdobramentos dessas ações no território e o que era necessário para garantir a sua inteligibilidade em relação ao que foi instituído para a sua existência. As terminologias, “brabo”, “arigó” e “caboclo” são categorias atribuídas aos sujeitos que integraram esses empreendimentos à Amazônia, mas mediante um conjunto de regras, proibições e autorizações que asseguram a sua inteligibilidade. Assim, esses processos identitários são rebuscados para entrever uma perspectiva de mudança, ainda que prevaleça certos determinismos que se camuflam sob as novas “identidades”, como a figura do arigó no contexto do “repovoamento da Amazônia”.

Essa historicidade, para Foucault (1999), alcança o eixo das coisas, o cerne é alcançado porque fabrica um isolamento entre o caminho para a interpretação e o seu interior, permitindo que ele seja compreendido por uma via que demarca um sentido. Esse sentido está justaposto no discurso, à relação que estabelece com aquilo que o define. Essa identificação também se realiza pelo que está fora dele, ou seja, os sentidos estão garantidos por uma ordem que define o âmago daquilo que se fixa como legítimo, enquanto também cria o lugar daquilo que não é, através do dualismo entre uma afirmação e a negação.

É através da escrita que se subscreve um poder/saber que se estende aos sujeitos, aos seus corpos, aos seus modos de se organizarem no lugar que vivem, é importante destacar que a escrita, enquanto prática história, assume a importância de um único sistema de signos autorizado, acima da experiência. (Foucault, 1989) É nessa relação da escrita, refletindo sobre a sua magnitude para traçar a vinculação do sujeito com o lugar, que este estudo articula

problematizações para reportar a Amazônia “desconhecida”, “exótica”, “longínqua”, buscando entender os traços que ainda ecoam sobre a perspectiva da “descoberta” da região referir-se a uma origem que remonta para as ações colonizadoras.

Com o término do Estado Novo, ressalta-se o texto *Amazônia existe...* em que apresenta considerações sobre a existência da Amazônia, enquanto um território integrante do Brasil, após passado fim do período da política de Vargas:

Apesar desse silêncio completo, a Amazônia existe mesmo. Já produziu café. A borracha alimentou o entusiasmo de muitas gerações. E agora, na guerra que findou, foi dessa terra quase desconhecida que saiu o alimento das fábricas dos pneus dos aliados. No entanto, continua cada vez mais pobre essa riquíssima região brasileira. Mas essa fragilidade está no desinteresse geral de quantos governos têm passado por esse país. “O Estado Novo, num discurso do Sr. Getúlio Vargas, prometeu um mundo de coisas à Amazônia. Nada foi feito até hoje. E os Gaiclas, como os amazonenses, continuam cada vez mais pobres. A Amazônia existe, senhores, embora o seu povo esteja pobre... cada vez mais pobre... (O Acre, 1946. p. 05).

A matéria propõe uma reflexão para a Amazônia a partir do imaginário de negação e desconhecimento do território. Mesmo diante das propostas das mudanças políticas, a Amazônia, nesse contexto, é narrada a partir da dicotomia de uma região pobre, mas rica para o país. Entre as propostas de integração e “recolonização” territorial, a narrativa expõe que a Amazônia não vivenciou as ascensões de prosperidade propagadas pelo governo, conforme instrumentalizadas pelo governo de Getúlio Vargas.

Em 1946, como governador do Acre, Guimard dos Santos explana considerações sobre as condições da Amazônia naquele período, através de uma reflexão que revela críticas ao uso da Amazônia como uma argumentação discursiva para reproduzir promessas e narrativas que reverberaram em diferentes contextos.

O drama da Amazônia

Mais de uma vez temos nos referido ao abandono em que se encontra a Amazônia, sempre tão louvada em discursos de propaganda, mas entregue à mais dura das situações, sem recursos próprios para enfrentar os males que a afligem e longe das vistas do Governo Federal, que dela nunca cuidou senão para explorá-la em suas forças nativas. A's palavras com que a retórica oficial da ditadura se cansou de repetir para encanto de ouvintes desprevenidos uma enfiada de promessas líricas corresponde a uma realidade dramática, que é a mesma hoje como foi ontem, sem medidas racionais e humanas que deem a esse opulento trecho do nosso território a importância que lhe cabe na comunhão nacional... Foram fixados no acordo de Washington, os preços da borracha. Isso não nos deu vantagens. Mas em julho vindouro cessa a vigência dessa combinação, de maneira que retomaremos a liberdade de ação nesse assunto. E' o momento de adotar esse resumo mais consentâneo com os nossos altos interesses e de transformar, conforme a idéia, do mandatário amazonense, o problema econômico da Amazônia em questão de caráter nacional, como serviço da União,

assegurado em texto da Magna Carta a ser promulgada. Passou a era dos discursos sem consistência para a dos empreendimentos construtivos. (O Acre, 1946)

Uma produção de Arthur Cézar Ferreira Reis, destinada aos Diários Associados, empreendeu uma análise sob o título *A lição do passado e a realidade Amazônica*. No texto *Amazônia – tema brasileiro* o autor constitui uma compreensão dos problemas que se destacam na região em detrimento da força de trabalho para o sistema de produção da borracha. “Nem a Amazônia recebeu aquele vultoso contingente humano de que nos falam estatísticas oferecidas na argumentação negativa, nem nessa mesma Amazônia se verificam os dramas que estariam constituindo mais um capítulo de sangue na história muito atual da guerra mundial”. (Jornal *O Acre*, 1946). Ferreira Reis propõe uma interpretação para o que se concebe como Amazônia, na tentativa de distinguir as pluralidades, em diferentes países, que integram a Amazônia. Para ele, a Amazônia é floresta e água, a junção desses dois elementos fundamentais definem o “problema amazônico (O Acre, 1946).

4- OS “LUGARES” DO ACRE NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA: DISCURSOS, NARRATIVAS E REPRESENTAÇÕES DA AMAZÔNIA ACREANA (1940 -1960).

Ele considera sua tarefa escovar a história a contrapelo

Walter Benjamin, *Iluminações*.

Investigar as narrativas do Acre entre os anos de 1940 a 1960 possibilita entrever as perspectivas de mudanças empreendidas para a Amazônia, mediante as práticas políticas e econômicas instituídas para a região. Ao investigar a década de 40, foi possível identificar determinadas rupturas na forma de apreender as representações que vigoravam sobre a Amazônia, apropriada por diferentes discursos políticos que a utilizavam como um recurso discursivo diante de contextos de mudanças e ascensões políticas.

As narrativas da Amazônia a partir do Acre expõem a identificação das frestas do discurso sobre a temática da Amazônia, ao considerar que o território acreano esteve categorizado por um conjunto simbólico pertencente ao norte do país. Nessa composição de “sentidos”, o Acre foi constituído por uma construção discursiva que se consolidava pelo campo econômico e político, justificando as diferentes práticas desveladas pela perspectiva da continuidade da modernidade e do processo que se consolidou como civilizatório do Brasil.

O Acre narrado pelos jornais foi inserido nas questões nacionais enquanto uma extensão territorial pertencente ao Brasil, diante a simbolização da “conquista” pela “força” de vontade de ser brasileiro. Além disso, fazia parte de uma narrativa que via o Território Federal como uma questão a ser resolvido pelo governo brasileiro. Entre essa “vontade” e um certo “abandono” em diferentes períodos, as narrativas sobre o Acre ecoaram pelas páginas dos jornais do Rio de Janeiro e de outras regiões do país, permitindo identificar as apropriações feitas desse território em litígio, até que ele alcançasse sua condição de Estado, em 1962, por meio de um decreto federal.

No entanto, após as duas principais fases de exploração da borracha na Amazônia brasileira, e diante de novas proposições econômicas que ultrapassaram os limites do extrativismo, o Acre passou a integrar os discursos políticos, especialmente os governamentais, elemento retórico destinado a legitimar ações que personificavam governos, estratégias e projetos que demonstraram permanência de determinadas estruturas. Tais discursos

contribuíram para novas construções simbólicas da Amazônia, sendo apropriados sob distintas categorias e perspectivas ao longo do tempo.

A partir dessas questões, este capítulo tem como objetivo analisar o Acre como parte das narrativas da Amazônia, identificando-o como uma “camada” da composição discursiva amazônica, que permeia as estruturas que se reverberaram pelo território. O Acre, como um enunciado da Amazônia, integrou um conjunto de representações sobre a região, de modo a exprimir uma ordem social que se manifestava nesse espaço em diferentes linguagens.

4.1 Revérberos de uma Amazônia no Acre: fronteiras simbólicas e políticas

O Acre, como o último território a ser incorporado ao Brasil, fez parte do conjunto de representações que ecoaram as relações de poder historicamente constituídas sobre a Amazônia. A partir das narrativas sobre o Acre, tornou-se possível enveredar pelas particularidades dessa Amazônia que se distingue por suas especificidades socioculturais, mas que, por uma “ordem do discurso”, como expressou Foucault (1996), se expressa como uma parte inteligível ao que se compreende como Amazônia, ou seja, as formações discursivas sobre o Acre operam como enunciados de uma construção maior: a *Amazônia*.

“O trabalho no Acre é muito mais rendoso do que em qualquer outro ponto do país” (*O Acre*, 1943). Matérias como essas evidenciavam o Acre como um núcleo produtivo e assertivo de trabalho, ainda vinculado ao extrativismo naquele período. Em 1943, o mesmo jornal destacou que o estado seria responsável por seis mil toneladas de borracha, equivalentes a 90.000 mil cruzeiros, o que demonstrava que outras atividades comerciais não superavam a expressividade dos quantitativos econômicos da borracha nas terras acreanas.

Para alavancar esse potencial e garantir a ascensão das exportações de modo expressivo para a economia do país, a redação da matéria jornalística salienta que o estado necessita de mão de obra e financiamento para viabilizar os empreendimentos nos seringais. “O Brasil exportaria mais de 85 milhões de cruzeiros, se o esforço humano em todo o seu território fosse tão produtivo quanto no Acre” (*O Acre*, 1943).

Quando se trata de investimentos e produção, os seringalistas são a categoria local determinante, pois detêm das condições materiais para “alavancar” essa produtividade no Acre. Nas matérias dos anos 1940, o Acre aparece propagado como potencialmente vantajoso para a economia do país, de maneira assertiva, principalmente quando se trata de recursos naturais

advindos do extrativismo, que, naquele período, já se estendia para outros produtos, além da borracha.

Entre a proposta de “colonização” da Amazônia pelo Brasil, conforme defendida pelo governo de Getúlio Vargas, que se manteve como característica da política varguista, surgiram fissuras em relação às propostas de “erguimento” e “integracionista”, consideradas incompatíveis com as diretrizes iniciais desse governo para com a região. Uma matéria jornalística destacou um descontentamento político de um parlamentar em relação à política adotada para a Amazônia:

A propósito da escolha do Superintendente do Plano de Valorização da Amazônia, que Getúlio tem retardado dizem uns que por falta de dinheiro, outros, por falta de um bom candidato, conta-se o seguinte: certo parlamentar amazônico, estranhando a demora injustificável, criou ânimo cívico e interpelou Getúlio. Este ouviu-se com atenção e respondeu: “Se os senhores congressistas levaram sete anos para elaborar a lei, o Presidente pode perfeitamente levar um para escolher o Superintendente...” O governo do Acre está vago. Isto quer dizer: multiplicidade de candidatos. Alguém disse que o número exato é de 25 e que a loteria de São João vai decidir. Aos acreanos só resta ficarem rezando para o santo apóstolo sortear um bicho de casa: onça, macaco, jacaré. Pois devem estar fartos de bichos de outras faunas como as águas, os leões, os ursos... E que não sorteie outra vez uma surucucu seja gibóia mansa.... Outra vez ouvi este comentário: “Cada governador arigó é um pesadelo para os deputados acreanos”. “Claro, é mais um candidato à confortável cadeira do Palácio Tiradentes”. (*Jornal do Povo*, 1953).

Ao ser interpelado sobre uma suposta demora na tomada de decisões em um dos órgãos mais importantes para as mudanças e melhorias na região, Getúlio Vargas resguarda suas ações, ou melhor, a morosidade delas, afirmando que o próprio processo político parlamentar é lento. Entre essas demonstrações de críticas entre os agentes políticos, que poderiam acarretar em prejuízos à região, o Acre integra à narrativa de maneira complementar, no que se refere às decisões que devem ser tomadas pelo governo do país.

Após tratar a questão da escolha do dirigente da SPVA, o Acre é introduzido no tema da matéria no que se refere à vaga de governador do estado, destacando que “O governo do Acre está vago”, considerando que o estado vivia sob a administração direta do governo federal. Com a vacância do cargo, questiona-se sobre quem ocupará sucessivamente a posição de governador, cargo indicado diretamente pelo presidente da República. Conforme a matéria, “Alguém disse que o número exato é de 25 e que a loteria de São João vai decidir” (O Jornal, 1953).

Apesar de ser uma prerrogativa do presidente da República, o texto recorre ao uso de uma figura de linguagem para tecer uma crítica com efeito humorístico, ao afirmar que a nomeação para o cargo ocorrerá através de um “sorteio”. Na ausência de estratégias políticas que pudessem constituir um critério para a escolha governamental, pautado em uma liderança coerente com as especificidades do estado, o cargo de governador do Acre viveu, durante um longo período, uma espécie de “dança das cadeiras”, com as nomeações de agentes que vinham “aventurar-se” pelas terras acreanas.

Em *Raízes do autoritarismo no executivo acreanos – 1921/1964*, Francisco Bento da Silva compreende que, de 1937 a 1962, ocorreu no Acre a segunda fase dos governadores nomeados, a partir do cenário político do Estado Novo (1937 a 1945) e da Democracia Populista (1945-1964). No território Federal do Acre, as indicações para governador prevaleceram mesmo com os novos delineamentos políticos, caracterizando os chamados “governos a prestação”. O autor expõe que “neste intervalo de 42 anos passaram pela cadeira do executivo acreano nada menos que 41 governadores, sendo 16 efetivos, 18 substitutos, 05 interventores e 02 provisórios”. (SILVA, 2002, p. 29).

Diante das pesquisas levantadas pelo autor, os veículos de imprensa que não estavam alinhados com a administração territorial, ou seja, que atuavam a serviço do governo, evidenciavam a movimentação de “rodízio” de agentes enviados ao Acre para ocuparem o cargo de governador. De acordo com uma das suas fontes de pesquisa, alguns governadores sequer chegavam a desfazer as malas quando, inesperadamente, eram destituídos ou renunciavam ao cargo no palácio Rio Branco, sede do poder executivo acreano. (Silva, 2002, p.30).

Retomando a notícia do jornal apresentada na página anterior, a redação situa a condição dos acreanos que “só resta ficarem rezando” pela escolha de um novo governador, apontando que os administradores designados eram agentes desconhecidos, sem critérios que permitissem selecionar governantes com perfis adequados às condições locais. Em vista disso, Silva (2002) aponta que:

Nesse processo de continuísmos erráticos e tortuosos, a formação do Acre enquanto unidade federativa e brasileira, dificultou e inibiu uma tradição democrático representativa de linhagem universalista. Sempre predominou a cooptação, a regulação da cidadania em uma cultura política impregnada de procedimentos autoritários, clientelistas e troca de favores como forma de se sobressair de situações adversas ou, para reforçar determinadas práticas. (Silva, 2002, p. 106).

Ainda que apontada na dissertação de mestrado do pesquisador Francisco Bento da Silva (2002), a alternância dos governadores é notória durante o processo de investigação das fontes jornalísticas para a constituição deste estudo, o que gera questionamentos sobre a permanência dos arranjos políticos no país, sobretudo, quanto à forma como o Acre se insere nos limites dessa continuidade de características políticas autoritárias, que reverberam em ações conservadoras, nas quais sobressaem favorecimentos e práticas clientelistas.

Os reflexos da política brasileira no Acre fazem emergir os escritos de Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil* (1998), obra na qual o autor discute as questões identitárias da nação brasileira em sua obra, expondo as heranças coloniais ibéricas e as estruturas que permaneceram resultantes da estrutura colonial portuguesa. A república brasileira surge mediante fragmentos da estrutura imperial que perdura sobre as diferentes “realidades” das regiões brasileiras, contrastando com uma identidade nacional que ignora as especificidades da população brasileira.

Dessa herança portuguesa, as estruturas se enrijeceram com a permanência de práticas coloniais, impedindo as possibilidades de mudanças políticas e econômicas que tenham as diferentes realidades que compõem as condições socioculturais do Brasil na centralidade de suas transformações. Para Holanda (1998), o Brasil se consolidou como uma nação independente com base em um modelo estrangeiro, alheio à sua própria realidade, resultando na inoperância de um sistema político herdado do sistema colonial. Portanto, os problemas nacionais se acentuam à medida que o país continua estruturado sobre uma estrutura que diverge das principais características que deveriam constituir sua identidade sociocultural.

Entre a observância dessas estruturas e permanências, retomamos Koselleck (2006) no que se refere às continuidades e rupturas na historiografia amazônica, “A história decorre sempre em diferentes ritmos temporais, que se repetem ou se modificam lentamente; por isso, as experiências humanas são preservadas, mudadas ou refratadas em tempos escalonados. (p. 62). Ao considerar o espaço e o tempo como categorias que tornam as condições de possibilidades da história, o horizonte da mudança, ou melhor, a sua possibilidade, atinge um campo importante para compreender como as perspectivas de mudanças foram concebidas para pensar a Amazônia, diante dos diferentes ordenamentos instaurados no período investigado.

Sob uma interpretação que se lança pelas determinadas escolhas teóricas e metodológicas, apoiando-se nas perspectivas de Koselleck (2006), diante a impossibilidades de ser detentor da História, cabe ao historiador torná-la inteligível, identificando contradições e antagonismos

para captar as “bordas”, os liames do discurso que sustenta a centralidade do poder (p.114-115). Entre os elementos que perduram como ininterruptos nas narrativas sobre a Amazônia, o Acre é inserido como parte dessa região, de modo que a sua posição perante o Estado brasileiro repercute as dimensões de múltiplas temporalidades que se preservam pelas determinações políticas, econômicas e socioculturais.

Um acontecimento, a rigor, pode carregar-se de uma série de significações ou de relações. Ele testemunha, às vezes, movimentos muito profundos, e, pelo jogo factício ou não das "causas" e dos "efeitos", caros aos historiadores de ontem, anexa a si um tempo muito superior à sua própria duração. Extensivo ao infinito, êle se liga, livremente ou não, a tôda uma cadeia de acontecimentos, de realidades subjacentes, e impossíveis, parece, destacar-se, desde então, umas das outras. (Braudel, 1965, p. 265)

É compreensível que nessa perspectiva de continuidade, entrever os discursos e representações da Amazônia sob a dimensão do tempo significa a observância de diferentes temporalidades, que se manifestam em ritmos diversos e escalonados. O Acre, enquanto parte dessa Amazônia, repercute nas construções discursivas por meio de ritmos distintos, perfazendo-se em diferentes narrativas. Ainda assim, essas narrativas permanecem alicerçadas em uma estrutura que persiste nas camadas do discurso, conservando-se mesmo quando atravessada por diferentes dimensões temporais.

O professor pesquisador José Pimenta destaca que uma nova etapa de “conquistas” para a Amazônia também pode ser identificada a partir da década de 1970, diante da política ditatorial iniciada com o golpe em 1964.

Essa ideologia desenvolvimentista e integracionista foi o fio condutor das políticas oficiais para a Amazônia a partir da segunda metade do século XX. A comumente chamada “segunda conquista” da Amazônia intensificou-se a partir da década de 1970 e suscitou uma literatura abundante. Para colocar em prática essa ideologia, o Estado brasileiro criou uma série de programas e entidades burocráticas encarregadas de sua execução. Poderíamos mostrar como, através dessa ideologia, a mesma estrutura que informou o mito do “amazonismo” dos séculos passados, com suas imagens ambivalentes e contraditórias, continua se manifestando de uma forma original em um novo contexto histórico nesses programas desenvolvimentistas e integracionistas. Todas essas políticas têm como objetivo o povoamento de um espaço visto como vazio, mas habitado por índios; a valorização econômica de uma região considerada improdutiva, mas dissimulando riquezas abundantes; a integração à nação de uma zona marginal, mas primordial. (Pimenta, p. 09-04, 2004).

Contudo, no capítulo anterior, identificamos as narrativas e discursos sobre a Amazônia a partir da perspectiva da “colonização brasileira” da Amazônia, com ênfase na política

empreendida após o Estado Novo, período marcado pela centralização do poder estatal, pela exaltação da nacionalidade e o sentimento pátrio utilizado como estratégia de ações autoritárias.

Nessa tentativa de nacionalização da Amazônia, a perspectiva da “colonização” ou “redescobrimento” da região por brasileiros articulou uma série de estratégias políticas empreendidas para “reerguimento” da Amazônia brasileira, sustentadas por propostas que instituíam um “novo” olhar para os chamados “problemas amazônicos”.

Durante a segunda etapa do governo de Getúlio Vargas, após o início da década de 1940, começaram a ser projetadas as estratégias para uma “Amazônia dos brasileiros”. Como exemplo, destaca-se o pronunciamento conhecido como *Discurso do Rio Amazonas*, proferido em Manaus no dia 10 de outubro de 1940. No entanto, as ações do governo brasileiro passaram a ser questionadas. Já nos anos de 1950, as matérias de jornais registraram contestações por parte de agentes políticos quanto à ineficiência das políticas para a Amazônia.

É importante destacar que essas reivindicações estavam centradas na esfera econômica, especialmente em razão das dificuldades para manter e expandir a produção da borracha após sua intensa utilização durante a Segunda Guerra Mundial. Os órgãos responsáveis pela economia da borracha não conseguiam sustentar estratégias de mercado que favorecessem a continuidade da produção na Amazônia. Diante das instabilidades para o mercado gomífero, os jornais locais, por meio da exposição de atos e falas de agentes políticos, seringalistas e demais empresários envolvidos na economia da borracha, evidenciavam o declínio de uma segunda etapa de um dos recursos naturais mais explorados na região.

Entre cobranças pela ausência de ações reguladoras para a política econômica da Amazônia, pela alternância dos gestores e fragilidades dos órgãos especializados para a produção do látex, o Acre retoma ao panorama nacional das narrativas oriundas do Norte, da região amazônica, reivindicando uma discussão sobre sua condição de Território Federal.

ACRE: CINQUENTA ANOS DE COLÔNIA

A história dos nossos Territórios Federais, nem por ser de ontem, deixa de estar pontilhada de inconvenientes. Pelo menos quanto ao Território do Acre, há cinquenta anos relegado à vexatória situação de colônia dentro da própria Pátria, estou certo de interpartir daí, como se vê no projeto, os ônus da União, descreceriam de ano para ano, até que se resolvesse o problema atual da minoridade indefinida, com mesada cada vez maior... Dirão os inimigos de qualquer investida futura dentro do que seria um Estado dependente. (O Jornal, 1953).

De exemplo de brasilidade, de bravura e identidade, o Acre passa a ser tratado como uma “questão ignorada” pelo governo central, inserido em uma posição de dependência. É nesse contexto que o território retorna ao centro das questões políticas em meados da década de 1950. A condição de uma “colônia” constitui um recurso argumentativo que evidencia o controle exercido sobre um território “relegado à minoridade”, submetido às condições e restrições impostas pela administração federal. O destaque dado aos *cinquenta anos* reforça a ideia de que, por meio século, a situação jurídica do Acre permaneceu tutelada, como se estivesse sob a guarda de um “pai” — o Estado — que assegurou sua posse por meio de uma disputa judicial.

Em contraste com as perspectivas de impulsionamento da Amazônia, manifestações de cunho político acentuavam as reivindicações por medidas para a região. A Conferência Nacional de Defesa da Amazônia,⁶⁶ realizada em 20 de março de 1955, promoveu um ato público no Rio de Janeiro, organizado por um “grupo de eminentes vultos da vida política do país e da região” (Jornal do Povo (AC), 1955, p. 02, entre os quais se destacava Hugo Carneiro, ex-governador do Acre. Na pauta, chamava-se atenção para o “abandono a que vem sendo relegada a região, o inaproveitamento de seus recursos e o atraso crônico em que se encontra estimulam o apetite dos que, em pleno século XX, ainda pensam em colonizar outros povos”. (Jornal do Povo (AC), 1955, p. 02).

O resgate ao sentido de colonização é atribuído como recurso argumentativo para reivindicar medidas do governo federal diante um cenário de “inaproveitamento de seus recursos”. Nesse contexto, a ideia atraso está relacionada à queda nos ganhos obtidos com a exploração de recursos na região. Os sentidos de “atraso” e “colonização” aparecem, simultaneamente, como condição e consequência de uma crítica fundamentada na lógica econômica, em que o lucro se torna o principal parâmetro para medir o “avanço” e o “progresso” da região.

Um governo socialista na Amazônia

⁶⁶ A matéria encontra-se sob o título: Conferência Nacional de Defesa da Amazônia – Manifesto de Convocação. O texto completo está disponível através do link: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=844292&Pesq=%22Acre%22,%20%22Amaz%C3%B4nia%22&pagfis=112>

Um homem às direitas vem sendo na vida pública o tenente coronel Guiomard dos Santos, governador do Território do Rio Branco. No Rio de Janeiro, em palestra com a reportagem dos jornais cariocas disse: “Precisamos perder o medo das palavras. Meu governo é socialista. Um socialismo diferente do europeu em seu processo evolutivo...” Além das obras mais úteis concretizadas com o esforço; o tino; a habilidade administrativa do Cel. Guiomard dos Santos, avulta sobre o mais a administração equitativa de terras produtoras do látex, uma vez que mais de 100.000 hectares de seringais, só no município de Rio Branco, foram divididos entre os seringueiros, entre estes, cerca de 4.000 soldados da borracha. Remanescentes do “exercito” que a imprevidência e a inconsciência do “Estado Novo” aniquilaram nas selvas amazônicas e ali, do governo Guiomard, encontraram amparo, acolhimento, assistência e um pedaço de terras para morar, trabalhar, produzir e viver. (A crítica, p. 02, nº 30, 1950)

O jornal amazonense *A crítica* retrata a administração do território do Acre durante o governo de José Guiomard dos Santos, através de um título que chama atenção pela localização territorial e pelo sistema político identificado. A menção a um governo socialista na Amazônia surge a partir da exposição do projeto governamental que promovia terras aos chamados “remanescentes” da segunda etapa de extração do látex. Destaca-se a crítica dirigida ao governo de Getúlio Vargas, sobretudo pela ausência de políticas assistencialistas aos trabalhadores que, após o ápice de produção da borracha, foram “aniquilados” nas “selvas amazônicas”.

Maria Evanilde Barbosa Sobrinho, em sua dissertação de mestrado intitulada *Creio no Acre e nos acreanos: o ideário da modernidade presente no governo de Guiomard dos Santos (1946-1950)*, realiza um estudo sobre a gestão do governador do Território do Acre a partir das suas propostas modernizadoras. Ainda que não se tenha a pretensão de investigar todos os governadores que passaram pelo Acre, destaca-se o governador Guiomard, de linhagem militar, assim como outros que passaram pelo cargo de governador, proferiu discursos que se destacaram pela ênfase em governar para os “acreanos”, buscando conquistar a confiança da população do Acre.

Durante a sua gestão no Acre, iniciada em 1946, o engenheiro militar foi nomeado para ser governador do Território do Acre. O slogan “Creio no Acre e nos Acreanos” foi adotado como lema da administração que realizou por cinco anos. Maria Evanilde Sobrinho (2008) aponta que a retórica do discurso de Guiomard dos Santos estava pautada na busca pela credibilidade, tendo como elemento central a ideia de situar os acreanos como participantes na gestão do governo do Acre, para assim estabelecer um processo de “reconstrução de identidade” (Sobrinho, 2008, p. 32).

Segundo Maria José Bezerra da Silva, em sua obra *Invenções do Acre: De Território a Estado – um olhar social* (2006) a implantação de uma política modernizadora nos anos de 1940 no Acre representa um segundo momento, ao considerar que na gestão de Hugo Carneiro,

ao final da década de 1920, foram implantadas uma estrutura arquitetônica baseada em um modelo urbanista, com a construção de prédios e moradias em alvenaria. Além disso, esse governo também foi marcado pela criação de uma “Ordem social urbana com a formulação e implantação do Código de Posturas da Cidade de Rio Branco, que passou a vigorar em 1929” (p. 133).

Em *Fábulas da Modernidade no Acre: A Utopia Modernista de Hugo Carneiro na década de 1920* (2002), Sérgio Roberto aponta que “ a idéia de transformar o Acre e, especialmente Rio Branco, em espaços “modernos”, tenha sido o grande projeto de Hugo Carneiro quando esteve à frente do governo do Território do Acre, no período de 1927 a 1930” (p. 47). Para o autor, a lógica da modernidade buscou romper com valores, costumes e tradições das populações que ocupavam o espaço da floresta, ambiente que aparecia como um “entrave” aos projetos modernidades dos governos indicados pelos presidentes da República.

Entre as políticas modernizantes que instituíram propostas de controle e coerção social da população do Acre, Souza (2002) traz importantes contribuições que auxilia a pensar a partir das relações de poder que se estabelecem. Segundo as concepções de Foucault (2018) essas relações se configuram como uma rede de dispositivos de controle para a vigilância do corpo e das manifestações humanas. Ao mesmo tempo em que se inserem dentro desses mecanismos, também resistem pelas “bordas” dessa modernidade, manifestadas por diferentes formas de resistências que estão para além dos códigos que ordenam e oprimem as práticas culturais.

O Código de Posturas, instituído por Hugo Carneiro em 1928, conforme investigado por Souza (2002), previa a disciplinarização desses sujeitos a partir de multas e orientações que se estendiam à proibição das manifestações de crenças, numa tentativa de estabelecer um ordenamento para o espaço que se instituía como zona urbana do Acre. No entanto, entre as proibições e multas, o autor expõe que esses sujeitos resistiram ao projeto modernizador, recriando espaços de liberdade e subversões, como curandeiros e feiticeiros que foram perseguidos e criminalizados durante esse período.

Ao que Michel de Certeau, em *A invenção do cotidiano: artes de fazer* (1980), propõe que analisar o cotidiano e as práticas culturais de pessoas comuns de uma sociedade permite entrever as estruturas de ordenamento, bem como as ações de sujeitos “não autorizados” que se reinventam em um espaço vigiado e ordenado que os oprime. É através dessa condição de “homem comum” que esses sujeitos estabelecem suas apropriações, subvertendo a ordem a fazendo uma releitura desse espaço, dada as condições em que se encontram, permitindo suas

manifestações culturais em diferentes linguagens que escapam pelas bordas das relações de poder.

Os jornais, principalmente aqueles dedicados a servir como veículo oficial do Estado, referiam-se à população do Acre como sujeitos remanescentes da modernidade, à espera de melhorias que lhes permitissem alcançar um posto de trabalho e obter alguma qualidade de vida a partir de condições dadas pelo poder estatal. Enquanto os discursos oficiais ao “povo acreano” eram emblemáticos para a vida pública de gestores enviados pelo governo federal, a população local era narrada em termos de generalização, identificado como “seringueiro”, “caboclo amazônico” e “arigó”.

Ao analisar o Código de Posturas como um dos dispositivos de implantação de um modelo modernizador, Souza (2002) demonstra como a disciplinarização desses sujeitos, a partir de multas e punições não asseguravam a não continuidade dessas práticas. Mediante a implementação de uma assepsia da cidade, alterando as construções arquitetônicas e até a posturas dos moradores, as práticas “não autorizadas” persistiram apontando que esses sujeitos se reinventavam nesse espaço que não se limitava a ser uma construção estatal.

A matéria intitulada *No Acre, o seringueiro já não vive à margem da civilização* (O Acre, 1960), transcrita do Jornal “Correio da Manhã”, do Rio de Janeiro, retrata a fala do professor Omar Sabino de Paula, da sua análise sobre a possibilidade de recuperação da Amazônia através do plantio da seringueira no Acre.” Acrescido dessa identificação do “ser seringueiro”, a redação do jornal aponta que o atual governo, ciente dos problemas da região, já está executando o seu programa de incentivo ao plantio racional de seringueiras, está “liberando” o seringueiro de sua condição de “pária à margem da civilização” e de quaisquer benefícios da legislação social.

Quando referenciada, a população acreana é citada de maneira genérica, porém ressaltando suas raízes ancoradas na região do Nordeste, como sujeitos “nordestinos”, fugidos da “seca do nordeste” demonstrando que a relação com o espaço acreano se deve a outras construções históricas, advindas de formações identitárias. Na interpretação de Albuquerque júnior (2011) trata-se de identidade forjada, “O próprio Nordeste e os nordestinos são invenções destas determinadas relações de poder e do saber a elas correspondente. O Nordeste como uma unidade, e as noções de espaço como relações de poder (p. 33).

Assim, o Nordeste adquire a conotação de lugar inapropriado pela seca extrema e, conseqüentemente, atinge sua população que será vista como flagelada e relegada a uma região que contraria a própria existência desses habitantes. Ao descortinar a naturalização dos espaços, analisando-os como relações de poder constituídas politicamente e economicamente, o autor propõe a compreensão de um Nordeste inventado, que se diferencia pela seu antagonismo aos padrões modernizadores e se robustece pela construção de um discurso regionalista que justificou uma série de práticas políticas não somente para essa região, mas autorizando concepções que foram cristalizadas como centrais na compreensão do Nordeste.

É a partir dessa concepção consolidada de um Nordeste ao avesso da modernidade, marcado pela fome, pela seca e pelo sertão que se construiu, linearmente, que se pode dizer até que, a-histórica, de uma Amazônia ocupada por flagelados que se mobilizaram para a região como uma alternativa de vida. Pela necessidade de existir, esses sujeitos são colocados na historiografia amazônica, como responsáveis pela ocupação da Amazônia, e no Acre principalmente, adquiriram outras identidades forjadas, como, por exemplo, a soldado da “Revolução Acreana”, aquele que persistiu para garantir a sua nacionalidade brasileira, enquanto sua própria pátria forjava sua tal condição.

Nessa reflexão sobre a constituição de uma região e, conseqüentemente, o estabelecimento de seus limites pelas dimensões políticas e econômicas que estabelecem as fronteiras, no caso do Acre, localizado entre diferentes países, é possível identificar como essa construção discursiva se fortalece por uma relação de rivalidade pelo advento das vantagens econômicas. Ao desnaturalizar todo o processo histórico de um Acre guarnecido por soldados e guerrilheiros brasileiros oriundos da região nordeste, compreende-se que a região adquire um sentido por meio da construção linear que lhe é atribuída. Contudo, ao desvelar essas construções simbólicas, é possível entrever os jogos de sentidos que se deslocam na perspectiva de continuidade de um Acre “conquistado”, submerso às estruturas de uma região amazônica.

Em *Raízes do executivo acreano* (2002) o autor reflete que, desde a incorporação do Acre ao território Nacional, houve manifestações de cunho autonomista lideradas pelas oligarquias locais. Segundo o autor, existiram vários focos desses movimentos, incluindo ações mais radicais nos departamentos do território. Contudo, até a aprovação do projeto de lei que

alterou a condição jurídica do Acre para Estado, diferentes movimentos ⁶⁷ocorreram, incluindo as reivindicações por meio de materiais produzidos por esses grupos.

Essas manifestações em defesa de um Acre estado também se expressavam nos jornais circulantes no território, elaboradas através das redações jornalísticas que buscavam evidenciar o período, desde que o Acre foi anexado ao Brasil, demonstrando que, nesse espaço temporal, não ocorreram mudanças que pudessem ser significativas para a melhoria das condições econômicas no Acre.

Durante o governo Juscelino Kubitschek de Oliveira na presidência do país, destacou-se uma proposta valorativa do presidente para endossar uma nova proposta de “valorização da Amazônia” utilizando o Acre enquanto um recurso argumentativo para validar sua narrativa. Em diferentes jornais, incluindo periódicos de outros estados, repercutiu a fala do presidente, proferida em discurso transmitido em rede nacional, no qual anunciou a ligação do Acre a Brasília por meio da construção de uma estrada.

Assim, a perspectiva da chegada da modernidade se robustece em detrimento da ação política de abertura de uma rodovia que tivesse em seu objetivo maior a “integração” da Amazônia. O Acre aparece como um esforço redobrado para alcançar tal feito, tendo sua posição geográfica, como “o extremo ocidental brasileiro”, destacada para reforçar as ações assertivas de um governo que buscava “aproximar” regiões. Em contraste ao discurso governamental que proferia “promessas ao Acre”, também existiam narrativas jornalísticas que afirmavam que esse território, embora incorporado ao Brasil, não se ligava a um centro considerado “desenvolvido”.

O criador do projeto que instituiu o Acre como Estado, José Guimard dos Santos, no período que ocupou cargos políticos, enquanto governador territorial do Acre assumido em 1946, e mandatos de parlamentar, utilizava frases de efeito que expressavam otimismo em relação à terra do Acre. Entre as primeiras narrativas publicadas pelos jornais acreanos, destaca-se uma para a exemplificação das apropriações desse Acre, enquanto um enunciado, após a fase mais intensa dos utilitarismos da produção da borracha.

⁶⁷ Na dissertação de mestrado intitulada *Em Raízes do autoritarismo no executivo acreano – 1921-1964*, o autor Francisco Bento da Silva realiza um estudo aprofundado sobre essas manifestações, especificamente no Capítulo II: O Movimento Autonomista e a Elevação do Acre a Estado: Mudanças e continuísmos.

Trata-se de um pronunciamento de José Guimard dos Santos durante uma sessão de parlamento, no qual discute o projeto de construção da rodovia que ligaria o Acre à Brasília, capital do país, fruto do projeto do então presidente. Para o parlamentar, essa medida de Juscelino Kubitschek representava o espírito pioneirista do governo, despertando um sentimento de orgulho nos brasileiros por “trazer o Acre para dentro do Brasil” e interligar a “ilha perdida na Amazônia”. (O Acre, 1958).

O Acre aparece como parte dessa Amazônia, mas se destaca por sua localização extrema, que o “isola” do restante do país. Assim, a narrativa sobre o Acre se constitui diante um novo cenário para o país, marcado pela transferência da capital do Rio de Janeiro para Brasília, uma mudança que se justificativa para aproximar as diferentes regiões do Brasil. Para tal efeito, o Acre corresponde a uma reafirmação desse “compromisso governamental” de integração, sendo que a expressão “até mesmo” enfatiza o sentido de “até o Acre” estaria integrado às perspectivas de criação de uma unidade nacional.

Nesse contexto de efervescência das classes dominantes que buscavam a autonomia do território do Acre, sob a dimensão da construção do discursiva dos anos de 1950, o Acre é incorporado a outras narrativas que ainda endossam a perspectiva da “luta pelo ser brasileiro” e a condição de “isolamento” atribuída a um determinismo geográfico. No entanto, novos elementos passam a justificar tornam as reclamações referente à condição de território da união, que desagradava os grupos que detinham a influência política e econômica no Acre, os quais alegavam que o Acre se encontrava-se em um estado de letargia em decorrência da sua condição jurisdicional.

Maria de Jesus, em sua obra *Acreanidade* (2016), destaca que “As oligarquias locais (acreanas) desejavam que o Acre fosse elevado à condição de Estado, a fim de conformarem e exercerem o poder de uma maneira mais autônoma entre seus membros” (p. 98). Assim, o desejo do Acre tornar-se autônomo perante o Estado Brasileiro deve ser compreendido a partir dos grupos que estavam pleiteando tal pauta. Buscando fortalecer seus interesses pessoais e garantir vantagens aos grupos favorecidos.

Além disso, a autora dispõe de uma interpretação que remete à compreensão das diferentes apropriações que a dimensão do “heroico” e “ser brasileiro” serviram de base para a criação de um “mito” fundador sobre a constituição da identidade acreana. Nesse sentido, vale destacar que, em diferentes contextos, as manifestações políticas desse Acre foram utilizadas

para forjar processos identitários que reverberaram e incorporaram novos elementos ao longo dos diferentes governos que estiveram à frente da administração do estado.

Nesse contexto, após a segunda maior etapa de extração do látex, as narrativas sobre o território amazônico, e tratamos aqui, especificamente do Acre, inserem a região em uma perspectiva “otimista”, destacando um conjunto de elementos que consolidam representações de um lugar repleto de possibilidades lucrativas para investidores. Ao identificar esses jogos simbólicos, percebe-se que, apesar das narrativas que determinavam o Acre como atrasado e estagnado pela sua condição de território federal, a região ganhava destaque no panorama nacional para articular a argumentação pautada na ideia de que “O bem do Brasil exige uma melhor distribuição de sua população, para que haja um maior aproveitamento do esforço dos brasileiros. E no Acre encontrariam criaturas operosas e audazes as maiores possibilidades de vida fácil e de rápido enriquecimento” (O Acre, 1957).

Destacam-se expressões que remetem a pessoas identificadas por uma condição heroica e trabalhadoras, ao mesmo tempo que são apresentadas como capazes de alcançar uma status social elevado pelo acúmulo de bens na região. Essa categorização permite refletir que esses sujeitos integram um conjunto de investidores que detêm das condições materiais necessárias para aplicar recursos na região, e assim, atingir o desejado “enriquecimento fácil”.

Esses sujeitos não são aqueles que serão encarregados do conhecido “trabalho braçal” geralmente associados à identidade do “seringueiro”, cuja representação está diretamente ligada ao trabalho desenvolvido na região. Contudo, é oportuno destacar que, na categorização desses trabalhadores, na categorização desses trabalhadores enquanto sujeitos sociais, as narrativas exprimem outras identidades, que já apresentamos anteriormente, como, por exemplo, do caboclo e arigó. ““O seringueiro, tipo clássico do homem da Amazônia, começa agora a encontrar novos campos de atividade, principalmente na extração de minérios e na cultura”. A proporcionalidade de transformações sociais. (O Acre, 1959).

Nesse contexto, a ideia do progresso se materializa com a projeção da construção, por via terrestre, de uma estrada que ligaria a Amazônia ao restante do país. É nessa dimensão da estrada que a perspectiva da “modernidade” se robustece enquanto uma retórica discursiva nos anos de 1960, e, por conseguinte, a ausência desses traços “modernos” passa a ser justificada pelo isolamento geográfico em relação aos grandes centros. Essa justificativa desconsidera o “fracasso” de empreendimentos e planos anteriores, promovidos por outros governos, que não conseguiram obter o êxito do “desenvolvimento” esperado para a região.

A matéria publicada pelo jornal *O Acre*, sob a manchete: *Desbravamento da selva Amazônia com a abertura da fabulosa BR-29*, publicada em 10 de junho de 1962, evidencia a concepção de “penetração” da Amazônia, convergindo com estruturas que consolidaram uma visão da Amazônia “intocável”. Essa condição se reverbera como um traço indelével, mesmo diante outros governos, perpassados por outras condições de possibilidades. A matéria também destaca que, por meio da construção de estradas que interligam a parte Sul ao Norte do país, o Brasil poderia dirimir os distanciamentos não somente geográficos da Amazônia, mas também abrir um campo de possibilidades voltado a constituição de um espaço de empreendimentos econômicos.

Na contramão das propagandas que tendem a “vender” o Acre como um território com potencialidades, mesmo após o segundo período de maior quantitativo de exploração do látex, também é possível identificar narrativas que divergem desse “ar” de prosperidade que apresenta no jornal.

Cortando pano

Um dos aspectos bem graves para o qual S. Excia. O dr. Governador deve voltar as suas vistas, em seu governo, todo ele bem intencionado no soerguimento do Acre e que está merecendo – esse sim – um cuidadoso exame e estudos, é, sem dúvida, o êxodo impressionante que se verifica em nossa capital, de onde estão se ausentando dia a dia, verdadeiras procissões de profissionais de toda a espécie, fugindo, talvez, às dificuldades da vida no Acre. São operários, trabalhadores, técnicos, etc. que tangidos pela carestia vão embora, rumo de Manaus, Belém e até mesmo para o visinho Território do Guaporé.

No gabinete de identificação da Polícia local, raro é o dia em que não são requeridas 10 ou mais carteiras de identidade para o efeito de viagem e agora mesmo, uma leva de brasileiros, muitos dos quais já pareciam radicados ao meio, estão vendendo ou liquidando “cacarecos” e prontos para “baixar” nos primeiros gaiolas que daqui regressarão. Aliás essas enxurradas são periódicas por esta região mais prenunciam sempre crise e crise braba, por que o nordestino não esmorece assim. (O Jornal, 1959, p. 02).

A matéria ressalta um “êxodo” de trabalhadores que estão procurando outras regiões, inclusive da própria Amazônia, para viver e buscar outras ocupações. A menção ao Território do Guaporé⁶⁸ e Manaus permitem interpretar que a saída do Acre para outras localidades da região Norte demonstra que as condições de vida no território acreano pareciam ser mais precárias, mesmo diante de uma conjuntura semelhante enfrentadas por essas regiões, marcada pela queda da atividade de extração da borracha.

⁶⁸ O Território do Guaporé foi criado pelo Presidente Getúlio Vargas, através do decreto nº 5812 em setembro de 1943

A expressão o “nordestino não esmorece assim” traz o efeito de uma condição insalubre na qual um sujeito atravessado por uma identidade marcada pela crise e por viver sob condições precárias ainda resiste diante de desafios que ameaçam sua própria sobrevivência. Ao exaltar a identidade do sujeito que vive no Acre enquanto “nordestino”, é possível entender através de um contra fluxo do processo identitário de “ser acreano”, dado que as manifestações apresentadas não elevam esse sentimento de pertencimento. Ademais, tais narrativas pouco mencionam que “acreanos” estão realizando um fluxo migratório de fuga das condições laboriosas no Acre.

Enquanto os discursos oficiais dos governadores indicados pronunciavam uma administração para “acreanos”, quando manifestados os problemas desse Acre, e a menção de sua população, os processos identitários são ressaltados de forma a que se fundirem com outros processos históricos que destoavam do patriotismo ou nacionalismos utilizados como forças argumentativas para consolidar discursos, representações e narrativas que emergiram em outros contextos.

No segundo parágrafo destacado na citação, há a menção de que “uma leva de brasileiros” estão regressando, e que essas “enxurradas são periódicas na região”. Esses termos evidenciam que, na mesma proporção em que houve fluxos migratórios de pessoas oriundas de outras regiões do país, também ocorreram fluxos de saída do Acre, motivados por um possível esgotamento das oportunidades que inicialmente atraíram essas pessoas ao território. A identidade acreana não se manifesta quando se considera as condições socioeconômicas das pessoas que compuseram a força de trabalho para as atividades extrativistas, pelo contrário, elas são representadas como itinerantes, que estiveram de passagem pelo Acre.

Aqueles que pareciam radicados, ou seja, que fixaram residência nessas terras ditas acreanas, também não escapavam desse fluxo inverso que se registrou na década de 1950 no Acre. A matéria destaca que não se tratava de uma saída do território amazônico, mas “enxurradas” periódicas de pessoas que deixavam o Acre, sujeitos que eram identificados pelas suas ocupações na região. E diante a periodicidade desses fluxos, a matéria destaca que essas movimentações se tornavam uma questão a ser estudada e debatida pelo governo da época.

Os governadores iniciavam seus mandatos, sejam eles curtos ou mais prolongados, tendo como pauta central a ideia do “soerguimento”, substantivo utilizado na redação acima para tratar de um plano de ações para “alavancar” a região. O uso dessas expressões parece comum, já que os governos buscavam diferenciar-se para obter a credibilidade da população.

No Acre, devido à sua condição de território federal e consequentemente, a indicação dos governadores, muitos dos quais não conheciam o território antes de assumir o cargo, essa tentativa de se apresentar como detentor das melhores condições para a região parecia uma manifestação recorrente.

Em contraste com esses fluxos de pessoas “deixando” o Acre, através de embarcações, conhecidas como gaiolas, quando se refere à realização de um panorama econômico, observa-se que as perspectivas “positivas”, relacionadas às possibilidades de lucros, investimentos e novas atividades comerciais, estavam voltadas para investidores e grupos detentores das condições materiais que viviam na região. Assim, o mesmo Acre que passava por novas possibilidades econômicas, após a segunda etapa de produção do látex também foi um território que virou um lugar de desabrigo para muitos.

Esses fluxos migratórios podem ser compreendidos a partir do conceito de *entre-lugar*, conforme definida por Homi Bhabha em sua obra *O Local da cultura* (2001), que se refere ao deslocamento de sujeitos que ultrapassam os limites geopolíticos, transformando e modificando espaços de fronteiras, gerando fluxos de intersecção que tornam elegíveis as diferentes práticas culturais manifestadas por essas movimentações entre territórios. Enquanto um espaço de recriação e resistência, utiliza-se o conceito para refletir sobre a passagem de diferentes sujeitos para outras regiões dessa Amazônia. Ainda que guiados por uma busca de melhorias materiais, os fluxos permitem entrever as determinações políticas e as movimentações que se deram pelos grupos humanos que se reinventavam nesse espaço ora de dominação, ora como campo de articulação cultural, especificamente na dimensão simbólica, por meio das diferentes apropriações realizadas por esses sujeitos.

Em relação ao que se produz no Acre, matérias de jornais dos anos 1960 indicam que a complementariedade econômica do território ocorre por meio da exploração da madeira, couro e outras produções que se realizam pela capacidade de recursos naturais. No entanto, a pecuária é mencionada como uma atividade de incentivo aos próximos empreendimentos no Acre. Embora esses “potenciais” fossem destacados, outras narrativas arraigadas na tentativa de argumentar uma “necessidade” diante do progresso, inseriam o Acre como um recurso de visualização dos “esforços” de um governo que tentava interligar o território, ainda na condição de federal para o restante do país.

Notas publicadas pelo *O Acre* informa que, em 30 de abril de 1960, após a presença da equipe técnica responsável pela inauguração da estrada que ficou conhecida como *Estrada*

Acre- Brasília, foi derrubada a última árvore entre o Acre e Rondônia. Esse ato foi tratado como um marco na construção da estrada. Nessa narrativa, a perspectiva da “última árvore” a ser derrubada destaca uma ação simbólica de “superação” da natureza, representando o avanço da modernidade por meio da ação humana, que “conquista” o espaço da floresta em nome do tão estimado progresso.

Fernando Ferreira, em seu artigo intitulado *A Construção da BR-364 de Rio Branco a Cruzeiro do Sul- Acre*, ressalta que o projeto de construção da rodovia havia sido idealizado por Euclides da Cunha, mas somente em 1960 o presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira viabilizou a realização, afirmando compromisso durante uma reunião com os governadores da região Norte. (Ferreira, 2023, p. 03).

A rodovia atualmente conhecida como BR-364, ficou conhecida como a Rodovia Brasília-Acre, foi tema de um material midiático intitulado *Caminho da Libertação*⁶⁹, divulgado pelo Arquivo Nacional. O tema da construção da rodovia Brasília-Acre (1960) inicia com a apresentação de Brasília, a capital do país, em que sua construção é justificada a partir de uma estratégia de “aproximação” entre as diferentes regiões que integram o país. No país, chega-se a afirmar que a nova capital do Brasil corresponde a “um ponto pioneiro de penetração do oeste, do Norte e várias outras áreas rarefeitas e de subdesenvolvidas no Brasil”. (*O jornal*, 1960).

Nesse material, a escolha das imagens e da apresentação oral correspondem a um conjunto simbólico que pronuncia uma propaganda das ações que se realizam para a construção da BR, iniciada na década de 1960⁷⁰, sob a denominação de *Caminho de Libertação*. Em diversas falas, há a menção de que esse projeto vai *rasgando a selva amazônica*, através da abertura de uma rodovia que simbolizaria a aproximação, integração e desenvolvimento.

Destaca-se na filmagem uma passagem em que se realiza um sobrevoo na região de Mato Grosso do Sul e parte de Rondônia, em Vilhena. Nesse momento, a reportagem aponta que, ao passar em um dos acampamentos das construtoras da via, é possível visualizar a

⁶⁹ Intitulado como *A Construção da Rodovia Brasília-Acre (1960)*. Cinejornal “Caminho da Libertação”, sobre a Rodovia Brasília- Acre. Imagens da cidade de Rio Branco (AC) e Porto Velho (RO) em 1960. Cinejornal informativo nº 6/60. Arquivo Nacional, fundo Agência Nacional. Está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kUCpljciyps>

⁷⁰ Apesar de iniciada em 1960 durante o governo de Juscelino Kubitschek, a construção da rodovia que é conhecida hoje como BR-364 foi considerada concluída com a passagem da pavimentação apenas nos anos de 1980. Dada a proposta de integração por via terrestre, é possível dizer que essa obra foi concluída integralmente em 2021, quando foi concluída a ponte sob o rio Abunã no trecho do estado de Rondônia.

intervenção realizada por Marechal Rondon,⁷¹ no que se refere ao marco deixado por ele através de uma estação telegráfica. Evidencia-se a existência de *Choupanas*, local de moradia onde vivem os denominados “índios catequizados”, momento em que se retrata pessoas dentro de construções de madeira com cobertura de palha, observando a chegada de homens com vestimentas formais, que se aproximam dessas moradias.

Não há uma caracterização que possibilite a identificação desses povos em relação às etnias, descendências e territórios aos quais pertencem. Ao contrário disso, sob condição remanescentes, colocados sob uma generalização, eles aparecem de maneira isolada, como se habitassem um “entre” processo de “adaptação”, sendo apresentados como “índios catequizados”. Essa expressão remete ao que Almir Diniz de Carvalho Júnior, em sua obra *Índios Cristãos – Poder, Magia e Religião na Amazônia Colonial*, definiu como “Índios Cristãos” as diferentes populações indígenas que foram arregimentadas para um processo de conversão ao cristianismo, durante o século XVII e XVIII, na Amazônia, durante o período da colonização.

A perspectiva da catequese, desde o período da colonização, ainda perdura quando se trata da intervenção que atravessa o ser indígena vivendo em sua relação singular com o meio em que vive. Ainda que em outra temporalidade, a categoria da catequese, da conversão, estabelece uma relação de permanência com o sentido atribuído dentro da ordem que classifica e ordena, permitindo compreender a carga valorativa da catequização ao final do século XIX. Em “tempos modernos” como a ideia da catequização apresenta permanência de sentidos? Segundo Foucault (1999) em *As Palavras e as coisas*, “o tempo é para a linguagem seu modo interior de análise; não seu lugar de nascimento” (p. 124).

A ideia da catequização e o papel da missão religiosa são utilizados para entrever uma representação de uma Amazônia intocável, à espera da intervenção humana. Dessa forma, emerge uma condição de intervenção que se deleita com a passagem de “homens do progresso”, conforme foi possível identificar no material midiático. Uma matéria de jornal publicou que a construção da rodovia tinha um papel missionário na região, ou seja, propagando uma mensagem de fé, de assistencialismo que se expande para diversas áreas da vida humana, intervindo diretamente na sua relação com o lugar em que vive, entretanto, implanta uma

⁷¹ O militar Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon é conhecido por ter liderado as obras de implantação telegráfica de Mato Grosso ao Amazonas. Ele é conhecido pela sua atuação ter sido pautada no estabelecimento de uma relação pacífica com os diversos povos.

ordem, um estado de classificação que opera como uma rede de força repressiva na subjetividade dos sujeitos.

Nessa menção, também se acrescenta que ainda vivem “tribos ferozes” entre animais silvestres, estabelecendo uma relação simétrica entre a permanência de uma natureza em seu estado inalterado, classificando os seres que nela habitam enquanto elementos que integram essa floresta em seu estado natural. A presença da comitiva de “homens do governo” simboliza uma dicotomia da civilização em meio a um lugar que ainda vive às margens dessa modernidade que se concretizar com a construção da rodovia.

Quando se refere aos trabalhadores que estarão atuando na mão de obra para a construção da rodovia, são reproduzidas imagens de homens munidos de ferramentas, acompanhados da mensagem que os apresenta como heróis, vencedores da floresta “a golpe de facão, machado e pá” (Arquivo Nacional, 2018). Acompanhada da imagem que demonstra os trabalhadores em direção à floresta, a narração oral afirma que esse ato representa uma “empreitada cívica e libertadora”. Dessa forma, esses homens são apresentados como agentes da efetiva dominação e ocupação da Amazônia na década de 1960.

A rodovia sob o trecho Brasília- Acre, conforme noticiado nos jornais, tem o objetivo de promover a integração nacional. No entanto, o Acre, posicionado na fronteira do país, possibilitou novos sentidos que se imbricam sobre essa Amazônia brasileira, demonstrando sua especificidade em relação aos outros territórios que fazem parte dessa região. O Jornal *O Acre* publicou uma matéria sob o título *Acre: Porta de saída do Brasil para o oceano pacífico*. Assim, a construção da rodovia possibilitaria a visualização do Acre como uma entrada para outro oceano, como bem afirma, uma porta de saída internacional, e não apenas o ponto mais “Longínquo e isolado”. Dessa forma, o Acre se inseria nas possibilidades internacionais com os países de fronteira.

Imagem 06 – Construção da rodovia Brasília-Acre (1960)



Fonte: Arquivo Nacional

A imagem acima, retirada do material divulgado pelo Arquivo Nacional, acompanha a mensagem de que o Porto de Rio Branco não será o ponto final dessa via de ligação ao extremo oeste. Seguido dessa afirmação, a exposição menciona a conexão que será feita para o Peru, e a assim, será possível ligar os dois oceanos que “banham as terras da América do Sul”. Por esse efeito, é perceptível que a construção da rodovia também é justificada como uma questão internacional que, através do Acre, condiciona uma rota terrestre para outro país.

A matéria publicada pelo *O Jornal*, sob o título *Rodovias pioneiras de Unidade Nacional* utiliza as estradas construídas do Acre para a capital federal Brasília para atribuir um “significado político e econômico extraordinário”. (p. 04). Com o uso das expressões, “vitória sobre a selva equatorial”, e a “grande estrada aberta na selva e no areão”, a matéria, que aborda a construção que liga Rio Branco, Porto Velho e Cuiabá, utiliza da mesma expressão veiculada pelo material midiático do governo, utilizando a expressão “rasgaram” para atribuir uma simbologia de abertura da selva Amazônia pelo advento das estradas que interligavam as diferentes regiões do país.

As publicações sobre as primeiras ações em torno da construção da rodovia eram frequentes, conforme pesquisado no jornal *O Acre*. Destaca-se uma divulgação realizada pelo período sobre o pronunciamento do presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira, exibida ao público pela televisão. Em conformidade com a fala presidencial, que destaca a perspectiva da aproximação entre as regiões, em seguida, a narrativa endossa a intervenção realizada por José Guimard dos Santos, proferindo um discurso na câmara de deputados,

destacando que a construção da BR que interligaria o Acre a Brasília significava a “Trazer o Acre para dentro do Brasil”. O parlamentar contextualizou que desde que foi incorporado ao Brasil, o território acreano não tinha ligação com nenhum centro de civilização do país.

A construção da rodovia, iniciada nos anos de 1960, anunciava perspectivas de integração da região, de modo que várias localidades dessa Amazônia seriam diretamente afetadas. Seja pelo viés da ligação com esse esperado progresso, seja pelo acesso a outras regiões do país, as narrativas da rodovia prometiam benefícios. Contudo, o que destacamos com mais ênfase é a forma como a Amazônia adquire “realces” diferentes, quando se trata do Acre. Para uma perspectiva nacional, mencionar o Acre em um empreendimento significa reafirmar um esforço logístico de integração, salientando os estigmas do afastamento. Em outros termos, a Amazônia acreana endossa representações de categorias gerais, mas se distingue por sua condição histórica, empregada quase como natural, embora atravessada por continuidade e estruturas que reverberam as condições políticas do Brasil.

Contudo, durante a década de 60, discutia-se o planejamento da SPVEA através de planos quinquenais, que levavam ao Congresso propostas para melhorar as condições políticas do órgão regional. Nas matérias de jornais pesquisas à época, detalhavam-se as chamadas “principais dificuldades” de se manter a economia da borracha na região e para empreender novas explorações, ressaltando que um dos principais obstáculos encontrados para estabelecer esse plano de ação é o “desconhecimento” dos recursos naturais da região. Por esses “sentidos”, a Amazônia brasileira ainda era apresentada como um “mistério” a ser desvendado pelo seu próprio país que a desconhecia, embora se tenha registrado aqui, as diferentes narrativas, entre “povoamento”, “integração” e “recolonização” empreendidas em distintos períodos históricos e governos.

Assinado por General Adalardo Fialho, sob o título *Novos Horizontes para a Amazônia*, a produção textual se inicia retratando o isolamento da região Norte e apresentando as dificuldades enfrentadas para a construção da Rodovia que interligou Porto Velho a Brasília. A expressão “tudo está por fazer” chama a atenção ao direcionar toda a força de “desbravamento” para os novos empreendimentos, como se outros não houvessem existidos na região. Por outro viés, a desconsideração de projetos já realizados na região, que se destinaram a “ocupar”, “civilizar” e “modernizar” demonstram que as narrativas se esvaziam de modo a atender outras relações de poder que vão sendo constituídas historicamente.

Enquanto se realizavam as primeiras etapas para o início das obras da construção da rodovia, diferentes narrativas foram publicadas demonstrando uma base argumentativa sobre o trabalho a ser efetivado pelo governo da época. Destaca-se, entre elas, uma declaração do presidente da República, que utilizava como base argumentativa a rodovia Brasília-Acre para afirmar que o Rio Amazonas seria alcançado com o advento das estradas. Além disso, sustentava que Amazônia, como um todo, seria interligada ao sentido da unidade nacional. “O que se vai alcançar, para uma nova investida de colonização e a civilização, é a própria Amazônia, com seus imensos tratos de terra completamente desertos e abandonados” (*O Jornal*, 1960, p. 07)

E desde o anúncio pelo governo, a temática da construção da rodovia se insere nas páginas de jornais explorando cada vez mais as bases argumentativas que inserem o Acre como um recurso para demonstrar o grande feito que seria concretizado com essa construção. Ao tratar sobre as estradas, o Acre entona a perspectiva de um desafio superado pelo advento do avanço do tão esperado “progresso”, “A estrada do Acre ainda é uma façanha extraordinária do que a de Belém, uma vez concluída, possuirá uma extensão de quase cinco mil quilômetros, atravessando o grosso da selva amazônica e outras extensas áreas quase intransponíveis. O “alívio psicológico de que não estão mais apartados do resto do país”. (*O Acre*, 1960, p.02)

Alguns dos títulos publicados sobre o início da construção dessa rodovia demonstram a inserção do Acre num panorama nacional, em relação à proposta de integração da Amazônia. Ao mesmo tempo, essas narrativas destacam o Acre como distinto dos mais territórios da região. Entre esses trechos publicados os seguintes durante o governo de Juscelino Kubitschek. “De colônia do país a esteio da nacionalidade: BR-29 é o caminho da redenção do Acre”. “Para o Acre a estrada é o caminho da redenção”. “Da unidade. Do prestígio. De força fronteiriça”. “Da Amazônia deixando de ser colônia do Brasil, para se tornar força realmente produtiva da comunidade nacional”. “[...]E sobretudo, por ser obra patriótica do governo do Sr. Juscelino Kubitschek”. (*O Acre*, 1960).

Rumo ao pacífico

A Brasília-Acre pode ser considerada uma rodovia redentora. Estender-se-á até Cruzeiro do Sul e, depois, a Pucallpa, no Peru. Assim, de Rio Branco ao Oceano Pacífico serão 830 quilômetros... Castanha, madeiras, carne, feijão, milho serão exportados. Ao mesmo tempo, com a rodovia asfaltada, os 4.200 quilômetros que nos separam de São Paulo serão cobertos em 6 dias. O presidente Castelo Branco, aliás, pretende acelerar a conclusão dessa estrada, que interligará também os municípios acreanos, acrescentou o governador Jorge Kalume. (*O Estado do Acre*, 1967, p.09).

4.2 Amazônia em marcha: Progresso, Ocupação e Autoritarismo

A matéria intitulada *Rumo ao pacífico*, publicada em 1967 durante o governo de Castelo Branco,⁷² no contexto da ditadura militar que governou sob um regime autoritário no país por 21 anos, apresenta uma visão dos supostos benefícios que seriam alcançados com a construção da rodovia, especialmente, em relação à logística visando o escoamento de produtos e o incentivo para a comercialização de outros produtos. O Acre, nesse projeto rodoviário, adquire uma dimensão internacional, representando possibilidades expansionistas para o Brasil. A rodovia era apresentada como um instrumento de libertação, segundo a narrativa do jornal, que a descrevia como obra que “salva” e “resgata”, segundo a visão das políticas governamentais. Contudo, esse registro de salvamento alcançaria a população? Que, inclusive, buscavam a saída para outras regiões dessa Amazônia, evidenciando que as condições de trabalho no Acre desafiavam a sobrevivência dos trabalhadores.

Camila Barbosa Monção Miranda, em sua dissertação de mestrado intitulada *Ditadura Militar na Amazônia – Desenvolvimento, representações, legitimação política e autoritarismo nas décadas de 1960 e 1970*, aponta que, embora o período da ditadura militar brasileira tenha utilizado a Amazônia como uma estratégia política para levantar a bandeira do nacionalismo e da integração, essas tendências nas propostas já haviam sido articuladas por governos anteriores:

Entretanto, esses elementos não estão presentes apenas nos anos da ditadura após o golpe de 1964. Nos discursos presidenciais de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek percebemos com clareza os vieses do desenvolvimentismo nas preocupações com a industrialização, focado na região amazônica, mas não apenas nesta porção do território; a atenção dada a institutos de pesquisa, buscando o conhecimento científico do ambiente, de forma a elaborar técnicas de modernização que dialoguem com as condições desejadas para cada local; a nacionalização dos problemas da Amazônia elencados pelo governo, já citados anteriormente; o entendimento da busca pelo desenvolvimento como um ato patriótico, de amor a nação. Estas e outras características do que entendemos como desenvolvimentismo aparecem nos períodos pré e pós-golpe civil-militar, fazendo com que seja possível a constatação de que, mesmo que a ditadura buscasse afastar de si as heranças dos governos anteriores, ela não consegue concretizar isso, mantendo muitas práticas, às vezes trocando apenas a roupagem. (Miranda, 2018, p. 106).

⁷² O governo de Humberto de Alencar Castello Branco, que durou de 1964 a 1967, é conhecido como o início da Ditadura Militar no Brasil.

Segundo Cesár Augusto Bubolz Queirós, em *A Amazônia e a “utopia autoritária”*: *integração, ocupação e exploração ontem e hoje*, a política de ocupação da Amazônia esteve vinculada à Doutrina de Segurança Nacional (DSN) implementada no Brasil. Originada nos Estados Unidos, essa ideologia influenciou diversas escolas militares da América Latina. Embora as perspectivas de domínio, integração e defesa das fronteiras não fossem inéditas, já tendo sido discutidas por governos anteriores, durante o período ditatorial elas foram institucionalizadas através de órgãos e a adoção de medidas visando incentivos à produção econômica na região.

Com o golpe civil-militar de 1964, o processo de ocupação da região passa a ocorrer de forma contínua e sistemática, a partir da criação de planos, programas e superintendências criados pelo governo central com a finalidade de executar planos de ocupação e desenvolvimento do espaço amazônico. Durante o governo Castelo Branco, foram implementadas as bases político-institucionais para este reordenamento: em 1966, a criação da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e a reformulação do Banco de Crédito da Amazônia S. A., dando lugar ao Banco da Amazônia S. A. (BASA), que, em conjunto com o Banco do Brasil, foram os principais financiadores deste modelo. Em 1967, foi criada a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) e, em 1970, o Programa de Integração Nacional (PIN) e o RADAM (FRANKLIN, 2014, p. 336). (Queirós, 2022, p. 04)

Durante o governo de Jânio Quadros, ainda se perdurou a tentativa de alavancar a economia da borracha através de estudos e levantamentos de dados que culminaram na possibilidade de se criar uma economia mista⁷³ para a intensificação do plantio (O Jornal, 1961, edição:12331). Nessa proposta de economia mista, visando a plantação da seringueira utilizando modos processuais modernos em substituição à produção silvestre, foi instituída a proibição da venda de seringais para o incentivo de “formar” novos seringais na região. A justificativa para tal restrição baseava-se no argumento de evitar o “despovoamento”, principalmente nas zonas de fronteira.

No contexto político do governo de Jânio Quadros, destaca-se a matéria publicada pelo jornal *O Acre* (1962) acerca de mais um governador enviado pelo governo federal, que veio “aventurar-se” pelas terras acreanas, na intenção de formular mais um capítulo na sua carreira política. “Quando nomeado governador, o Sr. José Altino Machado não conhecia o Território. Lá chegando, visitou-o todo. Alarmou-se com as dificuldades que assoberbavam seu povo. “De

⁷³ Para essa formação foi instituído um Grupo de trabalho, criado nos termos do Decreto nº 50.451, de 13 de abril de 1961 visando um investimento para a plantação da seringueira na Amazônia.

pronto, porém, a hospitalidade, a bravura e o patriotismo dos acreanos o conquistaram”. (*O Acre*, 1962).

Cada governador atribuía aos seus discursos a ideia de inserir o Acre como um território de importância econômica para o cenário nacional. Em 1961, o governador José Ruy Lino propôs um “plano de salvação para o Acre” durante sua passagem em Brasília. Nas pesquisas, é notório que as narrativas sobre os planos de cada governador territorial, independentemente do tempo de mandato, produziam e publicavam um plano de ações com pretensões de “restaurar”, como destacado pela matéria, o território acreano.

Entre as tentativas de manter a atividade extrativista da borracha e com incentivos a outras atividades na região, destaca-se a matéria publicada pelo jornal do Rio de Janeiro que cita que o Acre e Rondônia são exemplos das regiões que devem ser mantidas como “sentinelas avançadas na integridade territorial do país”. (*O Jornal (RJ)*, 1961, p. 06). Acrescentando a justificativa, afirma-se que o padrão de vida nessa região deve ser modificado com auxílio do plano da COBEVEA⁷⁴.

Outra matéria publicada sobre o Acre, em 19 de novembro de 1963, no periódico *O Jornal* do Rio de Janeiro, publicou a fala do deputado Valério Magalhães, do partido PSD-AC, que recordou a assinatura do Tratado de Petrópolis. O deputado afirmou “A epopeia acreana ainda não é bem conhecida em nosso país, uma vez que é ligada à História da Amazônia, sem a influência política dos grandes Estados”. (p. 06).

Nas duas matérias de jornais publicadas acima, direciona-se a análise para a identificação do Acre como um componente peculiar da narrativa que perpassa o ambiente amazônico. Na primeira, o Acre, assim como o estado vizinho, Rondônia, são identificados como possibilidades de garantir uma proposta de integridade da nação, considerando a localização de fronteira. Já na segunda narrativa, há o destaque para um certo desconhecimento dos acontecimentos históricos, quando se refere que a “epopeia acreana”, conforme apontado pelo deputado, não é plenamente reconhecida pelo país por estar vinculada diretamente à História da Amazônia e por não obter ligação com os grandes centros “desenvolvidos”.

⁷⁴ De acordo com o Jornal consultado, a COBEVEA consistia em uma Companhia Brasileira de Heveicultura, com a participação da União, do Banco de Crédito da Amazônia S.A... dos produtos Amazônicos de borracha e dos industriais com o capital mínimo de cinco bilhões de cruzeiros. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_06&Pesq=%22Acre%22%20%22Amaz%22%20%22b4nia%22&pagfis=14408

4.3 Entre permanências e rupturas: O Acre após a emancipação política

A lei nº 4.070, de 15 de junho de 1962, elevou o Território do Acre à categoria de Estado e estabeleceu providências em relação à estrutura administrativa da nova unidade federativa. Como destacado nas páginas anteriores, até que o decreto entrasse em vigor, políticos do Acre e grupos restritos aos interesses econômicos, tentavam emplacar a discussão para a efetivação da mudança jurídica do Acre em relação ao Brasil. Enquanto isso, a população, cuja presença é pouco evidenciada nas narrativas, permanecia à margem das questões políticas e econômicas do Acre, vivendo sob condições materiais precárias, ou seja, “alheios” às manifestações políticas.

Um acontecimento inédito na história do país registrou-se no último dia 17, quando, acatando o projeto de Lei do Congresso, a presidência da República sancionou a elevação à categoria de Estado do até então Território do Acre. A propositura transitou por mais de quatro anos pelas comissões da Câmara de Deputados, onde deu entrada com as assinaturas de 232 deputados, sendo seu autor o representante acreano sr. José Guimard, ex governador do Território. (Folha de São Paulo, Brasília, 1962).

Dentro de uma efervescência política, é importante destacar, que essa manifestação se dava para aqueles que participavam efetivamente da vida política do Acre, seja por interesses comerciais, políticos ou atuando diretamente em cargos políticos no Acre. A passagem da elevação do Território do Acre à categoria de Estado, além de realizar previsão sobre as novas condições jurídicas e políticas do Acre, também fez outras previsões que levantam questionamentos à condição do Acre dentro do panorama da Amazônia brasileira.

É importante destacar que a oficialização do pedido de elevação do Acre à categoria de Estado ocorreu em 1960. Os jornais da época publicavam sobre o andamento da solicitação e a tramitação do projeto do deputado José Guimard dos Santos referente à criação do Estado do Acre. A proposta estampou os noticiários, acompanhada da informação de havia obtido o apoio de mais de oitenta deputados, com a condição de urgência para que seja implantado até o final do mandato do presidente Juscelino Kubitschek. (O Jornal, 22 de julho de 1960).

Do decreto que instituiu a elevação do Acre à categoria de Estado, destaca-se o que dispõe o “Art. 10. Caberá à União o pagamento da importância que for em definitivo arbitrada, como justa indenização ao Estado do Amazonas, pela perda do Acre Setentrional.” Ao longo das pesquisas, abrangendo o período de 1940 a 1960, diversas matérias de jornais, de diferentes

anos, registravam as constantes reivindicações por parte do Estado do Amazonas. Governos sucessivos solicitavam indenização pela perda do *Acre setentrional*.

O governo do Presidente Juscelino Kubitschek foi o mais solidário com o Estado do Amazonas, liberando inúmeras parcelas da dívida do Acre. Talvez isso tenha a ver com a eminente elevação do Acre à categoria de Estado, já que, tudo parecia indicar que o Projeto de Lei de emancipação do Acre seria aprovado no findar da década de 1950 ou no início da de 1960. É possível que o governo federal buscasse governabilidade e evitasse problemas regionais. (Carneiro, 2024, p. 180)

Em sua obra intitulada *O Estado do Amazonas e a Disputa pelo Acre* (2024), o autor Eduardo Araújo Carneiro expõe que o Estado do Amazonas, mesmo após o Acre ser incorporado ao Brasil pelo Tratado de Petrópolis, não abandonou a sua ação em busca da posse do território, e posteriormente, pela indenização por não ter obtido êxito. A pesquisa do autor retrata que diversas ações foram pleiteadas, de modo que a cada governo postergavam as decisões e análises, até que com a Constituição de 1934 deu ganho de causa ao Amazonas, com o início de um litígio que lutaria pelo valor indenizatório para o Amazonas. Desde 1934 se obteve registros de valores recebidos pelo Amazonas, pelo o que o autor chamou de “desanexação”, considerando que ele interpreta que as terras que corresponde ao atual território do Acre eram legalmente do Amazonas.

O autor que estuda o processo de anexação do Acre ao Brasil sob diferentes perspectivas, com novas abordagens teóricas e metodológicas, propõe uma releitura da chamada “Revolução Acreana”. Considerando que os governos amazonenses dirigiram os fluxos migratórios para o Acre e financiaram os conflitos militares que existiram, o autor defende que existiu foi uma revolta amazonense, ao invés de uma revolução acreana. No entanto, para esse estudo, não convém estabelecer versões mais próximas de uma suposta “verdade”, mas sim dialogar com as diferentes narrativas, compreendendo as condições de possibilidade do que Foucault nomeia de “Regimes de verdade” em sua obra *Vigiar e Punir* (1975) a partir das relações de poder de uma sociedade em um determinado período.

Uma matéria publicada no ano de 1962 pelo jornal do Rio de Janeiro destaca “O Acre já pertenceu à Bolívia; agora é o 22º Estado do Brasil, ressaltando a incorporação dessas terras para o Brasil e apresentando como ponto de partida o processo litigioso com a Bolívia. É partir dessas interpretações que Carneiro (2024) questiona a tendência de se referenciar ao Acre como uma questão a ser resolvida somente a nação boliviana, o que mascara a batalha judicial que o Amazonas intentava sobre o Acre, desde as primeiras movimentações da atividade extrativista do látex, entendia como um projeto econômico da Amazônia brasileira.

Outra publicação de um periódico do estado do Pará destaca que:

A integração acreana no sentido nacionalista de brasilidade é uma conquista, uma tomada de posses de terras ínvias e bravias na predestinação pioneira e desbravadoras dos acreanos e dos nordestinos marchando juntos para o engrandecimento da pátria” (O Acre, 1962, edição 01535) (transcrito da “Folha do Norte, Belém -Pará de 13 de junho de 1962.

Nesse viés interpretativo da matéria de jornal apresentada acima, o Acre insere maior simbologia enquanto parte da nação quando adquire sua condição de Estado, embora a sua anexação ao país tenha ocorrido em 1903, com o Tratado de Petrópolis. As identidades dos “acreanos” e “nordestinos” aparecem bifurcadas, quando se refere a uma narrativa que trata o processo de brasilidade como se o Acre fosse um território pre-existente, anterior à consolidação da narrativa que se apresenta como “a-histórica”, como se as terras acreanas estivessem sempre ali, como um fato natural daquela região.

Entre as ações desbravadoras e pioneiras, a constituição de uma identidade condiciona uma narrativa de brasilidade reforçando um caráter nacional, que ao ser desvelado, demonstra as estruturas condicionantes de uma produção discursiva que repousa sobre a perspectiva do nacionalismo. Na expansão de um país que utilizou da dimensão da fronteira e da defesa nacional para imbuir sentidos ao Acre como uma categoria nacional, é válido refletir sobre como essa parte da Amazônia se constituiu na historiografia brasileira, e como se diferenciou dos demais territórios, sobretudo dentro do contexto da Amazônia brasileira.

Governador do Acre vai desapropriar seringais

Sob o título acima, o “Diário de Notícias”, em sua edição de 10 de novembro, acaba de publicar, com maior destaque, uma entrevista com o Governador José Augusto de Araújo, o qual aparece, em clichê, impresso na 1º página, ao lado do Presidente João Goulart e ladeado por diversos líderes trabalhistas.

Transcrevemos na íntegra a entrevista.

“O primeiro governador do Acre, Sr. José Augusto, foi conferenciar, ontem com o presidente João Goulart, e hipotecar-lhe integral solidariedade. Reivindicou, ao mesmo tempo, a conclusão da rodovia Brasília-Acre e anunciou a desapropriação dos seringais no mais novo Estado da Federação. O senador Oscar passos fêz as apresentações ao Presidente da República que ficou ciente de que o PTB elegeu 2 senadores, 3 deputados federais e 7 estaduais no longínquo Acre.

Falando à imprensa, ontem, após avistar-se com o presidente João Goulart, no Palácio do Planalto, o governador do Acre informou que consta, do seu programa, a desapropriação de seringais e racionalização da produção da borracha, “de forma mais humana e econômica”, de modo a permitir o dobro do que atualmente é produzido, daquela hévea.

O governador José Augusto de Araújo Manteve longo encontro com o Sr. João Goulart, tratando de diferentes problemas administrativos, ocasião em que manifestou ao presidente todo o apoio de seu Estado à política do governo, embora reconhecesse que o partido que o elegeu terá minoria na Assembléia acreana.

Reivindicações

Disse o sr. José Augusto que a rodovia Brasília-Acre (BR-29) foi objeto de especial atenção na entrevista mantida com o presidente da República, pois considera de vital importância não para a região Oeste como para o próprio desenvolvimento do país.

Os problemas de educação e saúde são outras tantas sentidas reivindicações do Acre, pendentes de solução imediata, acentuando o sr. José Augusto que, naquela região, existe, em média, um médico para cada grupo de 16 mil habitantes, sendo calamitosa a incidência da verminose, malária e tuberculose e lepra. A carência de escolas é absoluta e o índice de analfabetismo é alarmante. São problemas prioritários no seu governo (O Acre, 1962, nº 1546).

O primeiro governador eleito do Acre, deposto do cargo em maio de 1964 pelo regime da ditadura militar, iniciou seu mandato com aspirações políticas que defendiam a ideia de um período de ascensão econômica do Acre, assim como os outros governadores do período em que o recém estado permaneceu como Território Federal. Contudo, algumas medidas o diferenciavam dos demais, inclusive, ficando marcadas como características da sua defesa política, ao preconizar defesa por uma atividade econômica mais “humana”, assim como expressou na entrevista anunciada anteriormente.

A política de desapropriação dos seringais, que foi tornado como título da entrevista, traz à tona o perfil político assumido por José Augusto, compreendido pela ditadura como um governo subversivo, comunista e contrário aos ideários do país. A partir da apresentação da entrevista do jornal, é possível compreender que sua chegada ao cargo de governador do Acre renunciou posicionamentos políticos que foram entendidos pelo regime repressivo como um governo desalinhados com os ideários do regime militar.

No capítulo intitulado *De José Augusto ao capitão Cerqueira: fragilidade política, falta de hegemonia e exacerbação do autoritarismo no executivo*⁷⁵, o pesquisador Francisco Bento da Silva explica que, após o decreto que elevou o Acre a Estado, houve a primeira eleição direta para governador, senador e deputado estadual. Contudo, uma parte significativa da população continuou sem participação política através do voto direto, considerando que 68,6% da população era considerada analfabeta, representando apenas 12% da população do Acre.

A desapropriação dos seringais passou a ser pauta na administração do governador José Augusto, que propôs uma “racionalização” da produção da borracha de forma mais “humana”,

⁷⁵ Um capítulo da dissertação *As raízes do autoritarismo no executivo acreano – 1921/1964*, publicada em 2002.

sem deixar de considerar seu aspecto econômico. Uma parte de sua entrevista foi publicada pelo jornal *O Acre*, que adotou como título da matéria destaque dado ao projeto de distribuição de terras. As expressões “racionalização da produção da borracha” e “de forma mais humana e econômica” acentuam a postura do governo em relação à estrutura econômica existente, mas compreendendo as condições específicas do Acre. Quando se refere a uma forma mais humana, o governo buscava promover uma atividade econômica capaz de oferecer condições mais salubres à população, e isso se constata quando trata dos problemas socioeconômicos, do âmbito da saúde e educação.

Neste quadro mais geral, que acontece a eleição do primeiro governador escolhido de forma direta. O candidato José Augusto de Araújo era da coligação *União Social Trabalhista* (PTB/UDN/PSP/PP), cujo slogan — “*O Acre para os acreanos*”, agradava aos bríos daqueles que durante muito tempo tiveram seus destinos traçados pelo poder político da República e ao mesmo tempo, ele era o primeiro acreano nato que poderia ser eleito de forma direta para o cargo de governador. (Silva, 2002, p. 74).

O governador acreano assentava sua proposta política na condição de pertencente às terras do Acre, um “acreano nato” que o diferenciava dos governos enviados pelo governo federal, muito dos quais desconheciam a região e assumiam mandatos a curto prazo, sem nenhum vínculo com essas terras. Com o governo de José Augusto, sob o lema “O Acre para os acreanos” Francisco Bento da Silva ressalta que o Acre esteve inserido nas malhas autoritárias da ditadura, assim como outras regiões do país. Com a deposição do governador eleito, pela primeira vez através do voto direto, fica evidente que o Acre não estava fora das ações ditatoriais que se delineavam no governo central do país.

Nas plagas acreanas, como nas demais unidades federativas, os reflexos da ditadura militar foram simultâneos ao golpe sofrido pelo governo central. José Augusto de Araújo — primeiro governador eleito de forma direta em 1962 e empossado em 1963 —, após uma conturbada administração, foi deposto em maio de 64 por um golpe implementado pela 4ª Cia. do Exército, tendo a frente capitão Edgard Pedreira de Cerqueira Filho, que obriga-o a entregar sua carta de renúncia à Assembléia Legislativa¹⁵³ e este assume o executivo estadual. (Silva, 2002, p. 79).

Mesmo sem ter a pretensão de realizar uma análise dos governos que passaram pelo Acre, ao enveredar pela dimensão das narrativas da Amazônia a partir do Acre, é possível destacar as principais manifestações de um governo pautado em uma política de um “Acre para os Acreanos”. Essa política, que previa uma reorganização na estrutura das terras do Acre gerou tensões que culminaram na interrupção da gestão do governador, forçado a renunciar com o início da ditadura.

O posicionamento do regime militar em relação à Amazônia brasileira pregava a defesa da selva contra as supostas ameaças externas de invasão do território, ao mesmo tempo em que propagava a ideia de que a região era economicamente inoperante para o país. Nesse contexto, a Amazônia foi incorporada ao posicionamento do regime militar como uma vasta região sem “utilidade” para o país, ou seja, se preservou a perspectiva do “vazio demográfico” e da “selva intocável” para criar uma narrativa de intervenções visando o aproveitamento desse território em benefício do Brasil.

Entre as ações da ditadura militar para a Amazônia, destaca-se a chamada “Operação da Amazônia” iniciada durante a presidência de Humberto de Alencar Castelo Branco, que anunciava transformações estruturais para a economia da região, fundamentadas no lema de defesa nacional e aproveitamento do território para alavancar a economia do país. A partir do início desse projeto ditatorial para a região, os discursos políticos dos diferentes territórios que integram essa Amazônia passaram a se alinhar, de modo que a ideia da transformação da Amazônia fosse perpassada por uma coletividade, que naquele período, se unia através de grupos de interesse devidamente indicados para ocupar a liderança de cargos e órgãos, estabelecendo perspectivas simétricas em relação à *Operação Amazônia*.

O anúncio de um temor à intervenção internacional estava prenunciado, assim como já havia sido utilizado como recurso, inclusive, para o processo de anexação do Acre ao Brasil, com a base argumentativa de que o atual território do Acre representaria uma abertura do Brasil para a presença estrangeira. No contexto da ditadura militar, o presidente, durante um discurso das primeiras ações da *A operação da Amazônia* afirmava que “Uma vez mais a história da Amazônia se repete. Agora, porém em termos de integração verdadeiramente nacional”, uma contribuição para a não-internacionalização demográfica da Amazônia brasileira. (Correio do interior, 1967).

Amazônia

O início da operação

Após o advento da Revolução de março de 1964, os responsáveis pelo destino da Amazônia e do Brasil começaram a coordenar realmente seus esforços.

Disso é que resultou o trabalho racional de uma equipe de homens de todas as esferas da administração pública. Desde as casas militar e Civil da Presidência da República, do Mecor, ex-SPVEA, ex,BCA, agências de desenvolvimento estaduais e municipais, até as entidades representativas das classes produtoras. (Álbum Operação Amazônia, 1967, p. 123).

O governo do Pará publicou e disponibilizou a coleção de documentos ⁷⁶escritos sobre a *Operação da Amazônia*. Neste álbum, destaca-se que esse conjunto de políticas governamentais voltadas para a Amazônia ocorreram no contexto de “Revolução de março de 1964”, termo que indica que a ruptura na estrutura do poder político do país. Diante da constatação de que houve uma mudança abrupta no regime político do Brasil, a redação se encaminha para afirmar que havia uma hegemonia em relação aos planos governamentais para a chamada *Operação Amazônia*, de modo que todos os órgãos e agentes especializados do país estavam associados a um novo projeto que se delineava para a Amazônia.

Imagem 07 – Mensagem da Amazônia: Álbum Operação Amazônia



Fonte: Album Operação Amazônia

Além de construir uma base estratégica reunindo diferentes órgãos de forma coletiva para apresentar uma proposta de intervenção para a Amazônia, o Álbum é estruturado com a estratégia de esboçar dados sobre a região, seguidos de propagandas que tenham o objetivo de despertar o interesse da iniciativa privada para “investir” nessa região apresentada como rentável e lucrativa. Ao afirmar que a iniciativa privada “participaria” do desbravamento na

⁷⁶ Divulgado e organizado pelo governo do Pará, o álbum *Operação Amazônia* reúne recortes jornalísticos, legislações, cartas, fotografias e outras tipologias textuais que foram produzidas durante o início desse projeto. A obra foi produzida por um conjunto de ações entre poderes federais, estaduais e municipais. Está disponível através do endereço eletrônico: <https://obrasraras.fcp.pa.gov.br/publication/operacao-amazonia-album/>

região, a Amazônia é anunciada como um conjunto de terras disponíveis para exploração econômica, sendo essa ação vista como contribuição para a integração da região ao restante do país.

Sobre esses órgãos de apoio aos projetos que estiveram voltados para a Amazônia, essa operação estabeleceu três leis que serviriam de base para a implementação das ações desse chamado projeto desenvolvimentista e integracionista. O primeiro, sob a lei nº 5.122, transformou o Banco de Crédito da Amazônia em Banco da Amazônia, a segunda, registrada na lei nº 5.173, extinguiu a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e criou a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM); e por fim, a Lei nº 5.174 instituiu incentivos fiscais em favor da região Amazônica.

Acrescido dessas informações, chamado *Álbum Operação Amazônia* apresenta a primeira Reunião de Incentivo ao Desenvolvimento da Amazônia (1ª R.I.D.A), com destaque ao pronunciamento do presidente do país à época, Humberto de Alencar Castelo Branco, que afirmou que as mudanças nas estratégias eram necessárias, levando em consideração que os órgãos existentes até aquele período haviam produzido uma “atmosfera de atuação tímida, politizada e paternalista”. (*Álbum Operação da Amazônia*, 1967).

O Desafio dos trópicos

“O ministro acreano Jarbas Passarinho, da Educação, acaba de publicar um **ÁLBUM** ricamente ilustrado e repleto de dados estatísticos do mais alto valor sobre a **AMAZÔNIA**, que ele considera **O Desafio dos Trópicos**.”

Além do retrospectivo histórico, da descoberta às tentativas de infiltrações estrangeiras, incursionando, ao mesmo tempo, pela fantasia que se mistura ao estudo sério do Ex-inferno Verde, resume o desdobramento da sua economia desde o “rush” da borracha até os nossos dias. Sem ufanias, mas também longe das tiradas derrotistas com que se procura, às vezes, desvalorizar o homem diante de tamanha grandeza. Não estamos de machado em punho derrubando a gigantesca floresta, como tanto se pretendeu fazer crer para provar à opinião mundial que somos um povo predatório. (O Acre, p. 02, 1972).

O Jornal *O Acre* publicou um material produzido pelo ministro Jarbas Passarinho, reunindo dados que pudessem contribuir com o posicionamento do regime militar em relação à região amazônica. Esses materiais, assim como o *Álbum Operação Amazônia*, tinham o objetivo de demonstrar conhecimento sobre a região, de modo que os dados levantados pudessem justificar as medidas empreendidas pelo governo. Na condição de membro do governo federal, responsável pelo âmbito educacional, a produção autoriza um discurso

científico, um saber que estabelece uma verdade. Segundo Michel Foucault (2018), esse saber estabelece uma relação com um conjunto de regras que se institui como um “estatuto da verdade (p. 41) e através dessa condição, essa “verdade” desempenhará um papel político e econômico no período em que rege as relações de poder em uma sociedade.

O advento da defesa da fronteira, a ameaça internacional e o sentido da “ocupação” constituem as temáticas centrais durante o período da ditadura militar, quando se trata das ações do governo federal na perspectiva das medidas voltadas para a Amazônia. No material produzido pelo ministro da educação, evoca-se a dimensão do saber histórico, atribuindo-lhe um sentido linear e retrospectivo para demonstrar que as incursões da ditadura militar são “necessárias”. Assim, retomam-se algumas categorias dessa Amazônia que se constituem como representações, conforme estabelecido por Roger Chartier em *A História Cultural – entre práticas e representações* (1900), ao definir que essas representações são construídas e atuam em meio a disputas e concorrências alicerçadas em torno do poder e da dominação (1990, p. 17).

Além do retrospectivo histórico, da descoberta às tentativas de infiltrações estrangeiras, incursionando, ao mesmo tempo, pela fantasia que se mistura ao estudo sério do Ex-inferno Verde, resume o desdobramento da sua economia desde o “rush” da borracha até os nossos dias. Sem ufania, mas também longe das tiradas derrotistas com que se procura, às vezes, desvalorizar o homem diante de tamanha grandeza. Não estamos de machado em punho derrubando a gigantesca floresta, como tanto se pretendeu fazer crer para provar à opinião mundial que somos um povo predatório. (O Acre, p. 02, 1972).

É através da dimensão do poder que as práticas constroem uma inteligibilidade do mundo através das representações, por intermédio das condições que operam diretamente na constituição dos modos atribuição dos “sentidos históricos” em uma determinada época. Na década de 1960, com o advento do regime militar, a Amazônia adquire sentidos que se debruçam sobre concepções que se estabelecem por uma “coerência histórica” utilizada para justificar a necessidade da intervenção governamental para autorização de empreendimentos, medidas e estratégias codificadas por uma estrutura que define formas de ver, interpretar e conhecer esse espaço da Amazônia construído pelo governo ditatorial.

Conforme as perspectivas lançadas por Michel de Certeau em *A Escrita da História* (1982) no contexto da cultura ocidental moderna, a escrita produz um discurso da separação, uma condição em que determinado grupo se engrandece a partir daquilo que exclui, nega ou oprime pela ausência, criando um fazer histórico que constitui um lugar, “onde um querer pode e deve escrever (construir) um sistema (uma razão que articula práticas” (Certeau, 1982, p. 18).

A proposta do regime militar evidencia um alinhamento ao justificar o presente em detrimento de um passado que se molda como “necessário”, “verdadeiro” e, nesse contexto para a Amazônia, como promissor à integração nacional. A historiografia envolve as condições de possibilidade de uma produção, e é o próprio assunto sobre o qual não cessa de discorrer (p.22).

O governo de Wanderley Dantas, na década de 1970, entoava a produção discursiva que apresenta o Acre como um simbolismo da consolidação da pátria brasileira. Durante o evento de abertura da semana da pátria, foi publicada uma matéria que destaca a fala do governador do Acre: “Somos os últimos remanescentes da Independência” (*O Acre*, 1960). A evocação da pátria como um elemento argumentativo alicerçava as medidas para a concessão da defesa da fronteira, em busca da legitimação para o fortalecimento do sentimento nacional em face de um inimigo que ameaçaria essa integração, seja uma intervenção estrangeira, seja por um regime político que questionasse o sistema de governo da ditadura.

Na matéria analisada, o Acre é utilizado como recurso para a narrativa nacionalista brasileiro: “somos os arautos da integração amazônica e os últimos esteio lançado para a definitiva e irrefutável institucionalização da soberania nacional” (*O Acre*, 1972, p. 01). A matéria encerra-se com a afirmação de que o governador conclama o povo a continuar a “ação integradora da Amazônia e do Acre ao Brasil independente”. (p. 01).

4.4 Permanências e resistências na Amazônia acreana

Nesse contexto de repressão, na tentativa de incitar um clima de alinhamento e predomínio de uma hegemonia aos parâmetros do regime militar, os jornais propagandeavam as estratégias e as ações de governadores nomeados em consonância com os projetos militares. No entanto, em meio à censura, ao controle e à coerção, o jornal *Varadouro, um jornal das Selvas*, surge como uma “voz” que resiste à opressão. Em sua edição número 1, em maio de 1977, passou a retratar as temáticas silenciadas naquele período.

Aos leitores

Varadouro, como o próprio nome VARADOURO, como o nome sugere, propõe-se a contar o momento histórico atual do Acre e de sua gente. No auge das “folias do látex”, que aconteceram nesta parte da Amazônia Ocidental, existiram dezenas de jornais. O Acre, atualmente, estringindo uma expressão do nosso amigo & entrevistado Márcio Souza, recebe uma segunda “patada” histórica e reclama da consciência do jornalista o registro dos fatos, mas principalmente das consequências desse processo.

É um desafio, até certo ponto, incômodo. Sabemos que seremos amados e mal-amados. Mas ainda achamos que vale a pena assumi-lo, porque acreditamos que o

homem acreano e o da Amazônia em geral merecem muito mais do que simplesmente o "berro do boi" (assinado pelos editores). (Varadouro, 1977, p. 02).

A apresentação do jornal, realizada pelos seus editores, expressa uma crítica ao contexto das políticas e empreendimentos lançados para a Amazônia, com ênfase ao espaço onde o jornal é produzido, o estado do Acre. Destaca-se a expressão do estado viver uma segunda “patada” histórica, enquanto essas questões permanecem silenciadas pelo jornalismo da época. A descrição de uma “indelicadeza” que vive o Acre faz referência ao conjunto de políticas implementadas para a região amazônica, em detrimento do incentivo a outras atividades econômicas, como a pecuária, em substituição do antigo sistema extrativista.

“O homem acreano e o da Amazônia em geral merecem muito mais do que simplesmente o berro do boi”. Essa expressão tematiza as medidas de incentivo à pecuária que estavam sendo incentivadas na região, das quais o Acre não estava de fora desse processo. “O homem acreano” refere-se aos sujeitos que não somente viviam na região, mas que atuaram como mão de obra nos antigos seringais, os quais estavam sendo gradualmente substituídos por uma atividade em torno da abertura de pastos para o cultivo de gado. Embora seja importante afirmar que havia um incentivo a outras atividades comerciais, no entanto, a pecuária surgia como alternativa para o “aproveitamento” de terras que serviram para a estrutura do sistema de aviação.

“ A herança...”

O Acre revive, então, os seus piores momentos políticos do tempo de Território. Na semana passada registrou-se um exemplo em Rio Branco, com um grupo de pessoas festejando antecipadamente a nomeação do ex-governador Wanderley Dantas para novamente ocupar o Palácio Rio Branco. Tal nomeação, seria antes de mais nada, um duro golpe que o governo federal daria a 20 mil favelados que vivem na periferia da capital, em consequência desse senhor que governou o Estado com a preocupação exclusiva de substituir o homem pelo boi, no campo. (O Varadouro, p. 04, 1977).

Sob o título *Herança*, a matéria jornalística argumenta que, historicamente, a política do Acre esteve baseada em vícios, apadrinhamentos e estruturas externas ao território. Esses vícios da política, pela sua condição como território por 59 anos, demonstram-se como uma herança que vem à tona durante o período ditatorial. Portanto, além de estar atravessado pelos projetos políticos e ideológicos do regime repressivo da Ditadura militar para a Amazônia, o Acre revive estruturas que permanecem mesmo após ter deixado sua condição de território federal da União.

Acerca das escolhas políticas por nomeação e indicação, com base na aceitabilidade do regime, o Acre, que passou quase 60 anos sem a devida participação política direta por meio do voto, após dois anos da chamada “emancipação política”, teve seus recentes direitos de escolha de governador afetados novamente, com o golpe de 1964, que restringiu qualquer forma de participação popular. Conforme discutido, a elevação do Acre à categoria de estado não representou mudanças bruscas, que alterassem a estrutura administrativa e política, de modo que a população, em sua maioria pudesse participar ativamente, todavia, tão logo após o advento do mandato do primeiro governador nomeado através do voto, o Acre retornou a uma estrutura semelhante que já fazia parte da sua condição territorial como parte do Brasil.

João Veras de Souza, em *Seringalidade*, reflete sobre os processos das atividades econômicas e as políticas de fomento ao desejável “desenvolvimento” da Amazônia, enfatizando o estado do Acre, no que concerne à exploração de recursos naturais e demais negócios rentáveis que fossem possíveis para os empreendimentos desenvolvimentistas da região.

É quando os seringueiros são desconsiderados pelas políticas públicas de desenvolvimento, constituindo-se, como entende, no mais violento processo de expropriação de grande parcela dessa população, especialmente aqueles despossuídos a quem as políticas públicas fundiárias não produziam qualquer benefício, muito pelo contrário, idem, p. 75). Tal movimento funda o fenômeno da periferização do Acre (Souza, 2017, p. 166).

Conforme identifica o autor, as diretrizes para a implantação de novas atividades econômicas na região desconsideravam a vida daqueles que atuaram na força de trabalho da atividade extrativista. Dessa maneira, nos novos empreendimentos não havia espaço para todos aqueles trabalhadores, que, diante do novo contexto, buscavam não somente postos de trabalhos, mas também meios de sobrevivência. Parte desses sujeitos foram ocupar o espaço da cidade, todavia, essa cidade projetada não se distanciava do ambiente da floresta. Apesar dos projetos de modernização da capital, esses sujeitos permaneciam em constante circulação entre ambos espaços.

No que concerne ao que João Veras de Souza apresenta como “periferização do Acre”, compreende-se a expressão enquanto parte de ordenamentos voltados para a implantação de uma organização da cidade e novas atividades econômicas. Vale ressaltar que a constituição do que seria a área central da cidade, em uma dualidade com o que se configuraria como margem, também foi posta enquanto uma política organizacional envolvendo empresas e demais políticas locais. É possível identificar construídas para articular e denominar uma região como

central, tomando por base as categorias teóricas de Michel de Certeau (1998) em *A invenção do cotidiano*, o lugar se constitui em espaço a partir do conjunto das relações humanas e estruturas legitimadas pelas produções discursivas.

As transformações entre esse espaço da floresta e o da cidade, que envolveram a desarticulação dos seringais e demais ações que culminaram na falência da atividade de extração do látex, foram consequências das políticas de incentivos à Amazônia, geradas e estimuladas em substituição a um dos maiores empreendimentos instaurados em períodos anteriores.

Na Amazônia, no Acre, o mesmo. Os indígenas expropriados e os seringueiros impedidos de seu acesso, funcionando deste modo, a propriedade fundiária, como o motor da relação de dominação e exploração do proprietário seringalista. Aliado a isso, igualmente forte e decisivo, as suas racializações como sujeitos naturalmente inferiores. Os primeiros, de caráter único. Os segundos relacionados à sua origem nordestina. Ambos quanto aos seus saberes (Souza, 2017, p. 167).

Do mesmo modo como são articuladas as narrativas sobre o espaço, encadeando elementos e constituindo estruturas que passam a justificar e legitimar as trocas de atividades econômicas dominantes, ao classificar o que é desenvolvido e o que não se deve incorporar enquanto parte da construção da narrativa, as produções de sentidos que constituem o lugar em um espaço narrado também passaram a narrar sujeitos que, ora são produtivos na região, por novas incorporações aos discursos da região, ora são desconsiderados em função das ações desenvolvimentista com maior foco à criação de gado e à expansão dos pastos.

Na dissertação de mestrado intitulada *Semente: Leituras sobre a trajetória de um grupo de teatro da cidade de Rio Branco – Acre* (2018), ao compreender a conjuntura política, econômica e social da cidade de Rio Branco nos anos de 1970, a autora destaca que é necessário [...] pensar para além dos marcos que justificam as trocas de atividades, para que seja possível compreender que entre as estruturas os sujeitos se reinventavam nesse espaço. Ao considerar que a região estava atravessada por determinações em torno de interesses econômicos [...] (Albuquerque, 2018).

Enquanto os periódicos que atuavam como “porta-vozes” do governo do Acre, como o *Acre*, cujas publicações foram as principais fontes deste capítulo, outros, como, por exemplo, *O Jornal do povo* e *O Varadouro*, compuseram outras perspectivas para os “fatos históricos” que se publicavam como manifestação da “realidade” do território acreano. É por meio dessas tendências que se identificam os eixos estruturantes que não somente autorizam, mas sustentam

uma “ordem das coisas”, numa perspectiva de continuidade, mas que ao mesmo tempo se apresentam como “avanço” rumo à civilização da Amazônia, e sobretudo, do Acre.

Imagem 08 – O bairro que a cidade não quer ver



Fonte: Jornal *O Varadouro* (1977)

Após do declínio das atividades no látex, o Acre, dentro da narrativa, vai descortinando sua condição de seringal para “assumir” uma condição de cidade, o que escancara os reflexos de uma política baseada na exploração de um recurso natural da Amazônia. Sob a matéria “O bairro que a cidade não quer ver” é exposto um lugar que a cidade projetada para o Acre não autoriza sua existência, mas que escancara os reflexos de uma estrutura econômica e social baseada na exploração e acúmulo de capital para um restrito e privilegiado grupo dessa sociedade acreana.

O bairro cidade nova, localizado às margens do rio Acre, expõe as condições do lugar que está à margem de uma parte específica da floresta amazônica. Seus contornos de rios, vegetações e estruturas das margens fluviais, ao contrário da exuberância da floresta, revelam as condições de vida de pessoas que se vivem sob a condição mais ínfima da estrutura da sociedade do Acre para a década de 1970.

As identidades se confluem, de modo que a condição do ser seringueiro se reinventa na cidade, assim como investigou o estudo de Airton Rocha em *A reinvenção e representação do seringueiro na cidade de Rio Branco*, de modo que essa identidade se move, ela é multifacetada pelas diferentes condições de possibilidade, criando espaços de recriação, invenção e tramas. Ao compreender identidade como um *rizoma*, como refletiu *Édouard Glissant*, é possível captar esses processos identitários confluindo, como raízes que se ramificam, mas que não se separam perante os novos direcionamentos e das novas ramificações possíveis.

Quanto aos povos originários da região amazônica brasileira, durante todo o processo de pesquisa, com mais ênfase nos anos de 1940 a 1960, quando não são silenciados, tampouco sendo mencionados nas narrativas, tendo em vista que se reverberava a ideia do vazio demográfico da Amazônia, eles aparecem submetidos a duas categorias. A primeira corresponde a uma identificação como como selvagens, remanescentes, um pequeno grupo que vive em um estado incivilizado na natureza, em um estado “bruto” do lugar, e em segundo, corresponde aos caboclos da região que passaram por um processo que foi concebido pelo âmbito antropológico como *aculturação*, em detrimento de uma tentativa de apagar as heranças culturais desses povos em detrimento de uma marca colonial.

John Manuel Monteiro em *A Outra Margem do Ocidente* (1999) aborda os desafios que envolvem a realização de uma pesquisa com ênfase na presença das populações indígenas, ao considerar os silenciamentos seculares que a história do Brasil empreendeu à temática indígena como parte da historiografia brasileira.

O maior desafio que o historiador dos índios enfrenta não é a simples tarefa de preencher um vazio na historiografia, mas, antes, a necessidade desconstruir as imagens e os pressupostos que se tonaram lugar-comum nas representações do passado brasileiro. Há, desde longe, um binômio clássico que opõe um tipo de índio resistente a um outro tipo de índio colaborador. (Monteiro, 1999, p. 239).

O *Jornal Varadouro* é conhecido pelo seu espaço de debate e problematização dos temas e questões que atravessavam a região, especificamente o Acre. Uma matéria assinada pelo Antropólogo Terry Valle de Aquino expõe que os “Caxinauás e os demais grupos indígenas do Acre vivem hoje como autênticos “seringueiros”. (*Jornal O Varadouro*, 1977, p.08). O que distingue dos seringueiros “brancos” é o grau ainda mais acentuado da exploração a que estão sujeitos. A narrativa afirma que, após sete meses de convivência com a população na região do Alto Juruá, os Caxinauás viraram os caboclos, com a entrada da agropecuária, e a partir desses novos ordenamentos, emergiram outras construções de identidades que se dava pela

denominação de “bóias-frias” ou “farofas-frias”. “A cada dia chegam novas famílias, “corridas” dos seringais transformados em pastos ou passaram para as mãos de especuladores ou grupos econômicos “progressistas” que não incluem nesse “progresso” o homem”. (O Varadouro, 1977, p. 17).

Embora diferentes se tenha passado pelo atual território do Acre diferentes projetos modernizadores, desde a sua incorporação ao Brasil, enveredar pelas tramas discursivas condiciona a identificação dos reflexos de uma política baseada em favorecimentos e clientelismos. Tal perspectiva reflete a partir do que Valter Benjamin determinou como *Escovar a história a contrapelo*, articulando novas possibilidades de análises que exploram os liames do discurso, os quais se enveredam pelas manifestações culturais silenciadas pela ordem instituídas do poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo compreender as narrativas e representações da Amazônia a partir do Acre, durante o período de 1940 a 1960. O recorte escolhido partiu da hipótese de que durante esse período houve a inserção de novas ideias para o pensamento social da Amazônia. Além disso, também se evidenciou que diante da inserção de novas categorias para se “traduzir” a Amazônia, também houve a permanência de concepções que vigoravam desde o período colonial.

Para estabelecer uma compreensão da Amazônia a partir do Acre, este território foi analisado como um enunciado, sendo possível entrever as primeiras questões que o envolveram como um assunto de interesse nacional. O primeiro capítulo teve como foco as primeiras narrativas publicadas pelos jornais, nas quais as terras que compõem o atual território foram apresentadas como a *Questão do Acre*. A partir de então, o estudo centralizou-se nos anos de 1940 a 1960, enveredando pelas estruturas políticas e dos regimes de governo existentes no Acre e analisando as narrativas que emergiram das intencionalidades presentes na base de sua estruturação enquanto *caso brasileiro*.

As representações e narrativas analisadas sobre o Acre foram articuladas como um campo de possibilidades, ancorado em um arsenal de estudos, realizadas por pesquisadores do Acre e da Amazônia brasileira. Não se tratou de “revisonar” a história desse Acre “incorporado”, “inventado”, ou “forjado”, como tantas versões já existentes sobre o processo de sua incorporação ao Brasil. O caráter mais particular desse estudo consistiu, ou, ao menos, se concentrou, em tratar da Amazônia brasileira, a partir de uma relação específica, de uma constituição histórica que diferenciou o Acre dos demais estados brasileiros do Norte e da Amazônia.

No primeiro capítulo, essa compreensão foi constituída através da análise de discursos políticos, projetos econômicos, estudos científicos e narrativas veiculadas pela imprensa, incluindo jornais locais do Acre e periódicos de circulação nacional, como o *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro. A utilização de matérias provenientes de diferentes periódicos permitiu contrastar como a Amazônia estava narrada, revelando jogos de poder que influenciaram na construção dos discursos difundidos sobre a região nesse meio de comunicação.

Para captar essas estruturas de pensamento sobre a Amazônia que prevaleceram entre as décadas de 1940 a 1960, o primeiro capítulo identificou as primeiras narrativas sobre o Acre, retomando ao período da chamada “*A questão do Acre*”, destacando a sua inserção como um

assunto brasileiro. Ao longo do período que se questionava a legalidade, até as terras serem incorporadas ao Brasil, articulou-se uma manifestação de cunho simbólico que levantava a defesa da soberania nacional e da identidade brasileira.

As fronteiras desse Acre são concebidas, neste estudo, como “invisíveis”, em referência às divergências de interpretações que marcaram o período anterior à sua incorporação ao Brasil. A legalidade da posse sobre essas terras variava conforme os interesses políticos e econômicos vigentes. Entre as críticas à morosidade de ações do presidente Campo Sales, defendia-se a anexação do Acre com o interesse em seu potencial econômico oriundo da atividade extrativista do látex. Apesar das distintas interpretações dos tratados e limites, o que se evidencia neste trabalho é que as divergências demonstram que as interpretações atendem a um conjunto de estratégias que se alteravam a depender dos interesses nacionais.

Nesse sentido, embora os argumentos que justificaram a incorporação das terras à nação brasileira, a narrativa da autoridade do Estado foi reforçada pela presença de fluxos migratórios de sujeitos advindos de outras regiões do país, as fontes selecionadas para tratar essa questão do Acre, antes da sua incorporação ao Brasil, permitem enveredar pelas contradições da ideia de pertencimento nacional. Essas fontes trouxeram questionamentos sobre a ausência de políticas governamentais para “solucionar” a *Questão do Acre*, os casos de “abandono” dos trabalhadores brasileiros e o silenciamento dos processos de genocídio aos contra os povos originários.

No capítulo dois, a proposição de uma Amazônia brasileira foi investigada a partir da proposta de integração, unidade e identidade. Essa articulação foi trabalhada a partir dos projetos de integração nacional, mediante as propostas anunciadas por intelectuais, que, com base no discurso científico, buscaram propor “soluções” aos “problemas” da região amazônica. Intelectuais como Araújo Lima e Arthur César Ferreira Reis contribuíram para um conjunto de ideias que serviram de base para alicerçar estudos voltados à interpretação da Amazônia sob uma perspectiva de integração nacional.

Ao propor “soluções” para o suposto “caminho” de progresso da Amazônia, os pensadores tratavam as chamadas questões “regionais” como problemas que desafiavam a construção desse desenvolvimento da região. A população local, o clima, alimentação e outros fatores foram considerados condicionantes para a necessidade de uma interpretação sob o viés científico. Assim, justificavam-se as intervenções e políticas direcionadas a alcançar essa integração da Amazônia brasileira como parte da unidade nacional do país.

Ao investigar o imaginário da Amazônia na década de 1940, foi possível entrever as propostas políticas que endossavam a ideia de que a Amazônia não era mais inferno. Para a sustentação de tal perspectiva, o capítulo três identificou os principais eixos discursivos que condicionaram a interpretação de uma região que perdia a condição de infernal para ser “redescoberta” sob a perspectiva de que não era mais inferno, mas um território atravessado por problemas que deveriam ser “superados” ou “tratados” pelo advento da ciência e por políticas públicas lançados pelo governo federal do período.

No quarto capítulo, buscou-se identificar como o Acre constituiu-se um “enunciado” da Amazônia que reverbera permanências que podem ser analisadas através das práticas políticas, projetos econômicos e ações autoritárias. Ao evidenciar as narrativas e representações da Amazônia acreana no recorte da década de 1960 foi possível observar o caráter particular dessa região, que apesar de reproduzir condições socioeconômicas de outras localidades da Amazônia brasileira, também se diferencia quando suas particularidades são colocadas em jogo para acentuar ou tornar evidente uma questão “amazônica”.

Quando o Acre é exposto à situação de colônia da sua “própria pátria” ou quando o território faz referência a ser uma saída do Brasil para o oceano pacífico, a noção de extremidade é trazida para elencar que essa parte da Amazônia exige um “esforço” maior para a integração da construção da rodovia de ligação do Acre a Brasília. A perspectiva de o Acre alavancar o “progresso” para a Amazônia por estar logisticamente favorável para o escoamento de produtos para o Oceano Pacífico é o exemplo de outra narrativa que acentua essa particularidade da Amazônia acreana.

Portanto, durante o período estudado, o Acre integrou ao discurso sobre a Amazônia ressaltando as particularidades que autorizavam determinações políticas, como, por exemplo, a estrada de ligação do Acre à Brasília, constituída pelo governo federal como um esforço para interligar o Brasil até um ponto narrado como o mais “longínquo”. No início do século XX, o atual território do Acre integrou às narrativas para reforçar a soberania brasileira e a identidade nacional. Contudo, ao contrastar esse Acre após a sua emancipação política, na década de 1962, percebe-se a permanência de estruturas que não representavam uma ruptura do que já havia sido se estruturado na região desde o período de seu “nascimento” brasileiro.

Diante das perspectivas que possibilitam abordar a Amazônia em sua pluralidade, questionado as tendências que a generalizam como parte de um todo, e considerando todas as categorizações abordadas ao longo do texto, identificar e analisar as representações a partir do

Acre permitiu compreender relações de poder que se articularam ao cenário político nacional, mas também estabelecendo relações intrínsecas a esse lugar. Tais relações manifestam-se tanto por meio de “inventadas” ou “forjadas”, como a partir da ideia do “Estado que lutou para ser brasileiro” quanto pelas condições históricas que o condicionaram a ocupar essas determinações, como, por exemplo, a condição de um território “tutelado”, ultrapassando, assim, as ações governamentais de cunho autoritário e repressivo do período estudado.

Ao mesmo tempo que se buscou estabelecer uma relação particular com essa Amazônia acreana, também se procurou evidenciar como as narrativas sobre Acre, ora apresentado como um território “esquecido” e “longínquo”, foram mobilizadas na retórica de discursos governamentais, em diferentes governos, atendendo a perspectivas que divergem conforme as intencionalidades que as sustentam. Não se trata de eleger uma “versão” diferente ou mais próxima de uma realidade, uma vez que o próprio arsenal teórico escolhido permite entender essa “realidade” como uma produção humana. Contudo, enveredar pelas narrativas sobre esse Acre consistiu em propor novas possibilidades de interpretação, com foco na identificação de estruturas e permanências, bem como na forma como essas produções discursivas reverberam em diferentes temporalidades.

Através das diferentes tipologias de fontes, entre os jornais, obras, legislações, materiais midiáticos e bibliográficos produzidos com fins de propaganda governamental, foi possível identificar a dispersão dos enunciados em diferentes construções simbólicas. Essa análise foi baseada na reflexão proposta por Michel Foucault, em *A microfísica do Poder* (2018) sobre como o poder atua e se legitima como uma prática social. Ao tomar como categoria de análise a dimensão dos micropoderes, e como eles se fundem como uma rede de mecanismos diluídos na sociedade, tornou-se necessário enveredar por diferentes materiais, considerados neste estudo como fontes de pesquisa, possibilitando articulá-los como um conjunto de regras que autorizam e desautorizam saberes, discursos e representações.

Ao observar as rupturas e permanências na conjuntura política e econômica da Amazônia, e sobretudo, do Acre, atentou-se para a identificação dos eixos discursivos buscando entender como determinadas categorias utilizadas para pensar a Amazônia foram modificadas e legitimadas como instâncias de “verdades”, adotadas sob o amparo do conhecimento científico, enquanto outras permaneceram no campo do imaginário, estruturando representações ainda vigentes sobre a região.

Por essa escolha teórica, que também implica em escolhas metodológicas, as fontes foram analisadas a partir do seu caráter relacional com o poder, estabelecendo uma rede de ideias que instituiu um conjunto de regras. Neste estudo, tais regras foram identificadas com mais expressividade no âmbito econômico, utilizado como base para confluir a Amazônia em diferentes perspectivas. O Acre, ao mesmo tempo que não estava deslocado dessas relações de poder instituídas para a Amazônia, também foi narrado por categorias específicas que ainda reverberam sobre um imaginário que persiste em questionar a existência desse atual estado brasileiro em relação a sua nacionalidade, como a pergunta que frequentemente se faz por parte dos brasileiros que residem em outros estados do país: “O Acre existe?”

Por essas questões aqui elencadas, a escolha do recorte temporal se deu com a pretensão de identificar rupturas e permanências e, além disso, compreender um conjunto de regras que garantiram a inteligibilidade das narrativas e representações, entre suas mudanças e continuidades, no período de 1940 a 1960. Buscou-se destacar as especificidades do contexto político, econômico e social, entrevendo perspectivas de mudanças econômicas que justificaram não somente novas propensões à Amazônia, mas também autorizaram outras perspectivas sobre uma possibilidade para a integração, ocupação e recolonização da região. Termos como esses foram empreendidos para produzir sentidos e efeitos nas práticas empreendidas na Amazônia brasileira.

REFERÊNCIAS

Bibliográficas

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1907.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

ALBUQUERQUE, Durval Muniz de Albuquerque Júnior. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALBUQUERQUE, Emilly Nayra Soares de. **Semente: leituras sobre a trajetória de um grupo de teatro da cidade Rio Branco – Acre**. 2018. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2018.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de; PACHECO, Agenor Sarraf (orgs.). **Uwa'kürü: dicionário analítico**. Rio Branco: Nepan Editora, 2016. E-book. Disponível em: <https://livroaberto.ufpa.br/handle/prefix/628>. Acesso em: 10 jul. 2024.

ALBUQUERQUE, Nedy Bianca Medeiros de. **“A cavalo dado não se olham os dentes”: o Bolivian Syndicate e a questão do Acre na imprensa (1890 a 1909)**. 2015. 218 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

ALVES, Dysson Teles. **Urbanismo e civilização na América Portuguesa**. In: CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de; NORONHA, Nelson Mato de (org.). *A Amazônia dos Viajantes – História e Ciência*. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2011.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANGEL, Alberto. **Inferno Verde: cenas e cenários do Amazonas**. 6. ed. Manaus: Editora Valer, 2008.

AVELINO, Davi Leal. **Direitos e processos diferenciados de territorialização: os conflitos pelo uso dos recursos naturais no Rio Madeira (1861-1932)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/4333>. Acesso em: 19 set. 2024.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch; VOLOCHINOV, Valentin Nikoláievitch. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2006.

BENCHIMOL, Samuel Isaac. **Amazônia: formação social e cultural**. 3. ed. Manaus: Valer; Universidade do Amazonas, 2009.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: um pouco-antes e além-depois**. Manaus: Editora Umberto Calderaro, 1977. p. 81.

BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito de história**. In: BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas*, v. 1. Tradução de: Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BEZERRA, Maria José. **Invenções do Acre: de território a Estado – um olhar social**. 2006. 383 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível

em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-11072007-105457/publico/TESE_MARIA_JOSE_BEZERRA.pdf. Acesso em: 14 mai. 2024.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRAGA, Bruno Miranda. **Manãos: uma aldeia que virou Paris** – saberes e fazeres indígenas na Belle Époque Baré (1845-1910). 2016. 340 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/5362>. Acesso em: 24 set. 2024.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogos das grandezas do Brasil**. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.

BRAUDEL, Fernand. **História e ciências sociais: a longa duração**. *Revista de História*, São Paulo, n. 62, v. XXX, ano XVI, 1965.

CARNEIRO, Eduardo de Araújo. “**A Fundação do Acre**”: um estudo sobre comemorações cívicas e abusos da história. 2014. Tese (Doutorado em História Social) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-15012015-174321/>. Acesso em: 24 mai. 2024.

CARNEIRO, Eduardo de Araújo. **Não foi revolução nem acreana**. Rio Branco: EAC Editor, 2021.

CARNEIRO, Eduardo de Araújo. **O Estado do Amazonas e a disputa pelo Acre**. Rio Branco: Edições do Autor; EAC Editor, 2024. p. 229.

CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. **Índios cristãos: poder, magia e religião na Amazônia colonial**. Curitiba: CRV, 2017.

CASTRO, Genesco de. **O Estado Independente do Acre e J. Plácido de Castro: excertos históricos**. Brasília: Senado Federal, 2005. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1051/59.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2023.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CIDREIRA, Jefferson Henrique. **Rádio Difusora Acreana, Jornal Varadouro e outras mídias: discurso oficial e discurso de resistência na Amazônia Acreana (1971–1981)**. 2013. 133 f. Dissertação (Mestrado em Letras: Linguagem e Identidade) – Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2013.

CORREIO DA MANHÃ. *A seca no Norte – No Senado*. Rio de Janeiro, 13 set. 1903.

COSTA SOBRINO, Pedro Vicente. **Capital e trabalho na Amazônia Ocidental: contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre**. São Paulo: Cortez; Rio Branco, AC: Universidade Federal do Acre, 1992.

COSTA, Craveiro. **A conquista do deserto ocidental: (subsídios para a história do território do Acre)**. 1ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

COSTA, João Craveiro. **A conquista do deserto ocidental**: subsídios para a história do Território do Acre. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Rio Branco: Fundação Cultural do Estado do Acre, 1973.

COUTO, Felipe Rabelo. **A questão do Acre e a solução nacional de Rui Barbosa**. *Veredas da História*, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 55–85, 2015. ISSN 1982-4238. Disponível em: <http://www.newmarc.com.br/drws/tratado.pdf>. Acesso em: 9 mai. 2024.

CUNHA, Euclides. **À margem da história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1909.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Por uma história indígena e do indigenismo. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

DANTAS, Hélio Costa. **Colonização e civilização na Amazônia**: escrita da história e construção do regional na obra de Arthur Reis (1931–1966). 2011. 95 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/3953>. Acesso em: 02 dez. 2023.

D'ARAÚJO, Maria Celina; LIMA, Maria Odila Leite da Silva; MARTINS FILHO, João Paulo (orgs.). **O Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

DUSSEL, Enrique. **El encubrimiento del otro**: hacia el origen del mito de la modernidad. La Paz: Plural Editores; Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación – UMSA, 1994.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2013.

FEBVRE, Lucien; BLOCH, Marc. **Annales d'histoire économique et sociale**. Paris: Armand Colin, 1929.

FERREIRA FILHO, Cosme. **A borracha na economia amazônica**. Manaus: Tipografia Fênix, 1952. Disponível em: <https://archive.org/details/a-borracha-na-economia-amazonica/page/n1/mode/2up>. Acesso em: 20 nov. 2024.

FILHO, Synésio Sampaio Goes. **As fronteiras do Brasil**. Brasília: FUNAG, 2013. Disponível em: <https://funag.gov.br/biblioteca/download/1030-as-fronteiras-do-brasil.pdf>. Acesso em: 07. abr. 2024.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

FRANCO, N. B. M. de A. **A anexação do Acre ao Brasil dentro do contexto de relações internacionais que conduziram à construção das fronteiras brasileiras (1580–1909)**. *Jamaxi*, Rio Branco, v. 1, n. 1, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/jamaxi/article/view/1441>. Acesso em: 2 set. 2024.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

FURTADO, Celso. **A pré-revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

GALVÃO, Francisco. **O sentido social da Amazônia**. *Revista Cultura Política*, ano I, n. 1, p. 101–118, mar. 1941. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.go.br/163538/per163538_1941_00001.pdf. Acesso em: 14 maio 2024.

GLISSANT, Édouard. **Introdução a uma poética da diversidade**. Tradução: Enilce Albergaria Rocha. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. **As fronteiras do Brasil**. Brasília: FUNAG, 2013. Disponível em: <https://funag.gov.br/loja/download/1030-as-fronteiras-do-brasil.pdf>. Acesso em: 10 de jun. 2024.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GOMES, Ângela de Castro. **História e historiadores: a política cultural do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia. **Intelectuais mediadores: práticas culturais e projetos políticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GOMES, Ângela de Castro; OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1982.

GOMES, Rafael Nascimento. **A construção de uma historiografia autoritária pelo Estado Novo de Getúlio Vargas: o caso da revista *Cultura Política* (1941–1945)**. *Intellèctus*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 27–43, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/intellèctus.2017.27378>. Acesso em: 14 mai. 2024.

GONDIM, Neide. **A Invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. **Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional**. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1998, p. 5–27. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1935>. Acesso em: 2 set. 2024.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. **Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional**. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1998, p. 5–27. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1935>. Acesso em: 2 set. 2023.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 27. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

JOBIM, Anísio. **O Amazonas: sua história (ensaio antropogeográfico e político)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/64/1/292%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>. Acesso em: 18 set. 2024.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006. 368 p.

LIMA, Araújo. **Amazônia: a terra e o homem**. São Paulo; Rio de Janeiro; Recife: Companhia Editora Nacional, 1937. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/186>. Acesso em 02 out. 2023.

MACIEL, Dulce Portilho. **Conferência da Amazônia para a “batalha da borracha”**: negociação da tragédia. In: ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História, 2005, Londrina. Anais [...]. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764752&Pesq=%22Amazonia%22&pgfis=1987>. Acesso em: 5 jan. 2024.

MARTINS, Ana Luiza; LUCAS, Tania Regina de (orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MIGNOLO, Walter D. **Colonialidade – o lado mais escuro da modernidade**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n. 94, 18 fl. Tradução: Marco Oliveira, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

MIRANDA, Camila Barbosa Monção. **Ditadura Militar e Amazônia: desenvolvimentismo, representações, legitimação política e autoritarismo nas décadas de 1960 e 1970**. 2018. 258 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

MONTEIRO, John Manuel. **A outra margem do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

MORAIS, Maria de Jesus. **“Acreanidade”: invenção e reinvenção da identidade acreana**. Rio Branco: EDUFAC, 2016.

NEVES, Eduardo Góes. **Arqueologia da Amazônia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

NORONHA, Nelson Matos de. **Arqueologia de Saberes na Amazônia**. In: CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de; NORONHA, Nelson Matos de. (Org.). *A Amazônia dos Viajantes: História e Ciência*. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2011.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais**. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 47–77, 1998.

PARADA, Maurício; RODRIGUES, Henrique Estrada (org.). **Os historiadores: clássicos da história do Brasil**. Vol. 4: Dos primeiros relatos a José Honório Rodrigues. Petrópolis, RJ; Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2018.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & literatura: uma velha-nova história**. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, 2004. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/1560>. Acesso em: 02 agos.2023.

PIMENTA, José. **A história oculta da floresta: imaginário, conquista e povos indígenas no Acre**. *Linguagens Amazônicas*, n. 2, p. 27–44, 2004.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **A Cidade sobre os Ombros: trabalho e conflito no Porto de Manaus (1899-1925)**. 1996. Dissertação (Mestrado em História) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas (1880–1920)**. 3. ed. Manaus: EDUA, 2015. 348 p. ISBN 978-85-7401-792-1.

PRATT, Mary Louise. **Os Olhos do Império: relatos de viagem e transculturação**. Tradução de Jézio Gutierrez; revisão técnica de Mary Louise Pratt e Carlos Valero. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

QUEIRÓS, C. A. B. **A Amazônia e a “utopia autoritária”: integração, ocupação e exploração ontem e hoje**. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 48, n. 1, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2022.1.42458>. Acesso em: 15 jul. 2024.

QUEIRÓZ, César Augusto Bubolz. **Histórias impressas: imprensa e periodismo na região Norte (1930–1988)**. Manaus: Editora Valer, 2022.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

REIS, Arthur César Ferreira. **A Amazônia e a cobiça internacional**. Manaus: Reggo; Academia Amazonense de Letras, 2021. Livro digital. Disponível em: https://academiaamazonensedeletras.com/wp-content/uploads/2021/11/1_Amazonia-e-acobica-internacional.pdf. Acesso em: jul. 2024.

REIS, Arthur César Ferreira. **A Amazônia e a integridade do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001. Livro digital. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1058REIS>. Acesso em: 02 jul. 2024.

REIS, Arthur César Ferreira. **A conquista espiritual da Amazônia**. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1942. Disponível em: <https://obrasraras.fcp.pa.gov.br/publication/a-conquista-espiritual-da-amazonia/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

REIS, Arthur César Ferreira. **Amazônia – tema brasileiro: a lição do passado e a realidade amazônica**. *O Acre*, Rio Branco, ed. 797, 8 dez. 1946. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764752&pagfis=2453>. Acesso em: 15 jul. 2024.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**, vol. 1: de Varnhagem a FHC. 9. ed. ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. Tomo I: A intriga e o relato histórico. Tradução de Constança Marcondes Cesar. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

RODRIGUEZ, Ernesto Martinez. **Correrias: índios, caucheiros e seringueiros (Acre 1942/1983)**. 2016. 128 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/5285>. Acesso em: 03 fev. 2023.

SANTOS, Roberg Januário dos. **Do Grão-Pará à Amazônia: a invenção da região amazônica frente à centralização do Império Brasileiro**. 2023. 395 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/15886/1/Tese_GraoParaAmazoniaInvencao.pdf. Acesso em: 20 set. 2024.

SILVA, Francisco Bento da. **Acre, formas de olhar e de narrar: natureza e história nas ausências**. Rio Branco: Nepan: 2020.

SOBRINHO, Maria Evanilde Barbosa. **Creio no Acre e nos acreanos: o ideário da modernidade presente no governo Guimard dos Santos (1946–1950)**. 2010. Dissertação (Mestrado em Letras – Linguagem e Identidade) – Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2010. Disponível em: <https://posletrasufac.com/dissertacoes-e-teses/>. Acesso em: 09 out. 2024.

SOUZA, Lademe Correia de. **Arthur Reis e a história do Amazonas: um início em grande estilo**. 2009. 146 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/3739>. Acesso em: 20 jun. 2024.

SOUZA, Sérgio Roberto Gomes de. **Fábulas da modernidade no Acre: a utopia modernista de Hugo Carneiro na década de 1920**. 2002. 136 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7678/1/arquivo7615_1.pdf. Acesso em: 14 maio 2024.

STAUFFER, David Hall. **Origem e fundação do Serviço de Proteção aos Índios**. *Revista de História*, São Paulo, v. 18, n. 37, p. 73–96, 1959. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.1959.107270>. Acesso em: 9 dez. 2024.

UGARTE, Auxiliomar Silva. **Sertões de Bárbaros** – O mundo natural e as sociedades indígenas da Amazônia na visão dos cronistas ibéricos (séculos XVI-XVII). Manaus: Editora Valer, 2009.

VARELLA, Flávia Florentino. Primeiros relatos. In: PARADA, Maurício; RODRIGUES, Henrique Estrada (org.). **Os historiadores**: clássicos da história do Brasil, vol. 4: dos primeiros relatos a José Honório Rodrigues. Petrópolis, RJ; Rio de Janeiro: Editora PUC, 2018.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal**. 2. ed. Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, [1877]. 2 v.

Fontes

A Amazônia existe. *O Acre*, Rio Branco, p. 5, 1946. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764752&Pesq=%22Amazonia%22&pagfis=2335>. Acesso em: jan. 2024.

A AMAZÔNIA não é mais inferno. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 1946. s.p.

A CONQUISTA – Brasil. **Diário de Pernambuco**, Recife, n. 249, 31 out. 1902.

A FORDLÂNDIA e a borracha. *O Acre*, 30 jul. 1946. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764752&Pesq=%22Amazonia%22&pagfis=2468>. Acesso em: 2 set. 2024.

A VANGUARDA. *A Vanguarda*, Rio de Janeiro, n. 2495, 1946. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764752&Pesq=%22Amazonia%22&pagfis=2495>. Acesso em: 15 nov. 2024.

Acre e Rondônia: sentinelas avançadas na integridade territorial do país. *O Jornal* (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, ed. 12.344, p. 6, 1961.

ACRE: porta de saída do Brasil para o Oceano Pacífico. *O Estado do Acre*, Rio Branco, 6 ago. 1967, p. 9. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=844357&Pesq=%22Amaz%20c3%20b4nia%22&pagfis=13>. Acesso em: 2 jul. 2024.

ACREANO de coração: o trabalho na estrada Rio Branco–Abunã. *O Acre*, *Rio Branco*, n. 707, 15 ago. 1943.

Amazônia – tema brasileiro. *O Acre*, Rio Branco, ed. 797, 12 ago. 1946.

ANUNCIOU e realizou. *O Acre*, ed. 729, p. 5, 1944. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764752&Pesq=%22Amazonia%22&pagfis=2252>. Acesso em: 2 set. 2024.

Aproveite as ofertas da Amazônia para a temporada de incentivos. *O Rio Branco*, Rio Branco, ano 1977, p. 7, 20 jan. 1977.

ARQUIVO NACIONAL. **A construção da Rodovia Brasília-Acre (1960)**. [S.l.]: Arquivo Nacional, 1960. Vídeo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kUCpljciivps>. Acesso em: 15 jul. 2024.

BITTENCOURT, Agnello. [Artigo sem título]. *O Jornal*, Manaus, 12 nov. 1946.

BRASIL - Caminho certo. *O Acre*, Rio Branco, 1972, p. 3. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764752&Pesq=%22Amaz%C3%B4nia%22&pagfis=6944> . Acesso em: 14 maio 2024.

BRASIL - Um governo socialista na Amazônia. *A Crítica*, [S.l.], 21 jan. 1950

BRASIL Apoiar o Presidente a elevação do Acre à categoria de Estado. *Jornal do Povo*, Rio Branco, ed. 0049, 13 mar. 1957. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=844292&Pesq=%22Acre%22,%20%22Amaz%C3%B4nia%22&pagfis=197>. Acesso em: 14 maio 2024.

BRASIL. Acordo para o desenvolvimento da produção de materiais básicos e estratégicos e outros recursos naturais do Brasil, entre o Brasil e os Estados Unidos da América, firmado em Washington, a 03 de março de 1942. *Diário Oficial da União: Seção 1*, Brasília, DF, 23 maio 1942, p. 8403. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4326-21-maio-1942-414563-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 2 set. 2024.

BRASIL. Conferência Defesa da Amazônia. [S.l.], [s.d.]. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=844292&Pesq=%22Acre%22,%20%22Amaz%C3%B4nia%22&pagfis=112>. Acesso em: 14 mai. 2024.

BRASIL. Decreto nº 4.280, de 28 de novembro de 1868. Publicação original. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4280-28-novembro-1868-553624-publicacaooriginal-71754-pe.html>. Acesso em: 20 abr. 2024.

BRASIL. Decreto nº 4.866, de 4 de agosto de 1871. Promulga o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Império do Brasil e o Governo Provisório do Paraguai, assinado em Assunção a 20 de junho de 1867. *Coleção de Leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, parte 2, p. 49-52, 1871. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4866-4-agosto-1871-560254-publicacaooriginal-88221-pe.html>. Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.403, de 13 de abril de 1943. *Atos do Governo Federal*. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764752&Pesq=%22Amazonia%22&pagfis=2023>. Acesso em: 2 set. 2024.

BRASIL. Excluída a possibilidade de favores cambiais para a importação de borracha. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 20 maio 1961. Edição 12331. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_06&Pesq=%22Acre%22,%20%22Amaz%C3%B4nia%22&pagfis=14021. Acesso em: 03 out. 2024.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Impressões de uma visita à Companhia Ford Industrial do Brasil, do Estado do Pará.** *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 3–6, 1939.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Como exportar para a Bolívia*. [S.l.]: Governo Federal, [2022]. Disponível em: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/invest-export-brasil/exportar/conheca-os-mercados/como-exportar-privado/como-exportar.pdf/boliviafinal11022022portugues.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2024.

BRASIL. *O Acre*. Rio Branco, ed. 718, 1943. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764752&Pesq=%22Amazonia%22&pagfis=2171>. Acesso em: 15 out. 2024.

BRASIL. **O desafio dos trópicos.** *O Acre*, Rio Branco, 8 jul. 1972. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764752&Pesq=%22Amaz%20c3%20b4nia%22&pagfis=6935>. Acesso em: 12 mai 2024.

BRASIL. Sobre a seringueira – “novas perspectivas”. [S.l.]: Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764809&Pesq=%22Col%20c3%20a9gio%20dos%20Padres%22&pagfis=403>. Acesso em: 12 mai 2024.

BRASIL. **Sociedade de economia mista.** *O Jornal*, Rio de Janeiro, 4 jun. 1961. Edição 12344. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_06&Pesq=%22Acre%22%20%22Amaz%20c3%20b4nia%22&pagfis=14408. Acesso em: 04 out. 2024.

BROCOS, Modesto. A Redenção de Cam. 1895. Disponível em: <https://www.edusp.com.br/mais/atela-a-redencao-de-cam-e-a-tese-do-branqueamento-no-brasil/>. Acesso em: 2 set. 2024.

CÂMARA. Tratado. [S.l.], [s.d.]. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_06&Pesq=%22Acre%22%20%22Amaz%20c3%20b4nia%22&pagfis=31959. Acesso em: 12 mai 2024.

CASTRO E COSTA, L. C. **Um governo de ação.** O Acre, ed. 733, 1944. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764752&Pesq=%22Amazonia%22&pagfis=2272>. Acesso em: 2 set. 2024.

Coluna mestra do edifício econômico do Brasil. *O Acre*, Rio Branco, 1943. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764752&Pesq=%22Amazonia%22&pagfis=1974>. Acesso em: 15 jul. 2024.

Comandantes da batalha da borracha: relatos do seringal. *O Acre*, Rio Branco, 1943. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764752&Pesq=%22Amazonia%22&pagfis=2084>. Acesso em: 15 jul. 2024.

COMUNICADO do departamento da produção. O abastecimento. Secção agrícola. O Acre, 1943. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764752&Pesq=%22Amazonia%22&pagfis=2032>. Acesso em: 2 set. 2024.

CONFERÊNCIA dos Presidentes: acordo entre Roosevelt e Getúlio Vargas. *O Acre*, Natal, ed. 680, p. 1, 4 fev. 1943. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764752&Pesq=%22Amazonia%22&pagfis=1987>. Acesso em: 15 jul. 2024.

CONFIANÇA na obra monumental da ressurreição da Amazônia. O Acre, *Rio Branco*, 1943. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764752&Pesq=%22Amazonia%22&pagfis=2032>. Acesso em: 15 jul. 2024.

CONSTÂNCIA, abnegação e patriotismo. O Acre, ed. 729, 1944. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764752&Pesq=%22Amazonia%22&pagfis=2252>. Acesso em: 2 set. 2024.

Cortes e cores. **O drama da Amazônia.** *O Acre*, Rio Branco, 1946. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764752&Pesq=%22Amazonia%22&pagfis=2453>. Acesso em: 15 jul. 2024.

CRULS, Gastão. **Impressões de uma visita à Companhia Ford Industrial do Brasil (Estado do Pará).** *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, n. 4, out. 1939. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&pesq=%22Amaz%C3%B4nia%22&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=202. Acesso em: 20 nov. 2024.

CULTURA POLÍTICA. **Revista mensal de estudos brasileiros.** *Inventário BM*, maio 1941.

DÉ CARLI, Gileno. **Civilização do açúcar no Brasil.** *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 353–374, jul./set. 1940. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1940_v2_n3.pdf. Acesso em: 14 jul. 2024.

DÉ CARLI, Gileno. **Civilização do açúcar no Brasil.** *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 353–374, jul./set. 1940.

DE COLÔNIA do país a esteio da nacionalidade: BR-29 é o caminho da redenção do Acre. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 22 out. 1960. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_06&Pesq=%22Acre%22%20%22Amaz%C3%B4nia%22&pagfis=8196. Acesso em: 2 set. 2024.

Deputado José Guimard. *O Acre*, Rio Branco, [s.d.]. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764752&Pesq=%22Amaz%C3%B4nia%22&pagfis=6356>. Acesso em: 12 maio 2024.

DERACRE: novas estradas para a integração total. *O Estado do Acre*, Rio Branco, 12 ago. 1947, p. 7. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=844357&Pesq=%22Amaz%C3%B4nia%22&pagfis=27>. Acesso em: 2 jul. 2024.

Desbravamento da selva Amazônica com a abertura da fabulosa BR-29. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 10 jun. 1962. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_06&Pesq=%22Acre%22%20%22Amaz%C3%B4nia%22&pagfis=23286. Acesso em: 12 maio 2024.

Elementos nocivos à ordem social. *O Acre*, Rio Branco, n. 70, 26 jun. 1943. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764752&Pesq=%22Amazonia%22&pagfis=2046>. Acesso em: 15 jul. 2024.

Entrevista com o interventor do Território do Acre. *O Acre*, Rio Branco, 25 abr. 1943, edição 691. Transcrição de entrevista originalmente publicada em *O Globo*.

Escola flutuante é arma educativa para a Amazônia. *O Acre*, Rio Branco, 1962. Edição 1.517. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764752&Pesq=%22Amaz%C3%B4nia%22&pagfis=6791>. Acesso em: 12 maio 2024.

ESTADO do Acre tem pareceres todos a favor. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 22 jul. 1960. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_06&Pesq=%22Acre%22%20%22Amaz%C3%B4nia%22&pagfis=5527. Acesso em: 2 set. 2024.

ESTRADAS de integração. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 1960. Edição 12218, p. 7. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_06&Pesq=%22Acre%22%20%22Amaz%C3%B4nia%22&pagfis=5002. Acesso em: 2 set. 2024.

Fracassa nas selvas amazônicas o “homem prático” da América do Norte. *O Acre*, 03 nov. 1946. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764752> (ou link se houver). Acesso em: 2 set. 2024.

Governador do Acre vai desapropriar seringais. **O Acre**, Rio Branco, 1962. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764752&Pesq=%22Amaz%C3%B4nia%22&pagfis=6870>. Acesso em: 15 jul. 2024.

GOVERNO do Pará. **Álbum Operação Amazônia**. Belém: [s.n.], 1967. 123 p. Disponível em: <https://obrasraras.fcp.pa.gov.br/publication/file/livros/albumoperacaoamazonia/80-81/>. Acesso em: 15 jul. 2024.

GOVERNO DO PARÁ. **Correio do Interior**: Semanário Estadual – Santarém – Pará – Brasil. Belém: [s.n.], 1967.

GREGÓRIO, Vitor Marcos. **Dividindo as províncias do Império**: a emancipação do Amazonas e do Paraná e o sistema representativo na construção do Estado Nacional brasileiro (1826–1854). 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-12062013-102746/publico/2012_VitorMarcosGregorio.pdf. Acesso em: 20 set. 2024.

HUBER, J. **Apontamentos sobre o caucho amazônico**. *Caribe*, [s.l.], v. IV, [s.d.]. Seção: Caucho Amazônico.

INDEPENDÊNCIA ou morte. *O Acre*, Rio Branco, 1961. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764752&pesq=%22nossa%20senhora%20das%20dores%22&pasta=ano%20195&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=6707>. Acesso em: 15 jul. 2024.

INSTALADA em Belém a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico. *O Acre*, Rio Branco, n. 677, 17 jan. 1943.

JORNAL DO COMÉRCIO (AM). Manaus, 1905–1979.

JORNAL DO POVO. Jornal do Povo, ed. 19, 1953. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=844292&Pesq=%22Acre%22,%20%22Amaz%C3%B4nia%22&pagfis=19>. Acesso em: 15 jul. 2024.

Lei nº 4.070, de 15 de junho de 1962: Eleva o Território do Acre à categoria de Estado e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 15 jun. 1962. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4070.htm. Acesso em: 12 maio 2024.

MAIS de CR\$ 200 milhões para o Projeto Colonacre. *O Estado do Acre*, Rio Branco, 6 ago. 1978, p. 7. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=844357&Pesq=%22Amaz%C3%B4nia%22&pagfis=27>. Acesso em: 2 jul. 2024.

MARTINS, Lupi. **Salve o Estado do Acre.** *O Acre*, Rio Branco, 1962. Edição 1.532. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764752&Pesq=%22Amaz%C3%B4nia%22&pagfis=6831>. Acesso em: 12 maio 2024.

Na faixa da estrada Rio Branco-Porto Velho não mais existirá uma árvore erguida: a marcha para Brasília – A ligação será, mesmo, inaugurada a 10 de dezembro – Engenheiros em Rio Branco. *O Acre*, Rio Branco, 18 fev. 1960. Edição 1.433. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764752&Pesq=%22Amaz%c3%b4nia%22&pagfis=6356>. Acesso em: 12 maio 2024.

No Acre, o seringueiro já não vive à margem da civilização. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 1960. Transcrição: *O Acre*, Rio Branco. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764752>. Acesso em: 12 mar. 2023.

NOTÍCIAS – O Acre – Brasil. *Goyaz*, Goiânia, n. 757, 21 mar. 1903.

NOVOS horizontes para a Amazônia. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 14 maio 1960, edição 12173, p. 4. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_06&Pesq=%22Acre%22%20%22Amaz%c3%b4nia%22&pagfis=3258. Acesso em: 2 set. 2024.

O ABASTECIMENTO. O Acre, Natal, ed. 696, p. 3, 1943. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764752&Pesq=%22Amazonia%22&pagfis=2171>. Acesso em: 15 jul. 2024.

O ACRE e sua resposta à Pátria. *O Acre*, Rio Branco, 1943. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764752&Pesq=%22Amazonia%22&pagfis=2272>. Acesso em: 15 jul. 2024.

O ACRE já pertenceu à Bolívia; agora é o 22º Estado do Brasil. *A Folha de São Paulo*, São Paulo, 22 jun. 1962. Transcrição. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764752&Pesq=%22Amaz%c3%b4nia%22&pagfis=6819>. Acesso em: 12 maio 2024.

O ACRE. O Acre, Rio Branco, n. 676, 10 jan. 1943, p. 1.

O ARIGÓ. O Acre, Rio Branco, p. 1, 1943. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764752&Pesq=%22Amazonia%22&pagfis=2335>. Acesso em: 15 jul. 2024.

O Brasil e os problemas econômicos do Vale do Amazonas. *Revista Cultura Política*, Rio de Janeiro, n. 11, p. 149, 1942. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/163538/per163538_1942_00011.pdf. Acesso em: 14 jul. 2024.

O JORNAL. [Sem título específico]. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 22 maio 1965, p. 7.

O JORNAL. Cortando pano. *O Jornal*, Rio Branco, p. 2, 1959.

O PLANO da borracha e o saneamento da bacia do Amazonas: é o maior empreendimento dessa natureza montado na América do Sul. O Acre, p. 4, 1944. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764752&Pesq=%22Amazonia%22&pagfis=2325>. Acesso em: 2 set. 2024.

O que visou a conferência dos presidentes. *O Acre*, Rio Branco, n. 680, 7 fev. 1943. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764752&Pesq=%22Amazonia%22&pagfis=1953>. Acesso em: 20 nov. 2024.

Ontem e hoje – Brasil. **Diário de Pernambuco**, Recife, n. 204, 7 set. 1902.

OS COMANDANTES da Batalha da Borracha em revista. O Acre. 1943. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764752&Pesq=%22Amazonia%22&pagfis=2084>. Acesso em: 2 set. 2024.

PARTIDO Construtor Acreano. **Folha do Acre**. Rio Branco, 19 jul. 1914. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/pdf/101478/per101478_1914_00158.pdf. Acesso em: 27 abr. 2024.

Pela recuperação econômica da Amazônia: cortes e recortes. *O Acre*, 30 jun. 1946. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764752&Pesq=%22Amazonia%22&pagfis=2468>. Acesso em: 2 set. 2024.

PINTO, Eudes. **Considerações sobre a exploração da castanha no baixo e médio Tocantins**. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 1940.

PINTO, Eudes. **Fracassou nas selvas amazônicas o “homem prático” da América do Norte**. *Revista do IBGE*, Rio de Janeiro, ano XX, n. XX, p. 02, nov. 1946.

Plano de salvação para o Acre: proporá o Governador José Ruy Lino na reunião em Brasília. *O Acre*, Rio Branco, 1961. Edição 1.512. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764752&Pesq=%22Amaz%C3%B4nia%22&pagfis=6759>. Acesso em: 12 maio 2024.

PREOCUPAÇÃO do governo com a devastação da Amazônia. *O Estado do Acre*, Rio Branco, 6 ago. 1978, p. 3. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=844357&Pesq=%22Amaz%C3%B4nia%22&pagfis=23>. Acesso em: 2 jul. 2024.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1940. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1940_v2_n3.pdf. Acesso em: 14 jul. 2024.

REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 183, n. 490, set./dez. 2022. Disponível em: <https://www.ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/108785-volume-490.html>. Acesso em: 20 ago. 2024.

REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, n. 490, p. 130–346, set./dez. 2022.

REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 183, n. 490, set./dez. 2022. Disponível em: <https://www.ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/108785-volume-490.html>. Acesso em: 02 fev. 2024.

ROCHA, Ruymar Thomé. **A Amazônia em descortínio**. *O Acre*, Rio Branco, 12 ago. 1972. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764752&Pesq=%22Amaz%C3%B4nia%22&pagfis=6955>. Acesso em: 14 maio 2023.

RODOVIAS pioneiras de unidade nacional. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 19 maio 1960. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_06&Pesq=%22Acre%22%20%22Amaz%C3%B4nia%22&pagfis=2338. Acesso em: 2 set. 2023.

SEÇÃO AGRÍCOLA. Seringais. *O Acre*, Rio Branco, ed. 681, 1943. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764752&Pesq=%22Amazonia%22&pagfis=1962>. Acesso em: 2 mai. 2023.

SEDA PARA O BRASIL. Correio da Manhã, ed. 1.387, p. 4, 19 jan. 1940. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&pesq=%22Amaz%C3%B4nia%22&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=202. Acesso em: 20 nov. 2023.

Sociedade de economia mista para plantar borracha. *O Jornal* (RJ), Rio de Janeiro, 4 jun. 1961. Edição 12.344. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_06&Pesq=%22Acre%22%20%22Amaz%C3%B4nia%22&pagfis=14410. Acesso em: 12 maio 2023.

Transitará por Manaus uma das maiores figuras administrativistas, que é o Gov. Araújo Lima. *A Crítica*, Manaus, n. 129, 21 mar. 1950.

VARGAS, Getúlio Dornelles. **Discurso do Rio Amazonas, proferido em Manaus, no Ideal Club, em 10 de outubro de 1940.** Belém, PA: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1943.